

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Pedro Gabriel de Melo Flora

**QUANDO 2 E 2 NÃO SÃO 4 – ANÁLISE CONFIGURACIONAL E
CARTOGRAFIA HISTÓRICA NA LEITURA DO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE ROMA DURANTE O
SÉCULO DO RENASCIMENTO**

Belo Horizonte

2022

Pedro Gabriel de Melo Flora

**QUANDO 2 E 2 NÃO SÃO 4 – ANÁLISE CONFIGURACIONAL E
CARTOGRAFIA HISTÓRICA NA LEITURA DO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE ROMA DURANTE O
SÉCULO DO RENASCIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

F632q

Flora, Pedro Gabriel de Melo.

Quando 2 e 2 não são 4 [manuscrito] : análise configuracional e cartografia histórica na leitura do processo de modernização e reconstrução de Roma durante o século do Renascimento / Pedro Gabriel de Melo Flora. - 2022.

183 f. : il.

Orientador: Carlos Antônio Leite Brandão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Roma - Teses. 2. Cartografia - Teses. 3. Renascença - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Sistema viário - Teses. 6. Topografia - Teses. I. Brandão, Carlos Antônio Leite. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 937.6



FOLHA DE APROVAÇÃO

Quando 2 e 2 não são 4 – Análise configuracional e cartografia histórica na leitura do processo de modernização e reconstrução de Roma durante o século do renascimento

PEDRO GABRIEL DE MELO FLORA

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 19 de abril de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão - Orientador
EA-UFGM

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro
EA-UFGM

[Por meio de videoconferência]
Prof. Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim
UFPE

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho à minha avó Odaíza, pedagoga que me alfabetizou nas letras e nas notas musicais e nunca mediu esforços para que eu pudesse seguir nos caminhos que escolhi.

Às professoras Celina Borges Lemos e Vanessa Borges Brasileiro pelo afeto, confiança e estímulo. Ao meu orientador Carlos Antônio Leite Brandão, o Cacá, que muito além da arte, da filosofia e da arquitetura, me ensina sobre a vida.

À oportunidade que me foi dada por meio do programa Ciência sem Fronteiras do governo de Dilma Rousseff de estudar em Roma. Foi uma experiência emancipatória e mudou a minha vida ao me mostrar as potências que carrego dentro de mim e que hoje busco realizar.

À minha família, especialmente aos meus pais, Simone Melo e Flavio Flora, que passaram duras provas junto comigo nesse percurso que começou há doze anos, quando ingressei na Escola de Arquitetura da UFMG. Quase nunca foi fácil, mas todos crescemos e aprendemos a ser mais fortes e humanos.

Enfim, a todos aqueles que se fizeram presentes quando eu precisei; aos meus amigos que estiveram ao meu lado, me enchendo de esperança e de música, especialmente Lucas e Valdir.

“A luz que acendo pra mim, ilumina
também o caminho de outrem.”

— Sabedoria popular.

Resumo

O processo de reconstrução e modernização de Roma promovido pela Igreja Católica Romana durante o século XV é o pano de fundo pelo qual conduzimos uma investigação sobre como a configuração espacial determinada pelos sistemas viários de circulação interagem com as funções urbanas. Servindo-se da cartografia histórica e da análise configuracional subsidiada pela teoria da Sintaxe Espacial, a presente pesquisa explora os limites de sua aplicação em âmbito historiográfico. Envolve a prospecção e a modelagem digital de plantas históricas de Roma, com o objetivo de gerar Mapas de Segmentos, processados por software adequado que permite a identificação de padrões configuracionais de movimento. Ao caráter essencialmente matemático-topológico e descritivo da análise configuracional soma-se a análise histórica de aspectos relacionados à urbanística e viabilidade na Roma do Renascimento, enriquecida com a topografia de funções urbanas, como mercados, residências pontifícias e cardinalícias, edifícios assistenciais. Investiga a contribuição do encontro e do movimento na cidade para a formação de uma *arché* renascentista e a modernização das estruturas urbanas de Roma no *Quattrocento*.

Palavras-chave: Roma; renascimento; análise configuracional; lógica social do espaço; cartografia histórica.

Abstract

The process of reconstruction and modernization of Rome promoted by the Roman Catholic Church during the 15th century is the background against which we conduct an investigation into how the spatial configuration determined by the road circulation systems interact with urban functions. Using historical cartography and configurational analysis supported by the theory of Space Syntax, the present research explores the limits of its application in the historiographical scope. It involves prospecting and digital modeling of historic plans of Rome, with the objective of generating Segment Maps, processed by suitable software that allows the identification of configurational patterns of movement. Added to the essentially mathematical-topological and descriptive character of the configurational analysis is the historical analysis of aspects related to urban planning and viability in Renaissance Rome, enriched with the topography of urban functions, such as markets, pontifical and cardinal residences, and assistance buildings. It investigates the contribution of the encounter and the movement in the city to the formation of a Renaissance *arché* and the modernization of the urban structures of Rome through the *Quattrocento*.

Keywords: Rome; renaissance; configurational analysis; social logic of space; historical cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Estradas consulares romanas. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 25

Figura 2 — Principais percursos viários da Roma Imperial. Fonte: elaborado pelo autor sobre planta de Italo Gismondi (1949). p. 26

Figura 3 — *Axis Urbis Romae*. Fonte: adaptado pelo autor sobre fotografia de arquivo do Centro Progetti DiAP, Sapienza Università di Roma. p. 30

Figura 4 — Muralhas Aurelianas e alinhamentos diametrais entre as novas portas cidadinas. Fonte: elaborado pelo autor. p. 31

Figura 5 — Locais de martírio e tumbas dos apóstolos Pedro e Paulo. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 33

Figura 6 — Cruz de basílicas. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 37

Figura 7 — Cruz de basílicas no entorno do Coliseu. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 39

Figura 8 — Roma descrita pelo Itinerário de Einsiedeln. Reconstrução gráfica de Christian Hülsen. Fonte: extraído de HÜLSEN (1907, p. 59). p. 40

Figura 9 — Área de Canale di Ponte. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113) p. 43

Figura 10 — *Via Peregrinorum*. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 44

Figura 11 — Itinerário da procissão papal de Segunda-feira de Páscoa. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 45

Figura 12 — Via Lata (azul) e Via Tor di Nona (roxo). Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de Guidoni (1990, p. 112-113). p. 46

Figura 13 — *Via Recta* e percursos acessórios. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de Guidoni (1990, p.112-113). p. 47

Figura 14 — Mapa síntese da estrutura viária portante de Roma ao fim do Me-
dievo. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 48

Figura 15 — Cidade Leonina. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de
GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 52

Figura 16 — Áreas de influência baronal em Roma no século XIV. Fonte: ela-
borado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 58

Figura 17 — Rioni de Roma. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUI-
DONI (1990, p. 112-113). p. 59

Figura 18 — Campo Vaticano. Fonte: detalhe da planta de Roma de Leonardo
Bufalini (1551). p. 74

Figura 19 — Esquema viário da Cidade Leonina (Borgo Vaticano) no início
do *Quattrocento*. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-
113). p. 75

Figura 20 — Localização do Castelo Sant'Angelo. Fonte: extraído da planta de
Leonardo Bufalini (1551). p. 76

Figura 21 — Esquema viário de Trastevere no início do século XV. Fonte: ela-
borado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 77

Figura 22 — Hipótese da área habitada ao tempo do papa Eugenio IV (1431-
1447). Fonte: retirado de SIMONCINI (2004, t.I, Tav. II) e adaptado pelo autor sobre
mapa de GUIDONI (1990, pp. 112-113). p. 84

Figura 23 — Planta de Roma, afresco de Taddeo di Bartolo no Palácio Comu-
nal de Siena, 1414. Fonte: retirado de FRUTAZ (1962, II, tav. 149) p. 86

Figura 24 — Reconstrução da planta de Roma de L. B. Alberti, proposta na
sua *Descriptio Urbis Romae*. Desenho de Alessandro Capannari (1884). Fonte: retirado
de FRUTAZ (1962, II, tav. 151) p. 87

Figura 25 — Plano de Nicolau V para o Borgo, esquema segundo descrição
de Gianozzo Manetti. Fonte: adaptado pelo autor sobre a reconstrução de MAGNU-
SON (1954, p. 99). p. 91

Figura 26 — Região de Castelo Sant'Angelo e Ponte S. Angelo *circa* 1490. Fon-
te: retirado de EGGER (1905, p. 26v e 30v). p. 93

Figura 27 — Zona de S. Maria Maggiore, *rione* Monti. Fonte: extraído da planta de Leonardo Bufalini (1551). p. 97

Figura 28 — *Rione* Trevi. Fonte: extraído da planta de Leonardo Bufalini (1551). p. 98

Figura 29 — Fontana di Trevi. Fonte: extraído da planta de Roma de Étienne Du Pérac (1577) p. 99

Figura 30 — Aspecto da Fontana di Trevi após a reforma de 1453. Fonte: retirado de GARGANO (2016, p. 87), reproduzida originariamente em P. LETAROUALLY, *Edifices de Roma moderne*, Bruxelas. 1866, p. 709. p. 99

Figura 31 — Esquema viário do Borgo ao tempo de Sisto IV. Fonte: elaborado pelo autor sobre recorte da planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551). p. 104

Figura 32 — Medalhas comemorativas de Sisto IV. Fonte: Acervo Numismática Ranieri. p. 107

Figura 33 — Planta geral do complexo Vaticano nos tempos de Inocêncio VIII. Fonte: Extraído de BURCKARDI (1906, p. 8) p. 114

Figura 34 — Zona do porto de Ripetta. Fonte: elaborado pelo autor sobre recorte da planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551). p. 115

Figura 35 — Cidade Leonina nos tempos de Alessandro VI. Fonte: elaborado pelo autor sobre transcrição de SIMONCINI (2004, t. I, p. 228). p. 118

Figura 36 — Vista a partir do mosteiro de Ara Coeli em direção a área dos *Fori Imperiali* e monte Esquilino, 1490 *circa*. Fonte: extraído do *Codex Escorialensis* (EGGER, 1905, 40v). p. 119

Figura 37 — Hipótese da área habitada ao tempo do papa Alessandro VI (14921-1503). Fonte: retirado de SIMONCINI (2004, Tav. III) e adaptado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, pp. 112-113). p. 122

Figura 38 — Esquema sintético de “relação” e “configuração”. Fonte: extraído e adaptado de HILLIER (1987, p. 363). p. 125

Figura 39 — Análise da configuração de uma planta residencial genérica a partir do acesso A. Fonte: elaborado pelo autor. p. 126

Figura 40 — Análise da configuração de uma planta residencial genérica a partir da copa. Fonte: elaborado pelo autor. p. 127

Figura 41 — Mapa de Segmentos do sistema viário de Roma ao final do século XV. Fonte: elaborado pelo autor. p. 129

Figura 42 — Esquema genérico de menores percursos entre A e B. Fonte: adaptado pelo autor. p. 130

Figura 43 — Planta de Roma de Leonardo Bufalini, 1551. Fonte: extraído de FRUTAZ (1962, piana CX, tav. 210-221). p. 132

Figura 44 — Mapa viário de Roma em torno do ano 1500. Mapa-hipótese de Guidoni, 1990. Fonte: extraído de GUIDONI (1990, p. 112-113). p. 133

Figura 45 — Mapa do sistema viário de Roma ao fim do século XV. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapas de BUFALINI (1962, piana CX, tav. 210-221), GUIDONI (1990, pp. 112-113) e contribuições teóricas de SIMONCINI (2004, t. I e II). p. 134

Figura 46 — Mapa de Integração Rn. Fonte: elaborado pelo autor. p. 135

Figura 47 — Mapa de Integração R4. Fonte: elaborado pelo autor. p. 136

Figura 48 — Mapa de Escolha Rn. Fonte: elaborado pelo autor. p. 138

Figura 49 — Rede primária de movimento. Representada pelos segmentos com maior valor de Escolha. Fonte: elaborado pelo autor. p. 139

Figura 50 — Rede secundária de movimento. Representada pelos segmentos com menor valor de Escolha. Fonte: elaborado pelo autor. p. 140

Figura 51 — Mapa de Escolha R4. Fonte: elaborado pelo autor. p. 141

Figura 52 — Mapa de INCH (*Integration + Choice*) Rn. Fonte: elaborado pelo autor. p. 142

Figura 53 — Mercados romanos do Quattrocento e redes de movimento. Fonte: elaborado pelo autor. p. 149

Figura 54 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para as praças de Mercado. Fonte: elaborado pelo autor. p. 150

Figura 55 — Mapa de Integração global (Rn) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 154

Figura 56 — Mapa de Integração local (R4) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 155

Figura 57 — Mapa de Escolha global (Rn) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 156

Figura 58 — Mapa de Escolha local (R4) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 157

Figura 59 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para os edifícios assistenciais. Fonte: elaborado pelo autor. p. 158

Figura 60 — Planta do complexo edilício de S. Marcos e cronologia das construções. Fonte: adaptado pelo autor sobre planta fornecida por TOMEI (1942, p. 57). p. 162

Figura 61 — Palácio e basílica de S. Marcos. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 163

Figura 62 — Palácio Capranica e arredores. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth. p. 163

Figura 63 — Mapa de Integração global (Rn) com as localizações das residências cardinalícias (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 166

Figura 64 — Mapa de Escolha global (Rn) com as localizações das residências cardinalícias (pontos brancos). Fonte: elaborado pelo autor. p. 167

Figura 65 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para as residências cardinalícias. Fonte: elaborado pelo autor. p. 168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Divisão dos logradouros eclesiásticos no início do século XIV segundo o Catálogo de Torino. Fonte: HÜLSEN, 1927, p. 19-43. p. 57

Tabela 2 — Impostos sobre os contratos de compra, venda e aluguel de imóveis (*gabella dei contratti*). Fonte: retirado de STRANGIO (2004, p. 13). p. 97

Tabela 3 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para as praças de mercado relacionadas e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor. p. 151

Tabela 4 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para os edifícios assistenciais e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor. p. 159

Tabela 5 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para as residências cardinalícias e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor. p. 169

LISTA DE ABREVIATURAS

CAD - Computer Aided Design

e.g. - *exempli gratia* (por exemplo)

NACH - Normalised Angular Choice

NAIN - Normalised Angular Integration

séc. - Século

S. - Santo/São

SS. - Santíssimo(s), Santos

Com exceção das basílicas de S. Pedro e S. Paulo Extramuros, todos os outros nomes de igrejas e logradouros foram mantidos na sua grafia original em italiano ou latim; em relação aos nomes dos imperadores e papas que aparecem ao longo do texto optamos pela grafia em português na grande maioria dos casos, salvo exceções pontuais de nomes pouco comuns; foram traduzidas as partículas descritivas como *palazzo* ou *piazza* (*e.g.* palácio Colonna, praça Navona), assim como os artigos *dei* ou *delle* (*e.g.* basílica dos SS. Apostoli, abadia das Tre Fontane), mais uma vez, salvo exceções pontuais, como o nome de família Della Rovere. Os termos em latim aparecem sempre em itálico, assim como as palavras de língua estrangeira, excetuados os nomes próprios.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	O ESPAÇO URBANO DE ROMA ENTRE IMPÉRIO E RENASCIMENTO	25
2. 1.	A transição de capital pagã para capital cristã	27
2. 1. 1.	Desenho urbano, ordenamento cósmico e Império	27
2. 1. 2.	O Teatro do centro do mundo	30
2. 1. 3.	A cidade <i>in modum crucis</i>	34
2. 2.	Entre Medievo e Renascimento	38
2. 2. 1.	Urbanística e viabilidade na Roma do Medievo	38
2. 2. 2.	A situação político-administrativa romana durante o Medievo	48
2. 2. 3.	Exílio e retorno dos papas	62
2. 2. 4.	Arquitetura e cidade	66
2. 3.	A situação em torno do século XV	69
2. 3. 1.	Os primeiros anos do <i>Quattrocento</i>	72
2. 3. 2.	Martinho V Colonna (1417-1431)	79
2. 3. 3.	Eugenio IV Condulmer (1431-1447)	82
2. 3. 4.	Nicolau V Parentucelli (1447-1455)	88
2. 3. 5.	Calisto III Borgia (1455-1458), Pio II Piccolomini (1458-1464), Paulo II Barbo (1464-1471)	101
2. 3. 6.	Sisto IV della Rovere (1471-1484)	103
2. 3. 7.	Inocência VIII Cibo (1484-1492)	113
2. 3. 8.	Alessandro VI Borgia (1492-1503)	116
2. 3. 9.	A alvorada do <i>Cinquecento</i> na cidade histórica	118
3.	ANÁLISE CONFIGURACIONAL	123
3. 1.	O movimento e a cidade	123
3. 2.	Cartografia Histórica	131
3. 3.	Performance do sistema viário de Roma	134

4.	REFLEXÕES	143
4. 1.	Configuração espacial e funcionalidade emergente	144
4. 1. 1.	Mercados	146
4. 1. 2.	Edifícios Assistenciais	152
4. 1. 3.	Residências cardinalícias	159
4. 2.	Uma política urbanística modernizante	169
4. 3.	O uso da sintaxe espacial na análise histórica	174
5.	REFERÊNCIAS	177
6.	APÊNDICE	182

1. INTRODUÇÃO

Se tomássemos o período de existência das cidades e a ele correspondêssemos um dia de 24 horas, logo na primeira hora encontraríamos os assentamentos de Jericó e Çatal Huyuk; a escrita teria sido inventada praticamente ao meio dia, a pirâmide de Quéops construída às 14:10; Roma teria sido fundada às 17:58, a praça elíptica de São Pedro, projeto e obra de Gian Lorenzo Bernini teria sido inaugurada às 23:14.

Os 2.775 anos de existência ininterrupta de Roma desde sua fundação (753 a. C), suas transformações materiais e imateriais, traumas e convulsões, servem-nos como plataforma de observação, permitindo um olhar complexo sobre o organismo cidade em vários momentos de sua existência, funcionando como o fio de Ariadne, o fio da razão a costurar tempo e espaço no palimpsesto da história.

Minha proximidade com a Cidade Eterna deve muito à experiência de intercâmbio possibilitada pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, ao qual devo a oportunidade de estudar em uma das melhores universidades europeias, permitindo-me formar e cultivar laços com colegas discentes e docentes que de maneira determinante contribuíram para a minha formação pessoal. Durante quase 13 meses pude conviver de perto com a história e o riquíssimo ambiente urbano de Roma que tornam-se tão mais fascinantes quanto mais circulamos pelos seus caminhos.

O movimento é o componente que permite uma cidade realizar-se nas suas potências dramática, visível, antropológica e de liberdade. Ao caminhar na cidade aprendemos como sorrir adequadamente, testamos, treinamos, nos aperfeiçoamos nos papéis sociais que escolhemos representar e encontramos-nos com o *outro*, reconhecendo-nos a nós mesmos na travessia constante pela soleira entre ir e vir (BRANDÃO, 2020). Caminhar em uma cidade depende da configuração de sua rede de percursos, das possibilidades de espaços abertos e fechados que são ofertadas e, sobretudo, das relações entre suas partes componentes com o todo; relações que por sua vez estão sujeitas à constante mutação, atreladas aos processos dialéticos da produção do espaço urbano, onde o homem é, ao mesmo tempo, agente e produto de seu tempo.

Se na Antiguidade todos os caminhos levavam a Roma, a situação no Tardomedievo era bem diferente. Na transição entre os séculos XIV e XV, quando os papas retornam do longo exílio em Avignon (França), da magnífica infraestrutura viária imperial romana de outrora não restava mais do que alguns poucos caminhos esburacados, ao ponto de Vespasiano da Bisticci (1859, p. 19) relatar as condições de Roma antes do retorno da corte papal de Eugênio IV como se fosse uma “terra de vaqueiros, porque se

criavam ovelhas e vacas onde hoje se encontram as bancas dos mercadores”. Certamente essa era uma imagem não condizente com a presumida grandeza da Igreja Católica, fazendo-se imprescindível a modernização de uma cidade envelhecida por conta de uma dilatada idade medieval. Uma modernização que será progressivamente operada através de obras de natureza infraestrutural, como praças, estradas, aquedutos, fontes e pontes, conseguida de maneira fragmentada ao longo dos séculos subsequentes (GARGANO, 2016, p. 19).

Ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, Medievo, Renascimento, Maneirismo e Barroco se seguirão no processo que Carlos Antônio L. Brandão chamará de formação do homem moderno (2001), em cujo período Argan (2004, p. 39-43) descreverá como a transição entre uma civilização da forma para uma civilização da imagem. Nesse sentido, a chave conceitual da formação do homem moderno vista através da arquitetura ilumina nossa busca pela compreensão do modo pelo qual os homens habitaram a terra em um determinado época (PAYOT, 1982, *apud* BRANDÃO, 1999, p. 28, n. 8), sendo a arquitetura a dimensão material e fenomênica onde se manifestam as concepções de mundo, ordem e origem mais fundamentais daqueles que constroem “a” e “na” cidade.

Se a “história se reconhece na concretude da obra arquitetônica” (BRANDÃO, 2004, p. 29), quais são os sinais deixados pelo homem no decorrer dessa modernização quando nos afastamos da escala do edifício e olhamos também para a forma-espço da cidade, para o seu oco – o vazio resultante da interação entre os componentes cheios, sólidos, construídos? Que camadas de informação pode oferecer uma leitura configuracional comparativa da rede de caminhos em diferentes momentos da história romana? Para tanto, procuramos avançar além da geometria estritamente descritiva e fornecer uma interpretação morfológica, e analítica. Em boa parte das abordagens disponíveis, a forma-espço da cidade geralmente é decomposta em fragmentos e inventariada gráfica e estatisticamente sob diversos indicadores: uso do solo, densidade, renda, estilo arquitetônico, estado de preservação, tamanho, número, etc. Há poucos estudos que se debruçam sobre a articulação da cidade considerando a sua topologia, isto é, as relações interpartes de uma rede de circulação que não é o simples somatório de vias e praças, “mas um arranjo de estruturas que emergem do solo em diferentes formas” (SCARGILL, 1979, p.43).

Acreditamos que entender a qualidade do movimento em Roma durante a transição do Medievo para o Renascimento, considerando o grande número de intervenções no seu tecido urbano, as propriedades topológicas de seu leiaute viário, suas centralidades de dispersão e concentração, e a capacidade de conexão de suas vias, tomados pelo prisma da Lógica Social do Espaço e da Sintaxe Espacial (HILLIER, 1984),

pode estimular reflexões acerca das diversas dimensões que compõem a totalidade daquilo que escolhemos chamar “cidade”.

O século XV concerta uma série de eventos políticos, econômicos, religiosos, sociais e artísticos, cuja natureza de seus desdobramentos denota uma verdadeira revolução cultural e assinala a gênese de uma racionalidade genuinamente moderna — um período ao qual convencionou-se chamar de Renascimento, um momento histórico que não se dissolve em seu porvir, baseado em suas próprias referências e planos de ação (BRANDÃO *et al.* 2013, p. 10). Figuram entre esses eventos, por exemplo, a afirmação do Humanismo como espinha dorsal das ciências e das artes, a “invenção” da imprensa de tipos móveis, entre outros tantos acontecimentos que não nos compete elencar aqui nesta sede, mas que concorrem para que o século XV seja uma espécie de soleira entre os períodos da Idade Média e da Era Moderna.

Na arquitetura do Renascimento, entrelaçado à multiplicidade das dinâmicas urbanas, reconhecemos um ideal que, passando pela mediação da Antiguidade Clássica e celebrando uma razão matemática calcada na perspectiva, na simetria e na proporcionalidade modular, recupera o antropocentrismo e afirma a primazia da história e da cultura frente à natureza imediata, em substituição à razão metafísico-religiosa da escolástica, característica dos séculos XIII e XIV (BRANDÃO, 1999, p. 69-70). Suas obras são expressões de modernidade “à antiga”, isto é, inspiradas pela gramática formal de um passado greco-latino, mas destinadas, porém, a produzirem um novo universo de semânticas e sentidos (GARGANO, 2016, p. 16).

A profissão do arquiteto passa, ela também, por uma modernização — um próprio renascer durante o século XV. Ao reler e reinterpretar textos clássicos como o *De Architectura* de Marco Vitruvio (80-15 a. C.), o *Disciplinarum Libri* de Marco Varrone (116-27 a. C.), o *De nuptiis Philologiae* de Marziano Capella (séc. V-VI), os “arquitetos humanistas” retomarão uma batalha histórica em busca de consolidar a arquitetura e a produção do espaço urbano como uma verdadeira arte, comparável à matemática, à música ou mesmo à pintura, uma emancipação da condição de mera *ars mechanica* ao papel análogo ao de uma *ars liberalis*, conferindo uma dimensão teórica e uma ambição simbólica a uma disciplina tradicionalmente empírico-prática.

“A casa é uma pequena cidade e a cidade é uma grande casa”: através de um aforismo, Leon Battista Alberti (1996, I, 9, p. 65; V, 14, p. 399) transpõe para o *corpus* da cidade sua teoria da arquitetura. Segundo o expoente pensador humanista, casa e cidade são como um corpo orgânico cujas “partes” retiram seu sentido de um “todo” e a esse mesmo “todo” devem servir. Edifícios e espaços públicos não podem ser pensados separadamente do corpo da cidade, assim como analogamente os ambientes e

a ornamentação são pensados em relação à *arché* do edifício — a ideia que precede e orienta o projetar. Interessante notar como a etimologia da palavra “projetar” reflete o amalgamar-se entre razão teórica e competências técnico-construtivas; do latim *pro-iectare*: o gesto de lançar algo *a priori*, em antecipação. Um projeto-ideia que conduz ao seu próprio fabricar-se, pressupondo o conhecimento de uma linguagem, de seus elementos lexicais, de suas regras gramaticais, da sua sintaxe, para a sua efetiva e autônoma expressão, sem dúvidas ou incertezas (GARGANO, 2006, p. 18).

Antiguidades e preexistências arquitetônicas sempre foram uma constante na cidade de Roma. No início do século IV, o então imperador Constantino I (313-337) transfere a capital imperial para o oriente (Constantinopla, atual Istambul), deixando o caminho livre para a reforma urbana atuada pelo papa Silvestre I (314-355). Uma reforma tensionada entre a nova interpretação cristã da cidade e seu passado tradicionalmente pagão, cuja paisagem era dominada pelos antigos templos e edifícios públicos, como circos, termas e teatros, dos quais o Coliseu se destacava, tanto pela sua monumentalidade quanto pela sua localização fulcral, seja na topografia seja na identidade e memória romana.

O “plano” de papa Silvestre I previa a implantação em forma de cruz de quatro basílicas patriarcais construídas sobre os troféus apostólicos dos primeiros mártires, com o cruzamento dos braços localizado sobre a área do Coliseu. Uma façanha construtiva dotada de uma forte ambição simbólica, isto é, tomar posse do “corpo” da cidade consagrando o cristianismo sobre o paganismo romano, com o ato da “bênção” pelo sinal da cruz. Situadas respectivamente às extremidades leste, oeste, norte e sul da cruz de basílicas, S. Salvatore (posteriormente S. Giovanni in Laterano), S. Pedro, S. Maria Maggiore e S. Paulo figuram como centralidades de uma nova hierarquia urbana, cujo poder de atração de pessoas e capitais foi determinante para a consolidação do sistema viário de circulação e para a manutenção da vida urbana ao longo dos quase dez séculos de Idade Média, graças ao afluxo de peregrinos de múltiplas origens e nacionalidades.

Ao longo do Medievo, o sistema viário de circulação de Roma permaneceu praticamente o mesmo – fundado nas preexistências viárias de época republicana e imperial, ainda que a cidade tenha passado por uma série de saques, incontáveis convulsões sociais e pelo decaimento de sua infraestrutura urbana básica, principalmente no âmbito dos recursos hídricos e sanitários. A cidade que chegou a possuir um milhão de habitantes no século II d. C., inicia o século XIV com uma estimativa de habitantes próxima dos 50 mil, segundo G. Mossa e M. Baldassari (1971, p. 15-18). No início do século XV, as incertezas são maiores; alguns autores como Gregorovius indicam um montante de cerca 50 mil habitantes enquanto outros como P. Paschini indicam cerca

de 17 mil (ESPOSITO, 1998, p. 33-49). Especialmente no fim do Medievo, dentre as causas que acentuaram a progressiva contração demográfica romana podemos destacar a pandemia da peste bubônica de 1347 e a ausência da corte papal de Roma, no período conhecido como o Exílio de Avignon (1309-1377). Durante o Exílio de Avignon, o aparato de governo e administração da Igreja Católica é transferido de Roma para a cidade francesa, deixando um certo “vazio” administrativo, uma arena política de disputa entre a nobreza representada pelos barões romanos, expoentes das dinastias feudais que governavam amplos territórios dentro do Estado Pontifício, e, do outro lado, uma emergente burguesia que, para defender seus interesses, buscava aliar-se ao papado.

O estado de envelhecimento material, não só do núcleo habitado como de toda a infraestrutura urbana viária e de recursos hídricos e sanitários, acentuado pelas quase oito décadas de ausência da Cúria Papal (que significava considerável diminuição do aporte financeiro e de recursos humanos, uma vez que a Câmara Apostólica era responsável pela maioria dos canteiros de obra nos espaços públicos e dela dependia uma importante rede de comércio), impõe a necessidade de enfrentar um problema que é, essencialmente, urbanístico e se manifesta no espaço construído de Roma, mas cujas raízes se fixam num outro imperativo, o de refundação de uma cidade destinada, com o retorno dos papas, a se afirmar como *orbis et urbis* de uma Igreja triunfante e que ambiciona tornar a ser *caput mundi* como no auge do Império.

A pesquisa aqui apresentada em forma de dissertação é dividida em três partes: a) análise histórica; b) análise da sintaxe espacial, ou seja, da qualidade do movimento graças à configuração espacial; e c) reflexões que buscam costurar aspectos históricos e sintáticos-espaciais, seja em relação ao processo de renovação romano do *Quattrocento*, seja em relação à ferramenta de análise, identificando suas deficiências e potencialidades. Nosso estudo se concentra primordialmente sobre o século XV, sendo o primeiro passo em direção a uma análise comparativa que compreenderá também os séculos XVI, XVII e XVIII (a chamada Era Moderna) – e que espero ter a oportunidade de construir no futuro próximo. Para a revisão bibliográfica, me apoio sobretudo nas obras de GUIDONNI (1990), GARGANO (2016) e SIMONCINI (2014), historiadores romanos de reputada competência e com vasta e bem documentada obra acerca do assunto tratado neste trabalho. Para a sintaxe espacial, além das publicações de HILLIER (1984, 1987, 1993, 2008, 2012), utilizo MEDEIROS (2013) como referência para construção do método de análise.

A análise histórica empreendida no capítulo 2 é extensa mas necessária. Primeiro porque permite a familiarização do leitor com a topografia e a história de Roma, necessária para a plena compreensão da análise configuracional desenvolvida no capítulo seguinte, e que de certa forma, tece o fio condutor deste estudo. Segundo porque oferece um material de pesquisa permeado de referências e escrito em língua portu-

guesa, contribuindo com os estudantes de história da arquitetura e da cidade que venham a se debruçar sobre o caso de Roma, especialmente sobre o sistema viário e sobre a transição do Medievo para o Renascimento romanos (considerando que a maioria das publicações em português concentra-se sobre aspectos arquitetônicos na escala do edifício e dos principais artistas e arquitetos, sobretudo aqueles dos séculos XVI e XVII). Recomendamos ainda que o leitor se apoie constantemente nas visualizações possibilitadas pelos aplicativos Google Maps e Google Earth, que permitem a visualização de Roma em três dimensões.

Organizamos em ordem cronológica os principais eventos que dizem respeito à construção material do espaço urbano de Roma no século XV, tendo sempre em conta a concepção histórica da qual é expressão, assim como suas dimensões pragmática e semântica. Partimos da Roma imperial, precisamente do Grande Incêndio de 64 d. C., e atravessamos a Antiguidade buscando compreender a transição de capital pagã para capital cristã e de que maneira o planejamento urbano foi instrumentalizado pelas figuras de poder, não apenas de uma perspectiva funcionalista ou tecnológica, mas também em seu significado simbólico. Depois, procuramos resumir a situação ao longo dos quase dez séculos entre Medievo e *Quattrocento*, concentrados na formação e consolidação do seu sistema viário, com o intuito de fornecer um panorama da situação urbana de Roma em torno ao século XV, considerando os seus componentes imediatos (ruas, edifícios, praças etc.) como também a simbologia intrínseca à sua história e arquitetura, concebida como a fusão entre façanha construtiva e ambição simbólica, independente da escala de apreensão. A narrativa se adensa à medida em que se aproxima do século XV e é subdividida em três eixos: o primeiro, diz respeito a aspectos urbanísticos, sobretudo os relacionados com a viabilidade; o segundo trata da estrutura político-administrativa romana, com referências aos órgãos de controle e suas competências, bem como o papel da aristocracia baronal na arena sócio-política tardomedieval; o terceiro versa sobre as relações da Igreja com o território, a consolidação do Estado Pontifício e a perseguição do controle total das instituições que produzem o espaço e a imagem da cidade necessária ao projeto de refundação colocado em prática no século do Renascimento. A última parte da nossa revisão bibliográfica gira exclusivamente em torno do século XV, e trata do quadro social e das transformações urbanas ocorridas entre os papados de Bonifácio IX (1389-1404) e Alessandro VI (1492-1503), feita de forma cronológica e relacionando as intervenções com os seus respectivos empreendedores.

No capítulo 3, apresentamos os fundamentos da teoria da sintaxe espacial e alguns aspectos técnicos e metodológicos daquilo que entendemos como análise configuracional, ou seja, uma análise baseada na “configuração” de um sistema. O termo “configuração”, recorrente no texto, merece especial atenção por se tratar de um tipo específico de “interrelação”, e a delimitação de seu significado será discutida ao longo

do primeiro subtítulo. Apresentamos, também, o método de construção de um Mapa de Segmentos, nossa ferramenta principal para a leitura das qualidades topológicas do sistema viário romano. Serão introduzidas as variáveis de performance “Integração” e “Escolha”, com sumária descrição de seus conceitos e propriedades. Procuramos ser concisos na medida justa, de modo a evitar que o ruído de um alto volume de informações específicas a outros campos do saber que não a arquitetura viesse a turvar o escopo principal desse estudo, que trata das implicações da análise configuracional conjugada com a análise histórica, servindo-se da cartografia histórica como fonte primária. A cartografia histórica será discutida no segundo subtítulo, com destaque para os mapas históricos de Roma que foram utilizados para a interpolação de um modelo hipotético do sistema viário ao final do século XV, assim como a metodologia do processo e a delimitação da área de estudo. Por último, serão apresentados os documentos, mapas e tabelas produzidos via análise do Mapa de Segmentos por meio de aplicativos dedicados que auxiliam no cálculo das variáveis de performance e fornecem a interface gráfica que torna possível a visualização dos padrões de movimento e das qualidades topológicas no sistema viário romano do *Quattrocento*.

No capítulo 4, aprofundamos nas reflexões produzidas pela aplicação da análise configuracional em âmbito histórico. Em primeiro lugar, discutimos sobre a funcionalidade que emerge da configuração espacial, a partir dos estudos de Anna Modigliani (2004), Flavia Colonna (2004) e Maria Giulia Aurigemma (2004) que tratam respectivamente das indicações topográficas dos mercados alimentares, edifícios assistenciais e residências cardinalícias durante o século XV. Cada uma dessas funções e tipologias urbanas foi mapeada e sobreposta aos diagramas de Integração e Escolha, de modo que se pudesse visualizar a sua inserção em relação aos padrões de movimento possível. Por último, as informações correspondentes a cada item foram aglutinadas em tabelas, contendo o endereço completo atualizado da edificação (seu logradouro), os valores numéricos de Integração e Escolha, o comprimento métrico do logradouro de acesso e o nome do proprietário ou da organização mantenedora. Dessa forma, os dados puderam ser tratados e organizados estatisticamente, numa base comparativa que possa servir a estudos futuros.

Discutimos também acerca dos processos de modernização que permeiam não só a arquitetura e a arte, mas praticamente todos os aspectos da vida cidadina, aproveitando as noções de ornamento e decoro para propor algumas reflexões sobre a atividade urbanística promovida pelos pontífices. Aproveitamos também para indicar de que maneira a configuração espacial pode ter contribuído para a espacialização desses processos modernizantes no território de Roma.

Por último, estabelecemos uma reflexão acerca do método utilizado nesta pes-

quisa, suas contradições, deficiências, condicionantes e potencialidades, assim como pontuamos algumas dificuldades encontradas e o balanço geral de sua aplicação.

Dada a complexidade das tabelas e representações gráficas elaboradas, sobretudo referentes aos item 3.3 e 4.1, optamos por acrescentar, ao fim deste trabalho, um apêndice digital que reúne versões das imagens em tamanho aumentado – para que, ao menos na versão digital, as informações permanecessem legíveis, sem prejuízo à compreensão por parte do leitor – e demais elaborados gráficos que não constam ao longo da dissertação mas que possuem valor informativo, como a localização das igrejas que receberam algum tipo de intervenção no século XV ou as tabelas com dados estatísticos da performance viária. Todos os arquivos referentes às imagens, tabelas e representações gráficas serão posteriormente disponibilizados em um repositório virtual, incluindo boa parte da bibliografia utilizada, como forma de compartilhar o conhecimento prospectado e reunido para essa pesquisa.

2. O ESPAÇO URBANO DE ROMA ENTRE IMPÉRIO E RENASCIMENTO

Aprendemos com o ditado popular que todos os caminhos levam a Roma. De fato, à progressiva expansão dos domínios romanos nos séculos IV a. C - II d. C acompanhou-se uma análoga expansão do sistema de estradas que colocava a capital em contato com os territórios sob sua jurisdição (Figura 1) e funcionava como elemento de coesão social ao aproximar as distâncias num império que reunia culturas diversas sob um governo centralizado.

Por meio de uma rede hierarquicamente bem definida, diferentes tipologias de estrada se organizavam a partir de Roma, capital do Império, ramificando-se em direção às províncias, conectando as capitais provincianas entre si e estas, por sua vez, aos demais municípios sob sua respectiva tutela.



Figura 1 — Estradas consulares romanas. Partindo da linha vermelha em sentido horário: Via Aurelia, Via Cassia, Via Flaminia, Via Salaria, Via Tiburtina, Via Casilina, Via Appia; em cinza a Via Postumia e em preto a Via Popilia. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

As estradas mais importantes e aparatadas, chamadas *viae publicae, consulares* ou *militares*, eram de propriedade do estado e por ele mantidas. Por essas vias de grande comunicação se deslocavam as legiões militares e o aparato administrativo estatal,

cujo funcionário em trânsito usufruía dos pontos de parada colocados regularmente ao longo do percurso e que permitiam desde o pernoite confortável da comitiva até a troca de carros e animais de tração. Cada trecho de estrada era atribuído a um curador (*curator*), responsável pela manutenção da qualidade viária e da segurança pública e com autonomia limitada às deliberações de um órgão colegiado chamado de *vigintiviri*, composto por 20 magistrados.

Dentro de Roma, o sistema viário estruturante obedecia a uma lógica radial, partindo da região do Coliseu, mantendo certa linearidade em direção às vias consulares e suas respectivas portas citadinas, enquanto uma série de segmentos transversais menores faziam a capilarização entre as centralidades urbanas, em especial entre a região dos *Fori* e os edifícios de público interesse, como templos, banhos, teatros e circos (Figura 2).

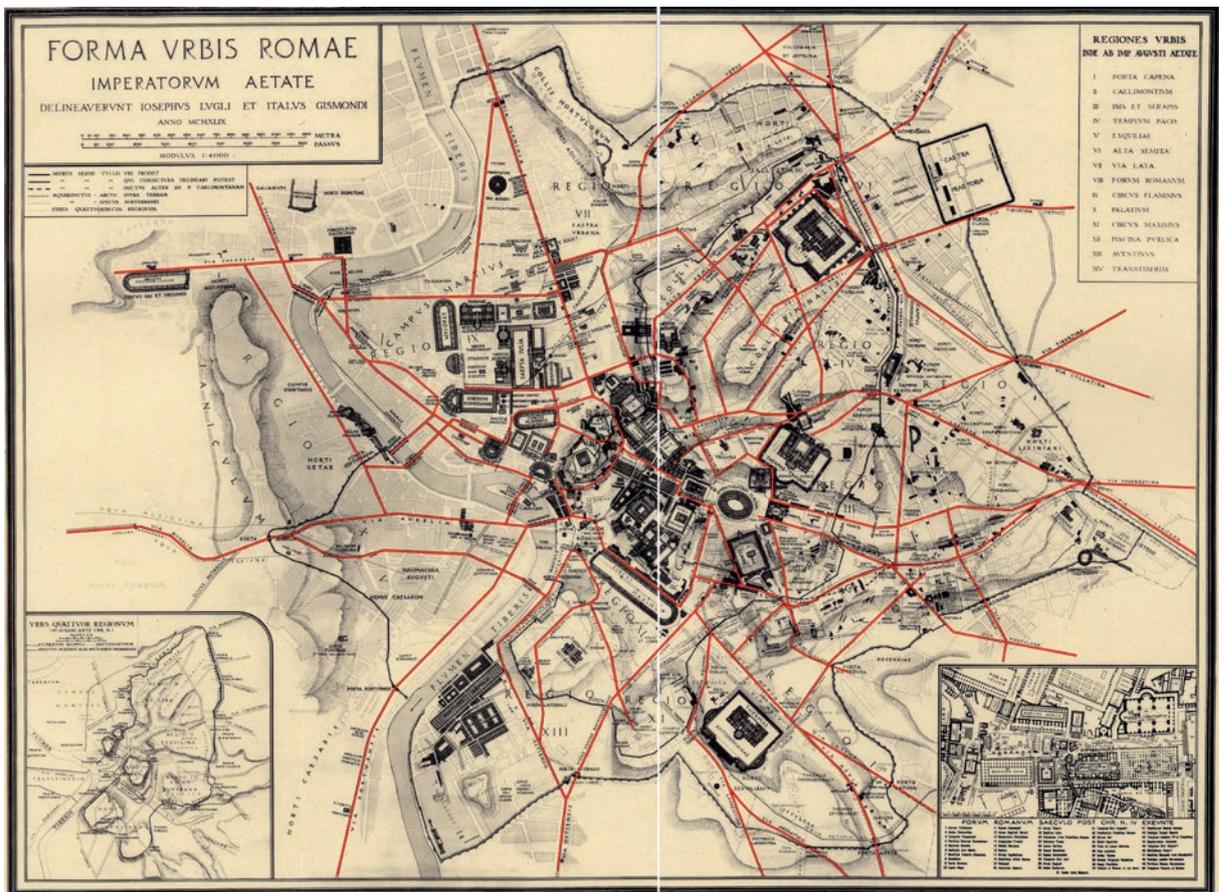


Figura 2 — Principais percursos viários da Roma Imperial. Fonte: elaborado pelo autor sobre planta de Italo Gismondi (1949).

Na Antiguidade, as estradas intraurbanas não serviam apenas a uma necessidade básica de deslocamento e conexão com o sistema viário extraurbano. Mais do que isso, eram verdadeiros palcos, substratos onde se desenrolavam cerimônias cívicas importantes, como o Triunfo dos comandantes vitoriosos, que adentrando as muralhas

se dirigia à via Sacra e por ali seguia até o templo de Júpiter Capitolino. A ambição simbólica do cortejo triunfal era reforçada pela presença de grandes arcos colocados ao longo do percurso, dotados de uma série de elementos escultóricos destinados a relatar os detalhes das conquistas e render o devido reconhecimento aos seus responsáveis.

Com a expansão do cristianismo e o declínio do Império Romano, o controle da produção do espaço urbano e, conseqüentemente, do seu movimento e da imagem inerentes, cada vez mais passa a obedecer uma interpretação cristã da cidade, com as novas centralidades urbanas surgindo em correspondência com os locais e edificações que se confundem com a memória e identidade cristãs. De fato, a vocação de cidade-santuário foi a premissa que manteve Roma viva após a queda do Império (476), ainda que seu território e infraestrutura tenham sido dilapidados por séculos de guerras a fio.

Nesse capítulo, nos dedicaremos a relatar alguns dos passos-fortes que levaram o sistema viário romano ao estado de existência e conservação encontrado no século XV, o qual corresponde ao período analisado posteriormente neste volume com o aporte da análise configuracional e da cartografia histórica, com um aceno especial ao simbolismo dos seus componentes.

2. 1. A transição de capital pagã para capital cristã

Para compreendermos a situação urbanística de Roma no momento de sua re-fundação pelos papas do século XV, precisamos fazer um salto para o passado e entender melhor como o planejamento urbano foi instrumentalizado pelos órgãos de poder, não apenas quanto a uma perspectiva funcionalista ou tecnológica, mas também quanto ao seu significado simbólico, cuja característica principal talvez seja a rígida geometrização do espaço místico como reflexo do ordenamento cósmico.

2. 1. 1. Desenho urbano, ordenamento cósmico e Império

Nosso ponto de partida é o Grande Incêndio de Roma em 64 d. C., um evento desastroso que, como reportado pelos historiadores romanos da época, consumiu dois terços da cidade murada, deixando cerca de 200 mil desabrigados, fazendo milhares

de vítimas e destruindo cerca de 4000 *insulae*, 132 *domus* e um sem número de templos e edifícios públicos.

Tácito, que escreve sobre o incêndio quase meio século depois (*Annales*, lib. XV, par. 38-42), narra seu início a partir das bancas e oficinas situadas na confluência do Circo Massimo com o monte Palatino, e sua rápida evolução, alimentado pelo vento e potencializado pela alta densidade construtiva e estreiteza das ruas metropolitanas. Svetonio, pouco mais tarde (*De vita Cesareum*, lib. VI, par. 38), avançando sobre a narrativa de Tácito, impõe a Nero forte medida de culpa, acusando-o diretamente de provocar o incêndio em razão de seu interesse nos terrenos onde viria a ser edificada sua jactante residência imperial. Dião Cássio, já no início do século III (*Storia Romana* LXII, 16-18), também imputa a Nero a responsabilidade pelo incêndio, salientando um suposto desejo do imperador em ver Roma perecer sob as chamas como Troia, detalhando o *modus* incendiário de seus subordinados e relatando como o próprio Nero, do alto do monte Esquilino, cantava e tocava lira assistindo o nefasto espetáculo do fogo.

À parte todo o afeto e indisposição dos historiadores em relação à controversa figura do imperador, é certo que, com a cidade praticamente reduzida à condição de *tabula rasa*, Nero colocou em prática um programa grandioso, fornecendo assistência financeira aos atingidos e reconstruindo materialmente a urbe segundo parâmetros reguladores atualizados: estradas tiveram suas dimensões ampliadas, novas tipologias habitativas foram implantadas e medidas anti-incêndio foram incorporadas, como a proibição de muros compartilhados entre residências ou a obrigatoriedade de utilizar materiais construtivos tidos como refratários.

Desde a fundação de Roma, a via Sacra – cardo ideal que remonta ao reinado de Rômulo e Tito Tazio, via de conexão entre o templo de Júpiter Capitolino e a antiga Régia – representava o eixo de potência e a conexão da urbe com o ordenamento cósmico. Esse eixo cerimonial será absorvido por uma amplificação de suas duas extremidades; a sudeste, em direção à *villa* dos Laterani, confiscada de Plauzio Laterano após a Conspiração de Pisone (65 d. C.), e a noroeste em direção ao Circo Vaticano. É justamente no meio desse novo *axis urbis*, monumental alinhamento óptico que conforma a espinha dorsal das intervenções arquitetônicas mais significativas e que concentra os locais mais sagrados da civilização romana, onde o imperador edificará a sua residência pessoal, nomeadamente *Domus Aurea*.

A *Domus Aurea* ostentava cerca de 80 hectares de área construída e recebeu essa denominação pela pompa e riqueza de sua decoração, crivada de pedras preciosas, madrepérola, afrescos, e, principalmente, quantidades extravagantes de ouro, posto

que era inspirada pela identificação do imperador com o culto ao deus-sol, já muito difundido no oriente, sobretudo na zona correspondente ao império alexandrino¹.

Construída no vale do *Septimontium*, transbordava por sobre os montes Oppio, Esquilino, Celio e Velia. O acesso principal era feito pelo *Vestibulum*, através da via Sacra, cuja etapa final no monte Velia foi alvo de imponentes trabalhos que ampliaram consideravelmente a sua largura, dotaram-na de uma colunata aos moldes dos estoas gregos e retificaram-na de forma que confluísse para o *Vestibulum* da *Domus Aurea*, onde se erguia a colossal estátua em bronze de Nero vestido como Apolo coroado, de impressionantes 36 metros de altura².

É importante ressaltar que o monte Velia tradicionalmente era associado pelos romanos com o local próprio das moradias reais do período monárquico. Desta forma, o ato de “enxertar” uma edificação dessa magnitude no ponto mais alto da histórica e mística via Sacra, nos arredores da antiga Régia, não pode ser considerado inocente ou desprezioso. Desafiadoramente situada na extremidade da via Sacra oposta ao templo de Júpiter Capitolino, parece rivalizar-se com o Campidoglio pela posição de baricentro da cidade.

O programa neroniano colhe na reconstrução pós incêndio a ocasião para a afirmação despótica do próprio poder, capturando a imagem da cidade e seus componentes (rua, edifício, espaço público, paisagem) para fins de glorificação pessoal, representando um ponto de mudança nas relações entre órgãos de poder e planejamento urbano (GUIDONI, 1990, p. 7), com a apropriação da parte do monarca dos elementos mais importantes do simbolismo urbano e de sua reorganização hierárquica.

Nessa nova hierarquia urbana neroniana, a cidade ainda não é uma grande casa, como recitou Alberti, mas um grande corpo orientado segundo o *axis urbis* (Figura 3). O complexo da *Domus Aurea* figura como a cabeça de um colosso solar, da qual emanam o novo poder político e religioso. Ventre e coração são representados pelo *Forum* e Campidoglio, sedes do senado e dos antigos deuses. Circo, local dos “ritos mundanos” e espetáculos populares, naturalmente aos pés do imperador.

Algum tempo depois, Nero será declarado inimigo de Roma, suas posses serão confiscadas e sua memória cancelada, mas sua atitude pioneira na captura do simbolismo urbano pelos órgãos de poder permanecerá como legado aos governantes futuros.

1 Nero era um admirador de Alexandre Magno e da cultura helenística. Como prova da sua benevolência concedeu ao povo grego a cidadania romana e imunidade sobre os tributos (SVETONIO, *De vita Cesareum*, lib. VI, par. 24).

2 Nero era o próprio Apolo, que canta e toca sua cítara, “autor da harmonia cósmica, o divino condutor que compete no Circo, quase à imitação do moto de *Helios*” (SVETONIO, *De vita Cesareum* lib. VI, par. 53).

A presença blasfema da *Domus Aurea* será removida e em seu lugar será edificado um imenso anfiteatro dedicado à glória da *gens Flavia*, restituindo ao público a propriedade outrora usurpada por um imperador que ousou se colocar acima das instituições republicanas.



Figura 3 — *Axis Urbis Romae*. Partindo do Coliseu (1), em direção ao Campidoglio (2) e Vaticano (3). Fonte: adaptado pelo autor sobre fotografia de arquivo do Centro Progetti DiAP, Sapienza Università di Roma.

2. 1. 2. O Teatro do centro do mundo

Conforme narra Svetônio (*De vita Cesareum IX, 9*), o anfiteatro Flávio (ou Coliseu, inaugurado pelo imperador Tito em 80) surgia no *centro da cidade*. Essa menção ao *centro* nos parece ir além de uma mera interpretação geométrica, revelando, na verdade, uma exaltação monumental de um simbólico “centro do mundo”, segundo uma construção silogística: Roma é o centro do Império; o Coliseu está no centro de Roma; logo, o Coliseu é o centro do Império.

A função urbana que se instala no *centro do mundo* é a da máquina eterna de espetáculos, cristalizada na tipologia arquitetônica do anfiteatro, considerada tipicamente romana (COLAGROSSI, 1913, p. 4). Um edifício de dimensões gigantescas destinado a ser emblema supremo de uma cidade e seu povo, mas que celebra a universalidade e a magnificência romanas paradoxalmente por meio de “jogos” de destruição

em massa, travestidos de combates entre gladiadores ou *venationes*³.

Guidoni (1990, p. 11) indica que as quatro diretrizes principais de ingresso ao Coliseu, situadas nos eixos ortogonais da planta elíptica, figuram também como vetores ideais, alinhados com a via Sacra e com o *axis urbis*; o cruzamento destes, simbolicamente assinalava o ponto de onde se irradiava o poder de Roma para os quatro cantos do Império. De fato, aos pés do Coliseu será construída a Meta Sudante, ponto de origem das novas estradas imperiais executadas pela dinastia *Flavia*. Posteriormente, quando da construção das muralhas Aurelianas (270-275), confirmando sua função de organizar o espaço e o fluxo de movimento *intra urbis*, o mesmo Coliseu será tomado como ponto fulcral para a orientação dos “diâmetros” que conectarão algumas das novas portas citadinas (Figura 4). Parece claro que o Anfiteatro não tivesse apenas uma função lúdica, mas que constituísse em si mesmo o símbolo da potência construtiva, cerne de Roma e âmagô do mundo (GUIDONI, 1990, p. 12).

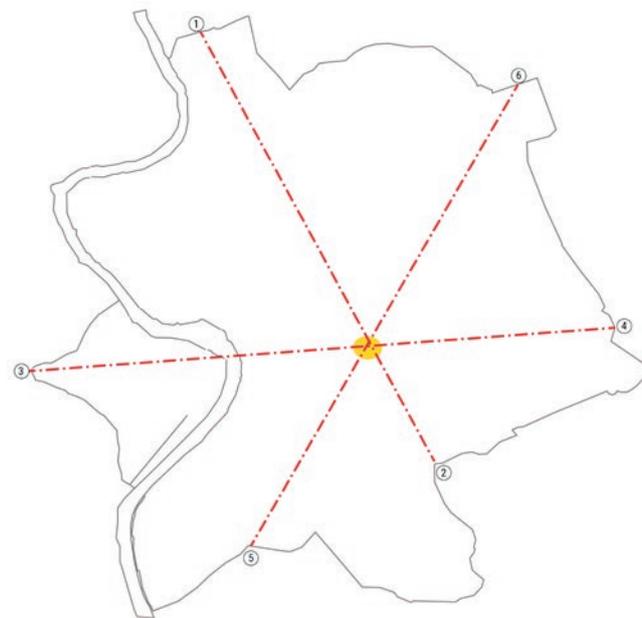


Figura 4 — Muralhas Aurelianas e alinhamentos diametrais entre as novas portas citadinas. 1. Porta *Flaminia* (Porta del Popolo); 2. Porta *Metronia* (Porta *Asinaria*); 3. Porta *Aurelia* (Porta *San Pancrazio*); 4. Porta *Labicana* (Porta *Maggiore*); 5. Porta *Ostiense* (Porta *San Paolo*); 6. Porta *Praetoria*. A mancha amarela representa o Coliseu. Fonte: elaborado pelo autor.

Entre as épocas de Nero e a dos imperadores da *gens Flavia*, há, portanto, um refinamento das dinâmicas que consolidarão, ao longo dos séculos seguintes, a imagem e a função simbólica do *axis urbis*, e, em especial, da região central da cidade, histórica e misticamente imbricada na identidade da Roma pagã. (GUIDONI, 1990, p.12).

³ Sacrifício de animais por meio de um combate simulado. Os animais provinham de todas as partes do império e seu extermínio constituía a principal atração do programa de espetáculos do Coliseu e demais arenas romanas.

A transição para uma Roma cristã, entretanto, resulta de um processo dialético de adaptação e diferenciação que tem seu ponto de partida também no período neroniano, mas que atinge sua maturação com Constantino I.

Lanciani (1893, p. 5-38) demonstra que a doutrina de Cristo era possivelmente tolerada na sociedade romana já desde o primeiro século após a Sua morte. Inicialmente difundido entre a camada mais humilde da população, buscando inspirar fé, esperança e caridade em meio aos assombros da pobreza e da escravidão, o cristianismo não tardou a encontrar seu lugar entre as classes mais privilegiadas. A própria *gens Flavia* contava entre seus membros alguns influentes convertidos à *nova superstitio*, como a célebre Flavia Domitilla, a quem se deve um dos mais importantes cemitérios cristãos da época imperial: as catacumbas de Domitilla.

Para a religião cristã, a definitiva fundação da sua eclesia é consagrada com o sangue do martírio dos apóstolos Pedro e Paulo (67), no contexto das perseguições iniciadas após o Grande Incêndio de Roma. Consequentemente, a postura claramente republicana e oposicionista dos *Flavi* em relação ao absolutismo neroniano, manifestado sobretudo no cancelamento e substituição da *Domus Aurea* pelo “teatro do mundo”, de certa forma vem ao encontro da simpatia cristã. Talvez por isso, e pela já citada proximidade da família com o cristianismo, indica Guidoni (1990, p. 15), o Anfiteatro Flávio tenha sido acolhido de forma neutra pela comunidade cristã, servindo, inclusive, como referência para a localização das tumbas dos mártires originários.

Conforme a Figura 5, se o deslocamento do corpo de Pedro de seu lugar de martírio, nos arredores do Circo Neroniano para a necrópole cristã adjacente pode ser considerado quase nulo, o mesmo não acontece com o corpo de Paulo, que sofre um deslocamento de cerca de 2.700 metros do seu lugar de martírio, identificado com a atual abadia das Tre Fontane, para a sua tumba na atual basílica de S. Paulo Extramuros. Segundo Guidoni (1990, p. 15), esse traslado se justifica pela necessidade de se estabelecer uma relação geometricamente determinada com a cidade. Essa relação é justamente a equidistância e a ortogonalidade entre os troféus apostólicos e o Coliseu, precisamente num ponto situado junto ao *Ludus Magnus*.

Outras duas relações importantes emergem: os vetores formados por BE e DE (Figura 5), idealmente se inserem no Coliseu alinhados com suas diretrizes de ingresso principais, portanto, também alinhados com a geometria cósmica de herança pagã, mas claramente sobrepostos a essa. Além disso, ambos os locais de sepultura parecem guardar um estreito vínculo com o curso do rio Tibre, com Pedro à direita e Paulo à esquerda, como representado na iconografia cristã.

As cruzes levantadas sobre os túmulos de Pedro e Paulo são sinais da presen-

ça de uma Roma já potencialmente cristã paralela à Roma pagã. Ao mesmo tempo, esses dois eixos “cristãos”, ortogonais e com os troféus apostólicos em suas extremidades, parecem introduzir uma tomada de posse da estrutura urbana por parte da comunidade cristã, simbólica e funcionalmente.



Figura 5 — Locais de martírio e tumbas dos apóstolos Pedro e Paulo. Os pontos A e B indicam, respectivamente, o local de martírio e sepultura de Pedro; os pontos C e D, indicam, respectivamente o local de martírio e sepultura de Paulo (d = 2.700 m); o ponto E indica o Coliseu. A mancha amarela indica o perímetro das Muralhas Aurelianas. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

Com o declínio do paganismo e a proibição dos sacrifícios aos antigos deuses, já nos momentos finais da transição entre Roma pagã e Roma cristã, os templos pagãos são destinados ao abandono, ao saque e à destruição progressivos, transformando-se em “vazios na cidade, irrecuperáveis no seu conjunto e reutilizáveis apenas se desmembrados em material de construção” (GUIDONI, 1990, p.16, tradução minha⁴).

A impossibilidade ontológica de coexistência entre edifícios de culto pagãos e cristãos, justifica o aparente desperdício econômico da construção *ex novo* de seus locais de culto – exceção feita à sobreposição cristã em templos pagãos parcialmente ou totalmente destruídos, posto que isso “testemunhava a completa vitória da nova religião sobre os antigos deuses” (GUIDONI, 1990, p. 16). Cabe ainda ressaltar que a Igreja Romana, ao longo de séculos de perseguição, acabou por modelar-se sobre os locais mais periféricos da urbe, onde efetivamente desenvolvia-se a luta pela sua pró-

⁴ Todas as traduções de textos originais em inglês e italiano que aparecem nesta dissertação foram por mim realizadas, exceto indicação em contrário.

pria afirmação, o que acaba reforçando esse afastamento entre cristãos e pagãos, seja na escala do edifício, seja na escala da cidade.

Naturalmente, estas incongruências deveriam impor uma espécie de fratura entre os dois modelos de cidade, o que, no entanto, não se verifica. Ao contrário, nota-se certa continuidade material com a Roma pagã, que transparece inclusive na apropriação das partes mais centrais da cidade, como o Cárcere Mamertino (prisão onde esteve Pedro antes de sofrer o martírio), ou o oratório na via Sacra em memória do confronto entre Pedro e Simão Mago.

O que muda, e de forma evidente, é o equilíbrio de poder entre pagãos e cristãos, tanto no âmbito sócio-cultural quando na sua manifestação visível no espaço da cidade: os cemitérios subterrâneos se transformam, com a construção das basílicas, em santuários imponentes, assinalando a participação oficial da organização cristã na paisagem e ambiente urbanos. Cabe ressaltar que esse discurso vale principalmente para as áreas mais periféricas de Roma, uma vez que o centro da cidade permanece como reduto da organização pagã. No centro, as intervenções urbanas e arquitetônicas, mesmo no período de Constantino (313-337) são demasiadamente modestas (GUIDONI, 1990, p. 17).

2. 1. 3. A cidade *in modum crucis*

No início do século IV, após derrotar Massenzio na célebre batalha de ponte Milvio (312), Constantino unifica o controle sobre todo o território italiano. Uma de suas primeiras providências foi outorgar o Édito de Milão (313), documento legal que garantia a liberdade de culto em todo o Império e que oficialmente colocava termo na perseguição contra os cristãos, restituindo a esses os seus locais de culto e posses confiscadas. A benevolência de Constantino quanto ao cristianismo é bem conhecida dos historiadores e biógrafos da Antiguidade⁵ e foi durante seu reinado que a Igreja deu os passos decisivos em direção à apropriação simbólica de Roma, sua estrutura urbana e seu simbolismo arquitetônico – prelúdio do que virá a ser a Roma medieval.

Contudo, essa “tomada de posse” não se configurou como um evento repentino ou inesperado; ao contrário, foi o resultado de processos históricos seculares que atin-

5 Sobre Constantino, a principal fonte é Eusebio di Cesarea. Ver Eusebius of Caesarea. “The Life of Constantine.” Tradução de Ernest Cushing Richardson. NPNF 2/1:481–559. Disponível em: <https://ccel.org/ccel/schaff/npnf201/npnf201/Page_Index.html>. Acessado em 02/11/2021.

giam a maturação sob Constantino, catalisados pela violência das perseguições precedentes. Nem uma revolução, nem uma conversão no sentido literal de cada uma dessas palavras, mas, como afirma Lanciani (1893, p. 16, grifos meus), “o reconhecimento oficial de um *estado de coisas* que há muito deixara de ser secreto”. Sob o ponto de vista do desenho urbano a transição para a Roma cristã foi completada com a construção das quatro basílicas patriarcais (S. Pedro, S. Paulo, S. Salvatore e S. Maria Maggiore) *in modum crucis*, impondo sobre o tecido da capital do mundo o símbolo do martírio de Cristo e emblema máximo da fé cristã.

A tipologia da basílica cristã se inspira na arquitetura das basílicas civis romanas, especialmente a basílica palatina, onde o imperador se fazia ver em meio à multidão valendo-se da ênfase cenográfica conferida pela ábside, elemento de terminação semicircular. A forma retangular da basílica cristã, tensionada entre a porta de entrada e o altar absidal é a própria metáfora da *via salutatis*, o caminho da salvação, ao fim do qual tem-se a comunhão. Uma forte componente geométrica organiza o espaço místico na escala do edifício e confere uniformidade no reconhecimento desses edifícios em escala urbana⁶.

Se, por um lado, para o cristão a cruz representa mecanicamente o martírio, a salvação, a redenção e a origem da sua Igreja, por outro, constitui uma imagem universalmente aceita para indicar aspectos do mundo visível, podendo representar as duas direções do espaço definidas pelo percurso solar – oriente e ocidente –; o céu e a terra; a expansão centrífuga e inexorável, própria dos cultos solares; e ainda, o centro que mantém unidas as partes que tendem à desagregação⁷. Parece-nos pertinente inferir que, por detrás da construção das basílicas papais e da necessidade imediata de inserção e reconhecimento do cristianismo na lógica da produção do espaço urbano, a orientação em forma de cruz, possuindo como centro o Coliseu, representa um ponto de convergência entre experiência mística e experiência urbanística, repropoando a cidade como mediatrix numa espécie de refundação.

A primeira basílica foi construída no antigo complexo imperial do Laterano, doado por Constantino ao papa Milziade (311-314) como parte de sua política filocristã. A doação do complexo do Laterano é um passo-forte na transição para uma interpretação cristã de Roma, não só porque ali surgirá a basílica de S. Salvatore⁸, o palácio papal e o batistério, mas também porque o câmbio do poder acontece na “cabeça” do *axis urbis*, que, com S. Pedro na outra extremidade, passa a pertencer integralmente à Igreja de Cristo.

6 Sobre a relação entre tipologia construtiva e *arché* cristã, ver BRANDÃO. *A formação do homem [...]*. 1999.

7 Sobre a origem, o desenvolvimento e o culto da cruz na Igreja cristã, ver LOCONSOLE. *Il simbolo della croce [...]*. Liber Anuus, vol. 53, p. 217-284, 2013.

8 Reconhecida em língua latina pelo título de *Omnium Urbis et Orbis Ecclesiarum Mater et Caput*, literalmente “Mãe e guia de todas as igrejas do mundo”.

Desta forma, S. Pedro e S. Salvatore figuram como polos recíprocos de um mesmo símbolo: o copo humano pregado na cruz (não mais o colosso solar neroniano), e dessa cruz eles conformam a haste vertical⁹. A haste transversal, por sua vez, tem como polos recíprocos a tumba de S. Paulo e, num primeiro momento, a *Domus Ecclesiae*¹⁰ de Pudente (identificada com a basílica de S. Pudenziana), posteriormente substituída pela vizinha basílica de Santa Maria Maggiore.

Segundo nos conta Guidoni (1990, p. 19), Pudente foi o patriarca de uma família martirizada no século I e teria hospedado Pedro em sua casa no monte Esquilino durante a atividade missionária do apóstolo em Roma, recebendo deste a conversão ao cristianismo. Possivelmente nessa residência, adaptada como igreja doméstica, tenham ocorrido os primeiríssimos cultos e as primeiras consagrações de bispos, conduzidos pelo próprio Pedro. Os corpos de Pudente, suas filhas Pudenziana e Prassedo foram posteriormente sepultados nas catacumbas de Priscilla, uma necrópole subterrânea continuamente ampliada até o século V e cuja importância se reafirma ao longo do tempo, sendo local de sepultura de sete papas, incluindo Silvestre I, que recebeu a “investidura de Roma” das mãos do próprio imperador Constantino.

Aqui também se verifica uma forte componente geométrica a conciliar o espaço místico cristão com a topografia histórica. As catacumbas de Priscilla, a basílica de S. Pudenziana e o Coliseu estão unidos por um eixo retilíneo que mede cerca de 4.500 metros entre os extremos (Figura 6). A mesma distância se verifica quando consideramos os polos recíprocos da cruz: S. Pedro e S. Salvatore, S. Paulo e a *Domus Ecclesiae* de S. Pudenziana.

O cruzamento dos dois eixos não se dá exatamente ao centro geométrico do Coliseu, fato que será corrigido com a construção da basílica de Santa Maria Maior e a sua efetivação como o polo setentrional da cruz de basílicas. Entretanto, essa efetivação não se deve apenas a um discurso puramente geométrico de alinhamentos axiais e centralidades, mas também à consolidação de um paralelismo entre os “terrenos” Pedro e Paulo (que representam também a fusão entre judeus e gentios convertidos) e os “transcendentais” Cristo e Maria, diretamente relacionados com a divindade da Igreja e sua condição de mãe dos cristãos.

A consolidação do esquema em forma de cruz é resultado de um processo que

9 Uma vez que Pedro foi crucificado de cabeça para baixo, o eixo passa a ter simbolicamente dois pontos de origem: ao oriente, aquele do Cristo Salvador, na linha evolutiva dos órgãos de poder solar-imperial; ao ocidente, aquele de Pedro, pedra basilar da Igreja e cerne da identidade cristã (GUIDONI, 1990, p. 19).

10 As *Domus Ecclesiae* eram edifícios privados adaptados pelos seus proprietários ao culto cristão e remontam às origens da Igreja, figurando como os primeiros locais de encontro da *nova superstitione*.

se estendeu por todo o século IV e que encontra na política filocristã de Constantino a sua ignição. De fato, o Imperador atuou diretamente apenas na construção da basílica de S. Pedro no Vaticano e, de modo indireto, na doação do Laterano para a Igreja, que com isso veio a conquistar simbolicamente a superioridade em relação ao poder imperial dentro do território romano. As outras duas basílicas que compõem o braço transversal da cruz serão comissionadas pelos papas da segunda metade do século IV, já de posse das estruturas de planejamento urbano.

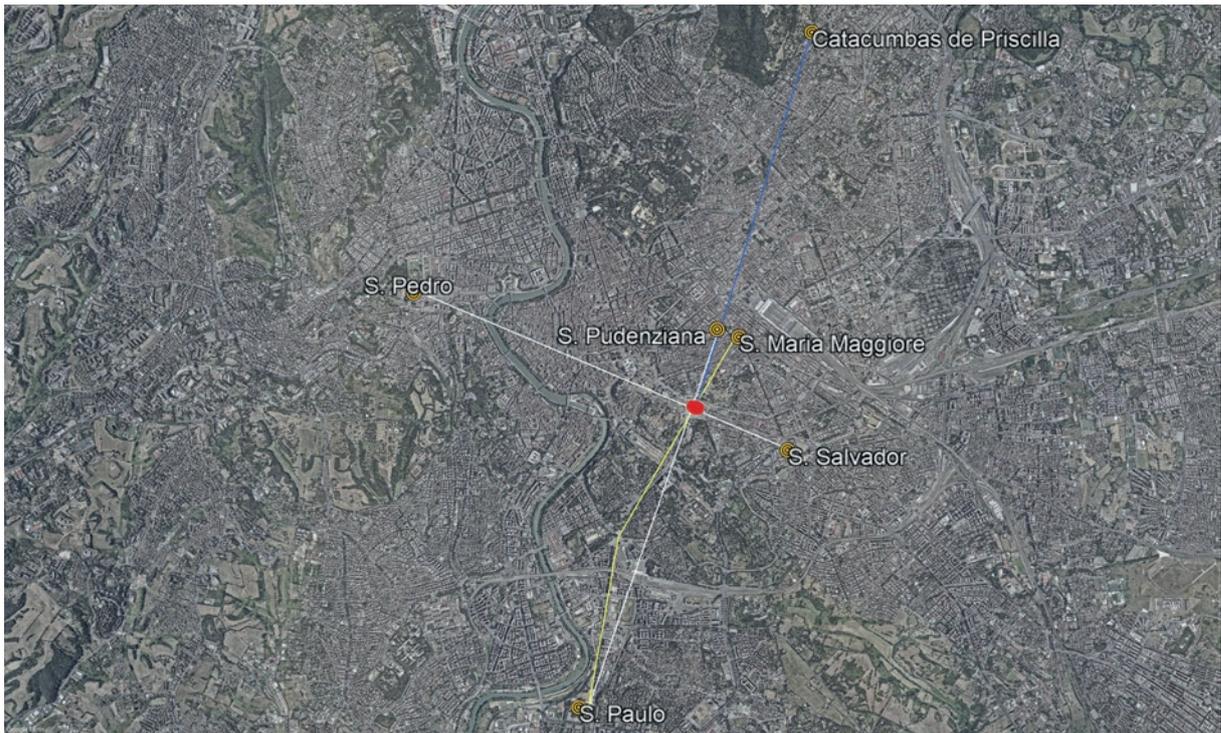


Figura 6 — Cruz de basílicas. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

Em 330, Bizâncio é refundada com o nome de *Nova Roma* e para lá é transferida toda a corte imperial e o aparato administrativo da capital do império. A *antiqua Roma* resta “abandonada” ao seu destino de lenta decadência e essa ocasião é colhida pela Igreja como ato final da transição de uma capital pagã para uma capital cristã. Ao final do século IV, Roma já não era mais *caput mundi* secular, mas sim *urbis et orbis* do cristianismo, consagrada pelo sangue de Pedro e Paulo – donde retira a sua primazia sobre todas as outras igrejas do mundo.

A “renúncia” ao Ocidente, por parte de Constantino, significa,

para além das disputas posteriores, uma efetiva doação de Roma à Igreja, que não poderia tolerar por muito mais tempo o culto ao imperador-sol; [...] em Roma se evidencia a interpretação cristã da cidade: se para a nova capital do Oriente esse momento significa o destino de recolher a herança de *Roma caput mundi*, para Roma significa o ponto de inflexão para a sua função de *caput orbis* medieval. (GUIDONI, 1990, p. 18, grifos meus).

2. 2. Entre Medievo e Renascimento

Sobre a questão de Roma durante a dilatada idade medieval, os dez séculos que se interpõem entre a queda do Império Romano (476) e o período sobre o qual nosso estudo intenta concentrar-se, uma miríade de acontecimentos históricos dá lugar a uma infinidade de interpretações; dessas, não podemos mais que acenar aos passos-fortes necessários à compreensão do escopo principal desse capítulo: fornecer um panorama da situação urbana de Roma em torno ao século XV, considerando os seus componentes imediatos (ruas, edifícios, praças etc) como também a simbologia intrínseca à sua história e arquitetura, concebida como a fusão entre façanha construtiva e ambição simbólica, independente da escala de apreensão.

Para tanto, tentaremos constelar as principais transformações urbanas de Roma no Medievo em uma narrativa cronológica, que se adensa à medida em que se aproxima do século XV, dividida em três eixos principais. O primeiro, diz respeito a aspectos urbanísticos, sobretudo relacionados com a viabilidade. O segundo, traça um panorama da estrutura político-administrativa romana, com referências a órgãos de controle e suas competências, bem como o papel da aristocracia baronal na arena sócio-política tardomedieval. Por último, as relações da Igreja com o território, a consolidação do Estado Pontifício e a perseguição do controle total das instituições que produzem o espaço e a imagem da cidade, necessária ao projeto de refundação colocado em prática no século do Renascimento – sobre o qual tratarei mais adiante nesta dissertação.

2. 2. 1. Urbanística e viabilidade na Roma do Medievo

No início do século VI a cruz de basílicas já aparece como um esquema urbano estruturante; no entorno do Coliseu os edifícios cristãos se multiplicam, invadindo a área do Forum. A lógica da cruz com centro no Coliseu é replicada, como podemos ver na Figura 7, contando cerca de 400 metros entre seus polos recíprocos e formando uma espécie de barreira protetiva ao redor do anfiteatro, guardando os seus eixos principais.

A via Sacra, que durante a Antiguidade esteve compreendida entre Campidoglio e Coliseu, passa a conotar todo o percurso entre Vaticano e Laterano (S. Pedro e S. Salvatore), caminho sagrado para os cristãos peregrinos e eixo das procissões ce-

rimoniais pontifícias; por isso, ao longo do medievo será conhecida como via *Papalis* ou via *Lateranense*, como resta visível pela reconstrução gráfica de C. Hülsen (1907) do Itinerário de Einsiedeln (Figura 8).



Figura 7 — Cruz de basílicas no entorno do Coliseu. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

O Itinerário do anônimo de Einsiedeln¹¹ é um documento em forma de *codex*, escrito por volta do século VIII e compilado sucessivamente até o século XIII, que traz uma descrição sumária de Roma com indicações topográficas e uma série de percursos comentados, destinados ao visitante que se encontrava em Roma pela primeira vez. Fazem parte do mesmo documento uma descrição das muralhas de Roma, uma liturgia da Semana Santa, e uma coletânea de epígrafes e poemas latinos.

Ainda que de forma textual, as principais vias de circulação aparecem precisamente definidas, graças à sua correlação com as emergências arquitetônicas e portas cidadinas. Pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo do Itinerário, como Rodolfo Lanciani (1891) e Christian Hülsen (1907), consideram a possibilidade de que, anexo ao documento, constasse também uma planta de Roma, complemento gráfico à descrição textual; entretanto, desta planta não se verifica mais do que o indício de sua existência e devemos ao próprio Hülsen a sua reconstrução hipotética.

A reconstrução gráfica de Hülsen inclui todos os edifícios mencionados textualmente pelo anônimo de Einsiedeln e é uma das mais importantes fontes documentais

11 Ver C. HÜLSEN. (1907) e R. LANCIANI (1891)..

no que diz respeito à viabilidade de Roma em torno do século IX. A representação é circular, as indicações topográficas são feitas em vermelho para os edifícios da Antiguidade e em preto para os edifícios cristãos. Do Itinerário emerge a correspondência entre os percursos descritos e os traçados viários de época Clássica, indicando a continuidade e persistência da viabilidade antiga em pleno alto Medievo (MENECHINI, 2017, p. 4).

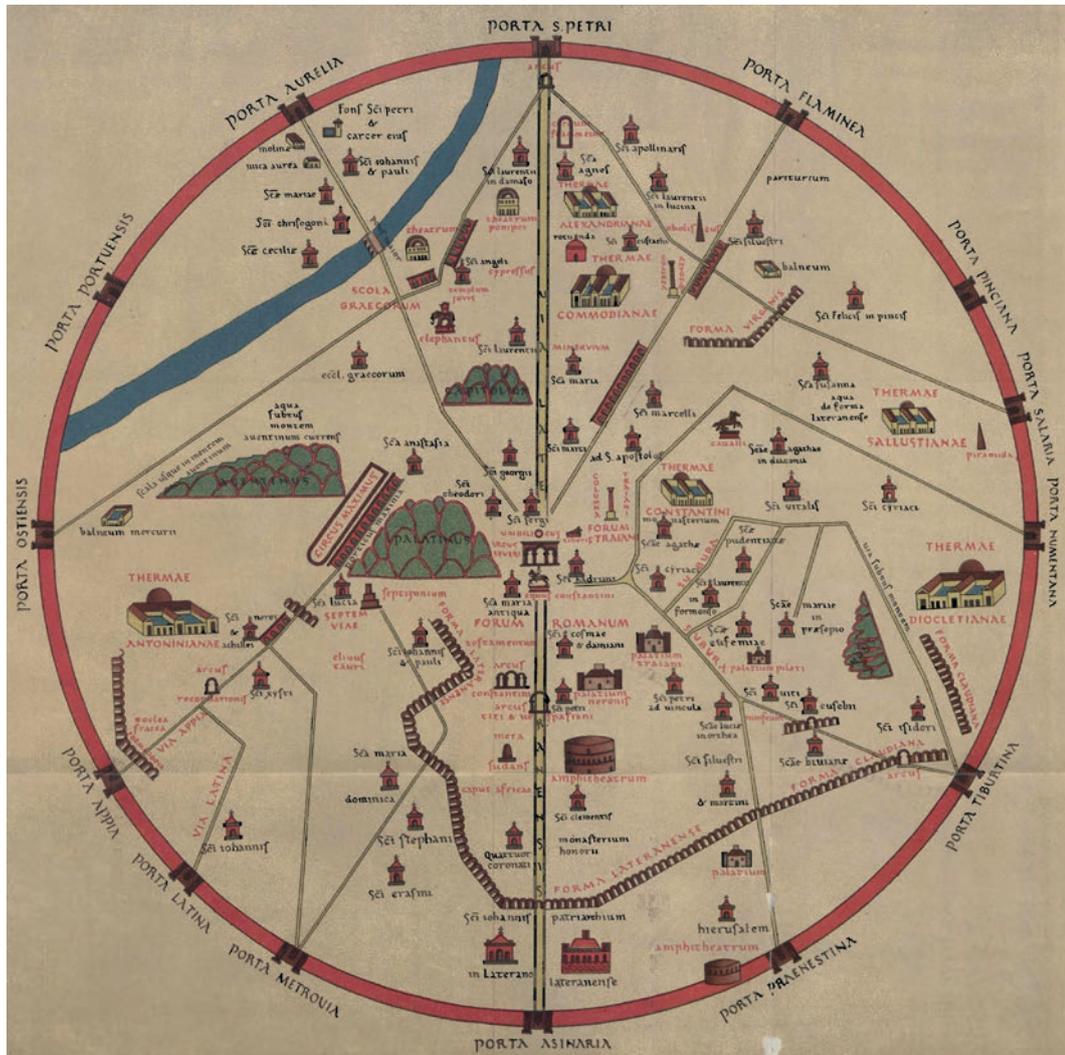


Figura 8 — Roma descrita pelo Itinerário de Einsiedeln. Reconstrução gráfica de Christian Hülsen. Fonte: extraído de HÜLSEN (1907, p. 59).

O *axis urbis* aparece como um grande *cardo* vertical, de nome *Via Lateranensis*, atravessando diametralmente a cidade da *Porta S. Petri* até a *Porta Asinaria*. Ao longo desse eixo estão coordenados os principais monumentos e lugares sacros da Antiguidade, dentre os quais podemos distinguir o teatro de Pompeio, o Pantheon, os montes Capitolino e Palatino, a coluna de Trajano, os arcos de Settimio Severo e Constantino, o Coliseu e alguns dos aquedutos ainda sobreviventes.

Conquanto o *cardo* se mostra visualmente primário na reconstrução de Hülsen, o mesmo não se pode dizer do *decumano*, que compartilha com os demais percursos

radiais uma hierarquia visual secundária. O decumano conecta a porta Aurelia à porta *Praenestina*, atravessando o Tibre na região do teatro de Marcello e dali, por entre os montes Palatino e Campidoglio, ao centro de Roma (*umbilicus urbis*); a segunda etapa segue rumo a porta *Praenestina* passando pela região de Santa Maria Maggiore, pelo arco de Galiano e pelos arredores da basílica Sessoriana (S. Croce in Gerusalemme).

Chama atenção o fato da basílica de S. Pedro não constar do Itinerário de Einsiedeln, ainda que este cite expressamente uma porta *S. Petri* como início dos percursos 2 e 8. Isso se explica porque os percursos do Itinerário partem sempre das portas rumo ao interior da urbe, e a mencionada basílica encontra-se fora da cidade murada, ao primeiro *miglio* da via *Cornelia*. Seu acesso a partir da cidade murada se dava mediante a travessia da ponte *Elio*, de frente ao Castelo Sant'Angelo, em cuja margem esquerda estava a porta *S. Petri*, demolida nos últimos séculos do Medievo.

Curiosamente, na reconstrução de Hülsen estão representados uma série de pórticos, como ao longo da via *Flaminia* (que conduz à porta homônima) na altura de S. Marcello; na região do Circo Massimo; na região do teatro de Marcello. A presença de tais vias porticadas é atestada também por L. B. Alberti no seu tratado sobre a Arquitetura:

Aprendemos que em Roma, dentre as demais existiam duas estradas deste gênero [porticadas], dignas da maior maravilha: uma ia da porta [Ostiense] até a basílica de S. Paulo, por uma distância aproximativa de cinco *stadi* [1.110 m.]; a outra, da ponte [S. Angelo] até a basílica de S. Pedro, medindo 2.500 *piedi* [741 m.] e coberta por um porticado dotado de colunas de mármore e cobertura de chumbo (ALBERTI, 1996. Livro VIII, Cap. VI, p. 708-709, complementos meus).

Giorgio Simoncini (2004, p. 18-19) também confirma a presença da *Portica* entre Ponte Sant'Angelo e basílica de S. Pedro, mas condiciona o seu desaparecimento aos anos finais do século XIV.

Sobre a viabilidade no baixo medievo¹², nos conta Roberto Meneghini (2017, p. 286-289) que até o século XIII, todas as estradas que conduziam às portas das Muralhas Aurelianas ainda eram chamadas pelos seus nomes antigos (*Flaminia*, *Pinciana*, *Salaria*, *Appia* etc); das nove pontes de época Clássica restavam apenas quatro: Santa Maria, Cestio, Fabricio e *Elio*. A primeira, também conhecida como ponte *Aemilio* ou ponte Rotto, situada à jusante da Ilha Tiberina na altura do *Forum Boario*, etapa final da via *Aurelia* para quem entra pela porta homônima; as duas seguintes fazem parte de um único atravessamento: conectam a Ilha Tiberina respectivamente com Trastevere e

¹² Ver o extenso trabalho de E. HUBERT. 1990. *Espace Urbain et Habitat à Rome du X siècle à la fin du XIII siècle*. Collection de l'École Française de Rome 135. Roma: École Française de Rome: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo..

teatro de Marcello; a última, atravessa o Tibre de frente ao Castelo Sant'Angelo.

O valor estratégico do Castelo Sant'Angelo, construído sobre o sepulcro do imperador Adriano, à margem direita do Tibre, é atestado pela sua história. A grande *Mole Adrianorum* foi incluída nas Muralhas Aurelianas pelo imperador Honório (403), quando assume o apelativo “castelo”, transformado em baluarte, defendeu o Vaticano dos saques de Alarico (410) e Genserico (455). Gregório Magno, no primeiro ano de seu pontificado (590-604), durante uma procissão cerimonial contra o flagelo de uma grave epidemia que se abatia sobre a população romana, teve uma visão onde o arcanjo Miguel embainhava a sua espada no topo do Castelo, um sinal de que a epidemia estaria por terminar. Dali em diante passou a chamar-se Castelo Sant'Angelo.

A vocação para fortaleza associada à sua localização privilegiada fez com que o Castelo fosse objeto de disputa entre diversas facções baronais, ansiosas pelo seu controle. Por quase um século (X-XI) pertenceu aos Crescenzi, que ampliaram a fortificação e converteram parte do complexo em prisão; a posse passou depois à família dos Pierleoni e por último aos Orsini; por volta de 1365 pelas mãos dos Orsini, o Castelo passará definitivamente à propriedade da Igreja, que o utilizará não apenas como fortaleza, mas como sede do Arquivo e do Tesouro, como tribunal e prisão.

Algumas das execuções de penas capitais consideradas “exemplares” eram comumente realizadas na área do Castelo, como por exemplo a de Stefano Porcari em 1453, condenado por conjurar contra a Igreja, enforcado e exposto no torreão mais alto: “voltado para a ponte, *no lugar mais visível da cidade*, e seu corpo foi deixado pendurado por três dias, a fim de que a dureza da justiça papal fosse ensinamento e impedimento para os romanos” (MODIGLIANI, 2013, p. 46, grifos meus).

O lugar mais visível da cidade não era propriamente o Castelo em si, mas o importante centro urbano que se consolida durante o baixo Medievo na sua margem oposta. O trecho de estrada retilíneo e alinhado com a ponte Sant'Angelo, conhecido como Canale di Ponte, concentrava uma série de serviços como bancos, casas de câmbio, hospitais para peregrinos de diversas nacionalidades e também um mercado de alimentos; para ali convergiam também as vias *Peregrinorum*, *Recta*, *Papalis* e *Tor di Nona*, que atravessavam a alça do Tibre se conectando com o Vaticano pela ponte Sant'Angelo (Figura 9).

A via *Peregrinorum* recebeu esse nome pelo fato de ser tradicionalmente percorrida pelos peregrinos que transitavam entre as basílicas de S. Paulo Extramuros e S. Pedro. A partir do Canale di Ponte a via *Peregrinorum* margeava o Tibre em direção ao Campo de' Fiori; dali, rumo à praça Giudea, *Forum Boario* e Marmorata até a porta Ostiense, donde em linha reta alcançava a basílica de S. Paulo Extramuros. O trecho entre

Campo de' Fiori e praça Giudea era conhecido também como via *Florida-Mercatoria* e correspondia a uma viva centralidade mercantil repleta de artesãos e suas oficinas. No entorno da praça Giudea acontecia o mercado do peixe (*Forum Piscarium*), o mercado de vegetais (*Forum Olitorium*) e o mercado de bovinos (*Forum Boarium*); no trecho sul do percurso intramuros situava-se a antiga zona portuária do *Emporium*, aos pés do Aventino, que por sua vez reúne alguns dos mais antigos locais de culto cristão, como S. Sabina e S. Prisca (Figura 10).



Figura 9 — Área de Canale di Ponte. 1. Canale di Ponte e praça S. Celso; 2. Castelo Sant'Angelo; A. Via *Peregrinorum*; B. Via *Papalis*; C. Via *Recta*; D. Via *Tor di Nona*; Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113)

Ao longo da via *Papalis*, já citada como via *Sacra* ou via *Lateranense*, se desenvolviam as cerimônias mais importantes da Igreja, precisamente as procissões papais entre Laterano, sede da basílica de S. Salvatore, e Vaticano, sede da basílica de S. Pedro. Possuía dois itinerários distintos para ida e retorno, organizados em função de edifícios de culto e antiguidades romanas.

A Figura 11 reproduz o percurso da procissão de Segunda-feira de Páscoa, descrito por Benedetto Canonico na segunda metade do século XII (cf. MENECHINI, 2017, p.288). O pontífice partia à cavalo do complexo do Laterano com sua comitiva e seguia pela via *Maior* em direção ao Coliseu para inserir-se no *Forum Romano* pela antiga via *Sacra*, passando sob o arco de Tito. Na altura de S. Adriano, situada no edifício da antiga *Curia Iulia*, a procissão dobrava à direita pelos restos do *Forum de Nerva*, percorria o antigo caminho do antigo *Argiletum* e subia até a área da Torre delle Milizie; dali descia em direção à basílica dos SS. Apostoli, depois pela via *Lata* até a Coluna Antonina, onde dobrava à esquerda e seguia pela via *Recta* até a ponte Sant'Angelo, acesso para S. Pedro, onde a missa era celebrada.

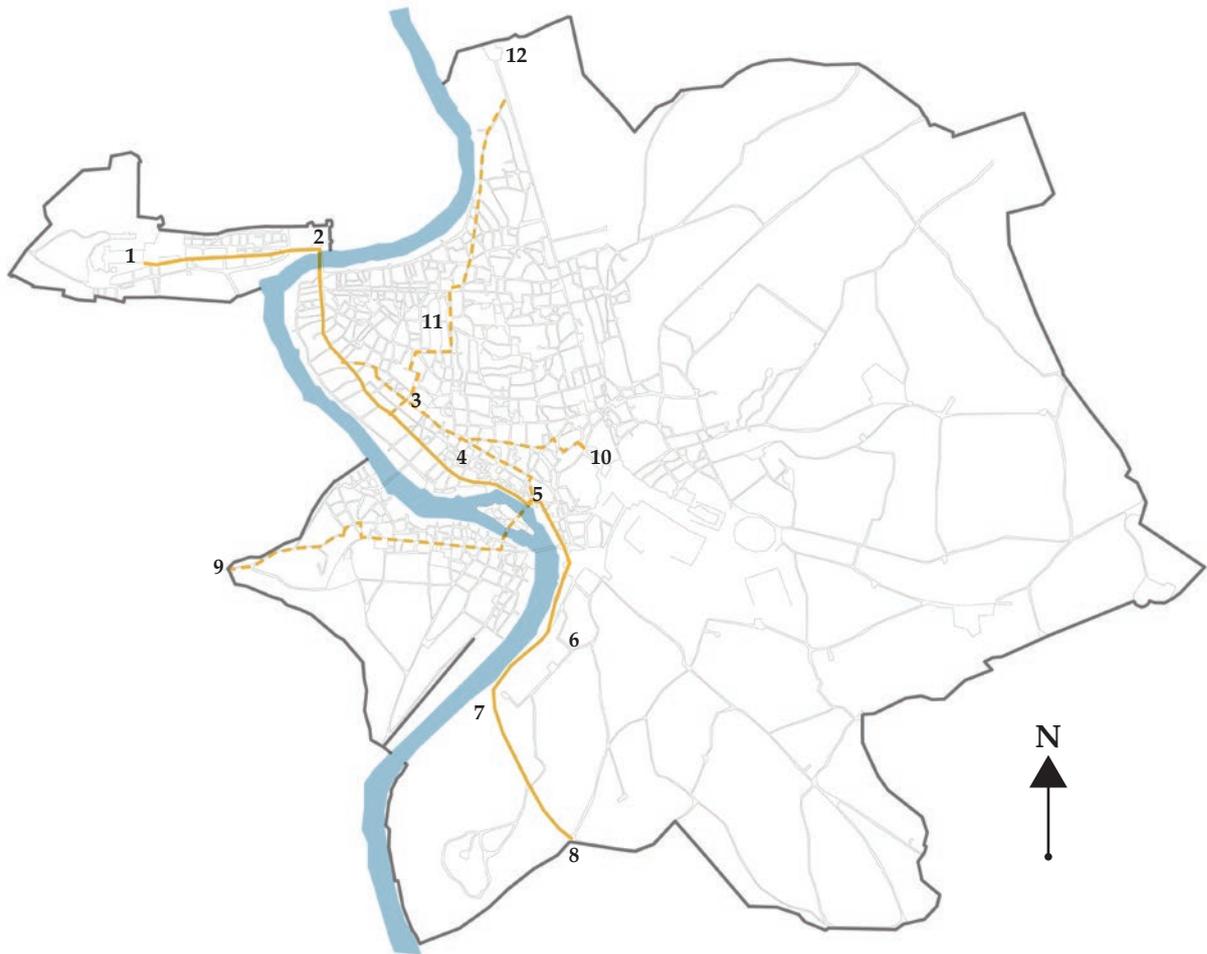


Figura 10 — Via *Peregrinorum*. 1. S. Pedro; 2. Castelo Sant' Angelo; 3. Campo de' Fiori; 4. Via *Florida-mercatoria*; 5. Praça Giudea; 6. Aventino; 7. *Emporium*; 8. Porta Ostiense; 9. Porta Aurelia; 10. Campidoglio; 11. Praça Navona; 12. Porta del Popolo (*Flaminia*). Os trechos tracejados correspondem aos principais percursos transversais relacionados com o trânsito de peregrinos. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

O retorno atravessava a alça do Tibre em correspondência ao flanco meridional da praça Navona, antigo estádio de Domiciano, passando pela zona do Calcarario (atual Largo di Torre Argentina) em direção à basílica de S. Marcos. De S. Marcos, a comitiva papal retornava ao *Forum Romano* pelo *clivus Argentarius*, passando sob o arco de Settimio Severo para então repercorrer a via Sacra em direção ao Coliseu em por fim, ao Laterano.

Via *Flaminia-Lata* e via Tor di Nona fazem parte do esquema de coligamento da porta del Popolo (*Flaminia*) com a cidade histórica, respectivamente pelas zonas do Campidoglio e da alça do Tibre (Figura 12). A via *Flaminia-Lata* é o prolongamento urbano da via *Flaminia* e conecta em linha reta a porta del Popolo com a cidade histórica e o *Forum Romano*, costurando emergências arquitetônicas da Antiguidade, como o mausoléu de Augusto, a Coluna Antonina e a Coluna Trajana. No seu último trecho,

devido à preexistência das *Septa Iulia*, a calha viária era bastante ampla, de onde muito possivelmente deriva o apelativo Lata (do latim, largo, amplo).

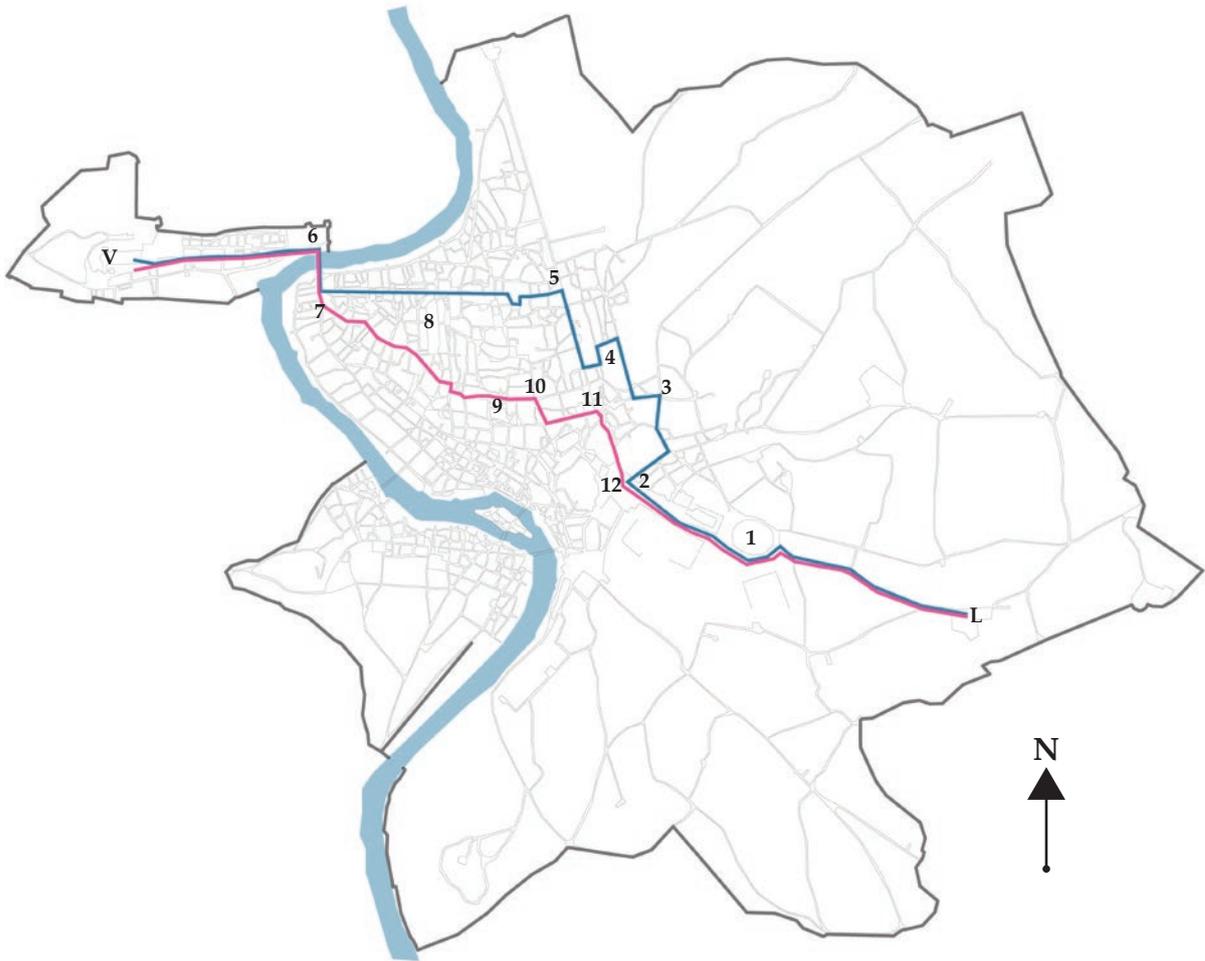


Figura 11 — Itinerário da procissão papal de Segunda-feira de Páscoa. Em azul o percurso de ida e em magenta, o percurso de retorno, identificados como via *Papalis*. L. Laterano; V. Vaticano; 1. Coliseu; 2. S. Adriano (*Curia Julia*); 3. Torre delle Milizie; 4. SS. Apostoli; 5. Coluna Antonina; 6. Castelo Sant'Angelo; 7. Canale di Ponte; 8. Praça Navona; 9. Calcarario; 10. Igreja del Gesù; 11. S. Marcos; 12. Arco de Settimio Severo. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

Via Tor di Nona, por sua vez, representa um acesso direto para os peregrinos e mercadorias que adentram a cidade pela Porta del Popolo em direção ao movimentado *hub* de Praça S. Celso / Canale di Ponte. A via margeia o Tibre passando à direita do Mausoléu de Augusto e recebeu esse nome por conta de uma torre medieval alinhada com o trecho retilíneo de estrada mais próximo ao Canale di Ponte, já presente em época Clássica (ver Figura 2, *supra*, p. 27).

Consolidada sobre o percurso que outrora se iniciava na ponte Neroniana e se estendia até a Coluna Antonina, a via *Recta* no baixo Medievo coligava a via *Peregrinorum* à via *Flaminia-Lata*, passando pelo flanco norte da praça Navona e pela região do Pantheon. A Figura 13 mostra, além da via *Recta*, uma série de percursos acessórios

destinados a conectar entre si as principais vias de circulação expostas até aqui; na margem direita do Tibre, estão representados as conexões da via *Peregrinorum* até as portas Portese (sudoeste) e Aurelia (oeste); o percurso linear extramuros entre Trastevere (porta Settimiana) e Vaticano (porta Cavalleggeri) formado pela via della Lungara; a conexão entre via *Peregrinorum* e as via Tor di Nona, *Flaminia*-Lata e Salaria, cujo percurso urbano terminava na zona da Fontana di Trevi.

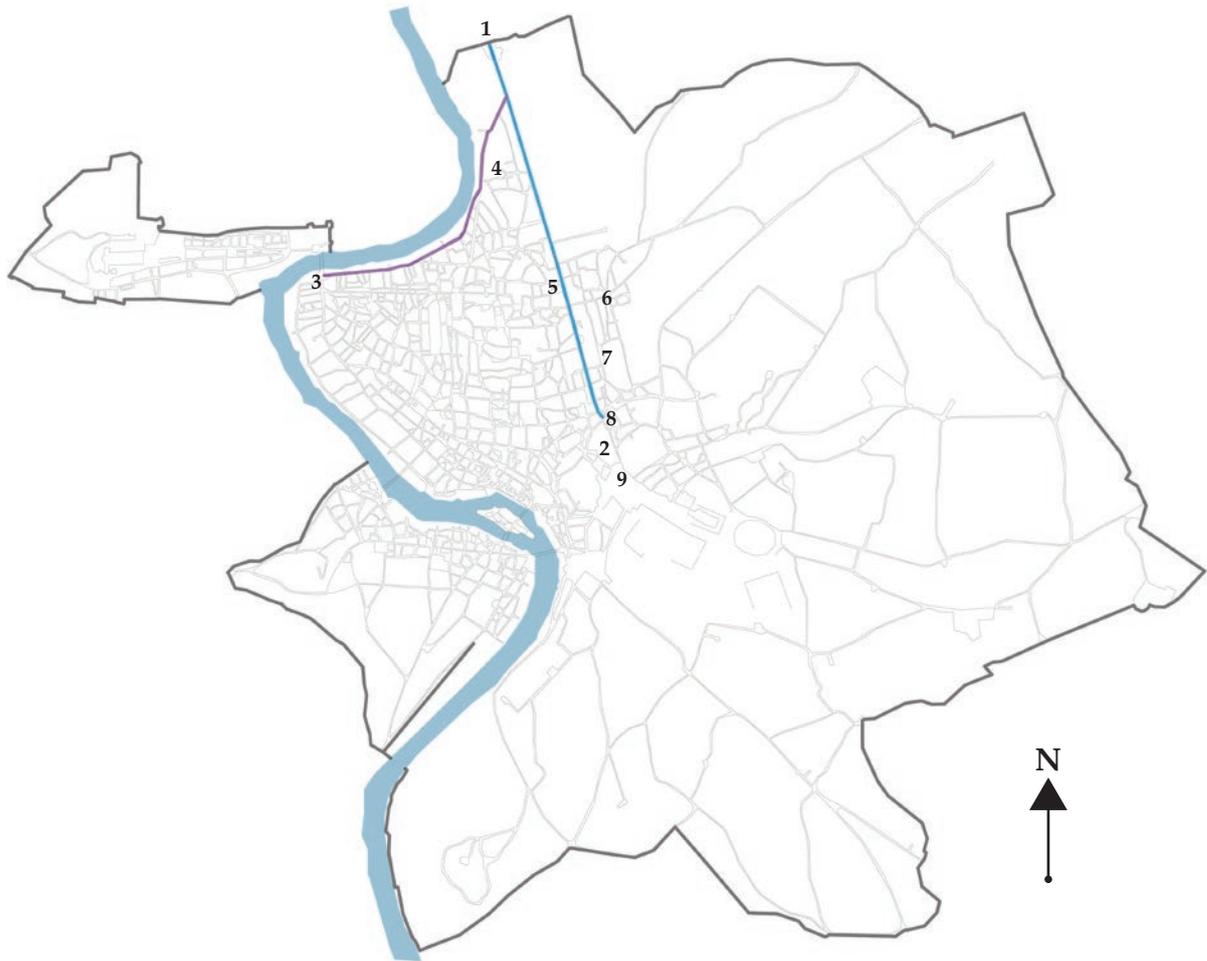


Figura 12 — Via Lata (azul) e Via Tor di Nona (roxo). 1. Porta del Popolo (*Flaminia*); 2. Campidoglio; 3. Canale di Ponte / Piazza S. Celso; 4. Mausoléu de Augusto; 5. Coluna Antonina. 6; Fontana di Trevi; 7. Igreja dos SS. Apostoli; 8. Coluna Traiana; 9. *Forum* Romano. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de Guidoni (1990, p. 112-113).

Para termos uma ideia da estrutura viária portante de Roma no fim do Medievo, reunimos as indicações viárias supraditas, incluindo as vias elencadas no Itinerário de Einsiedeln em um mapa síntese, conforme a Figura 14.

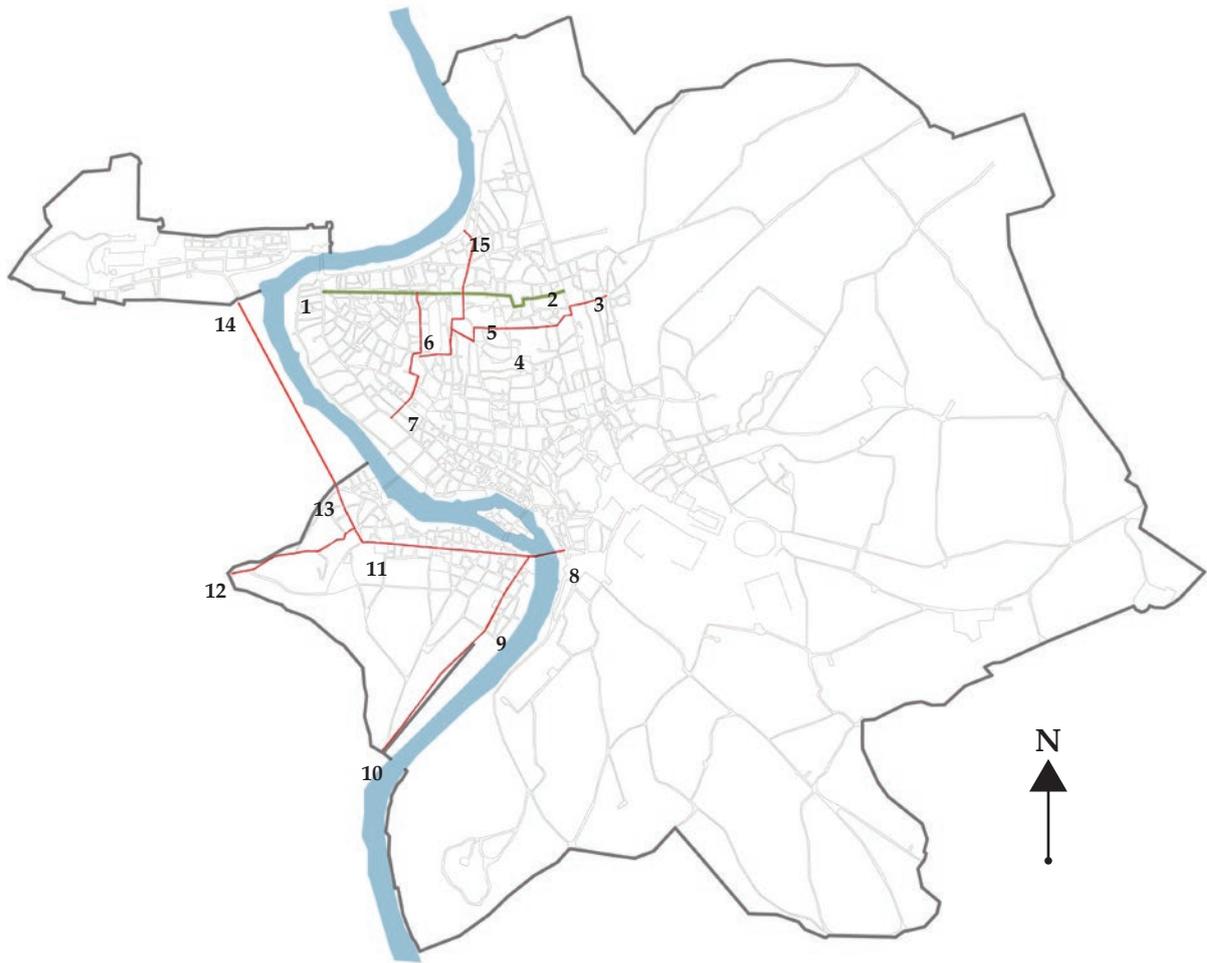


Figura 13 — Via *Recta* e percursos acessórios. 1. Canale di Ponte; 2. Coluna Antonina; 3. Fontana di Trevi; 4. S. Maria sopra Minerva; 5. Pantheon; 6. Piazza Navona; 7. Campo de' Fiori; 8. Velabro; 9. Porto de Ripa Grande; 10. Porta Portese; 11. S. Maria in Trastevere; 12. Porta Aurelia; 13. Porta Settimiana; 14. Porta Cavalleggeri; 15. Porto di Ripetta. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de Guidoni (1990, p.112-113).

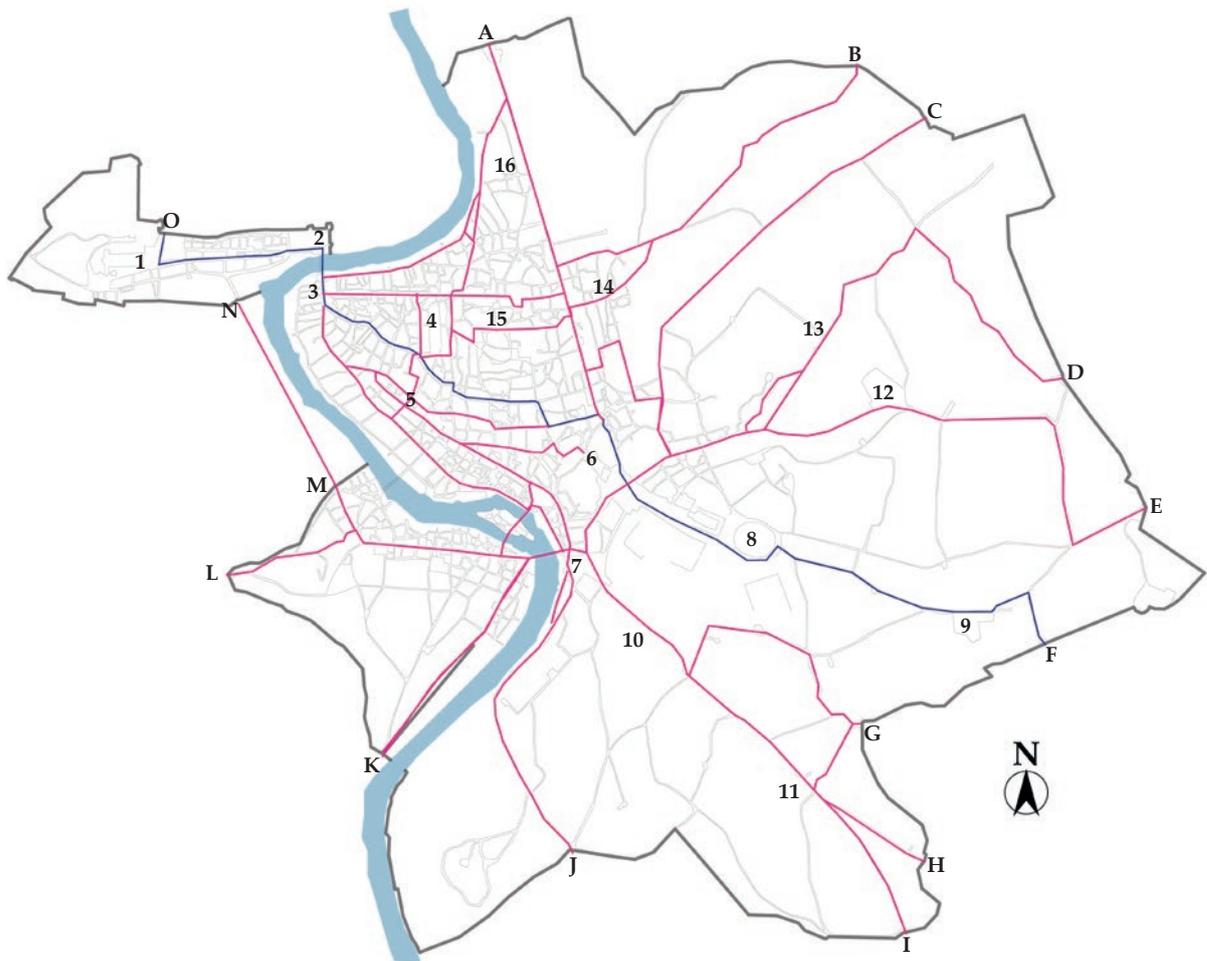


Figura 14 — Mapa síntese da estrutura viária portante de Roma ao fim do Medievo. A. Porta del Popolo (*Flaminia*); B. Porta Salaria; C. Porta Nomentana; D. Porta Tiburtina; E. Porta Maggiore (Laticiana); F. Porta Asinaria; G. Porta Metronia; H. Porta Latina; I. Porta Appia; J. Porta S. Paolo (Ostienese); K. Porta Portese; L. Porta Aurelia; M. Porta Settimiana; N. Porta Cavalleggeri; O. Porta S. Pietro; 1. S. Pedro (Vaticano); 2. Castelo Sant'Angelo; 3. Canale di Ponte; 4. Praça Navona; 5. Campo de' Fiori; 6. Campidoglio; 7. Velabro; 8. Coliseu; 9. S. Salvador (Laterano); 10. Circo Massimo; 11. Termas de Caracalla; 12. S. Maria Maggiore; 13. Vicus Patricius; 14. Fontana di Trevi; 15. Pantheon; 16. Mausoléu de Augusto. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

2. 2. 2. A situação político-administrativa romana durante o Medievo

Decaída da senhoria política, vencida, pisoteada, a cidade rainha ressurgue armada de nova potência, e, feita centro da fé, reconquista sobre os povos um novo domínio, mais seguro e mais formidável do que o antigo. [...] Princípio e fonte de toda autoridade, Roma é o símbolo da cidadania universal, é a pátria comum na qual todos se reconhecem. (GRAF, 1882, p.1-2).

Com a queda do Império Romano, o controle da cidade de Roma passa primeiramente pelas mãos dos hérulos capitaneados por Odoacre, que se torna o primeiro

rei da Itália (476-493) após a deposição de Romolo Augusto. Odoacre será derrotado por Teodorico e seu exército ostrogodo, que comandará Roma entre 493 e 526. Durante esse período, pouco muda no âmbito da administração estatal, graças à manutenção dos cargos e órgãos de controle, como os governadores das províncias, os *vicaria* das dioceses e os prefeitos pretórios. Em Roma, a administração pública competia ao Senado, sob a sombra crescente da Igreja (TAMASSIA, 1826, p.67-68).

É no pontificado de Gregório Magno (590-604), após a Guerra Gótica e a submissão ao domínio bizantino, que o governo de Roma sofre uma clericalização, com o progressivo desaparecimento do Senado e a assunção dos cômputos civis e administrativos por parte do papa e da cúria pontifícia. O edifício da *Curia Iulia*, outrora sede da assembleia do Senado no *Forum Romano*, é testemunha desse anulamento: será capturado e convertido na igreja de S. Adriano em 630. Dali em diante, transcorrerão cerca de cinco séculos até que o Senado seja refundado, em 1144.

Entre os séculos VI e VIII o domínio bizantino na península itálica é fagocitado pelo reino lombardo, colocando a cidade de Roma e seus territórios imediatos em um estado de permanente tensão. Desde Gregório Magno (590-604) o papado já se delineava como uma força política organizada, revestindo-se com a autoridade universal das suas prerrogativas religiosas frente ao poder imperial ou monárquico; por meio dessa postura, havia garantido amplos espaços de autonomia política e de liberdade de ação. Coincide com a máxima expansão lombarda (meados do século VIII) o surgimento da ideia de um controle absoluto de Roma e do Patrimônio de S. Pedro por parte da Igreja, um poder cujo caráter não era apenas espiritual, mas também temporal (ARNALDI, 2017, p. 130-133).

Ainda segundo G. Arnaldi (2017, p. 134), a primeira vez que um pontífice agiu não apenas como bispo de Roma, mas como personalidade revestida de um poder político de maior magnitude, foi em 728, quando o papa Gregório II se apresentou ao rei lombardo Liutprando para demandar que este abandonasse o recém-conquistado castelo de Sutri, no que foi prontamente atendido. Apesar de situada em uma circunscrição bizantina dependente de Roma e correspondente àquela época ao *ducatu romanu*, a restituição da fortaleza se dá não em favor daquele império, mas em favor dos apóstolos Pedro e Paulo, de cujo patrimônio o papa era administrador *pro tempore* e legítimo protetor dos interesses apostólicos.

A tentativa mais conhecida de imprimir um verniz jurídico ao domínio temporal da Igreja sobre a cidade de Roma e seu espaço vital, formado pelas terras do *Patrimonium Sancti Petri*, talvez seja a Doação de Constantino, um documento redigido pela própria chancelaria papal entre os séculos VIII e IX, mas que posteriormente teve a sua falsidade demonstrada pelo humanista Lorenzo Valla (1407-1457).

O documento, *Constitutum Constantini*, possuía duas versões, em grego e latim, e era composto por duas partes. A primeira delas, *Confessio*, narrava os motivos que levaram o então imperador Constantino I a realizar o ato de doação em benefício do papa Silvestre I. A segunda parte, *Donatio*, trata especificamente da qualidade e extensão das concessões: o bispo de Roma passa a dispor do *principatum*, isto é, a ter primazia sobre as igrejas patriarcais orientais de Constantinopla, Alexandria, Antióquia e Jerusalém; o papa é soberano sobre todos os sacerdotes do mundo; a soberania da basílica do Laterano (S. Salvatore) sobre todas as igrejas, enquanto *caput et vertex*; o poder papal torna-se soberano àquele imperial e deste recebe as insígnias e o diadema; aos pontífices fica garantida a jurisdição civil sobre a cidade de Roma, sobre toda a Itália e Império Romano do Ocidente, além de uma série de propriedades imobiliárias, tanto no ocidente quanto no oriente.

Fica mais evidente o objetivo da forja da Doação de Constantino quando a examinamos em seu contexto histórico. Pressionada pela ascensão dos carolíngios, a Igreja colhe na *Promisio Carisiaca*¹³ o momento adequado para opor uma série de salvaguardas aos seus pretensos domínios frente a uma possível tutela estrangeira.

Se a *Constitutum Constantini* representa uma tentativa de atuar em âmbito jurídico, simbolicamente a coroação de Carlos Magno pelo papa Leão III no Natal de 800 e a sua condução ao título de imperador do *Sacro* Romano Império busca outorgar uma imagem de primazia da autoridade papal, pela qual é sancionada a autoridade imperial. Na visão romana, o poder do papa descendia de Cristo e Pedro e dele germinava a *potestas* terrena daquele que se encontrava rei ou imperador.

Como nos conta Gregorovius (1873, p. 82-85), as ameaças à soberania papal em Roma não estavam restritas às fronteiras terrestres. O avanço sarraceno pelo Mediterrâneo na primeira metade do século IX expôs toda a fragilidade da urbe no *front* marítimo. Em 846, depois de terem saqueado as cidades de Civitavecchia, Ostia e Porto, as tropas árabes dirigiram-se a Roma e, não conseguindo adentrar as Muralhas Aurelianas, puseram-se a saquear a basílica de S. Pedro, localizada fora da cinta murada.

O saque foi um duro golpe no coração do Cristianismo. A basílica de S. Pedro era um verdadeiro museu de cinco séculos, enriquecido progressivamente desde Constantino I com doações de imperadores, príncipes, papas, figuras de renome do ocidente e do oriente, e nem mesmo as invasões bárbaras ousaram profanar a sacralidade da tumba do apóstolo Pedro. Gregorovius (1873, p. 112-114) detalha o ato:

13 A *Promisio Carisiaca* foi um ato assinado por Pepino, o Breve, rei dos Francos, em 754 que restituiu à Sede Apostólica os territórios que outrora pertenceram ao império Bizantino e que após passar ao domínio lombardo, foram reconquistados Francos. O ato marca o início da proteção dos Francos à Sede Apostólica. .

[...] Ali era custodiada uma grande quantidade de vasos de ouro [...] entre os quais, se destacavam alguns por decoro de forma e pela raridade de memorável importância histórica; tais eram a antiga cruz de ouro erguida sobre a tumba do apóstolo, o grande farol de Adriano, a mesa de prata de Carlos [Magno] adornada com desenhos de Bizâncio. Imagine-se quantas obras preciosas com as quais os papas adornaram a Confissão, o altar, as capelas, as portas da basílica: e todos estes tesouros tornaram-se despojos dos filhos de Imael. [...] Não possuíam mãos, nem ombros, nem olhos, nem tempo suficiente para esvaziar aquele mundo fantástico repleto de ouro. [...] Os saqueadores mal tiveram tempo de ignorar as imagens dos santos; na fuga lancetaram com escárnio a efígie de Cristo e dos apóstolos, que da tribuna miravam a vergonha feita à sua Igreja. Descolavam as lâminas de prata que decoravam as portas, arrancavam os tegumentos de ouro com os quais o pavimento da Confissão foi revestido, subtraindo por fim o altar-mór que era de ouro. Com gritos insultuosos e desprezo, devastavam a cripta dourada do Apóstolo, e como não conseguiram levar consigo a grande urna de bronze, eles a quebraram pelo desejo predatório e pela curiosidade, sem poupar o seu mistério: jogaram fora e destruíam tudo o que se encontrava na arca. Pensemos que aqueles infieis enfiaram as mãos dentro do símbolo santíssimo do culto cristão, naquela urna de Pedro, cujo segredo nenhum olho humano jamais havia perscrutado. Pensemos que essa urna guardava os ossos do Príncipe dogmático do Cristianismo, os quais eram venerados pelos fieis como um Deus na Terra, cujos sucessores se chamavam Pontífices, diante de cujas cinzas todos os príncipes e todos os povos vinham a prostrar-se na poeira: devemos pensar em tudo isso para compreender a bagunça diabólica dos Sarracenos com a destruição da tumba deste Maomé dos cristãos, para ter uma ideia da monstruosidade da profanação, da dor do Cristianismo.

Como consequência, o papa Leão IV e o imperador Lotário se uniram na construção de uma cinta murada em redor do Vaticano (Figura 15), erguida entre 849 e 852. Partindo do Castelo Sant'Angelo, o muro se estendia até a altura máxima do monte Vaticano e contornava as imediações de S. Pedro em forma de ferradura, seguindo em sentido inverso até tocar o rio Tibre na região da atual porta Santo Spirito. Feita em estratos de tufo e alvenaria, era alta cerca de 12 metros e dispunha de 24 torreões circulares. O acesso era inicialmente garantido por três portas, duas das quais ao longo do trecho alinhado com o Castelo Sant'Angelo; a mais próxima ao castelo, diminuta e denominada *posterula S. Angeli*; a outra, próxima a igreja de S. Pellegrino, no flanco direito do campo que se abria diante da basílica de S. Pedro, chamada de porta *S. Peregrini* – posteriormente *Viridiaria*, *porta Palati* e *porta S. Petri*. Por essa porta adentravam não só os peregrinos que chegavam pela via Francigena, importante via medieval que conectava Roma com a Cantuária, costurando o território francês, mas também os imperadores e seus séquitos – era uma porta cerimonial e por isso, a maior. A terceira porta se abria para a zona de Trastevere na altura do assentamento saxão, que nos dias de hoje coincide com a porta Santo Spirito. Posteriormente, outras três portas foram abertas, como indicado na Figura 15 (GREGOROVIVUS, 1873, p. 123-125 e notas).

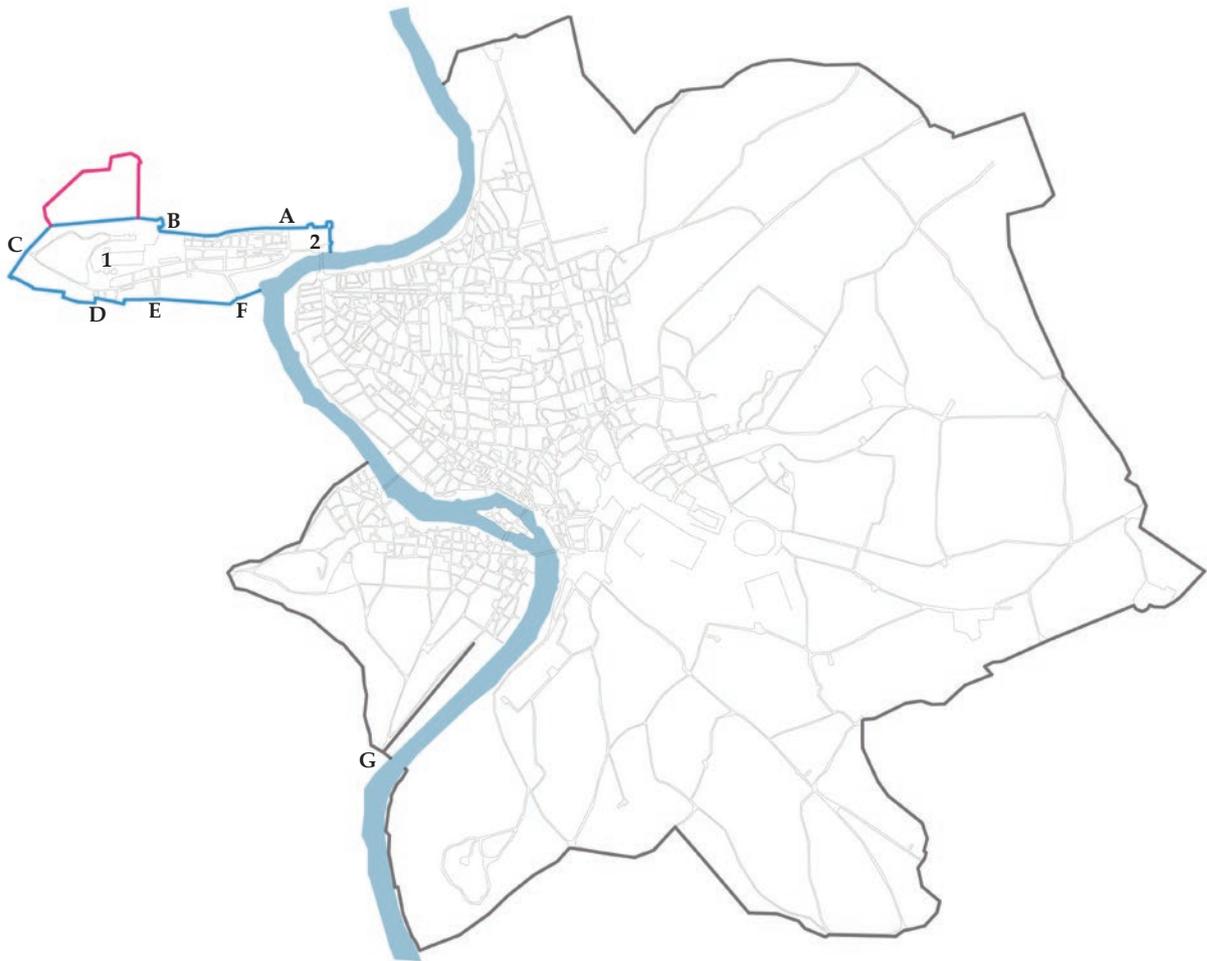


Figura 15 — Cidade Leonina. Em azul as muralhas erguidas no tempo de Leão IV (847-855); em magenta, ampliação executada por Paulo III (1534-1549). 1 . S. Pedro; 2. Castelo Sant' Angelo; A. *Posterula S. Angeli* (Porta Castello); B. *Porta S. Petri* / Via Francigena; C. Porta Pertusa; D. Porta Fabbrica; E. *Porta Turrionis* (Porta Cavalleggeri); F. *Posterula Saxon* (Porta Santo Spirito); G. Porta Portese.
Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

Nos tempos do imperador Aureliano (270-275), o Vaticano representava a periferia da cidade, porém, com a construção da basílica de S. Pedro, a região consolidou-se como um polo de urbanização em torno do qual foram edificados claustros, hospitais, casas de variados formatos, colônias estrangeiras. No século IX, a área compreendida entre a basílica de S. Pedro e o Castelo Sant' Angelo já se apresentava como uma viva centralidade urbana e foi orgulhosamente batizada de Cidade Leonina (*Civitas Leonina*) em homenagem ao seu idealizador, imprimindo a marca da senhoria pontifícia na história de Roma.

A história de Roma no Medievo é marcada por longos silêncios e momentos de convulsão que se repetem com os mesmos atores: papado, Império, *comune*. Se para os dois primeiros o âmbito de atuação, suas prerrogativas e interesses nos aparecem mais evidentes, imbricados na sua própria natureza, para o governo comunal fica difícil definir os limites de sua jurisdição (MIGLIO, 1997, p. 1).

Acenamos anteriormente que o pontificado de Gregório I (590-604) marcara a absorção do aparato administrativo civil romano por parte da Igreja, situação que perdurará até meados do século XII, com a ausência de magistraturas propriamente cidadinas e a total gestão da atividade comunal por parte do pontífice. O ponto de cambiamento é justamente a recriação do Senado romano, instituição obsoleta já de longa data¹⁴, mas que encontra novo fôlego no interesse das forças sociais que ambicionavam gerir a urbe livre dos condicionamentos e imposições papais, e de certa forma, independente do controle aristocrático ou imperial. Durante o ano de 1143, após uma fase de rebelião que leva à conquista da fortaleza dos Corsi no Campidoglio (sobre os restos do antigo *Tabularium*), segue-se um período de maturação política e elaboração das funções, atribuições, limites, duração e número de componentes do órgão. Em 1144, uma nova leva de senadores é eleita e a estes é acrescentado um *patricius*, uma figura centralizadora que esvazia de significado o cargo de prefeito pontifício – de caráter análogo, porém sob o direto controle da Sede Apostólica (MIGLIO, 1997, p. 2-3). Na ata de refundação, além de requerida a jurisdição sobre a cidade de Roma e seu espaço rural, constava um expresse convite ao papa Lucio II, extensivo a todo o clero, para que vivessem apenas do dízimo e das ofertas, conforme os costumes originais da Igreja. Naturalmente, as reivindicações não encontram o reconhecimento pacífico por parte da Igreja, que via no ato uma intromissão na esfera religiosa, um dimensionamento forçado nas suas pretensões políticas e o questionamento de seus pressupostos ideológicos ao poder temporal apostólico.

Nos séculos seguintes, o *comune*¹⁵ de Roma será obrigado a seguir os movimentos pendulares entre Igreja e Império e retirar a sua conveniência dos momentos de fragilidade de um ou de outro, como retém Massimo Miglio (1997, p. 3-5). Prova disso é que, em 1167, diante do imperador Frederico I, o Senado jurará fidelidade ao império, prometendo defender seus direitos na cidade e arredores em troca da confirmação da autoridade e dos direitos econômicos romanos. Em 1188, Roma torna a ser pontifícia; o Senado jura obediência ao papa, com um documento que renegava toda a autonomia propalada na sua refundação (MIGLIO, 1997, p. 8).

A *Renovatio Senatus* é fruto de uma consciência de autonomia municipal e resultado da persistência do mito de Roma, ambos favorecidos pela *imitatio imperii* perseguida

14 Sobre o Senado romano no alto Medievo, ver G. Arnaldi. *Rinascita, fine, reincarnazione e successive metamorfosi del Senato romano (secoli V-XII)*. In. “Archivio della Società romana di storia patria”, 105, 1982, p. 5-56.

15 O termo *comune* aparece nesta dissertação sempre indicando a entidade geográfica administrativa formada por concidadãos de uma circunscrição territorial que surgiu, na Itália, em torno do século XI, como resultado do interesse de uma coletividade em liberar-se dos vínculos feudais e da autoridade imperial. Como verdadeiras cidades-estado, constituíam seus próprios ordenamentos jurídicos e magistraturas.

pelo papado, que propunha o colégio cardinalício como uma espécie de senado da Igreja romana. Imitação que encontrava eco na atenção dispensada pelo Senado à cidade e às emergências arquitetônicas do passado. O Campidoglio reconquistou um certo protagonismo político e passou a contrapor-se ao palácio pontifício – primeiro no Laterano, depois no Vaticano. Decretou-se que a Coluna Trajana, postada aos pés do Campidoglio devesse “permanecer íntegra enquanto durar o mundo”. A historiografia aventa a possibilidade de um obelisco de época Imperial ter sido erguido na praça do Campidoglio – indicando a apropriação do comando jurídico pelo povo –, ladeado por estátuas de leão, defensor da justiça e símbolo do *comune* de Roma, “cidade-rainha” (MIGLIO, 1997, p. 7).

A ideia de autonomia municipal fortificou-se especialmente entre os séculos XI e XII devido à transformação urbana de Roma, que passou de um assentamento esparsos no interior das Muralhas Aurelianas a

um espaço urbano estruturado, colocado no interior da alça do Tibre, ao redor das igrejas e monastérios principais, com uma distribuição social não uniforme, que evoluía gradualmente da periferia para os bairros centrais de urbanização mais antiga, locais privilegiados de residência das classes dominantes (HUBERT, 1990, *apud* MIGLIO, 1997, p. 7 e n. 27).

Essa passagem indica o quanto a cidade mantivesse nesse período uma forte atividade urbanizadora, a despeito do imaginário coletivo que imputa à Roma do baixo Medievo uma condição de despovoamento. Ao contrário, como demonstrado pela análise historiográfica recente, até os primeiros decênios do século XIII, Roma mantinha uma média demográfica compatível com a das maiores cidades europeias e suas atividades econômicas produziam tanto riqueza quanto reivindicações políticas (MIGLIO, 1997, p. 9).

O ímpeto de autonomia, entretanto, jamais fora suficiente para fazer prevalecer o poder do Senado de forma consolidada frente ao Império e ao papado. A história medieval do Senado romano é “despedaçada em uma série contínua e repetitiva de fragmentos, onde o único *continuum* que se consegue colher é o da retomada do controle da parte do pontífice” (MIGLIO, 1997, p. 15). Todavia, o senatorato permanecerá objeto de disputa por parte da Igreja e do Império, que explicitamente procurarão impor sua influência por meio de personagens em posições importantes na aristocracia romana, ora filoimperiais (como os Colonna), ora filopapais (como os Orsini).

No alto Medievo, a expressão *Santa Romana Ecclesia* identificava a comunidade cristã em Roma, as suas dioceses, o complexo do Laterano incluso o episcopado, elementos dos quais eram partícipes o povo e o clero de Roma – nomeadamente os cardeais presbíteros, líderes das igrejas matrizes e seus clérigos; os diáconos regionais, líderes das regiões eclesiais com todo o pessoal a eles submetido. A expressão assume

outro significado por volta do século XI, denotando mais especificamente a união imprescindível entre papado e cardinalato, uma espécie de aristocracia clerical, também equivalente ao termo “Cúria”.

Importante ressaltar como a Igreja romana vinha, ao longo do tempo, expandindo não apenas os domínios de sua influência, mas também promovendo uma internacionalização dos seus quadros clericais que, até o século XI, eram compostos quase que exclusivamente por romanos. Entre os séculos XII e XIII, esses romanos representam apenas um quinto de todo o clero católico. Um cambiamento desse tipo nos leva a crer que a Cúria estivesse cada vez mais envolvida com uma organização universal da Igreja, progressivamente se distanciando dos assuntos imediatamente citadinos.

Uma leitura dessa mudança pode ser feita na evolução da função do cardeal e suas atribuições entre alto e baixo Medievo. Os cardeais presbíteros, que no século VIII configuravam o alto escalão da Igreja, tinham como principal incumbência celebrar a eucaristia nas basílicas romanas; eram reitores dessas igrejas dotadas de fontes batismais, chamadas matrizes, e em Roma associadas à um Título Cardinalício, nas quais exerciam atividade pastoral. Já no século XII, o cardeal, personagem distintíssimo da Cúria, não possuía nenhuma função conexa diretamente ao seu Título, à parte um controle administrativo esporádico e intervenções em cerimônias solenes. A atividade pastoral e a administração direta eram delegadas à figura do arcebispo, mais ligado às questões da fé e de uma igreja efetivamente citadina, enquanto o cardeal se afirmava como vértice da Igreja católica em questões mais universais, recorrentemente de caráter político. Processo análogo acontece com a atividade do papa, bispo de Roma por excelência, mas que abdica de algumas funções típicas de sua atividade pastoral (como as missas estacionais) em favor do cardeal vigário, cuja figura aparece instituída no início do século XII.

Os efeitos da universalização da Igreja de Roma são percebidos também na relação hierárquica entre S. Pedro e S. Salvatore, cuja primazia pertencera sempre à última. A partir do século XII, entretanto, os interesses da Cúria se deslocam de S. Salvatore para S. Pedro, que passa a se afirmar como emblema da superioridade apostólica, assumindo a conotação de “catedral do mundo”, enquanto a S. Salvatore (consagrada também a S. Giovanni no século IX) cabe uma função cada vez mais nítida de “catedral de Roma”.

Certo é que a imissão de um significativo contingente não romano na Cúria tenha acentuado o destacamento entre um clero “curial” e um clero “urbano”. Pesa ainda, mesmo dentro da Igreja, o supradito desenvolvimento da ideia de autonomia municipal entre os séculos X e XII, ponto de identidade entre as comunidades laica e

eclesiástica romanas nesse período, favorecido pelo senso de pertencimento à cidade. O resultado é a afirmação de uma entidade colegial autônoma e distinta, o *clerus urbis*, que se cristaliza na fundação da *Romana Fraternitas* (1127), uma sociedade clerical com autoridade própria e capaz de emanar sentenças, apta a governar os assuntos pertinentes à *urbs romana* (DI CARPEGNA FALCONIERI, 1999, p. 85-112). Mais especificamente, a *Romana Fraternitas* supervisionava o culto nas igrejas, os funerais eclesiásticos, as procissões, a execução dos decretos papais tocantes ao clero, servindo também como primeira instância de julgamento para conflitos entre os membros do clero (MARTINI, 2005, p. 7). A cúpula era formada por 12 *rectores Fraternitatis*, sendo quatro de cada uma das três regiões administrativas idealmente definidas no território de acordo com o pertencimento às áreas de influências das igrejas dos SS. Apostoli, SS. Cosme e Damião e *S. Thome* (*S. Tommaso ai Cenci*).

Naturalmente, a entidade possuía também seu arquivo, cuja base de dados consta no Catálogo de Torino – um manuscrito conservado na biblioteca da Universidade de Torino, redigido próximo a 1320 – e que representa a relação de logradouros eclesiásticos existentes em Roma no início do século XIV, bem como o número de *servitores* a esses correspondentes. Ao todo, no Catálogo de Torino figuram 414 logradouros eclesiásticos divididos conforme a Tabela 1, contando 1.803 pessoas entre clérigos, religiosos, abades, monges, freiras e *servitores* hospitalares¹⁶.

	SS. APOSTOLI	SS. COSME E DAMIÃO	S. TOMMASO AI CENCI	TOTAL
IGREJAS PATRIARCAIS	-	4	1	5
TÍTULOS CARDINALÍCIOS	6	18	3	27
DIACONIAS	4	13	1	18
MONASTÉRIO MASC.	4	20	4	28
MONASTÉRIO FEM.	6	8	4	18
CAPELAS PAPAIS	8	2	1	11
CAPELAS COLEGIADAS	9	6	6	21
CAPELAS PAROQUIAIS	101	92	68	261
HOSPITAIS	11	14	-	25
SUBTOTAL	149	177	88	414

Tabela 1 — Divisão dos logradouros eclesiásticos no início do século XIV segundo o Catálogo de Torino. Fonte: HÜLSEN, 1927, p. 19-43.

16 Para a transcrição do Catálogo de Torino, constantes a relação completa dos logradouros eclesiásticos e a descrição detalhada do pessoal adepto, ver HÜLSEN, Christian. *Le chiese di Roma nel medioevo*. Firenze: Leo S. Olschki, 1927: p. 19-43. Para a história aprofundada das igrejas de Roma entre os séculos IV e XIX, ver ARMELLINI, Mariano. *Le chiese di Roma dal secolo IV al XIX*. Roma: Tipografia Vaticana, 1891.

Todavia, quando da redação do Catálogo de Torino, a tripartição ideal que faz referência a uma cidade abstrata e rigorosamente religiosa já se demonstra obsoleta. O equilíbrio de forças políticas no início do século XIV segue um outro esquema de desenvolvimento, onde as zonas de influência são definidas pelos núcleos nobiliários em luta contínua entre si pela posse do solo, pelo exercício do poder jurídico e militar, pela relação econômica entre cidade e campo (GUIDONI, 1990, p. 62).

Entre os anos de 1309-1377, a situação criada pela ausência dos papas e da Cúria que se instalaram na França durante o período conhecido como Exílio de Avignon – do qual nos ocuparemos mais adiante –, permite aos barões romanos governar a cidade segundo regras internas à sua estrutura de poder, através de uma bipartição da área cidadina e dos cargos públicos principais entre as esferas dos Orsini, tradicionalmente filopontíficos e guelfos, e os Colonna, filoimperiais e guibelinos (GUIDONI, 1990, p.62).

Além dos cargos políticos, os rendimentos dos campos feudais no território rural de Roma também constituíam fundamento do poder nobiliário. A continuidade entre as posses urbanas e rurais se mostrava extremamente importante, expressa no controle de uma ou mais diretrizes viárias de coligamento, as quais permitiam a uma família feudal fazer política na cidade. Por exemplo, os Orsini controlavam a região norte-ocidental da cidade e deles dependiam os di Vico e os Anguillara (estes últimos situados a noroeste de Roma às margens do lago de Bracciano); dos Colonna, que controlavam a região sul-oriental da urbe, dependiam os Conti de Anagni (cidade situada na via Casilina a cerca de 70 km de Roma). Acrescentamos ainda como expoentes as famílias dos Savelli e dos Annibaldi, que assim como os Colonna, dispunham de posses significativas na parte sudeste da cidade murada.

Um resumo das áreas de influência urbana pode ser visto na Figura 16: domínio completo de Trastevere, da Cidade Leonina (exercido também indiretamente por meio de famílias aliadas) e das pontes tiberinas por parte dos Orsini, aliados incondicionais do papado que controlavam também importantes núcleos populares na porção ocidental da alça do Tibre, como o monte Giordano, o teatro de Pompeo e a via *Florida-mercatoria*. Os Colonna controlavam o acesso pela diretriz *Flaminia-Lata*, o Mausoléu de Augusto, o monte *Citatorius* (Montecitorio) e possuíam o palácio de família junto à igreja dos SS. Apostoli.

A escassa disponibilidade econômica e demográfica da região controlada pelos Colonna impedia que estes exercitassem sobre as famílias concorrentes um domínio semelhante ao que os Orsini impunham sobre a metade ocidental da cidade, dividindo seu protagonismo com os Annibaldi, instalados na região entre a Torre delle Milizie, o Coliseu e o Laterano. Os Savelli, fazendo-se mediadores, controlaram o acesso ao pon-

to central do sistema político, o Campidoglio, com posses ao longo do trecho sul da via *Peregrinorum*, um castelo sobre o monte Aventino e tinham na igreja de Ara Coeli a sua tumba familiar.

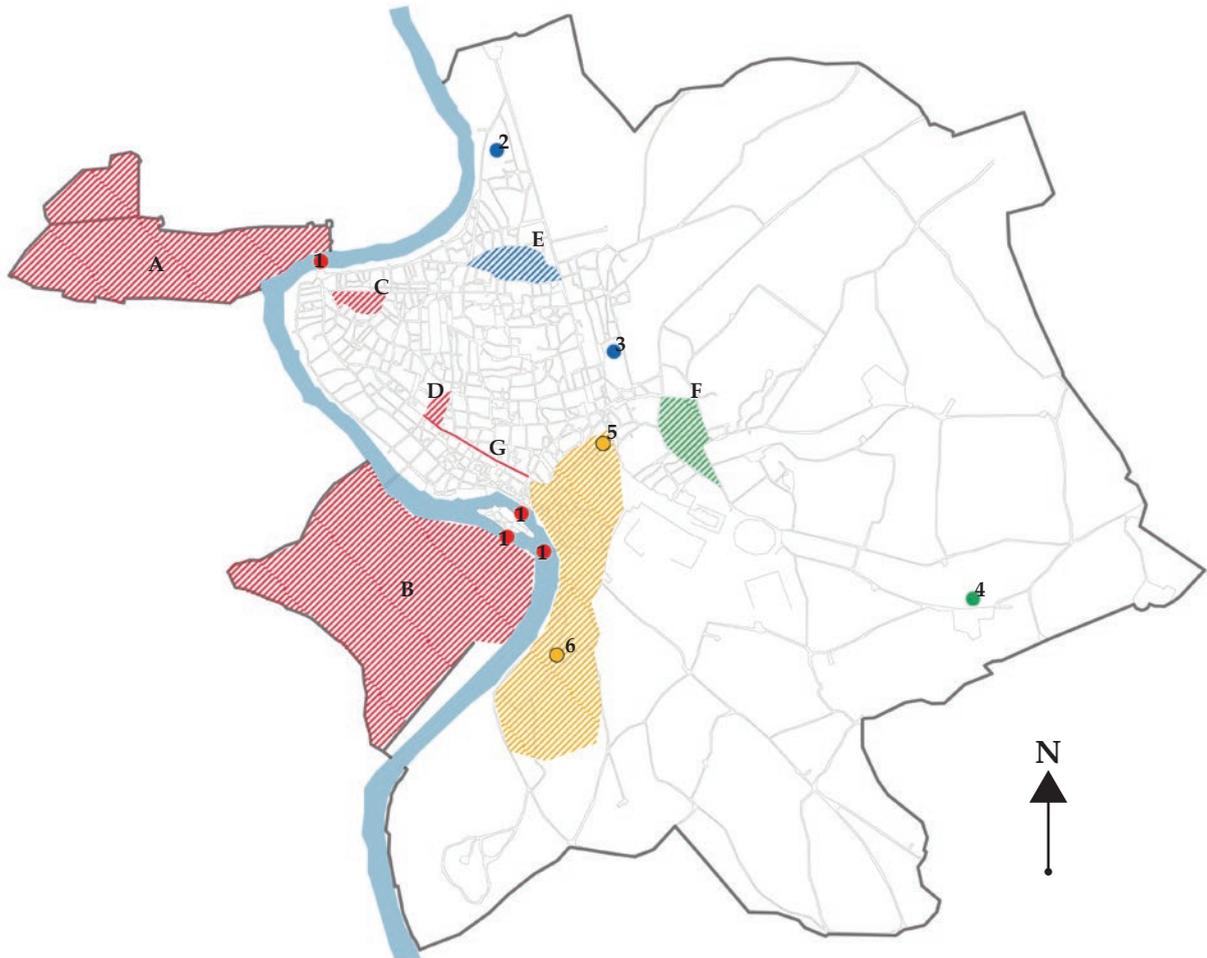


Figura 16 — Áreas de influência baronial em Roma no século XIV. Orsini (vermelho), Colonna (azul), Annibaldi (verde), Savelli (amarelo). A. Cidade Leonina; B. Trastevere; C. Monte Giordano; D. Teatro de Pompeio; E. Montecitorio; F. área da Torre delle Milizie; G. via *Florida-mercatoria*; 1. pontes sobre o Tibre controladas pelos Orsini; 2. Mausoléu de Augusto; 3. igreja dos SS. Apostoli; 4. Laterano; 5. igreja de Ara Coeli; 6. Fortaleza dos Savelli no monte Aventino. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

Contra-pondo-se à organização baronial, mas igualmente favorecidos pelo vácuo de poder deixado pela transferência dos papas a Avignon, paralelamente se consolidava uma organização de cunho popular, fundada sobre a divisão da cidade em *rioni*. Cada *rione* constituía uma potencial unidade urbanístico-militar autossuficiente sob a guia de um líder popular pertencente a essa mesma circunscrição, cujo principal elemento de coesão era a noção de pertencimento a uma vizinhança que compartilhava origens, caráter e economia, topograficamente manifesta na estreita conexão entre comércio, artesanato e os lugares urbanos próprios da sua atividade (GUIDONI, 1990, p. 67). Os *rioni* eram 13 e cada um de seus representantes compunha um conselho que

auxiliava o senador na administração municipal. A identificação do *rione* se dava pela bandeira com o respectivo símbolo rional e cada uma dessas entidades dispunha ainda de um corpo de guarda permanente composto por 100 soldados e 25 cavaleiros, formando uma milícia armada laica e propriamente cidadina (Figura 17).

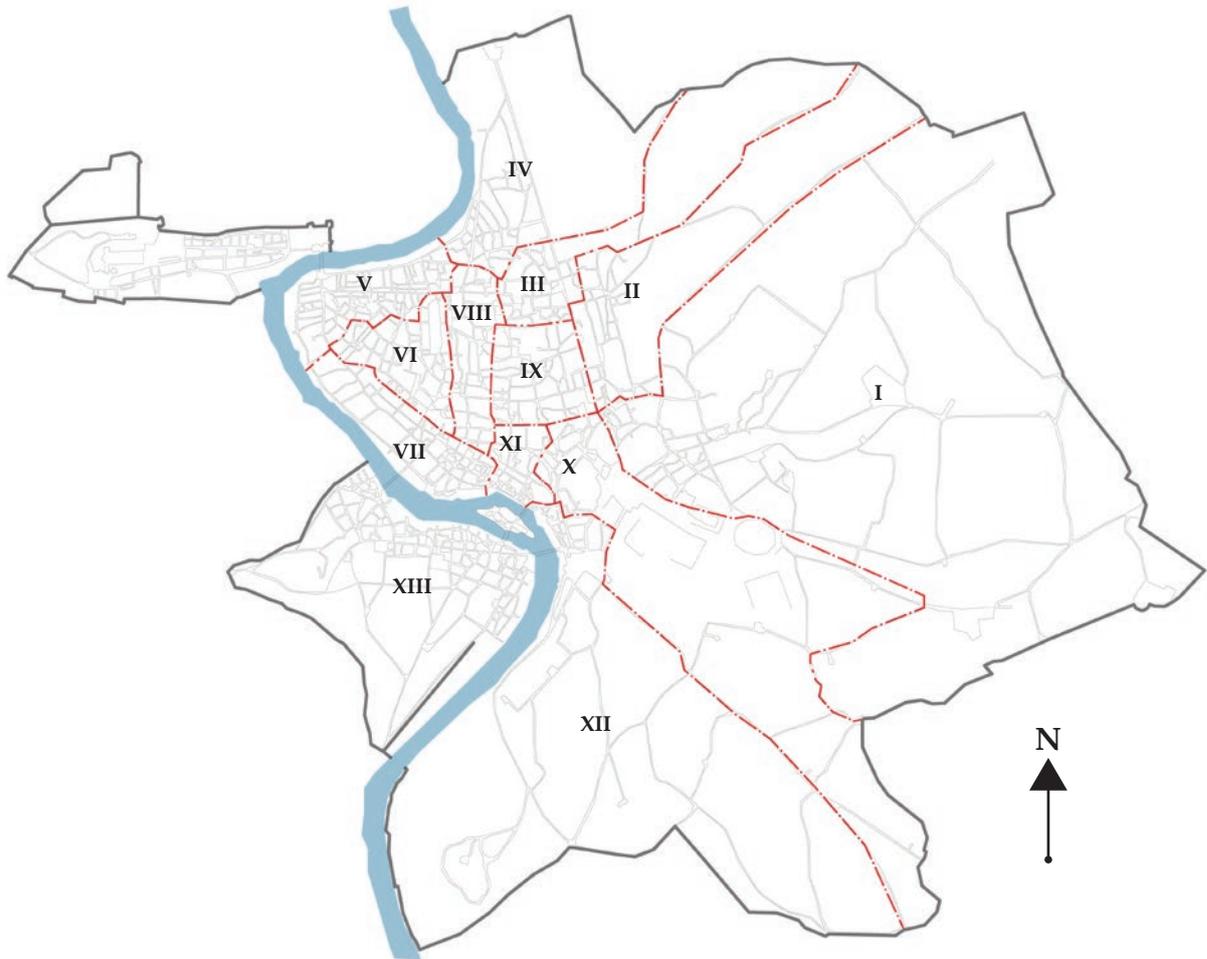


Figura 17 — *Rioni* de Roma. I. Monti; II. Trevi; III. Colonna; IV. Campo Marzio; V. Ponte; VI. Parione; VII. Arenula (Regola); VIII. Sant'Eustacchio; IX. Pigna; X. Campitelli; XI. Santo Angelo; XII. Ripa; XIII. Trastevere. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

A aderência da estrutura rional à realidade social e econômica da cidade refletia o diferente peso e o diferente prestígio de cada *rione* segundo as suas objetivas condições econômicas locais; condições que levaram Santo Angelo a ocupar uma posição de destaque. Nos arredores da pequena mas significativa igreja de S. Angelo in Pescheria acontecia o mercado do peixe, especificamente sob o pórtico de Ottavia, verdadeiro centro do comércio popular romano, em torno do qual localizavam-se as principais atividades mercantis: ao longo da próspera via comercial que, atravessando o Tibre, tinha como termo o porto de Ripa Grande, situavam-se as bancas dos herbolários, barbeiros e cambistas; em direção ao Campidoglio as bancas dos avicultores e vendedores de vasos em terracota; na praça Montanara, os pastores com seus produtos (laticínios e peles); na zona do teatro de Marcello, os açougueiros; na Ilha Tiberina, onde a corrente

fluvial era mais forte, os moinhos de grãos. Todavia, a grande força econômica e política do *rione* provinha da atividade dos judeus ali residentes, dedicados sobretudo ao câmbio (GUIDONI, 1990, p. 68).

A máxima expressão da organização rional acontece nos anos centrais do século XIV, com a contribuição ilustre de Cola di Rienzo, autodenominado “o último tribuno do povo”. Notário, empregado na Câmara Apostólica, Cola será responsável por costurar um acordo entre povo, burguesia e papado, com o objetivo de enfraquecer a estrutura feudal ainda contundentemente presente e dar uma saída para a crise política permanente da cidade através de uma mudança radical na fórmula de governo.

A ascensão de Cola ao Campidoglio (1347) foi acompanhada da outorga de um novo estatuto comunal que, dentre outros comandos, sancionava a criação dos corpos de guarda rionais; que os bens imóveis de condenados não fossem abatidos, mas que passassem ao *comune*; que o dinheiro recolhido de impostos e taxas fossem destinados à manutenção dos serviços públicos; que fortalezas, portas e portos não fossem guardados pelos barões, mas sim pelo reitor do povo, eliminando o controle baronal de pontos estratégicos; que os barões fossem responsáveis por garantir a segurança das estradas de acesso a Roma que passassem por seus domínios rurais; que em cada *rione* de Roma se construísse um celeiro para o armazenamento de grãos, remediando de antemão uma possível crise alimentar causada pelos bloqueios viários no contexto da luta contra o baronato (GUIDONI, 1990, p. 84-85).

A reação desencadeada foi violenta. Nos sete meses que se seguiram os barões, sobretudo os Colonna que gozavam da proteção de seus enclaves urbanos, contra-atacaram promovendo invasões e saques dentro e nos arredores da cidade, impondo bloqueios ao acesso de mercadorias e pessoas, elevando os preços e a carestia: um caótico estado de tensão social. Com a situação insustentável, o papado não só retira seu apoio ao tribuno, como o declara herético; Cola, prevendo um ataque iminente, abandona o Campidoglio e abriga-se no Castelo Sant’Angelo, antes de fugir de Roma (GUIDONI, 1990, p. 88-90).

Apesar de sua breve duração¹⁷, o regime popular de Cola renderá frutos, a serem colhidos principalmente pelo papado, afirmando uma tendência irreversível de aliança com a pequena e média burguesia visando garantir uma paz que fosse útil tanto às finanças eclesiásticas quanto ao comércio mercantil. Nos anos seguintes, a nobreza feudal será oficialmente excluída do governo senatório, a cidade será fortalecida em detrimento dos barões e a centralização dos órgãos de poder executivo, legislativo

17 Para mais sobre a vida, atuação e morte de Cola di Rienzo, ver GREGOROVIVUS, Ferdinand. *History of the city of Rome in the middle ages*. Vol. VI, Parte I, V-VII. Trad. Annie Hamilton. London: George Bell & Sons, 1898.

e judiciário no Campidoglio será enfim consagrada pelos estatutos comunais de 1363 (GUIDONI, 1990, p. 95-96).

A partir da metade do século XIV, concorrentemente ao dismantelamento das torres e castelos urbanos, emblemas do poder baronal, ocorre um despertar da atividade edilícia e imobiliária, sobretudo pelo ampliamto das infraestruturas assistenciais; alemães, catalães, aragonenses e ingleses organizam seus institutos nacionais de apoio ao peregrino, assim como a Igreja, responsável pelo serviço assistencial público. Ordens religiosas promovem a construção de novos mosteiros, como é o caso dos dominicanos que se estabelecem na região do Forum Romano, nomeadamente na igreja de S. Maria Nova, uma área semiabandonada já há algum tempo mas que experimentará um renascimento cívico. O mesmo acontece com os agostinianos, que recebem autorização para construir a sua igreja nas vizinhanças da praça Navona, região que experimentava um progressivo povoamento, graças à sua posição vantajosa em relação às principais vias de circulação.

A importância do problema urbanístico transparece na recriação da magistratura dos *Magistri ædificiorum et stratarum* (em italiano *maestri di strade*), cuja competência recaía sobre a resolução de problemas urbanísticos cotidianos, incluída a manutenção do espaço público da cidade. Os *magistri* eram dois oficiais que emitiam sentenças, ladeados por um terceiro, indicado pelo papa, que se limitava a dar, ou não, consentimento às decisões proferidas por aqueles. A sua regularização também ocorre por meio da promulgação de um estatuto apropriado (1363), de cuja redação em 1410 constam 25 capítulos que nos oferecem um nítido quadro da autonomia e da notável gama de atividades desempenhadas por essa pasta.

O primeiro capítulo do estatuto define os limites de atuação dos *magistri*, que tem o pleno “poder, jurisdição e autoridade de exercitar esta magistratura na cidade e, fora da cidade, no seu distrito, com o escopo de manter líberos, reparar e conservar em bom estado os edifícios, as vias e as estradas da cidade” (cap. I); as penas para os contraventores eram cominadas em modo progressivo, seu valor variava de acordo com a condição social do condenado (cap. II). Os *magistri* deviam severamente vigiar “que não se tenham tanques, poços e descargas d’água das quais se derramem imundícies e águas pútridas sobre as vias públicas” (cap. V); uma vez por mês deviam inspecionar a bacia da fonte de Trevi e o aqueduto que ali desaguava (cap. VI); uma vez por mês deviam “percorrer as estradas da cidade e assinalar cercas e outros aparatos que bloqueiam vias e estradas públicas” e impor sua demolição pelo ente proprietário dentro um certo período (cap. VII). Em geral, os *magistri* deviam prover “a reparação e refazimento de vias e estradas públicas e de outros logradouros, e, também de edifícios, pontes e cursos d’água, a fim de que as águas escurram em per-

cursos retilíneos” (cap. VIII). Ainda dispõe o estatuto (cap. XVIII) que a magistratura é a sede legítima para

conhecer das disputas e causas de se fazer ou não determinado edifício, de demolir ou não demolir, de murar ou não murar, de divisões a fazer ou não fazer, da reparação ou da ocupação de vias e praças e de outras coisas imóveis, das servidões reais, do dano infligido e da denúncia de novas obras e daquilo que é feito à força ou às ocultas, e dos limites a se colocar ou não.

Podiam, ainda, impor coletas tributárias para reparar o sistema de esgotamento sanitário e pluvial; deviam, uma vez por semana, “limpar e varrer uma por uma as vias públicas, as vizinhanças e as habitações e levar os dejetos para o rio ou para os lugares adequados distantes do habitado” (cap. XIX). Os *magistri* deviam também “recuperar sob o próprio poder todos os lugares terrenos, as posses hipotecárias, vinhas, hortos, arcos triunfais, pontes, edifícios e muralhas de quaisquer forma ocupados mas que pertençam de fato ou de direito à cidade” (cap. XXIV).

2. 2. 3. Exílio e retorno dos papas

Havíamos acenado anteriormente sobre como a transferência da corte papal de Roma para Avignon fora um fator decisivo para a afirmação do poder baronal e, concorrentemente, para a consolidação de um governo popular de inspiração democrática, marcadamente entre os anos de 1309-1377. O prólogo desse período, conhecido como Exílio de Avignon é caracterizado pela situação conflituosa que opunha o papado, na figura de Bonifácio VIII Caetani (1294-1303), a nobreza feudatária romana – especialmente a família Colonna –, e o rei da França, Felipe IV o Belo, que se negava a aceitar a primazia da autoridade pontifícia.

Na esfera cidadina, a rivalidade entre os Caetani e os Colonna ganhara contornos críticos após a investida papal que começa com a destituição e excomunhão dos cardeais Pietro e Giacomo Colonna e culmina na completa destruição do feudo de Palestrina, de propriedade dos Colonna. Em âmbito europeu, a relação do papa com o monarca francês vinha se deteriorando desde o primeiro dia do pontificado de Bonifácio, sobretudo pelo desacordo em relação aos privilégios tributários dos quais gozava a França, e que haviam sido revogados pelo papa em represália ao comportamento beligerante de Felipe IV.

Com a morte de Bonifácio VIII (1303), o conflito não parecia minimamente re-

solvido. Seus sucessores, papa Bento XI (1303-1304) e papa Clemente V (1305-1314) enfrentaram um permanente estado de rebelião da parte do rei da França, que ameaçava tanto separar-se da Igreja Romana quanto convocar um processo *post mortem* contra o falecido papa Bonifácio VIII, sobre o qual pesavam inúmeras acusações, como hereesia, idolatria, simonia, sodomia, homicídio, magia, bruxaria, para citarmos algumas. O papa Clemente V, acuado, não pode mais que aceitar as exigências francesas e concordar com a transferência da Cúria para Avignon.

Importante ressaltar que durante o pontificado de Bonifácio VIII foi instituído o Jubileu, ou Ano Santo da Igreja, uma iniciativa que trazia inspiração do *jobel* judaico e que garantia a indulgência plenária e extraordinária ao fiel que cumprisse peregrinação a Roma, ao túmulo de S. Pedro. O Jubileu estimulou um grande afluxo de cristãos à cidade¹⁸ e, assim, um enorme incremento nas finanças eclesiásticas, com impacto direto na urbanística romana, principalmente na ampliação da infraestrutura assistencial e viária. Inicialmente, a periodicidade foi fixada em 100 anos. Em 1350, um novo Jubileu foi realizado por Clemente VI (1342-1352) e o intervalo reduzido para 50 anos. Urbano VI (1378-1389) o reduziu para 33 anos (tal como o período de vida terrena de Cristo) e, a partir de Paulo II (1464-1471), fixou-se em 25 anos o *interregnum* entre anos jubilares.

Guidoni enxergou no retorno de Gregório XI (1370-1378) a ocasião para “uma refundação religiosa total da Roma cristã sobre a estrutura fisicamente ainda presente da Roma pagã” (1990, p, 98), antecipando o programa dos papas do Renascimento, do qual nos ocuparemos mais adiante. O desenho de cidade proposto pelo último papa francês é diretamente influenciado pela sua proximidade aos Colonna, e comporta a interrupção dos trabalhos na parte orsina da cidade – em especial as obras do Vaticano e Castelo Sant’ Angelo, como também o restauro em curso da ponte de S. Maria, à jusante da Ilha Tiberina – favorecendo os empreendimentos na área de S. Maria Maggiore, a igreja de família dos Colonna. O campanário de S. Maria Maggiore foi reconstruído no ano de retorno oficial de Avignon (1377) e é o mais alto de Roma, com 75 metros de altura, quase a querer contrapor-se à Cidade Leonina como um novo centro político-religioso, símbolo do peso que vinha adquirindo o *rione* Monti, dominado pelos Colonna (GUIDONI, 1990, p 98).

Gregório XI tinha sido cardeal por S. Maria Nova, situada no *Forum Romano*, propulsora de um processo de renascimento cívico que experimentou essa zona com a concessão da igreja aos monges beneditinos olivetanos (1352). Uma vez eleito papa Gregório XI, S. Maria Nova será percebida como uma emergente localização de poder, simbólica-

18 Testemunha é Dante Alighieri, que na Divina Comédia (Inferno, XVIII, 28-33), menciona um afluxo peregrino que, de tão intenso, fez-se necessário regulamentar o sentido de marcha na ponte Sant’ Angelo, que dava acesso à Cidade Leonina.

mente ubicada entre o Laterano e o Vaticano, precha de sacralidade e de história, envolta nos laços milenares em que a via Sacra costura a cidade medieval na cidade antiga. Aqui veremos mais uma vez a captura e o exorcismo da Roma pagã pela Igreja católica: em 1375, Gregório XI faz transferir para S. Maria Nova a pedra onde caiu Simão Mago após o confronto com os apóstolos Pedro e Paulo, relíquia que, “mais do que qualquer outra, deveria exorcizar as forças do mal que impediam um estável retorno do pontificado a Roma” (GUIDONI, 1990, p. 99). Enfim, dispõe ser sepultado ali.

A política de orientar o desenvolvimento da cidade em direção a sua porção leste e sudeste – que é, ao mesmo tempo, a mais despovoada e a mais rica em testemunhos monumentais da Antiguidade –, representa um ponto de cambiamento decisivo na relação entre cultura da cidade e arqueologia, que terá um peso decisivo em nortear os desenvolvimentos renascentistas (GUIDONI, 1990, p. 99). A possibilidade de percorrer em segurança a porção desabitada da cidade será desfrutada pelos peregrinos e viajantes, mas, sobretudo, pelos artistas; o primeiro dentre eles, segundo nos conta Guidoni (1990, p. 99), foi Giovanni Dondi (1375), que forneceu uma “descrição realística das antiguidades de Roma, em termos arquitetônicos, metrológicos e epigráficos”, representando os primeiros passos em direção a um conhecimento concreto e científico da Roma arqueológica, lançando as bases do problema da relação entre arqueologia e mentalidade humanística, modelo de reavaliação do antigo não só nos seus aspectos literários mas também materiais.

O retorno de Gregório XI à sede romana comporta também um profundo cambiamento na balança político-militar, representado pela reconquista do Castelo Sant’Angelo por parte da Igreja e inserida numa *práxis* que podemos reputar comum a praticamente todas as principais cidades italianas tardomedievais: a posse de uma fortaleza que, dominada pelo príncipe, permita o controle do território e sua própria defesa através de suas guarnições. A passagem do Castelo Sant’Angelo para os papas¹⁹ acontece por volta de 1367; as chaves da fortaleza são entregues pelos representantes do povo romano ao papa Urbano V (1362-1370) e de imediato partem os trabalhos para o ampliamto de sua fortificação. Entre 1369 e 1370 foram empregados 2.600 florins para o melhoramento do aparato bélico, munições e restauros, além da forja de um sino avaliado em 522 florins, colocado na torre da capela de S. Angelo sobre o castelo. A edificação exercita vigilância estrita sobre as comunicações entre a cidade e o Vaticano (GUIDONI, 1990, p. 99-100) e constitui um polo estratégico contraposto à cidade murada, capaz de sancionar a sua sujeição e de resistir por tempo considerável em caso de qualquer ataque. A partir daqui, a fortaleza passa a representar o símbolo

19 Para a história do Castelo Sant’Angelo, ver P. Pagliucchi. *I Castellani di Castel S. Angelo*, vol I. Roma, 1906 e C. D’Onofrio. *Castel S. Angelo e Borgo tra Roma e Papato*. Roma, 1978.

e o instrumento imediato do poder temporal dos papas, diretamente funcional ao domínio sobre a *caput mundi*.

Com a morte de Gregório XI, a estabilidade do retorno da corte pontifícia a Roma após o exílio em Avignon é mais uma vez ameaçada, desta vez, por lutas intestinas à própria Igreja. A eleição de Urbano VI (1378-1389), primeiro papa italiano depois de mais de 70 anos, não foi bem recebida pelos cardeais franceses, que à época formavam a maioria do colégio cardinalício. Cinco meses depois do conclave de 1378, elegeram seu antipapa, Clemente VII, instaurando o Cisma do Ocidente²⁰.

Ao papa Urbano VI sucederá o papa Bonifácio IX (1390-1404), em cujo período se desenvolve a luta e a afirmação definitivas do poder papal sobre as instituições comunais romanas, sobre as dinastias feudais que governavam amplos territórios no Estado Pontifício, e, também, sobre os resquícios das estruturas democráticas das corporações laicas e eclesiásticas (GUIDONI, 1990, p. 102). Bonifácio IX impõe um encapsulamento das variadas forças políticas num sistema hierárquico que possui como exclusivo vértice a autoridade pontifícia. O resultado dessa reconfiguração, conforme Guidoni, é o aparecimento pela primeira vez, “de um programa geral de renovação de todos os aspectos da estrutura estatal, da cidade e dos territórios circunstantes, da estrutura eclesiástica, *integralmente executado*” (1990, p. 102, grifos nossos). Ao contrário do que pode parecer, isso não significou uma reforma econômica ou religiosa radical; o instrumento de atuação escolhido é a manutenção e o reforço das estruturas e superestruturas existentes, obrigadas, porém, a concorrer pela potência da Santa Sé.

Ainda segundo Guidoni, a ação central dessa estratégia “consistia em um vasto plano de financiamento, destinado a cobrir os enormes gastos com os novos empreendimentos a um só tempo estratégicos, representativos e políticos, que o papado assumia” (1990, p. 102). Diferentemente de seus antecessores, Bonifácio IX dispunha de expressivas fontes de renda, dentre as quais a venda de cargos eclesiásticos (simonia) iniciada sob seu pontificado, assim como a venda de indulgências, que garantia o perdão àquele que empenhasse certa soma em favor da Igreja. A essas, acrescentamos a imunidade tributária em relação aos impostos e taxas municipais e a cobrança de pedágios com o escopo de garantir a segurança nas estradas de acesso a Roma.

20 Com o Cisma do Ocidente o mundo cristão se dividiu em duas obediências, situação que só foi resolvida com a eleição de Martinho V Colonna (1417), dentro do processo de recomposição do Cisma iniciado pelo Concílio de Constanza (1414-1418).

2. 2. 4. Arquitetura e cidade

Especialmente sobre a Roma tardomedieval, cabem ainda algumas considerações a respeito da relação entre arquitetura, cidade e o vínculo imediato entre território e obra de arte, no sentido de investigar até que ponto o nexos entre as conquistas territoriais, lutas pelo poder cidadão, intervenções urbanísticas, reflexões teóricas, simbólicas e históricas, realizações artísticas, se constitua como o nó central de uma história muito particular e ao mesmo tempo intimamente ligada à de outras grandes cidades da Itália central. Tal argumento é condicionado ao ambiente político-militar de afirmação dos estados regionais e das senhorias, como o próprio Estado Pontifício, a República de Florença ou os ducados de Urbino e Milão, caracterizado, também, pela não homogeneidade das condições tecnológicas e âmbitos culturais que interferem reciprocamente entre si. Uma complexidade que emerge do encontro e do confronto entre cidade e campo, entre tradição comunal e cultura humanística, da organização do canteiro tardo-gótico e da fragmentação dos interesses feudais (GUIDONI, 1990, p. 46).

A Roma do século XIV, tensionada entre as “opostas necessidades de inovar e conservar, de projetar e resistir ao projeto, de dominar e evitar a sujeição” aparece como uma cidade que “recebe e produz cultura e que se prepara, de modo original, para uma renovada função de centralidade na Itália do Renascimento” (GUIDONI, 1990, p. 46). Esse aporte cultural vem, sobretudo, das cidades portadoras de uma tradição urbanística coerente e unitária, como Siena e Florença (além de Nápoles e Avignon), intimamente ligadas ao Estado Pontifício.

A experiência toscana define, já a partir do século XIII, um harmonioso imbricar-se de iniciativas públicas, projetos urbanísticos, arquitetura e decoro urbano que se prolonga por todo o século XIV até primeira metade do XV. A mistura entre política, urbanística e estética, abundantemente documentada e conservada na própria matéria da cidade, atinge resultados de absoluto rigor e consciência artística, de forte concepção geométrica do espaço, de modularidade arquitetônica e de reflexão teórica, na busca de um contínuo aperfeiçoamento das próprias estruturas e da reconfirmação constante da tradição (GUIDONI, 1990, p. 46).

A estrutura física de Siena, reelaborada no século XIII, introduz em termos reais muitas das aspirações ao decoro urbanístico de um governo comunal, e que encontrarão eco na produção do espaço urbano romano tardomedieval. Citamos aqui como exemplos, a divisão do território em Terços; a afirmação de um centro territorial dotado de forte carga figurativa – dispositivo político-artístico representado pela praça do Campo; a disposição das três principais ordens mendicantes (franciscanos, domini-

canos e agostinianos) nos vértices de um triângulo equilátero em torno do baricentro citadino; a fábrica do *duomo*, que no ponto mais alto da cidade serve de canteiro aberto às mais novas experimentações artísticas.

Discorremos anteriormente sobre a *Romana Fraternitas*, entidade voltada à administração dos assuntos eclesiásticos de jurisdição propriamente romana, e sobre a tripartição ideal do território, operada em respeito às esferas de influência das igrejas de S. Thome, dos SS. Apostoli e dos SS. Cosme e Damião. Esse tipo de divisão em terços tem suas origens no esquema da Roma de Rômulo, dividida em três *tribu* correspondentes às etnias fundadoras (sabinos, latinos e etruscos), da qual cada representante era denominado *tribuno* e compunha um conselho que se reunia no *comitium*. Se no caso de Siena a tripartição representava um profundo vínculo cívico entre o habitante e a sua zona de vizinhança, compartilhando memórias e economia, em Roma a tripartição obedeceu critérios exclusivamente eclesiásticos alinhados com o interesse da Igreja no controle do território romano.

A localização das ordens mendicantes em pontos equidistantes ao baricentro da cidade, estratégia já comum às principais cidades centro-italianas do século XIII (além de Siena, Florença, Urbino, Ferrara, Gubbio)²¹, garantia um afluxo equânime de esmolas a cada ordem ao mesmo tempo que simbolicamente marcava a equidistância destas em relação ao centro de poder citadino. Em Roma, devido a primazia do poder temporal pontifício e da clericalização do governo citadino, são as igrejas-sede de cada sub-área da *Romana Fraternitas* que se reúnem em torno de S. Maria in Aracoeli, situada no monte capitolino, baricentro de Roma, ao lado do Campidoglio (GUIDONI, 1990, p. 91).

A igreja de Ara Coeli é protagonista de um dos mais importantes eventos urbanísticos de Roma no período do Exílio de Avignon, imediatamente posterior à época do primeiro governo de Cola di Rienzo (1347): a construção da sua escadaria, em vista do Ano Santo de 1350, na esteira da recomposição promovida depois do terremoto de 1349 e da peste de 1348-1349. A escadaria representa a primeira ligação do monte capitolino com a parte ocidental da cidade, reforçando a diretriz Campidoglio-Vaticano e, nesse sentido, contribuindo para justificar a inversão da fachada cenográfica do palácio do Campidoglio, ainda voltada para o *Forum Romano*, mas que em breve tempo será refeita de frente para S. Pedro, guardando o centro mais densamente habitado da Roma *trecentesca*. Antes de 1348, o acesso à Ara Coeli acontecia exclusivamente pela praça adjacente ao Campidoglio; essa era alcançada por uma estrada em subida

21 Para mais sobre a urbanização promovida pelas ordens mendicantes, ver E. Guidoni. *Città e ordini mendicanti: Il ruolo dei conventi nella crescita e nella progettazione urbana dei secoli XIII e XIV*, "Quaderni medievali", 4, 1977, p. 69-106.

que recebia o mais importante mercado semanal romano, e em cuja cota mais inferior abria-se uma praça em direção ao *rione* Santo Angelo. Com a construção da escadaria monumental, o diálogo à distância e sobre duas cotas diversas entre a fachada da igreja e o *rione* mais importante de Roma se resolve em um concreto nexos urbanístico e cerimonial (GUIDONI, 1990, p. 92).

À moda dos grandes centros sienense e florentino, que nos primeiros decênios do século XIV vinham refinando a predileção pelas soluções monumentais do problema de continuidade-destaque entre edifício religioso e paisagem da cidade, com a contribuição dos contemporâneos palácios públicos de Orvieto e Perugia, cujo acesso se dava por escadarias monumentais, a solução romana para Ara Coeli faz convergir consciência, técnica, estética e expressão do transcendente em um meio perspéctico capaz de tornar mais sensível e relevante, fisicamente e simbolicamente, o destaque entre as dimensões público-religiosa e privada-laica (GUIDONI, 1990, p. 92-93).

Em termos práticos, isso acontece pela transformação arquitetônica de um elemento natural, a *rupe capitolina*; a geometrização da natureza executada com método perspéctico rigoroso. De modo elementar, a escadaria é composta por barreiras verticais e planos horizontais que “permitem o avizinhamo geometrizado, isto é, articulado modularmente no espaço e no tempo, a um objeto posto em cota nitidamente superior àquela de partida do fruidor”. Esse percurso regular reflete perfeitamente a cultura escolástica, onde cada passo é a materialização do processo de aproximação do homem a Deus, um instrumento de aperfeiçoamento moral feito de subidas racionais (os espelhos dos degraus) e de repousos contemplativos (os pisos entrepostos) – para todos os efeitos, uma escada santa. A escada conecta literalmente a terra e o céu, assumindo uma função de mediação entre os reinos terreno e celeste. Agrupados de 8 em 8, o total de degraus é 128, que equivale a 2 elevado à sétima potência; ou, ainda, 2 à terça que multiplica 2 à quarta, uma fórmula divina, posto que reúne e sobrepõe os números dois, três e quatro, fundamentos da mística matemática medieval (GUIDONI, 1990, p. 93-95).

A justificativa para uma obra dessa magnitude, como dito anteriormente, deve ser buscada na renovação das estruturas urbanas para o Jubileu de 1350, um evento grandioso, capaz de reinserir Roma no âmbito dos mais frequentados itinerários comerciais europeus, com toda a motivação propagandística que as forças eclesiásticas pudessem dirigir para o aumento da componente religiosa no monte Capitolino, que aos olhos da Igreja, arriscava caracterizar-se por demais como centro laico-comunal (GUIDONI, 1990, p. 94). A possibilidade do peregrino alcançar diretamente a igreja de Ara Coeli, centro físico da cidade, capela palatina do palácio Capitolino e sede da corporação dos notários, sem precisar passar pela via onde acontece o mercado, constitui uma estratégia de separação e seleção de tráfego (religioso *vs.* comercial), importante

para a ocasião do ano jubilar e, como veremos mais adiante, replicada ao longo do século XV em diferentes pontos da cidade. A realização da escadaria cria um desemboco monumental e imponente na via que, partindo de S. Pedro e atravessando os *riani* mais populosos da cidade, chegava ao renovado e resplandecente Campidoglio, síntese viva da confluência religiosa e civil no poder do povo romano (GUIDONI, 1990, p. 95).

2. 3. A situação em torno do século XV

O século XV representa o período sobre o qual concentra-se a análise configuracional desenvolvida no presente estudo. Antes de passarmos às questões relativas à Sintaxe Espacial, propomos uma última revisão bibliográfica acerca das transformações urbanas ocorridas entre os papados de Bonifácio IX (1389-1404) e Alessandro VI (1492-1503), feita de forma cronológica e relacionando as intervenções com os seus respectivos empreendedores. Até aqui, tratamos sobre a formação do sistema viário romano e algumas de suas implicações simbólicas e geométricas, com origens na Antiguidade e progressivamente capturadas pela Igreja no processo de cristianização da cidade em fase tardoimperial e ao longo do Medievo, discutindo também alguns aspectos da arena política em que se desenvolvem as relações entre os conflitantes poderes do povo, da nobreza e do pontificado.

O sistema viário romano do *Quattrocento* apresenta duas características gerais que o definem: a persistência da trama de estradas herdadas do Medievo e a preexistência dos traçados de época Clássica nesta mesma trama.

Ao longo do Medievo, a administração pontifícia se mostrou sempre propensa, em vez de abrir vias *ex novo*, a melhorar os percursos existentes por meio da demolição das ocupações privadas abusivas em vias públicas, da retificação de trechos específicos, do alargamento dos desembocos em correspondência a novos e importantes edifícios, da pavimentação. Por esse motivo, Piero Tomei (1942, p. 15) afirma que na Roma do *Quattrocento* não houveram transformações urbanísticas, que as únicas transformações dizem respeito a “reformas edilícias, demolições de velhos conglomerados e arranjos particulares”. De forma diferente pensa Simoncini (2014, p. 6), que entende como transformação urbanística a renovação da trama viária, não num sentido físico, mas no modo de utilizá-la, em sua dimensão funcional, favorecido pela redistribuição dos fluxos de tráfego com a crescente atração exercida pelo Vaticano, e pelo gradual deslocamento do centro urbano aos pés do Campidoglio para a região do Campo de’ Fiori.

A preexistência dos traçados antigos àqueles medievais pode ser compreendida como o “produto natural de uma cidade que cresceu sobre si própria no curso dos séculos” (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 6), porém, no século XV essa coincidência assume um caráter de formalidade intencional. Inicialmente preferida por razões técnicas e funcionais, pela conveniência de utilizar a antiga estrutura romana em benefício do sistema de circulação, a partir da metade do século aparecem evidentes também as motivações culturais ligadas ao humanismo e à reinterpretação e reuso do antigo.

As estradas romanas da Antiguidade, *intra* e *extra urbis*, eram retilíneas o quanto fosse possível; sua redescoberta projetual, contemporânea ao crescimento do interesse pela recuperação dos traçados antigos, só se materializará em termos práticos ao fim do século XV, com a construção da via *Alessandrina* (1499-1500). Antes disso, a criação de estradas retilíneas *ex novo* aparece na esfera teórica sob a reflexão albertiana, sendo incorporada no plano de Nicolau V para o Vaticano, ainda que exclusivamente na dimensão de um projeto não executado em sua completude. A tardia realização de estradas retilíneas em Roma nos leva a crer que esta não era uma escolha que se enquadrava na lógica urbanística do *Quattrocento*, mas anunciava, de fato, a orientação projetual do século seguinte, marcado pela abundante abertura de vias retas, sobretudo nos pontificados de Júlio II (1503-1513), Leão X (1513-1521), Paulo III (1534-1549) e Sisto V (1585-1590). No século XV, todavia, se afirma a tipologia da estrada retificada: uma redução de um percurso tortuoso a uma série de trechos retilíneos; e uma atitude que responde às intenções humanistas de não suprimir as preexistências, conservando-as e adaptando-as às novas exigências. A ideia de melhoramento, para a urbanística do Humanismo, está ligada à conservação e ao aperfeiçoamento da cidade existente herdada do Medievo, e não ao cancelamento de seus traços para reconstruí-la em formas diversas, como será advogado pelo classicismo do *Cinquecento* (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 7-8).

Antes de prosseguirmos, cabe resolvermos algumas questões de terminologia urbana encontradas durante o levantamento das fontes para essa pesquisa. Ao que hoje entendemos como “praça”, um espaço aberto, não edificado, mas que retira sua significação pelo contraste com o espaço edificado, destinado à reunião pública ou a outro escopo público, nem sempre correspondeu o termo *piazza*. No início do século XV, a essa entidade espacial era recorrente nomear-se *campo*, como eram o Campo de Fiori, ou o Campo Vaccino (*Forum boario*).

Com os termos *platea* e *forum*, se indicava de modo mais qualificado um espaço do tipo “praça”, com implicações históricas e funcionais melhor definidas. Alberti define *platea* como um gênero de estradas especiais, “reservadas, sobretudo, ao uso público, como aquelas que levam a um templo, a uma basílica” (1966, Livro IV, Cap. V, p.

302-302). A interpretação albertiana reflete a concepção grega do termo, cujo significado é, literalmente, estrada ampla. Contemporaneamente a Alberti, Gianozzo Manetti, biógrafo do papa Nicolau V, utiliza o termo *platea* para referir-se ao campo Vaticano (MANETTI, 1734, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 9), referência presente, também, ao fim do século na bula de Alessandro VI que regula a concessão de privilégios àqueles que construíssem ao longo da via Alessandrina, que partia do Castelo Sant' Angelo "*ad plateam S. Petri Principis Apostolorum*".

O termo latino *forum*, em geral, foi adotado para designar um espaço tipo "praça" destinado à atividade de mercado, como se percebe da denominação da igreja de S. Angelo in Pescheria, dita *in forum piscium*. No fim do *Quattrocento*, *forum* passa a denotar também as principais centralidades da vida cidadina, como apareciam o *forum Flore* (Campo de' Fiori) e o *forum Iudeorum* (praça Giudea), uma função mais próxima da significação latina original, possivelmente influenciada pelo clima cultural humanista e a reavaliação do antigo.

Via e *strata* denotam aquilo que conhecemos como rua, estrada ou percurso, seja singularmente compreendido, como a via *Florida-Mercatoria*, ou em sentido *lato*, como sucessão de estradas que formam um percurso autônomo, como é a via *Peregrinorum* ou a via *Papalis*. No *Quattrocento*, *strata* definia um tipo especial de *via* que era pavimentada com um estrato de material ígneo ou cerâmico. Com a derivação do termo latino *strata* para o vulgar *strada*, no final do século XV, verifica-se uma generalização do seu significado, que passa a denotar um percurso trafegável, restando *selciata* ou *silicata* para identificar as estradas pavimentadas. Encontramos, ainda, o termo *carriera*, para identificar um tipo específico de via adequada ao fluxo de carros de tração animal, como a *carriera Santa*, via porticada que conectava ponte Sant' Angelo à igreja de S. Pedro (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 10-12).

No início do *Quattrocento*, por "cidade histórica" compreende-se a cidade murada situada à margem esquerda do Tibre, fechada pelas Murallas Aurelianas e divididas em 12 *rioni*, aos quais o Trastevere, entidade autônoma até o fim do século XIV, foi acrescentado, vindo a ser o 13^o *rione*. Na margem oposta, a zona murada em torno do monte Vaticano, incluindo a região em torno do Castelo Sant' Angelo e o castelo em si, chamada de Cidade Leonina, era sujeita à administração da Câmara Apostólica e assim permanecerá até o final do *Cinquecento*.

No vértice da administração pontifícia encontramos duas figuras importantes, o camerlengo e o comissário (*questore*), via de regra associadas ao âmbito cardinalício e que podem ter exercitado algum tipo de influência nos processos de organização urbana, graças às suas competências.

O camerlengo era o preposto da administração do tesouro pontifício e sua função, segundo Simoncini, se assemelhava àquela de um atual ministro da economia e finanças (2014, p. 5); dependiam diretamente dele a cobrança de impostos e a proteção dos direitos econômicos do Estado Pontifício, a guarda dos tesouros, a administração do dinheiro e das rendas públicas. Com a sua autorização, empenhava-se o dinheiro para as intervenções urbanas. A partir do papado de Martinho V, o camerlengo assumiu também a presidência do corpo de *Magistri viarum et aedificiorum*, responsável pelas atividades de supervisão, gestão e execução urbanísticas na cidade histórica.

Ao comissário competia guardar e proteger materialmente os cofres onde estavam conservados o dinheiro e outros valores, e efetuar os saques para os respectivos pagamentos. Por esse motivo, o comissário residia dentro do palácio pontifício. O comissário não decidia o tipo da intervenção, mas entre suas competências estava o levantamento efetivo do dinheiro (por meio de mandatos de pagamento) necessário à sua execução (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 5).

2. 3. 1. Os primeiros anos do *Quattrocento*

Segundo a historiografia, a população de Roma no início do século XV variava entre um máximo de 50.000 habitantes e um mínimo de 20.000, sem que hajam elementos suficientes para se precisar uma cifra mais específica. Para Giorgio Simoncini (2014, p. 13), os excessos de pessimismo são injustificáveis, considerando as ocasiões dos Anos Santos de 1390 e 1400, e os presumíveis fenômenos de repovoamento a eles associados.

Ainda que a sede pontifícia tenha sido restabelecida em Roma por Gregório XI em 1376, as condições que permitissem um assentamento permanente e seguro dos papas só se delinearam a partir da recomposição do Cisma do Ocidente (1418), que enfim viabilizou o retorno triunfal e definitivo de Martinho V (1420).

Nos primeiros anos do *Quattrocento*, o peregrino que chegava em Roma pela via *Francigena* percorria o seu último trecho – entre Monte Mario e porta *Sancti Petri* – em correspondência com a antiga via *Triumphalis* romana, numa zona repleta de hortos e vinhedos. Já dentro das Muralhas Leoninas, a via *Francigena* conduzia ao Campo Vaticano e dali até a porta *Turrionis* (Cavalleggeri). A partir da porta *Turrionis*, percorrendo as encostas do monte Gianicolo até a porta *Aurelia* (S. Pancrazio), estava a via delle Fornaci, repleta de fornos onde se fabricava cal, a partir da queima do mármore.

Em torno da basílica de S. Pedro, ao lado direito da via Francigena, se encontravam uma série de modestas construções, incluindo a antiga *schola Langobardorum*²². Ao lado esquerdo se abria um largo, onde situava-se o hospital de S. Pedro e o mosteiro de S. Caterina delle Cavallerotte; de frente ao mosteiro havia um poço destinado aos peregrinos.

A paisagem do Campo Vaticano era dominada pela grande e simples fachada do átrio da basílica de S. Pedro, cujo acesso era feito através de uma escadaria imponente composta por cinco lances de sete degraus. O patamar superior da escadaria era indicado pelo termo *platea* e era destinado às cerimônias que requeriam uma maior evidência, como a entrega do *tiaregnum* (tiara papal) ao papa recém-eleito ou as queimas de livros heréticos (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 14-15). A escadaria podia ser vista imediatamente após o ingresso pela porta *S. Petri* graças aos trabalhos realizados no tempo de Bonifácio IX (1389-1404), que interessaram o palácio pontifício e a área entre a referida porta e o Campo Vaticano. A realização de uma *platea* implicou na destruição de uma série de edifícios alinhados com a via Francigena que penetrava na Cidade Leonina, a correção da inclinação do terreno e a construção de um arrimo, orientado de forma oblíqua, definindo um espaço trapezoidal que se abria em direção do Campo Vaticano, ampliando a área de acolhimento ao público que se reunia nas cerimônias e potencializando a visada da escadaria e da fachada do átrio (Figura 18).

O átrio se configurava como um quadripórtico, tradicionalmente ocupado por bancas de comércio, como se percebe do censeamento de 1384, que menciona 25 pontos de vendas, dos quais 11 eram de ourives, 6 de fabricantes de pálios, 1 de vendedor de livros; os demais comercializavam imagens sacras e comestíveis (SUPINO MARTINI, 1983, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 16, n. 12). A mesma fonte indica que o comércio não estava restrito ao átrio, mas transbordava pelas escadarias em direção à praça, com a presença de cambistas, artesãos e até extratores de dentes, além das bancas de gêneros alimentícios. A praça desempenhava uma verdadeira função de mercado.

Nos lados opostos do quadripórtico surgiam os palácios medievais dos cônegos (à esquerda do acesso ao átrio) e do pontífice (à direita). O palácio dos cônegos fazia esquina com a via della Guglia, que se estendia pela antiga *spina* (canteiro central) do circo de Nero até uma pequena praça em torno do transepto esquerdo da basílica de S. Pedro, onde ainda se encontrava de pé o obelisco que hoje está colocado no centro da praça berniniana. O palácio pontifício se apresentava como um bloco isolado (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 16).

22 As *scholae* eram complexos altomedievais dotados de igreja, casa de assistência para os peregrinos e guarnição militar, geralmente pertencentes às missões nacionais em Roma. Além da mencionada *schola Langobardorum* (lombardos), existiram na Cidade Leonina as *scholae Francorum* (franceses), *Frisonorum* (frísios), *Saxonum* (saxões); na região do Velabro situava-se a *schola Grecorum* (gregos), para citarmos algumas.

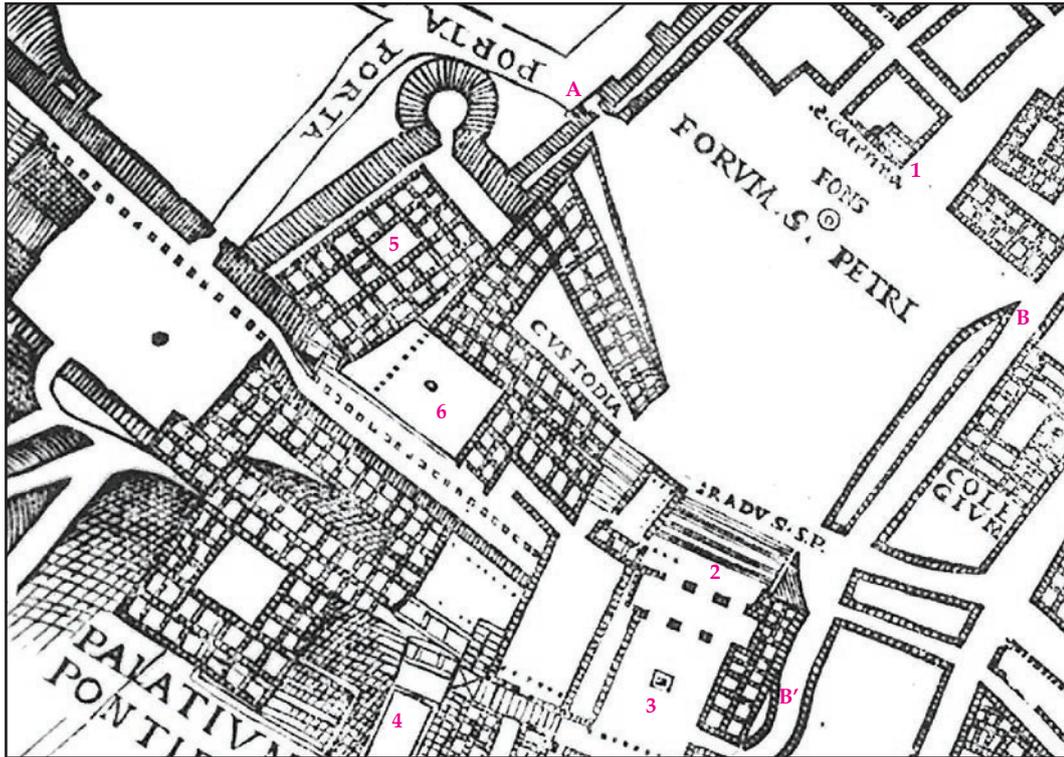


Figura 18 — Campo Vaticano. A. Porta S. Petri (Viridaria); B-B'. Via della Guglia; 1. Igreja de Santa Caterina delle Cavallerotte; 2. Escadaria; 3. Átrio da basílica de S. Pedro; 4. Capela Sistina; 5. Palácio Apostólico; 6. Cortile de S. Dâmaso. Fonte: detalhe da planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551).

A área entre o Campo Vaticano e o Castelo Sant'Angelo era atravessada por duas estradas principais, Borgo Vecchio e Borgo Santo Spirito (Figura 19). A primeira seguia a orientação da antiga via *Cornelia* e se inseria no Campo Vaticano alinhada com a via della Guglia, à esquerda da basílica de S. Pedro; do lado do castelo, seu início era marcado pela antiga porta Collina e pelo largo para onde se abria o ingresso à igreja de S. Maria in Traspontina, dita *in capite Porticus* (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 17); como já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, Borgo Vecchio era tradicionalmente conhecido como *Portica*, em referência ao extenso porticado que durou até o fim do século XIV.

Borgo Santo Spirito atravessava o lado sul da Cidade Leonina, uma região composta por assentamentos formados ao longo do tempo em correspondência com as *scholae* de Saxões e Frísios, que guardavam as duas portas que se abriam naquela zona: porta *Saxonum* e porta *Turrionis*. Na porta *Saxonum* tinha início a via della Lungara, uma antiga estrada romana ora reduzida a um percurso campestre que conduzia a Trastevere, precisamente à porta Settimiana (SIMONCINI, 2004, t. I, p.18).

À direita do Borgo Vecchio, no lado norte da Cidade Leonina encontravam-se outros dois percursos, ambos simples trilhas: via *Hadriani* que partia da porta Castello e se dirigia ao Campo Vaticano, confluindo antes no Borgo Vecchio; e um segundo ca-

minhamento ao longo da muralha, dominado pela presença de dois antigos sepulcros, a *meta Romuli* (também chamada pirâmide do Borgo, demolida em 1499 pelo papa Alessandro VI) e o *Terebinthus* (de forma cilíndrica). Não existem notícias de residências ao longo desses dois percursos (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 19).

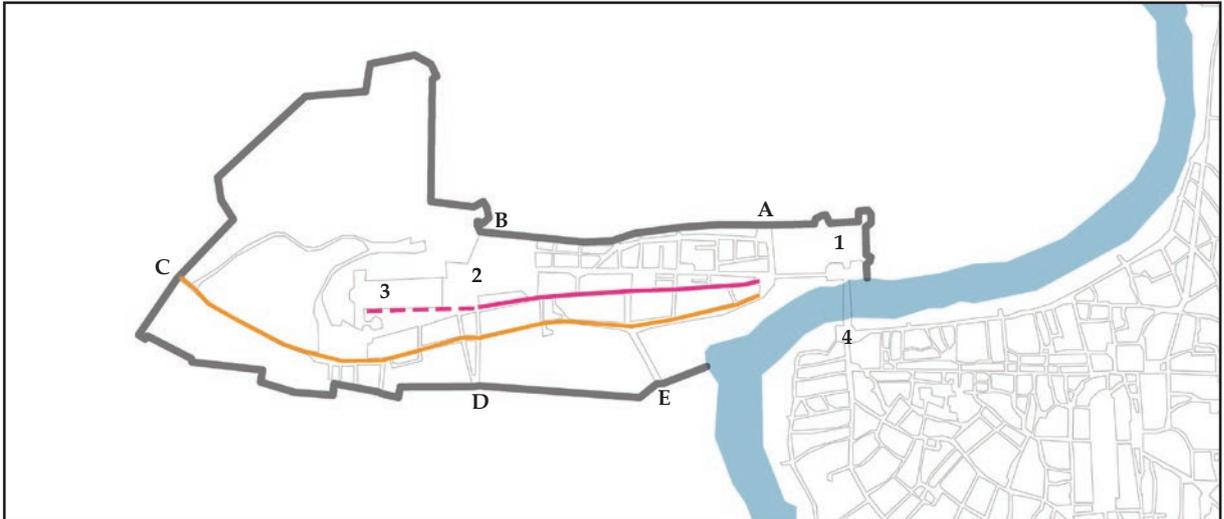


Figura 19 — Esquema viário da Cidade Leonina (Borgo Vaticano) no início do *Quattrocento*. Em magenta: Borgo Vecchio ou *Portica* (contínuo) e via della Guglia (tracejado); em amarelo, Borgo Santo Spirito. A. Porta Castello; B. Porta *Sancti Petri* (*Viridaria*); C. Porta Pertusa; D. Porta *Turrionis* (Cavalleggeri); E. Porta *Saxonum* (Santo Spirito). 1. Castelo Sant'Angelo; 2. Campo Vaticano; 3. Basílica de S. Pedro; 4. Canale di Ponte / Praça S. Celso. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

A praça do Castelo Santo Angelo possuía forma quadrangular; da parte do Borgo situava-se a igreja de S. Maria in Traspontina e a porta Collina. O acesso ao castelo era descentrado em respeito à diretriz da ponte e, encostadas nas muralhas, erguiam-se modestas casas com tabernas pertencentes aos Orsini (Figura 20). No Tibre, alinhada com a igreja de S. Maria in Traspontina, havia uma pequena ancoragem por onde desembarcavam os materiais destinados às construções no Vaticano e o fornecimento de trigo que chegava dos moinhos flutuantes vizinhos. Ponte S. Angelo era defendida por três torres, duas da parte da Cidade Leonina (uma de cada lado da ponte) e uma da parte da cidade histórica, alinhada com o eixo da ponte e com passagem central (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 20).

Durante o reinado de Bonifácio IX (1389-1404), o castelo, que havia sido reduzido a estado de ruína depois da revolta popular de 1376, foi reconstruído, passando por uma remodelação arquitetônica cujo resultado caracterizou a paisagem da zona até o fim do *Quattrocento*, e de aspecto muito próximo daquele que encontramos nos dias de hoje: três elementos sobrepostos de dimensões decrescentes, sendo um grande bloco de base quadrada (correspondente às muralhas), um corpo intermediário cilíndrico (correspondente ao antigo mausoléu de Adriano) e uma torre superior de base quadrada, sobre a qual pousa a estátua do arcanjo Miguel.

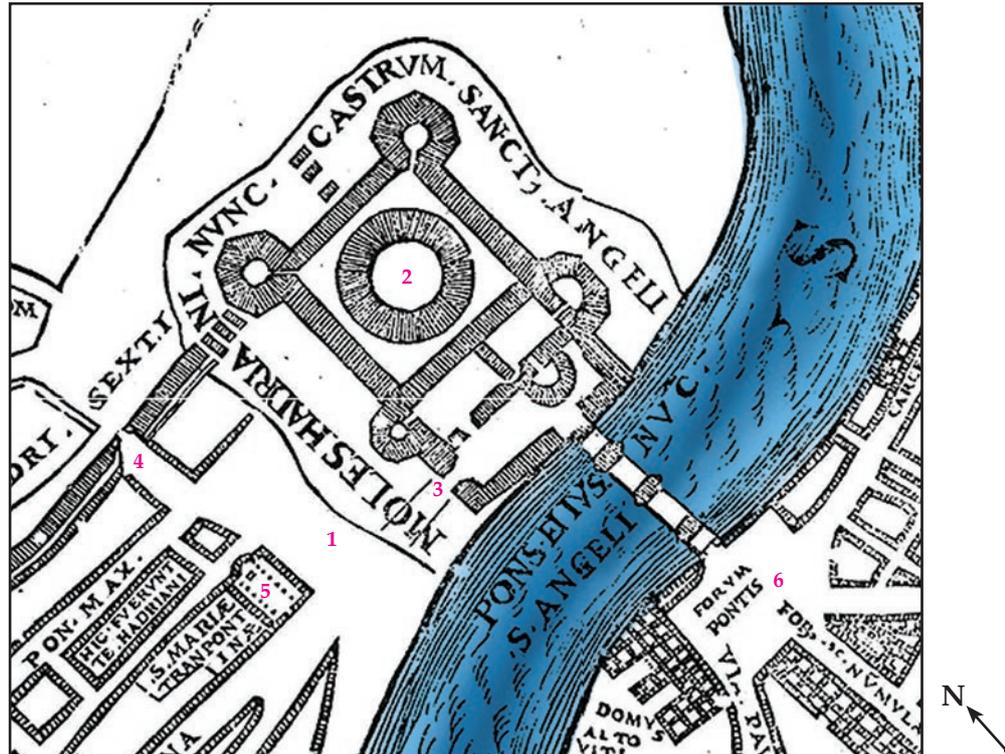


Figura 20 — Localização do Castelo Sant'Angelo. 1. Praça Castelo; 2. Corpo central do castelo; 3. Porta Collina; 4. Porta Castello; 5. Igreja de S. Maria in Traspontina; 6. Canale di Ponte / Praça S. Celso. Fonte: extraído da planta de Leonardo Bufalini (1551).

Bonifácio IX é o primeiro pontífice a efetivamente encaminhar a transição da residência pontifícia do Laterano para o Vaticano, e suas intervenções confirmam essa intenção. A retomada dos trabalhos no palácio apostólico medieval da Cidade Leonina, a atualização do Castelo Sant'Angelo como baluarte defensivo e o abandono da sede lateranense, que se encontrava gravemente danificada após o terremoto de 1349 e o incêndio de 1361, são sinais de um novo arranjo que coloca a basílica de S. Pedro como o centro universal do Cristianismo enquanto seu principal santuário, relegando a igreja de S. Salvatore (já S. Giovanni in Laterano) à sua dimensão específica de igreja dos Romanos, enquanto sede do vicariato.

O *rione* Trastevere (Figura 21) desempenhava uma importante função de polo de distribuição externo. Pessoas e mercadorias chegavam no porto de Ripa Grande e pela porta Aurelia (S. Pancrazio). Ripa Grande recebia o tráfego mercantil que vinha pelo mar, desembarcava em Ostia e subia o Tibre, cujo leito permitia naves com capacidade entre 200 e 400 toneladas. Porta Aurelia era termo da via homônima, estrada importante para a circulação dos peregrinos.

Pelo XIII *rione*, fluxos de pessoas e mercadorias eram redistribuídos para a cidade histórica pelas pontes da Ilha Tiberina e pela ponte S. Maria; para a Cidade Leonina, atravessando a porta Settimiana e seguindo pela via della Lungara até a porta *Turrianis* (Cavalleggeri). A parte alta do *rione* correspondia ao conjunto de caminhos que da

porta *Aurelia* convergiam na basílica de S. Maria in Trastevere e era pouco habitada. A população se concentrava em torno dos corredores (a) da via Transtiberina, antiga estrada romana retilínea – prolongamento urbano da via *Aurelia* –, que conectava a basílica de S. Maria in Trastevere com a ponte S. Maria (correspondente à atual via della Lungaretta) e (b) da via que ligava a região das pontes até a porta Portese, passando pelo porto de Ripa Grande, na altura do atual complexo de S. Michele (Figura 20); ali constavam uma série de armazéns e arsenais, além do escritório de recolhimento dos tributos mercantis, a *gabella* (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 20-21).

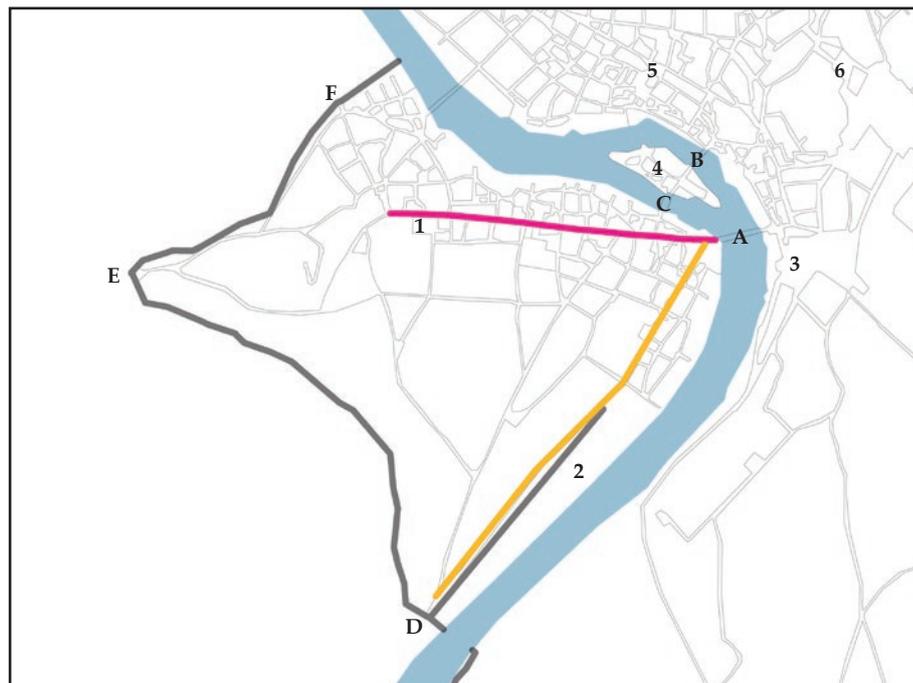


Figura 21 — Esquema viário de Trastevere no início do século XV. Em magenta: *via Transtiberina*; em amarelo: via do comércio do porto de Ripa Grande. A. Ponte S. Maria; B. Ponte Fabricio; C. Ponte Cestio; D. Porta Portese; E. Porta Aurelia; F. Porta Settimiana (início via della Lungara); 1. Basílica de S. Maria in Trastevere; 2. Porto de Ripa Grande; 3. Velabro; 4. Ilha Tiberina; 5. Praça Giudea; 6. Campidoglio. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, p. 112-113).

Em relação à cidade histórica, o esquema viário de origem antiga, de caráter radial e centralizado no *Miliarium aureum*, perdeu o sentido durante o Medievo, devido ao cambiamento das relações entre partes da cidade e, sobretudo, ao desenvolvimento das centralidades de Trastevere e do Vaticano, na margem oposta do Tibre. Todavia, nos primeiros anos do *Quattrocento*, a via *Flaminia*-Lata exercia uma função de eixo aglutinador, ao longo do qual desembocavam todas as principais estradas urbanas.

A montante da via *Flaminia*-Lata, partiam as estradas que conduziam às portas do setor norte (*Pinciana*, *Salaria*, *Nomentana*). No seu fim, próximo à praça de S. Marco, se derramavam as estradas que conduziam às portas do setor oriental (*Tiburtina*, *Maggiore*, *Asinaria*, S. Sebastiano). Seu prolongamento ao longo das encostas do Campidoglio conduzia até a via *Peregrinorum*, que levava à porta e, depois, à basílica de S.

Paulo. À jusante da via *Flaminia*-Lata, em direção à Alça do Tibre, se ramificava outro grupo de estradas que conduziam à ponte S. Angelo e à Cidade Leonina (ver Figura 14, *supra*, p. 48).

No lado externo da cidade, em um ponto próximo da porta *Sancti Petri* se destacava da via Francigena um ramo de estrada que conduzia à ponte Milvio, interceptando a antiga via *Flaminia* e seguindo em linha reta até a porta del Popolo, principal acesso à cidade histórica. Da porta del Popolo até a altura da atual praça Sciarra, durante o *Quattrocento*, a via era conhecida como *Flaminia*; dali ao seu termo, graças à maior amplitude em razão da originária presença dos *Septa Julia*, era conhecida como via Lata. Seu andamento, sempre retilíneo, era marcado por três arcos triunfais: o primeiro, dedicado a Marco Aurélio e depois conhecido como Arco de Portugal, situado próximo a praça de S. Lorenzo in Lucina e via della Vite; o segundo, inserido num antigo aqueduto que alimentava as Termas de Nero, conhecido como Arco de Cláudio e situado na altura de praça Sciarra; o terceiro, parcialmente desabado ao fim do século XIII, na altura de S. Maria in via Lata (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 23-24).

Quem entrava pela porta del Popolo, seguia pela via *Flaminia* até o Arco de Portugal em um percurso de características campestres ou suburbanas. Todo o lado oriental permanecia não-edificado, repleto de vinhedos e hortos. No lado ocidental, edificado de modo descontínuo, após o Mausoléu de Augusto era possível acessar a praça de S. Lorenzo in Lucina, onde jazia por terra o obelisco egípcio que na época de Augusto (por volta de 10 a. C) fora utilizado como gnônone pelo matemático Nonio (*Solarium Augusti*) a fim de medir o êxito do calendário juliano²³. Sucessivamente se chegava à praça Colonna, região já continuamente edificada e ponto de confluência da via *Recta*, que a conectava com a ponte S. Angelo. Na base da coluna Antonina surgia uma antiga igreja dedicada a S. André, desmantelada pelo papa Paulo III (1534-1549).

O final da via *Flaminia*-Lata, próximo à basílica de S. Marcos, na região do Campidoglio, era marcado por um alargamento do tipo “praça” que cumpria importante função de nó viário. Dali partiam os percursos em direção à Suburra e a S. Maria Maggiore; para ali confluía a Ascesa Proti, antigo *Clivus Argentarius*, que levava ao *Forum* Romano, de onde se prosseguia ao Coliseu e à basílica de S. Giovanni in Laterano (S. Salvatore).

Entre os anos de 1395-1398, uma radical reestruturação foi feita no Campidoglio, sob o comando do papa Bonifácio IX. O palácio Senatorio foi reforçado com duas torres voltadas para a praça, possuindo, naturalmente, um escopo militar-defensivo,

23 Atualmente esse obelisco encontra-se de frente ao palácio de Montecitorio, sede da Câmara dos Deputados da República Italiana, transportado e erguido sob os cuidados do arquiteto Giovanni Antinori, por ordem do papa Pio VI Braschi (1789-1792).

mas também tectônico, como estratégia de consolidação da sua estrutura. A operação conferiu ao edifício um aspecto de fortaleza e o resultado não convenceu os seus contemporâneos: Biondo Flavio, humanista e secretário apostólico de Eugênio IV (1431-1447), não poupa o palácio de seu juízo negativo, ao sentenciar que “todo e qualquer cidadão se sentiria indignado de morar ali” (1543, Lib. I, par. 73, p. 16, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 65, n. 15).

Do ponto de vista simbólico, essa obra marca uma inversão na relação do Campidoglio com a cidade histórica. Construído entre os séculos XII e XIII sobre as ruínas do antigo *Tabularium* – outrora arquivo público das leis e atos oficiais do Estado Romano – o palácio Senatorio sempre esteve voltado para o *Forum*, de onde se mirava sua fachada principal. Com a obra, a nova fachada passa a se abrir para a praça do Campidoglio, orientada em direção a S. Pedro, como que subordinada à autoridade pontifícia. Do ponto de vista político, a obra assinala o último suspiro de autonomia municipal romana, que vê sua jovem Constituição republicana abolida e sua estrutura administrativa capturada pela autoridade papal, que na falta de uma organização própria que pudesse substituir aquela comunal, passa a nomear os funcionários com poderes de decisão e controle, dando a última palavra nos assuntos que envolviam, por exemplo, a modelagem do espaço urbano e do sistema viário.

2. 3. 2. Martinho V Colonna (1417-1431)

O primeiro vintênio do século XV é caracterizado pelos últimos anos do Grande Cisma do Ocidente, nos quais alguns papas se sucederam, divididos entre as confissões de Avignon, de Roma e, posteriormente, de Pisa, em conflito que será resolvido com o Concílio de Costanza e a abdicação do papa Gregório XII em 1415²⁴. O conclave seguiu-se imediatamente à deposição do antipapa pisano João XXIII, também em 1415, e demorou dois anos para eleger o novo sucessor, na figura do cardeal Oddone Colonna, que assumiu o nome de Martinho V.

A primeira ação de Martinho V foi reconfirmar a sede papal em Roma, mesmo com os convites feitos pelo rei da França para retornar a Avignon, e pelo imperador Segismundo para estabelecer-se em Basileia ou Estrasburgo. Bartolomeo Sacchi, dito *Platina*, humanista e biógrafo pontifício que trabalhou como abreviador apostólico na

²⁴ Antes da abdicação de Bento XVI em 2013, Gregório XII havia sido o último papa a desistir do trono petrino, 598 anos mais cedo.

corte de Pio II (1458-1464), escreveu que a escolha de confirmar Roma como sede pontifícia reconhecia a prioridade religiosa dessa cidade, cuja Igreja foi pioneira e mãe de todas as outras. A mesma referência a Roma enquanto centro do Cristianismo encontramos na mensagem de S. Catarina de Siena, aguerrida defensora do retorno da corte à cidade eterna, quando do Exílio de Avignon (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 72).

No seu definitivo retorno, em setembro de 1420, o papado encontrou uma cidade em estado de extrema degradação. O mesmo *Platina* afirma que Martinho V encontrou Roma

tão destruída e devastada, que não possuía mais nenhum aspecto de cidade. Teria o papa visto as casas desabadas, os edifícios de culto em ruína, as estradas desertas, a cidade em apuros pela falta de tudo e pela pobreza. Nenhuma aparência de cidade, nenhum modo urbano de viver essa já não demonstrava. (GAIDA, 1913, *apud* SIMONCINI, 2104, p. 72, n. 46)

As primeiras intervenções de Martinho V imediatamente após seu retorno se limitaram à Cidade Leonina, satisfazendo as prioridades defensivas, de residência e de culto, respectivamente na cintura de muralhas, no palácio apostólico e na basílica Vaticana. As esparsas intervenções na cidade histórica ocuparam-se, principalmente, de edifícios de culto – as principais basílicas patriarcais foram reformadas. Possivelmente, esses trabalhos foram iniciados tendo em vista o Jubileu extraordinário anunciado para o ano de 1423, em comemoração do retorno a Roma e com a preocupação de demonstrar uma renovada autoridade do papado junto à recém reconquistada unidade da Igreja romana, após o Exílio de Avignon e o conseqüente Cisma. Entretanto, dadas as experiências dos anos jubilares anteriores, a extraordinariedade e urgência de um Ano Santo justifica-se do interesse em melhorar o estado das finanças papais.

Apesar dos restauros das residências apostólicas no Vaticano e em S. Maria Maggiore, segundo fontes coevas, Martinho V passou a maior parte residindo em edifício próprio, situado ao lado da basílica dos SS. Apostoli e adjacente ao palácio da família Colonna. A prioridade dessa residência se confirma na escolha de ali estabelecer-se a Tesouraria apostólica, considerando ainda a proximidade com a casa de moeda que ainda funcionava na sua sede medieval, aos pés do Campidoglio, junto ao Arco de Settimio Severo.

O Campidoglio ainda conservava seu caráter de centro ideal e funcional da cidade, e estar próximo a uma tal centralidade mostrava-se também uma escolha política. De fato, foram feitas uma série de obras destinadas a melhorar a condição dos palácios Senatorio e dos Conservatori, incluindo a consolidação das muralhas de proteção e a construção de uma torre, visível até hoje no vértice norte do edifício, entre as Escadas Gemônias e a igreja de Ara Coeli.

Em relação aos ordenamentos e estatutos municipais, Martinho V se mostrou receptivo e ordenou ao secretário do Senado romano, Nicolò Signorili, que os transcrevesse, consolidando os textos legais e eliminando dúvidas interpretativas que por vezes deixavam a cidade ingovernável. Naturalmente a recepção dos estatutos municipais foi atrelada à inserção de pessoas de confiança do papa na estrutura comunal (como é o caso do próprio secretário Signorili, chefe do *rione* Monti, sobre o qual os Colonna historicamente exercitavam mais diretamente o seu domínio).

Um dos ordenamentos atualizados por Martinho V foi aquele dos *Magistri viarum*, cuja redação revisada previu a inclusão de competências executivas, como restauros e reformas, nas funções dos *magistri*, ao mesmo tempo em que subtraía o controle da autoridade comunal: os *magistri* eram nomeados pelo papa e a sua atividade submetida ao crivo do cardeal camerlengo, que presidia a instituição, incluindo sua gestão financeira.

A retomada da atividade no setor viário pode ser relacionada com a atualização e confirmação desses estatutos. Durante a década de 1420, a cidade histórica será, pela primeira vez no século XV, canteiro de importantes obras viárias. Primeiramente, em vista do Jubileu de 1423, interessam as vias de ligação entre as basílicas patriarcais (sobretudo entre S. Pedro, S. Giovanni e S. Paulo); posteriormente, entre 1423-26 foi reconstruída a antiga ponte de Santa Maria, que permitia o peregrino transitar entre S. Pedro e S. Paulo sem precisar passar pela degradada zona de Regola ou pelo apinhado *rione* S. Angelo. Data dessa época o início da pavimentação da via *Papalis* e o melhoramento das condições da via Maggiore, que conectava o Coliseu com S. Giovanni in Laterano.

O melhoramento da via Maggiore era demanda recorrente da Confraternita del SS. Salvatore, irmandade que administrava o hospital homônimo adjacente à igreja de S. Giovanni in Laterano, e que vinha adquirindo uma série de imóveis nas redondezas desde a segunda metade do século XIV. O estado de ruína da região havia chegado a tal ponto que os habitantes a tinham abandonado; o entorno deserto dava lugar à insegurança e, por fim, tornou-se perigoso transitar por ali. A revitalização da via Maggiore veio acompanhada de uma série de concessões fiscais e facilidades para a aquisição de imóveis a quem se propusesse a repovoá-la, seja com residências ou artesanias²⁵.

25 A aquisição de imóveis por instituições religiosas acontece também em outras partes da cidade. Em 1425, o capítulo de S. Giovanni in Laterano comprou um albergue no Campo de' Fiori e várias casas nos *rioni* Ponte, Parione e Arenula.

2. 3. 3. Eugenio IV Condulmer (1431-1447)

Em linhas gerais, o reinado de Eugenio IV pode ser dividido em três períodos. O primeiro, até 1434, caracterizado pela continuidade da política de Martinho V e um estado geral de melhoramentos, sustentado pela conjuntura econômica favorável. O segundo período (1434-1442) foi marcado pelo forçado transferimento da corte papal a Florença, como consequência de um violento conflito interno que opõe o povo romano e a autoridade pontifícia. Nesse *interregnum*, o governo de Roma foi exercido por um preposto – primeiramente o cardeal Giovanni Vitelleschi e, após o seu assassinato em 1440, pelo cardeal Ludovico Trevisan, dito Scarampo – e ficaram praticamente ausentes quaisquer iniciativas de melhoramentos ou benfeitorias por parte da Igreja, devido às dificuldades financeiras provocadas pela ausência da corte papal. São recorrentes as menções ao estado precário da cidade durante esses anos. Um certo Edoardo dagli Alberti, em uma carta enviada a Giovanni de' Medici em 1443, conta que “os homens que presentemente se chamam romanos... todos parecem vaqueiros” (ESCH, 1981, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 82, n.88). Vespasiano da Bisticci, biógrafo pontifício, compartilha de leitura semelhante quando escreve que Roma

tornou a ser, pela ausência do papa, como uma terra de vaqueiros, porque se criavam ovelhas e vacas mesmo onde hoje se encontram as bancas dos mercados; e todos vestiam capas e botas, por terem passado tantos anos sem a corte e pelas guerras que aconteceram (BISTICCI, 1859, p.19).

O terceiro período é caracterizado por uma progressiva recuperação, que coloca as bases para a transição de uma Roma medieval àquela moderna (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 81-83), em direta relação com o retorno de Eugenio IV e com o trabalho de seu secretário, o humanista Biondo Flavio.

Com o retorno do pontífice em 1442, a região do Borgo Vaticano foi repovoada rapidamente. Verifica-se a transferência da casa de moeda do Campidoglio para o Palácio Apostólico e importantes trabalhos foram executados na Cidade Leonina, como alguns reparos na basílica de S. Pedro (incluindo as portas de bronze encomendadas ao artista Antonio Averlino, dito *Il Filarete*) e na residência pontifícia. Segundo Simoncini (2004, t. I, p. 85) contribuíram, ainda, para a recuperação da zona as intervenções no complexo assistencial de Santo Spirito, com a recuperação dos edifícios e a reorganização de sua gestão administrativa, feita pela Confraternita dello Santo Spirito, a qual o papa passa a integrar, comprometendo-se a depositar anualmente certa soma de recursos a ser utilizada para a manutenção do complexo. Como no caso da via Maggiore e da Confraternita del SS. Salvatore, tratado anteriormente, aqui também vemos uma instituição assistencial que possui imóveis nas suas redondezas – e, portanto,

retira grande parte da sua renda dos alugueis cobrados – como a principal interessada no melhoramento urbano e na valorização imobiliária que o acompanha.

Se no primeiro período do pontificado de Eugenio IV um bom estado das estradas se limitava a poucas vias, como relatado por Leon Battista Alberti em seu *Descriptio Urbis Romae* (1879, p. 131-138, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 2.05”), no fim do pontificado a situação parece diversa. Biondo Flavio narra na sua *Roma Instaurata* um sistema renovado de estradas, que “a partir do Castelo Sant’ Angelo entra na cidade pelo Canale di Ponte e se derrama pela alça do Tibre” (1543, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 2.06”). No mesmo texto, o autor faz menção ao caráter cosmopolita de Roma, que “vem a ser frequentada, mais que qualquer outra cidade no mundo, por estranhas e diferentes nações e povos” (Lib. III, p. 62, par. 112), o que é corroborado pela realização de igrejas e edifícios assistenciais de diversas nacionalidades, assunto que abordaremos mais adiante, de forma mais detalhada.

Biondo Flavio precisa que a zona mais densamente habitada correspondia à cidade velha aos pés do Campidoglio, a zona de planície de Trevi, a concha dos *fori* até a Suburra, a zona à jusante da via Lata, limitada pelo Pantheon de uma parte e pelo Campo de’ Fiori de outra. A Figura 22 mostra a hipótese apresentada por Giorgio Simoncini (2004, t. I, Tav. II) para os limites do habitado nos tempos do papa Eugenio IV; no mapa estão identificadas as vias onde é certa ou se pode razoavelmente supor a existência de uma continuidade edilícia.

O complexo lateranense, que se encontrava em progressivo arruinamento desde a segunda metade do século XIV, foi submetido a uma ampla atualização, que reformou os palácios da residência apostólica e construiu, *ex novo*, um monastério. Durante as escavações para as fundações do monastério, numerosos objetos de época antiga foram encontrados: arcos, câmaras, pavimentações, colunas, epígrafes em mármore e estátuas belíssimas (B. FLAVIO, *op. cit.*, Lib. I, p. 21r, par. 85-86).

A redescoberta desse repertório arqueológico potencializou a zona do Laterano como uma espécie de santuário das memórias de Roma Antiga. Esse caráter, de forma mais ampla e difusa, historicamente impregnou todo o setor oriental da cidade histórica, especialmente na concha dos *fori* e vale do Circo Massimo, pela concentração de preexistências arquitetônicas da Antiguidade, como as ruínas dos aquedutos e palácios imperiais, as colunas dos edifícios civis e religiosos, os aparatos hídricos convertidos em fontes, a implantação urbana de época Imperial. Esse contato próximo e continuado com a arquitetura clássica contribui para a mediação proposta pelos humanistas, de afirmar uma primazia da razão histórica e cultural frente à razão metafísico-religiosa do Medievo e ofertar expressões de modernidade “à antiga”, inspiradas

pela gramática formal de um passado greco-latino e destinadas a produzir novo universo de semânticas e sentidos.

Outro edifício antigo restaurado nos tempos de Eugenio IV foi o Pantheon. O *pronaos* foi liberado das barracas, oficinas e tavernas que o ocupavam, as colunas foram desenterradas e trazidas inteiramente à vista, a cobertura e o piso da igreja (nomeadamente S. Maria *ad Martyres*) foram restaurados. A praça adjacente, dita della Rotonda e a atual via della Maddalena foram pavimentadas com a “*pietra di Tiburre*”, possivelmente travertino. A importância da região do Pantheon era acrescida da presença do *Studium Urbis* da Sapienza, universidade romana fundada em 1303, que recebeu importantes aportes do papa Eugenio IV logo no primeiro ano de seu pontificado (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 90).



Figura 22 — Hipótese da área habitada ao tempo do papa Eugenio IV (1431-1447). A. Suburra; B. Campidoglio; C. Trastevere; D. Borgo Vaticano; E. Canale di Ponte; F. Tor di Nona; G. Campo de' Fiori; H. Pantheon; I. Via Lata; J. Trevi. Estão coloridas as ruas em que é certa ou se pode razoavelmente supor a existência de uma edificação contínua. Fonte: retirado de SIMONCINI (2004, t.I, Tav. II) e adaptado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, pp. 112-113).

A crescente atenção pelo antigo que se evidencia a partir do pontificado de Eugenio IV transparece nas representações de Roma feitas em torno daquele período. São representações concebidas em forma de vistas perspécticas com algumas característi-

cas recorrentes. O enquadramento circular do perímetro urbano, que remete ao círculo como símbolo de perfeição matemática e espiritual; a orientação para o sul, como apreendia a cidade o peregrino que adentrava seus limites a partir de Monte Mario; a cidade representada como um conjunto de construções isoladas, com escassas referências às estradas. Dentre as construções representadas não figuram apenas aquelas de cunho religioso, mas também pontes e monumentos da Antiguidade – eis aqui a novidade. A presença de tais monumentos indica que as representações teriam sido elaboradas com uma motivação cultural, para além daquela religiosa, dada a presença dessas arquiteturas como elemento qualificante da paisagem de Roma.

No afresco de Taddeo di Bartolo no Palazzo Pubblico de Siena (1414), ao qual se atribui um valor de protótipo (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 93), podemos identificar, além da basílica Vaticana as igrejas de S. Maria in Trastevere, S. Cecilia e S. Crisogono; S. Maria Maggiore, S. Giovanni in Laterano com o seu batistério, S. Croce in Gerusalemme; S. Paulo e S. Sebastião extramuros. Entre as construções da Antiguidade encontramos o Pantheon, a *Meta Romuli* e a pirâmide Cestia, o Castelo Sant'Angelo (Mausoléu de Adriano), os Dióscuros de Monte Cavallo, as termas de Diocleziano e de Caracalla, o Coliseu, a estátua equestre de Marco Aurélio, o Campidoglio, o anfiteatro Castrense e vários trechos de aquedutos. As construções estão distribuídas uniformemente sobre a planta, sem levar em conta a efetiva distância entre elas, mas relacionadas entre si como existiam na realidade (Figura 23).

Leon Battista Alberti propôs um método inovativo de representação (1432-1434) na sua primeira passagem por Roma, como abreviador apostólico de Eugenio IV. Partindo de um ponto central identificado como a torre do Campidoglio, ele divide a linha do horizonte em 360 graus, como nos gráficos polares, e relaciona as emergências arquitetônicas de acordo com sua orientação e distância a partir do centro. Dessa maneira, consegue compor uma série de tabelas que demarcam as posições das muralhas, das portas urbanas, e dos edifícios cristãos e antigos. É possível que Alberti tenha realizado um exemplar da sua planta de Roma, seguindo suas próprias diretrizes, mas infelizmente, tal documento não chegou aos nossos tempos. Entretanto, um estudioso do século XIX, Alessandro Capannari, seguindo as tabelas e orientações de Alberti, produziu uma sua reconstrução (Figura 24). O enquadramento é também circular, como o afresco de Taddeo di Bartolo. São ausentes as referências às estradas e muitos dos edifícios representados naquele se repetem na descrição de Alberti. O método de aferição, porém, é inteiramente moderno: a representação circular não é inspirada num simbolismo religioso, mas deriva de uma concepção geométrica do espaço circundante; e a localização dos edifícios não é feita de modo evocativo, mas aspira a critérios matemáticos exatos (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 95).



Figura 23 — Planta de Roma, afresco de Taddeo di Bartolo no Palácio Comunal de Siena, 1414. Fonte: retirado de FRUTAZ (1962, II, tav. 149)

Ao final do pontificado de Eugenio IV, as figurações de Roma passaram a absorver elementos capazes de denotar certo realismo, dando maior atenção aos monumentos antigos e a critérios científicos na tomada, processamento e representação dos dados topográficos e toponomásticos, o que culminará na excelência técnica da planta de G. B. Nolli (1748), passando pelas experiências exemplares de L. Bufalini (1551) e G. B. Falda (1667), para citarmos alguns.

O problema da relação entre cidade coeva e cidade antiga se evidencia no pontificado de Eugenio IV com crescente atenção sobre a conservação do antigo. É conhecido o costume romano de fabricar cal a partir da queima dos mármore retirados dos monumentos da Antiguidade, o que causava uma certa indisposição nos estudiosos de época, pelas destruições levadas a cabo por tal fim²⁶.

Biondo Flavio, por meio da identificação das ruínas de monumentos antigos e pela individuação e descrição minuciosa dos lugares onde se situavam os edifícios cuja

²⁶ Por exemplo o notável antiquário Ciriaco da Ancona, que relata o desprezo dos romanos pelas suas relíquias em seu *Itinerarium*.

memória fora transmitida pelos autores clássicos, parece inaugurar a disciplina da topografia antiga (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 96). Apropriadamente, *instaurata* quer dizer “renovada”; a *Roma Instaurata* de Biondo Flavio é permeada pela intenção de renovar a consciência de uma cidade antiga, escondida sob a pátina do tempo. Consciência que não possuía escopo projetual, mas era destinada a introduzir a ideia de que a cidade antiga figurasse como modelo de uma nova concepção, de renascimento do antigo, que atingia não somente as formas do edifício, mas também o ambiente urbano – *pari passu* com a argumentação que Leon Battista Alberti desenvolveria em seu tratado *De re aedificatoria* poucos anos mais tarde.

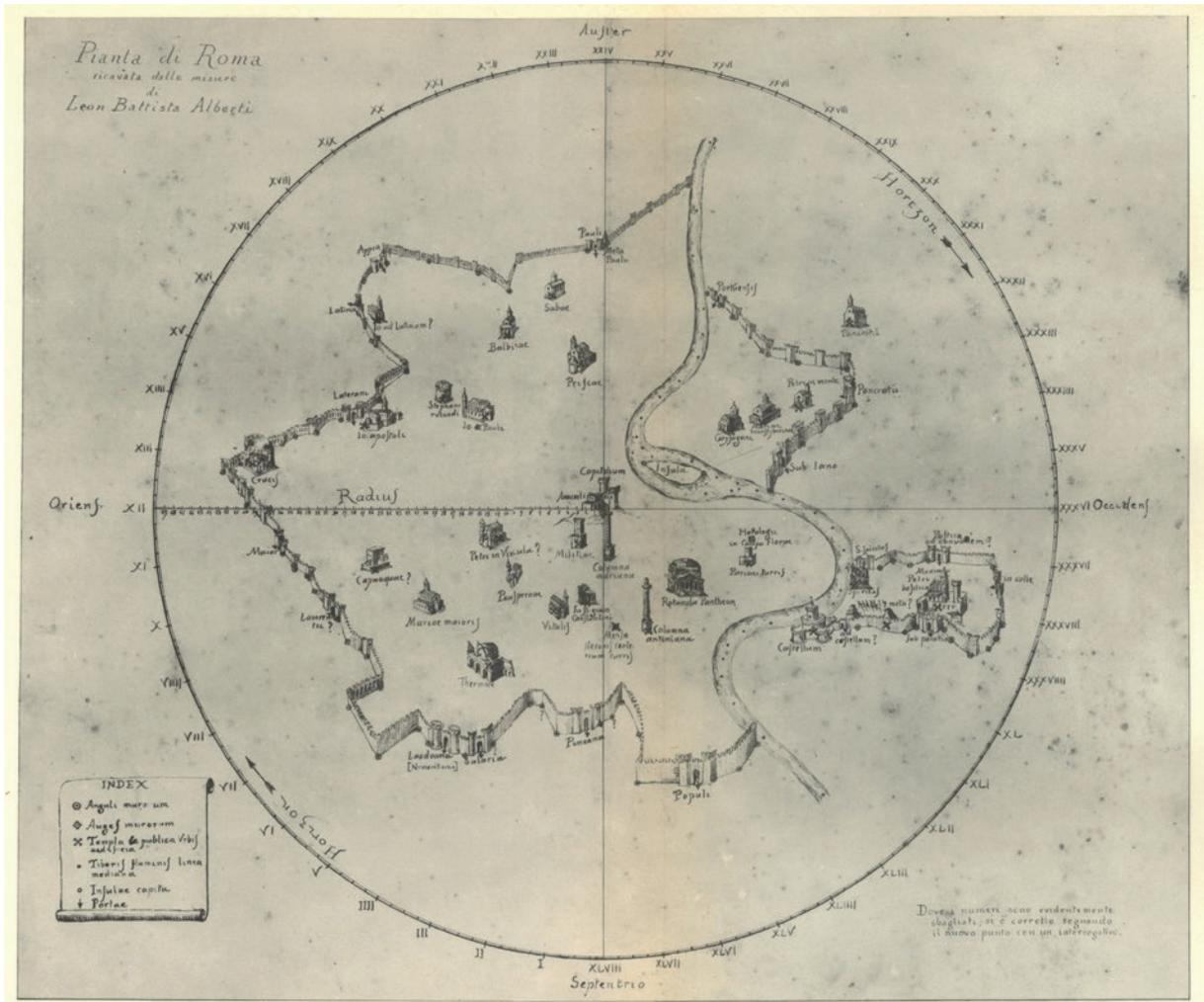


Figura 24 — Reconstrução da planta de Roma de L. B. Alberti, proposta na sua *Descriptio Urbis Romae*. Desenho de Alessandro Capannari (1884). Fonte: retirado de FRUTAZ (1962, II, tav. 151)

O ambiente da cúria de Eugenio IV permitiu a maturação e manifestação do ideal humanista que norteará a produção do espaço urbano durante o Renascimento. A necessidade de redigir com correição os documentos oficiais fez com que muitos *experts* em latim, como eram os humanistas, fossem admitidos no *corpus* curial na qualidade de secretários ou abreviadores. Aparentemente, a vinculação religiosa não era

um requisito impeditivo, uma vez que conviveram contemporaneamente estudiosos de orientação marcadamente cristã, como o próprio Biondo Flavio ou Tommaso Parentucelli (teólogo e futuro papa Nicolau V), como também aqueles de orientação cultural mais heterodoxa, como Poggio Bracciolini e Leon Battista Alberti, este último dedicado à elaboração de uma síntese entre Cristianismo e Humanismo (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 98). Contribuiu, ainda, para o favorecimento do ideal humanista, o período que Eugenio IV passou em Florença, imerso no notável clima cultural daqueles anos (1434-1442), marcado pela atuação de expoentes como Filippo Brunelleschi, Beato Angelico, Lorenzo Ghiberti e Donatello.

2. 3. 4. Nicolau V Parentucelli (1447-1455)

A Gianozzo Manetti, biógrafo pontifício, devemos a coleta e organização das intervenções projetadas e efetuadas pelo papa Nicolau V. A maioria dessas se concentra nos anos de meio de seu pontificado, entre 1449 e 1453, ano da queda de Constantinopla, evento que marca o termo inicial da transição entre Idade Medieval e Idade Moderna.

Manetti (1999, p. 135-136, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 2.12”) relata que o Jubileu de 1450 fora um dos mais gloriosos, com um extraordinário afluxo de peregrinos provenientes das mais longínquas nações e províncias, e com grande sucesso econômico devido ao volume de doações, indulgências comercializadas e impostos recolhidos das importações de alimentos e outros bens de consumo cotidiano. Paolo dello Mastro detalha a situação da cidade, com as basílicas patriarcais tomadas pela multidão e as vias praticamente intransitáveis nas regiões de S. Pedro, S. Paulo, S. Giovanni e S. Maria Maggiore. Vespasiano da Bisticci precisa cem mil florins de ouro depositados no banco dos Medici, curadores das finanças pontifícias. O mercante florentino Giovanni Rucellai, amigo e comitente de L. B. Alberti, escreve no seu diário de visita a Roma pelo Jubileu que o altar de S. Paulo recebia diariamente cerca de quatro ducados e que a soma anual podia chegar aos 1.500 ducados de ouro²⁷. A *Cronica di Perugia* informa que o afluxo de dinheiro a Roma foi tanto que provocou uma “penúria geral de liquidez” em todas outras cidades italianas, dificultando eventuais operações de câmbio e fazendo com que a casa da moeda de Florença cunhasse cerca de 250.000 florins, buscando remediar a situação (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 100-101).

²⁷ O ducado e o florim de ouro eram moedas equivalentes que contavam com cerca de 3,5 gramas de ouro na sua composição. O ducado tinha origem na República de Veneza, enquanto o florim popularizou-se com o surgimento das potências bancárias florentinas.

Naturalmente, as intervenções mais representativas só puderam ser realizadas graças aos recursos levantados durante o Ano Santo de 1450, com um interesse especial na Cidade Leonina, que passa a ser tratada não somente como uma centralidade de culto, mas como uma centralidade de governo religioso concebido aos moldes dos coetâneos estados monárquicos europeus. Essa mudança de paradigma acabou por demandar uma reorganização da Cidade Leonina em todos os seus aspectos constitutivos (muralhas, basílica, palácio apostólico, praças, vias, casario, Castelo e ponte Sant'Angelo), com a potencialização do seu aparato militar defensivo.

As muralhas leoninas foram reparadas, reforçadas com grande número de torres ao longo de seu perímetro e ampliadas no setor setentrional, passando a incluir a área onde atualmente se encontra o *cortile* do Belvedere. Do lado de fora da porta *S. Petri* foi construído um massivo torreão circular com cerca de 30 metros de diâmetro, com uma altura de cerca de 13 metros.

O palácio apostólico foi acrescido de um novo edifício, na altura da atual testada do *cortile* do Belvedere e dotado de salas para a coroação do papa e para audiências com chefes de estado, biblioteca, novas capelas, aposentos para a realização do conclave e para a guarda do tesouro pontifício, novos escritórios destinados aos órgãos da administração curial (Chancelaria, Câmara, Tribunal da Rota Romana etc); foi ainda ampliada a casa de moeda, precedentemente transferida para o complexo Vaticano pela vontade de Eugenio IV. Delineavam-se os contornos de uma verdadeira régia, ornada com toda a realeza demandada por uma tal instituição.

A basílica de S. Pedro foi objeto de um projeto para sua ampliação e reconstrução, coordenado pelo arquiteto Bernardo Rosselino, à época empregado como *ingegnere di Palazzo*. O projeto previa a ampliação do transepto e a construção de um coro destinado a acolher o trono pontifício, único elemento efetivamente realizado do projeto rosseliniano, uma vez que os trabalhos foram interrompidos após a morte de Nicolau V em 1455.

A praça de frente à basílica, chamada Campo Vaticano foi submetida a intervenções de ampliação e redelimitação, com a demolição de algumas casas localizadas no trecho onde Borgo Vecchio (*Portica*) confluía no Campo, e o início da construção de uma nova residência para os cônegos da basílica, posto que a velha sede ao lado esquerdo do átrio de S. Pedro passou a hospedar o arcepreste e os sacerdotes regulares de S. Pedro.

A reorganização do Estado Pontifício outorgada por Nicolau V conformou uma extensa classe de empregados curiais, constituída por clérigos, oficiais, empregados e prestadores de serviço inseridos nas estruturas dos diversos órgãos que compunham a Cúria Apostólica. Para que essa nova classe habitasse tranquila e seguramente, foi con-

cebido um plano de requalificação de toda a área compreendida entre o Campo Vaticano e o Castelo Sant'Angelo, conhecida como Borgo. Desse plano não nos resta algum traço, além da descrição reportada por Gianozzo Manetti²⁸, sobre a qual nos deteremos brevemente, pela sua importância urbanística e arquitetônica enquanto projeto de cidade ideal, definido por um preciso programa social e político, e que “expressa a intenção de criar uma estrutura espacial e arquitetônica perfeitamente correspondente com uma função ao mesmo tempo representativa e produtiva” (GUIDONI, 1990, p. 118).

O plano de reconstrução do Borgo integra um conjunto de diretrizes – em total de cinco, segundo a descrição de G. Manetti – cuja ideia central parece ser a refundação de Roma do ponto de vista político e da sua imagem urbana, enquanto *urbis et orbis* da Igreja cristã. Além do plano para o Borgo, executado em partes, somam-se: o reparo das muralhas em diversos setores colapsados e a regularização de terrenos acidentados; a reforma de cerca de 40 edifícios de culto associados com as igrejas estacionais – aquelas que negociavam as indulgências nos anos jubilares e festas da Igreja –, a reconstrução e decoração dos palácios do complexo do Vaticano e a completa reconstrução da basílica sobre a tumba do apóstolo Pedro.

A principal inovação urbanística do plano para o Borgo, segundo Guidoni (1990, p. 118), consiste nas três estradas que unem as praças do Castelo e da basílica e que formam um tridente, de limitada abertura angular mas com forte valência projetual. O autor afirma que se trata propriamente de um “projeto”, no sentido estrito da palavra, porque são descritas detalhadamente não apenas as configurações planimétricas das novas vias retilíneas e orientadas segundo um plano de fundo preciso, mas também a arquitetura e a função dos edifícios que nelas viriam a ser construídos.

A descrição do plano inicia com a previsão de uma operação preliminar de demolição de todo o tecido urbano compreendido entre as muralhas leoninas, o Tibre, o Castelo e uma linha reta que conectava o novo torreão de Nicolau V junto a porta *S. Petri* com o Castelo Sant'Angelo.

As novas estradas são ubicadas segundo uma relação de simetria que reforça a prevalência hierárquica do eixo central que desemboca numa nova e regularizada *platea* retangular, alinhado com o ingresso principal da basílica de S. Pedro e com a nova posição do obelisco Vaticano. As estradas paralelas possuíam também orientação bem definida: aquela setentrional mirava em linha reta o acesso ao palácio apostólico, enquanto a meridional caminhava em direção à nova residência dos cônegos a ser construída no termo final da via della Guglia (Figura 25).

28 Para análise detalhada do plano de Nicolau V para o Borgo, ver MAGNUSON (1954).

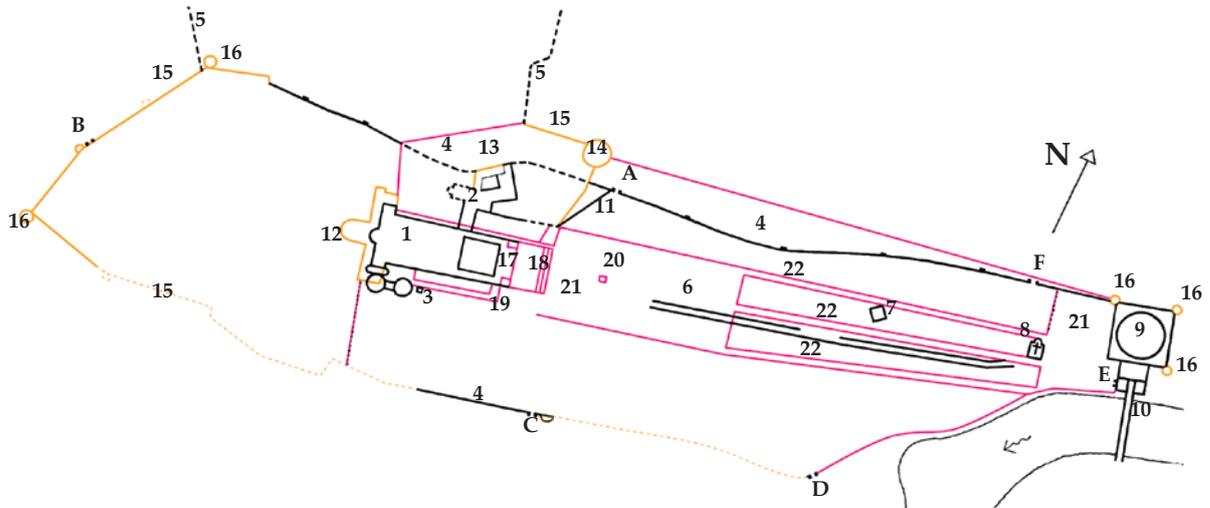


Figura 25 — Plano de Nicolau V para o Borgo, esquema segundo descrição de Gianozzo Manetti. Em preto, construções existentes antes de Nicolau V; em amarelo, construções de Nicolau V; em magenta, as estruturas projetadas; tracejado indica destruição ou localização imprecisa. A. Porta S. Petri; B. Porta Pertusa; C. Porta *Turrionis* (Cavalleggeri); D. Porta S. Spirito; E. Porta Collina; F. Porta Castello; 1. Basílica de S. Pedro; 2. Palácio Apostólico; 3. Obelisco Vaticano; 4. Muralhas de Leão IV; 5. Muralhas de Nicolau III; 6. Borgo Vecchio (ou *Portica*); 7. *Meta Romuli*; 8. Igreja de S. Maria in Traspontina; 9. Castelo Sant'Angelo; 10. Ponte S. Angelo; 11. Muralha de Bonifácio VIII; 12. Novo coro da basílica de S. Pedro; 13. Nova ala dos palácios apostólicos; 14. Torreão de Nicolau V; 15. Muralhas de Nicolau V; 16. Torres de Nicolau V; 17. Projeto dos novos campanários de S. Pedro; 18. Projeto da nova escadaria e plataforma; 19. Projeto da nova residência dos cônegos; 20. Nova localização do obelisco Vaticano; 21. Novas praças conformadas de frente à basílica e ao Castelo; 22. Vias projetadas. Fonte: adaptado pelo autor sobre a reconstrução de MAGNUSON (1954, p. 99).

Segundo Giorgio Simoncini (2004, t. I, p. 116), o texto manetiano informa que as estradas deveriam ser delimitadas por porticados sobre colunas (*porticus, intercolumnia*), respondendo a critérios de beleza e utilidade (*"pulcherrime simul atque utilissime"*). O autor deduz, ainda, a presença de arcos triunfais nos termos das vias (*"tres commemorati vici porticus"*), vindo ao encontro de uma concepção arquitetônica albertiana, que via nos arcos triunfais um ornamento de distinção das vias cidadinas mais importantes (*via regia*) cujo desemboco se dava em uma praça ou forum (ALBERTI, 1996, Lib. VIII, Cap. VI, p. 716-717, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 117).

O porticado é um elemento essencialmente arquitetônico, com origens na gramática formal greco-latina da Antiguidade, que conforma o espaço de forma ordenada, uniforme, rítmica, simétrica. Sua utilização contínua ao longo das vias que miram os pânos de fundo do complexo Vaticano introduz um efeito de aprofundamento perspectivo, estratégia que será largamente empregada nas intervenções urbanas do Renascimento em diante (a rua reta com fundo perspectivo). A reapropriação do "antigo" em novos universos de significado transparece na nova posição do obelisco, em linha com os por-

tões da basílica. Um elemento da Antiguidade que comunica o triunfo da Igreja e de um pensamento moderno, para o qual a cidade não mais deveria se adequar aos restos do passado, mas estes é que deveriam servir às novas exigências da cidade (GUIDONI, 1990, p. 119).

A parte de baixo dos porticados ficava reservada para as oficinas, lojas e bancas, enquanto a parte superior era destinada a habitação dos curiais. O programa definia as atividades pertinentes a cada estrada com base na sua importância: a via central e principal recebia os estabelecimentos de câmbio e finanças, comércios de mercadorias valiosas (ourivesaria, armas e tecidos); a via lateral setentrional é destinada aos *mediocribus diversorum exercitiorum artificibus*, ou seja, artesãos de “média” importância, sem definir especificamente a atividade destes; a via lateral meridional é destinada às *infirmis opificibus apothecae*, estabelecimentos dedicados a atividades menos prezadas que geravam descartes e resíduos, possivelmente despejados no rio.

O Castelo Sant’ Angelo foi reforçado com torres nos vértices da sua muralha de implantação quadrada e totalmente rebocado no seu exterior. No interior, modificações foram executadas para que o castelo desempenhasse, além do escopo defensivo, funções habitativas com a dignidade que merecia um *princeps* apostólico.

A ponte S. Angelo recebeu calçamento em vista do Jubileu de 1450. Um trágico evento é reportado nesse mesmo ano por Paolo dello Mastro: em ocasião de uma cerimônia dominical em S. Pedro, tamanha era a multidão aglomerada em cima da ponte, que causou a morte de 172 pessoas, quatro cavalos e uma mula, por pisoteamento, sufocamento ou afogamento (1910, XXIV, 2, p. 94-95, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 3.03”). Como resposta à tragédia, o papa ordenou a remoção das edificações abusivas que se amontoavam sobre a ponte restringindo o seu leito de marcha, e construiu duas capelas memoriais no ingresso da ponte do lado da cidade histórica.

As defesas da ponte S. Angelo também foram reorganizadas. As duas torres do lado da Cidade Leonina foram reconstruídas e a porta de acesso em madeira foi substituída por uma em ferro. A torre da parte da cidade histórica foi demolida e sua supressão acaba reforçando a perda da autonomia comunal frente a autoridade pontifícia, para além do sentido puramente simbólico. A partir dos desenhos da oficina de Domenico Ghirlandaio (Figura 26) podemos vislumbrar a aparência da região de ponte e Castelo Sant’ Angelo ao final do século XV.

Simoncini salienta que no plano descrito por Gianozzo Manetti são evidentes muitos reclames a concepções propriamente medievais, como a cinta de muralhas dotada de torres quadrangulares próximas entre si; a dupla cinta de muralhas ao longo do atual *cortile* do Belvedere, típica das habitações feudais; a articulação do Borgo por

duas praças contrapostas ligadas por estradas retilíneas; a tipologia de estradas porticadas, como foi Borgo Vecchio (*Portica*) até o início do *Quattrocento*. Tais reclames refletem o caráter feudal originário da Cidade Leonina e o persistente ambiente medieval da Roma nicolina, trincheira entre Medieval e Era Moderna.

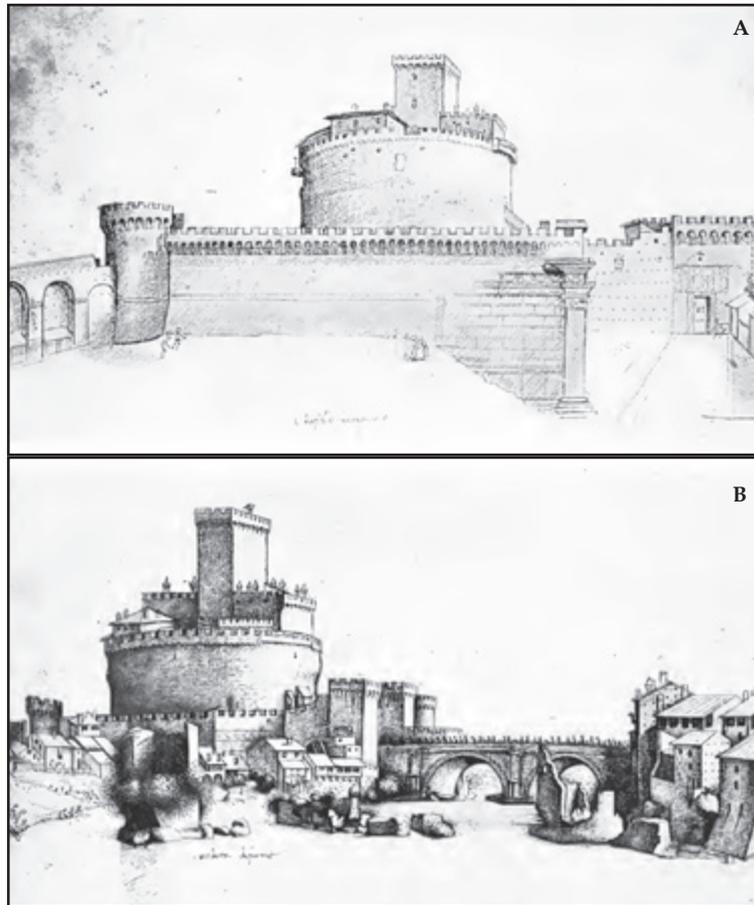


Figura 26 — Região de Castelo Sant’ Angelo e Ponte S. Angelo *circa* 1490. A. Vista interna do desemboco de Borgo Vecchio na praça Castelo; à esquerda as muralhas com o *passetto*, ao centro as muralhas de cercamento do castelo e à direita o prolongamento em direção das torres de acesso à Cidade Leonina. B. Vista do Castelo e ponte Sant’ Angelo. Fonte: retirado de EGGGER (1905, p. 26v e 30v).

A respeito da cidade histórica, seu grande símbolo e centro continuava a ser o Campidoglio, onde o maior mercado semanal citadino resistia. Por causa dessa atividade, periodistas de época definiam a praça superior, de frente ao palácio Senatorio, como um “receptáculo de esterco e imundície” (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 122). Giovanni Rucellai, na crônica de sua visita a Roma para o Jubileu de 1450, nota que o palácio Senatorio tinha em grande parte desabado, restando de pé apenas a residência do Senador e o armazém do sal. Nicolau V encarrega sua reconstrução a Pietro di Giovanni di Varese, que acrescenta uma torre no setor que guardava o *forum* e as Escadas Gemônias, corpo de arquitetura visível até os dias hoje – e onde fica situado o estúdio do prefeito de Roma. A reconstrução do palácio dos Conservatori, que se encontrava em condição de ruína semelhante, é confiada ao então recém-chegado Bernardo Rosse-

lino (1451). Em meio ao continuado processo de cancelamento da autoridade comunal, sistematicamente promovido pela Igreja desde o retorno de Avignon, especialmente após o pontificado de Bonifácio IX (1389-1404), as reformas no Campidoglio podem ser interpretadas como sinais da intenção de captura por parte da Igreja de um espaço urbano extremamente significativo, onde interessava uma clara afirmação e representação do poder temporal pontifício.

Graças à subtração do controle dos *magistri viarum*, exercido sob o comando da Câmara Apostólica, a quem era submetida a tesouraria comunal, as intervenções tanto na Cidade Leonina quanto na cidade histórica, premissas de uma reorganização urbana, puderam ser tratadas com um certo caráter de unidade e centralização, que aparece pela primeira vez desde a Antiguidade. “A contemporânea valorização da cidade papal e daquela popular comportava a superação da contraposição entre cidade sacra e cidade profana”. Platina define uma ideia de cidade “centrada em dois polos, Vaticano e Campidoglio, destinados a funções diversas mas não contrapostas, expressões de uma mesma autoridade, aquela pontifícia” (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 123-124).

Aqui, mais uma vez, transparece a influência albertiana. O melhoramento da cidade histórica está atrelado à ideia de uma cidade governada por um *princeps* sábio – um *rex* em oposição ao *tyrannus* – cuja residência não demandava isolamento por razões de segurança, posto que esse era amado pelo povo, sendo acessível facilmente aos habitantes da cidade (ALBERTI, Lib. V, Cap. I, *passim*). A obra beneficente de Nicolau V se afirma como emblema do compromisso político e da “realeza” de um Estado Pontifício cada vez mais afinado com as coevas monarquias europeias.

Os estatutos dos *magistri viarum* foram atualizados em 1452, e sua redação previu, seguindo o exemplo da atualização outorgada sob Martinho V, uma renovada expansão de suas competências. Considerando o controle da atividade por parte da Câmara Apostólica, essa expansão se justifica no quadro de uma administração pontifícia centralizadora e unitária. As intervenções que cabiam aos *magistri* executar excediam aquelas ordinárias, de manutenção e reparação, e passam a incluir outras de maior compromisso, como demolições de construções abusivas de qualquer tipo e a execução de novas pavimentações.

Pela primeira vez, vêm expressamente elencadas como estradas às quais os *magistri* deveriam observar especial atenção a via *Peregrinorum*, a via *Papalis* e a via *Recta*, cuja importância se consolidava nesse período e que possivelmente eram pavimentadas (*sylicate*) com o travertino de Tivoli. As vias de coligamento entre as basílicas patriarcais também foram melhoradas, uma exigência funcional aos deslocamentos executados por ocasião do Jubileu e da peregrinação em geral.

Um dos principais motores da renovação urbana no período de Nicolau V foi a reorganização dos edifícios de culto, listada pelo Manetti entre as cinco diretrizes do programa pontifício e executada, sobretudo, nas igrejas estacionais. Além das intervenções de manutenção e reparo nas igrejas existentes, é a primeira vez que se verifica uma difusa construção de novas igrejas depois do retorno dos pontífices a Roma. A maioria das intervenções foi realizada junto às representações eclesiásticas estrangeiras que, com a potencialização do polo curial no Vaticano tendiam a se instalar nos *rioni* imediatamente gravitantes. Entram nesse quadro as obras: de S. Maria dell' Anima, igreja da nação germânica (completada em 1449) e de S. Giacomo degli Spagnoli, igreja da nação de Castela (início da construção em 1450), ambas na região da praça Navona, internas ao *rione* Parione; no *rione* Campo Marzio, S. Ivo dei Bretoni, da nação bretã (início em 1454) e S. Girolamo degli Schiavoni, da nação ilírica (1453), situadas ao longo da via della Scrofa, importante conexão entre o porto de Ripetta e a aduana da praça de S. Eustachio. No ano de 1453, ao longo da via *Recta*, é reconstruída S. Salvatore in Lauro e intensificam-se os trabalhos na igreja de S. Agostinho; contemporaneamente, na região do Pantheon partem os trabalhos para a nova cobertura e nova fachada de S. Maria sopra Minerva (SAMPERI, 2004, t. II, p. 74-77).

Seguindo o exemplo da Confraternita del SS. Salvatore, que possuía uma série de imóveis ao longo da via Maggiore, e da Confraternita del S. Spirito, a quem pertencia um outro conjunto de imóveis na Cidade Leonina, as representações estrangeiras que iniciaram as construções das suas igrejas nacionais durante o pontificado de Nicolau V também procederam à compra de propriedades imobiliárias nas suas respectivas imediações, constituindo notável patrimônio apto a receber não só o corpo de clérigos, funcionários eclesiásticos e pessoal curial, com a reforma de palácios contíguos aos edifícios de culto, mas também uma nova classe de imigrantes artesãos, mercantes e comerciantes que buscava locais privilegiados para residência e estabelecimento de seus postos de trabalho (SAMPERI, 2004, t. II, p. 74-77).

Para confirmar a próspera evolução do mercado imobiliário entre o retorno de Martinho V e o fim do pontificado de Nicolau V (1421-1455), reportamos a variação do somatório dos impostos recolhidos sobre os contratos de compra, venda e aluguel de imóveis, baseados nos preços declarados pelos negociantes – sujeitos a uma alíquota média de 4% chamada *gabella dei contratti* (Tabela 2). Podemos perceber três períodos distintos: um primeiro virtuoso crescimento entre 1421-1454; uma brusca e breve diminuição entre 1456-1460; uma branda retomada com estabilização antes de uma contração final (1468-1480).

A maior parte dos lançamentos fiscais aconteceu nos *rioni* Ponte e Parione, evi-

denciando o desenvolvimento da zona imediatamente em contato com o polo do Vaticano. Apesar disso, as transformações urbanas mais evidentes no período de Nicolau V dizem respeito aos *rioni* externos à cidade velha, como Monti, Trevi e Pigna. A cidade velha se estendia dos pés do Campidoglio até parte baixa da alça do Tibre, e era caracterizada pela densidade habitativa alta e tecido edilício compacto, fatores que retardaram transformações urbanas mais contundentes, pelo menos até meados do século XVI (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 129).

Ano	Valor (Florins)	Pontificado
1421	450	Martinho V
1422	450	
1423	615	
1424	800	
1447	1204	Nicolau V
1448	1262	
1449	1252	
1450	976	
1451	1142	
1452	1345	
1453	1440	
1457	1287	Calisto III
1458	1198	Pio II
1459	828	
1460	513	
1468	1046	Paulo II
1472	1169	Sisto IV
1478	1072	
1479	1140	
1480	754	

Tabela 2 — Impostos sobre os contratos de compra, venda e aluguel de imóveis (*gabella dei contratti*). Fonte: retirado de STRANGIO (2004, p. 13).

No *rione* Monti, as intervenções na área de S. Maria Maggiore aparecem como uma tentativa de catalisar o repovoamento da região, intenção confirmada pela bula *Pro felici directione status Urbis*, de maio de 1447 (*apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 1.05”), que garantia uma série de privilégios fiscais àqueles que se dispusessem a habitar na área entre a basílica, a igreja de S. Praxedes e o Arco de Gallieno (Figura 27). O palácio apostólico de S. Maria Maggiore, à época segunda residência do pontífice,

foi completamente reconstruído, a praça adjacente foi ampliada a partir de algumas demolições e teve seu espaço ornamentado com uma fonte feita em pórfiro – provavelmente uma preexistência arquitetônica retirada das ruínas dos edifícios termais e reaproveitada como bacia de fonte, alinhada com a porta central da basílica.

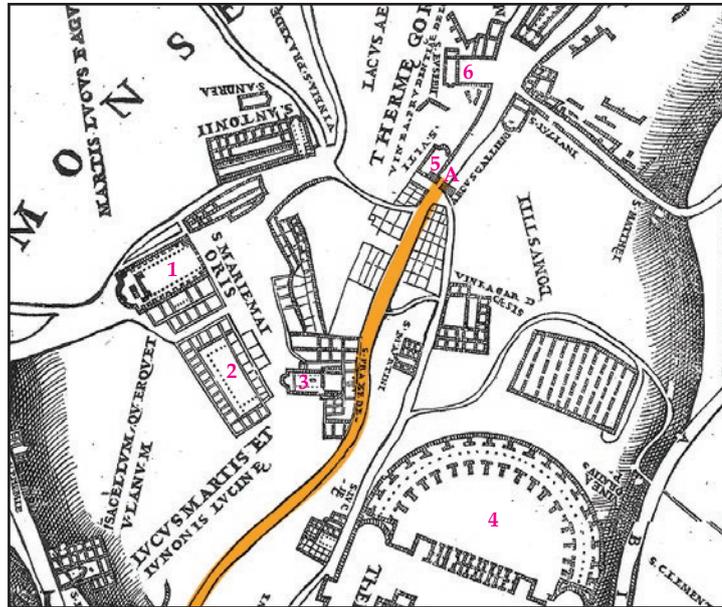


Figura 27 — Zona de S. Maria Maggiore, *rione* Monti. Em amarelo a via Suburana. A. Arco de Gallieno; 1. Basílica de S. Maria Maggiore; 2. Novo palácio apostólico projetado por B. Rossellino; 3. Basílica de S. Praxedes; 4. Ruínas das termas de Tito; 5. Igreja de S. Vito; 6. Igreja de S. Eusébio. Fonte: extraído da planta de Leonardo Bufalini (1551).

Quem nos conta da presença de um tal ornamento urbano de caráter antiquário é o já citado diário de Giovanni Rucellai, que indica também outras fontes semelhantes em diferentes lugares da cidade: Castelo Sant’Angelo, praça do Pantheon, S. Pietro in Vincoli e praça do Coliseu. Quando este autor descreve a região do Laterano, é perceptível a sua atenção com o repertório da Antiguidade: “um homem armado à cavalo todo de bronze; sobre um pedaço de coluna, uma cabeça gigante de bronze e um braço com uma bola de bronze; uma loba de bronze prena, com uma outra figura diminuta de bronze”²⁹ (RUCELLAI, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 131). O repertório arqueológico a que faz menção Rucellai possivelmente é aquele que veio à luz durante os trabalhos de reforma da basílica e da construção do novo monastério lateranenses, completados por Eugenio IV. Seguramente, o “homem armado à cavalo” referido é a famosa estátua equestre de Marco Aurelio, posteriormente transladada ao Campidoglio (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 132).

O *Rione* Trevi, situado ao longo da via Lata, já possuía uma trama viária bem definida (Figura 28), mas um tecido edilício irregular e descontínuo que favorecia transformações locais, cujas obras patrocinadas pela Câmara Apostólica buscavam imantar.

29 “uno huomo armato a cavallo tutto di bronzo; in sur un pezo di colonna, una testa di giogante di bronzo e uno braccio con una palla di bronzo; una lupa di bronzo preгна, con un’altra figuretta di bronzo.”

dade republicana ou imperial. Exerceram o cargo de pontífice máximo, por exemplo, o cônsul Marco Emilio Lepido (187-175 a. C.), o ditador Júlio César (63-44 a. C.); e a partir de Augusto (13 a. C. - 14) todos os imperadores que se sucederam até Graziano, que em 376 abdica do cargo em favor do bispo de Roma.

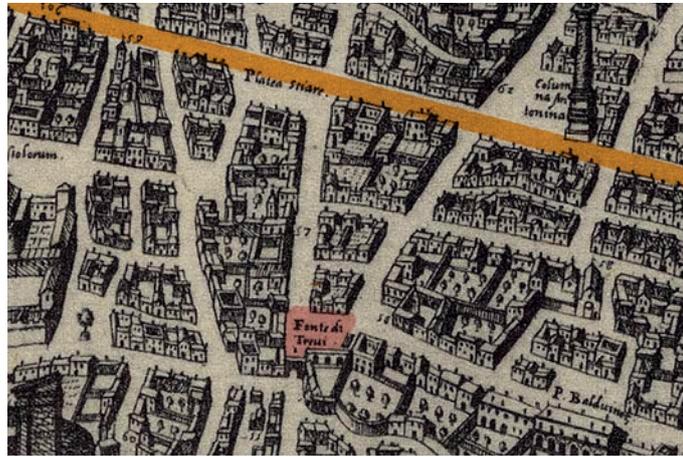


Figura 29 — Fontana di Trevi. Em vermelho a praça adjacente à fonte; em amarelo a via Lata. Fonte: extraído da planta de Roma de Étienne Du Pérac (1577)



Figura 30 — Aspecto da Fontana di Trevi após a reforma de 1453. Fonte: retirado de GARGANO (2016, p. 87), reproduzida originariamente em P. LETAROUPLY, *Edifices de Roma moderne*, Bruxelas. 1866, p. 709.

A reintegração desse título, que reclama o sabor das glórias da Antiguidade romana e o calibre de imperadores como Augusto e Júlio César, possui o escopo de reforçar a indivisibilidade da união entre os poderes religioso e temporal que a Igreja procurava exercer sobre Roma e todo o território pontifício, e que, em meados do século XV, assume uma conotação de verdadeira monarquia, da qual o papa é o *princeps*,

ou como referido mais acima, um *rex* albertiano que pretende a simpatia de seus súditos por meio de obras de caráter público e infraestrutural, voltadas à repriminção do patrimônio citadino, na forma de doação (*restitutio*) ao povo de Roma.

No *rione* Pigna, também situado no entorno da via Lata, as intervenções ocorreram sobretudo na região do Pantheon, cuja cobertura foi refeita em chumbo. A praça de frente ao edifício foi reformada e ornamentada com elementos arqueológicos; conforme Giovanni Rucellai, “uma sepultura de pórfiro muito singela com dois leões [...] e dois vasos de pórfiro ao lado” (*apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 134).

Na alça do Tibre, as intervenções dizem respeito principalmente aos *rioni* Ponte e Parione. Na região de Canale di Ponte, a praça S. Celso foi ampliada por meio da demolição de casas e oficinas, com o escopo de aumentar o espaço para defluência da multidão que se formava em vista das celebrações em S. Pedro. Ulteriormente, também foi demolido o Arco de Graziano, Valentiniano e Teodósio, eliminando um gargalo de trânsito ao regularizar o eixo viário de Canale di Ponte, que naquela época se propunha como principal centro citadino de negócios, albergues e comércio (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 135).

Campo de' Fiori teve sua pavimentação ultimada pelo cardeal Ludovico Scarampo e continuava a ser sede do mercado de grãos e de equinos, e, seguramente, vinha aumentando a concentração de outras atividades relacionadas ao comércio e artesanato, favorecida pela localização da praça ao longo da via *Peregrinorum*, que conectava Canale di Ponte e cidade velha, e absorvia os reflexos do desenvolvimento econômico em curso nestas partes da cidade.

Praça Navona teve importantes edifícios executados em redor do seu perímetro, mas ainda figurava como um lugar pouco representativo. As aberturas desses edifícios se davam para o exterior da praça, cujo aspecto de seu interior possivelmente era determinado pelas ruínas do estádio de Domiziano.

No *rione* Colonna, na região da igreja de S. Maria in Aquiro, o cardeal Domenico Capranica fez construir um novo palácio de família, levando a cabo uma operação urbana de unificação e reestruturação de lotes que impôs uma importante modificação no percurso da via *Recta*. A grande extensão do palácio interrompeu o andamento retilíneo da estrada, obrigando o transeunte a fazer um desvio que o levava a atravessar a praça de frente ao palácio, onde também se encontrava o ingresso de S. Maria in Aquiro.

Os sinais de desenvolvimento edilício aparecem difusos em toda a cidade histórica, seguindo um modelo urbanístico constituído por um núcleo compacto (a cidade velha) e um assentamento a ele circundante, cuja densidade habitacional decrescia em

direção à periferia. A concepção é bipolar: Cidade Leonina e cidade histórica são núcleos funcionalmente distintos e alimentados por fontes diversas; o tráfego mercantil do porto de Ripa Grande para o consumo da cidade histórica e as funções religiosas e de governo pontifício para o Vaticano (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 141).

2. 3. 5. Calisto III Borgia (1455-1458), Pio II Piccolomini (1458-1464), Paulo II Barbo (1464-1471)

Os pontificados de Calisto III e Pio II sucedem-se à Queda de Constantinopla e a conquista dos Bálcãs pelos Otomanos, cujo avanço em direção à Europa colocava o domínio cristão em situação muito desconfortável. Uma enorme soma de recursos foi empregada pelos papas na luta contra o Império Otomano: Calisto III anunciou uma cruzada, utilizando para esse fim os 400 mil ducados contingenciados por Nicolau V para a construção do novo templo de S. Pedro; Pio II, em 1463 emitiu uma bula na qual declarava a “guerra santa”, empregando os recursos provenientes da exploração de uma rica jazida de alume³⁰ recém-descoberta em Civitavecchia, no monte della Tolfa. (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 143-144).

A atenção e o dinheiro pontifício foram empregados mais em resolver problemas da guerra contra os muçulmanos do que os problemas no território romano; por isso, no período entre 1455-1464 são quase ausentes as obras de renovação e melhoramento urbano em Roma, cujos reflexos no campo imobiliário já foram demonstrados pela Tabela 2 (*supra*): uma queda notável nos introitos da *gabella dei contratti*.

O interesse pela renovação urbana ganha novo fôlego a partir do pontificado de Paulo II, do qual a construção do palácio Venezia (iniciada quando este ainda era cardeal, em 1455) é o expoente mais distinto. A partir de 1466, o papa estabelece ali a residência pontifícia e a sede da Câmara Apostólica. A Tesouraria pontifícia é instalada na vizinha praça dos SS. Apostoli, no palácio construído ao tempo de Martinho V. Borso d’Este, duque de Modena e Reggio, depois de Ferrara, em visita a Roma em 1471, relata que o palácio pontifício de S. Marcos (palácio Venezia) foi executado “com despesas incomparáveis, com artifício maravilhoso, com o máximo de engenho e magnificência que se podia construir em Roma” – isto é, uma verdadeira régia (transcrição de CELANI, 1890, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 146).

30 O alume (comumente identificado como pedra-umes) é um mineral utilizado como matéria prima essencial para a fixação das cores no processo de tingimento da lã, cujo principal fornecedor até então era o mundo islâmico, especialmente a região da Anatólia, atual Turquia.

A praça de frente ao palácio foi regularizada e ampliada, assim como a via Lata, que possuía ali seu termo final. Paulo II fez transferir os jogos do palio – uma corrida de cavalos que acontecia entre o Campo de' Fiori e a *Meta Romuli* no Borgo – para esse trecho da via Lata, que por esse motivo passou a ser conhecida também como Corso (seu nome atual). As intervenções executadas não são documentadas, mas podem ser hipotetizados os trabalhos de redelimitação e pavimentação entre o Arco di Portogallo e a nova praça Venezia, que foi ornamentada com dois elementos decorativos antigos: uma urna de serpentino verde e uma concha de pórfiro vermelho. A nova praça era destinada a funções de representação e celebração, como os banquetes oferecidos pelo pontífice aos magistrados e ao povo romano, acompanhados pelo papa da janela de seus aposentos palatinos.

O ingresso pela porta del Popolo foi potencializado pelos trabalhos de reforma das pontes suburbanas sobre o Tibre (ponte Milvio) e sobre o Aniene (pontes Mamolo e Nomentano), que favoreceram os coligamentos recíprocos entre as estradas suburbanas mais frequentadas, nomeadamente as vias *Francigena*, *Flaminia*, *Salaria* e *Tiburtina*, e que permitiam àquele que chegava a Roma pelo setor norte dirigir-se à cidade histórica sem precisar percorrer as abarrotadas vias do Borgo e da alça do Tibre.

O palácio Venezia atuou como verdadeiro magneto da retomada do desenvolvimento econômico e imobiliário, favorecendo sobretudo os *rioni* da cidade velha que lhe eram vizinhos – beneficiados também pelo incremento no tráfego mercantil que chegava no porto de Ripa Grande.

Sinais da recuperação em curso podem ser colhidos na construção do hospital de S. Maria della Consolazione aos pés do Campidoglio, próximo à Rocha Tarpeia, e na florescente atividade edilícia do *rione* S. Angelo, especialmente na região da praça Giudea. Em 1460, um secretário apostólico gastou 300 ducados de ouro na aquisição de uma residência; em 1468, Lorenzo Manilio fez construir um palácio muito representativo, ainda hoje de pé, situado na esquina de via del Portico d'Ottavia com praça Costaguti (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 156). Na fachada, uma grande faixa marmórea celebrativa ainda visível recita:

URBE ROMA IN PRISTINAM FORMAM RENASCENTE LAUR. MANLIUS KARITATE ERGA
PATRIAM AEDIS SUO NOMINE MANLIANAS PRO FORTUNARUM MEDIOCRITATE AD FO-
RUM IUDEORUM SIBI POSTERISQUE SUIS A FUNDAMENTIS POSUIT AB URBE CONDITA
MMCCXXI

em nossa livre tradução: “Enquanto Roma renasce no seu antigo esplendor, Lorenzo Manilio, em sinal de amor à sua pátria construiu do zero na praça Giudea, em proporção com suas modestas possibilidades, essa casa que de seu sobrenome empresta o apelativo de Manliana, para si e seus descendentes, no ano 2.221 a partir da fundação de Roma”.

Contemporaneamente, muitos cardeais estabeleceram suas residências na parte alta da alça do Tibre: Bartolomeo Roverella na praça de S. Agostinho (após 1461); Guglielmo d'Estouteville na praça de S. Apollinare (1465); Giovanni de Balue na praça de S. Brigida, adjacente ao Campo de' Fiori (1464).

Campo de' Fiori continuava a receber as execuções capitais, o mercado de cavalos (segunda-feira e sábado) e o mercado semanal de grãos; entretanto, da transcrição do relato de Borso d'Este se evidencia uma ampliação da atividade comercial: “uma espaçosa praça, abundante e pleníssima de quaisquer coisas” (CELANI, 1890, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 157). Não obstante a sua crescente importância, o Campo de' Fiori ainda não possuía o *status* de centralidade urbana que o caracterizará a partir do Cinquecento, posto que situado em uma posição ainda marginal, entre os polos do Campidoglio e do Vaticano, caracterizada pela descontinuidade e degrado habitativo e edílico.

2. 3. 6. Sisto IV della Rovere (1471-1484)

A situação financeira da Igreja herdada de Paulo II era calamitosa. Segundo o Platina, o tesouro pontifício então compreendia 54 copas de pérolas, avaliadas em 300 mil escudos e vinculadas ao financiamento da guerra contra os Turcos; apólices depositadas junto a banqueiros, mas carentes de lastro e, portanto, inexecutáveis; e uma soma em dinheiro que não superava os sete mil escudos (PLATINA, 1913, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 161).

Mais uma vez, o instrumento utilizado para catalisar o saneamento econômico do Estado Pontifício foi o Jubileu. Paulo II já havia decidido que o Ano Santo seria realizado a cada 25 anos, o que foi confirmado por Sisto IV em 1472, anunciando o Jubileu seguinte para 1475 e fixando sua abertura para o dia de Natal de 1474. Para aumentar o fluxo de pessoas e capitais em Roma, o papa fez restringir a venda de indulgências às igrejas romanas e incrementou os impostos recolhidos ao longo das estradas que conduziam a Roma atravessando o Estado Pontifício.

As intervenções urbanas se dividiram em dois períodos. O primeiro, entre 1474-1478, diz respeito principalmente à Cidade Leonina; no segundo período, entre 1480-1484, concentram-se intervenções na cidade histórica, sendo que a atenção dispensada ao sistema viário é preponderante em ambos os momentos

Na Cidade Leonina, praticamente todas as estradas existentes foram reparadas ou reformadas; havia, entretanto, interesse em abrir uma via reta que conectasse o Castelo Sant'Angelo com o ingresso dos palácios pontifícios, como comprovam os mandatos de pagamento da Fábrica de S. Pedro, destinados à construção de uma certa via *ad Palatium*. O trecho dessa estrada em contato com o Campo Vaticano possivelmente foi iniciado sob o pontificado de Paulo II; a Sisto IV coube seu completamento (Figura 31). A existência da via *ad Palatium* é confirmada por autores coevos, como um poeta anônimo que ao compor um louvor ao papa Sisto IV em 1477, menciona uma estrada retilínea entre o Castelo e o Palácio Apostólico, cujo leito era pavimentado “com pedras dispostas em bela ordem”, limitado em ambos os lados por “pedras quadradas”, presumivelmente com a função de calçada (MANCINI LUPI, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 2.20”). Análoga menção ao percurso fez o conhecido poeta e pregador Aurelio Brandolini, preferido de Sisto IV:

[...] esta é uma via reta, esplêndida e cheia de gente e frequentada. Esta é uma via que oferece espaço à passagem de três carros pesados conjuntamente. E para que a hostil veemência de Febo não incomode os viandantes, se faz sempre sombreada por um abraço arbóreo (BRANDOLINI, *apud* SIMONCINI, 2004, t.II, “Appendice 2.21”).

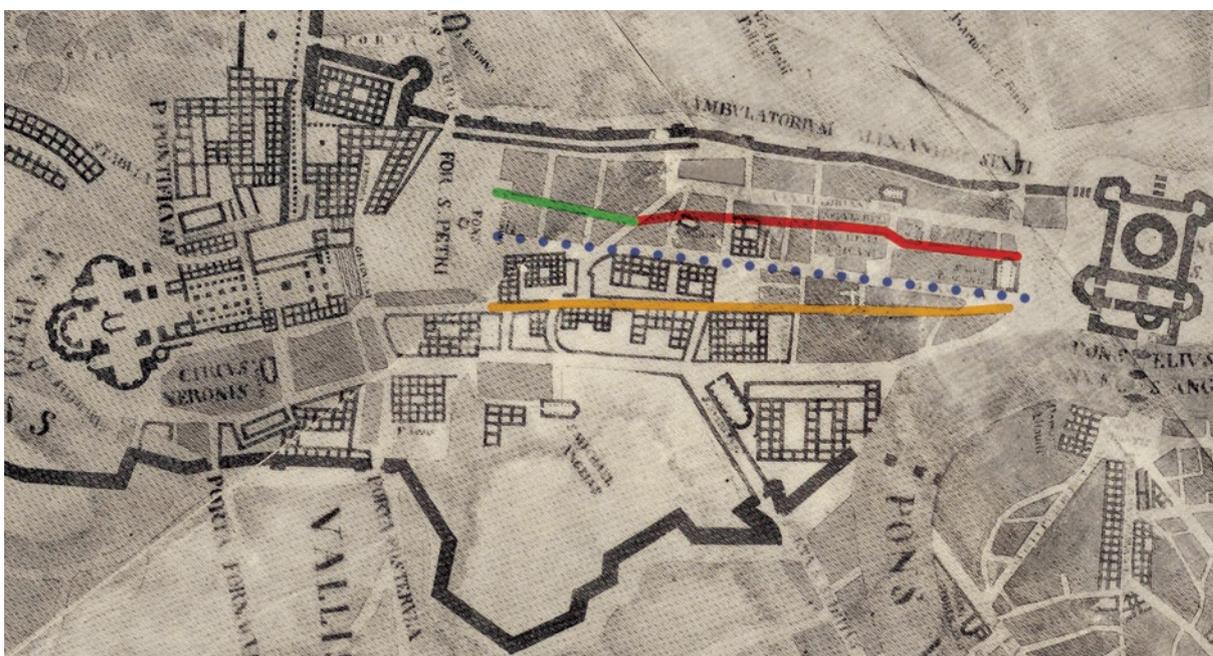


Figura 31 — Esquema viário do Borgo ao tempo de Sisto IV. Em verde, o trecho da *via ad Palatium* iniciado sob Paulo II; em vermelho, trecho da *via ad Palatium* completado por Sisto IV; em azul pontilhado, a via Alessandrina, completada em 1499 por Alessandro VI; em amarelo, Borgo Vecchio (*Portica*). Fonte: elaborado pelo autor sobre recorte da planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551).

Apesar das referências generosas e detalhadas, na planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551), a *via ad Palatium* aparece incompleta no seu trecho central, possivelmente por causa da sucessiva construção do palácio do cardeal Adriano Castellesi da

Corneto (1500 *circa*), cujo corpo principal veio a ocupar e interromper o percurso, fazendo-o progressivamente desaparecer da memória pelo desuso. Chama atenção também que os relatos supraditos versem sobre uma via definida como “reta”, apesar da sua conformação efetivamente se verificar como uma sucessão de trechos retilíneos, necessária, sobretudo, para superar o obstáculo imposto pela *Meta Romuli*.

Entre 1480-1484, o já datado Palácio Pontifício passa por nova reconstrução, com o objetivo de adaptá-lo às novas exigências de governo; o programa arquitetônico do novo edifício é descrito por Antonio de Vascho (1907, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 3.07”): no térreo, salas para audiências e para o tribunal da Rota; nos pavimentos superiores, os escritórios dos prelados e os corredores de ligação com a *loggia* adjacente. A *loggia delle benedizioni* também foi completada nesse período, renovando a fachada do complexo voltada para o Campo Vaticano.

Um número considerável de palácios cardinalícios foi realizado na Cidade Leonina durante o período de Sisto IV, por meio de reestruturações e ampliações de edifícios já existentes, e mesmo por construções *ex novo*, como o grande palácio do cardeal Domenico della Rovere, sobrinho do papa, ao longo do Borgo Vecchio. Tal construção, considerada a posição de prestígio do seu proprietário, pode ter sido determinante em atrair outras autoridades e personagens de corte mais exuberantes e menos afins ao âmbito curial pretendido por Nicolau V no seu plano, cujo caráter de sobriedade era intrínseco ao seu decoro (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 169). Outro exemplo é do cardeal veneziano Giovanni Battista Zeno, grande expoente eclesiástico, arcepreste de S. Pedro antes de assumir o título de S. Maria *in Caput Portici*, que instalou-se em edifício que fez reformar ao lado da sua igreja titular, situado na confluência da via *ad Palatium* com o Campo Vaticano, posição assaz privilegiada.

No tocante à cidade histórica, a mobilidade apresentava duas principais deficiências. De um lado, as poucas conexões entre as margens opostas do Tibre (ponte S. Angelo, ponte S. Maria e o atravessamento pela ilha Tiberina) geravam problemas de aglomerações como o trágico incidente de 1450 na ponte S. Angelo e uma concentração demográfica excessiva nas zonas correspondentes aos atravessamentos, prejudicando o desenvolvimento imobiliário, ao fazer com que as zonas intermediárias permanecessem subocupadas. De outro lado, a reduzida viabilidade das estradas – pelas ocupações abusivas que estreitavam o leito trafegável e pela pavimentação precária – que comprometia a efetiva circulação de pessoas, bens e capitais.

Para resolver o problema de comunicação entre as margens do Tibre, Sisto IV procede à construção de uma nova ponte, na altura da porta Settimiana (*rione Trastevere*), sobre os vestígios de uma antiga ponte de época Antiga (possivelmente de

Valentiniano). O imenso canteiro foi aberto em 1473 e seus trabalhos se estenderam até 1476; contemporaneamente foram também reformadas a própria porta Settimiana e as muralhas urbanas adjacentes. A nova ponte, chamada Sisto em honra de seu patrocinador, permitiu um deslocamento mais cômodo entre a parte setentrional de Trastevere e a parte centro-meridional da alça do Tibre, vindo a contribuir para o repovoamento dessas zonas. Tendo em vista o grande afluxo de pessoas vindos de toda Europa (e além) previsto para o Jubileu de 1475, a construção da ponte assume também um escopo prático na organização dos fluxos de comércio e peregrinação. De fato, o tráfego de mercadorias que chegava no porto de Ripa Grande encontrava um coligamento mais rápido com o mercado de Campo de' Fiori, que, como visto anteriormente, vinha crescendo em importância desde os tempos de Eugênio IV. Para o peregrino que chegava pela via Aurelia, a ponte Sisto representava uma conexão mais direta com o ramo externo da via *Peregrinorum*, alternativa àquela que penetrava os abarrotados *rioni* da cidade velha e interceptava a via *Peregrinorum* na altura do Teatro de Marcello, pela ponte S. Maria.

Assim como no restauro da Fontana di Trevi realizado por Nicolau V, do ponto de vista simbólico, a construção da ponte Sisto é carregada de ambiguidade: ao mesmo tempo em que procura modernizar aspectos da vida cotidiana ligados à infraestrutura de serviços públicos e promove a atualização da imagem da cidade, a atividade urbanística dos papas celebra a magnificência da *auctoritas* pontifícia, que vai sendo conquistada e reafirmada com o consenso público – que reconhece o substancial melhoramento da vida “normal”, ou cotidiana (GARGANO, 2016, p. 185).

Um outro sinal da proximidade de Sisto IV com as ideias de Nicolau V pode ser colhido na importância atribuída por ambos em torno do título de *Pontifex Maximus*, sacerdote que oficiava o ato da criação de pontes na Antiguidade, sendo ele próprio ponte entre os mundos terreno e espiritual. Sisto IV não apenas se orgulhava por ostentá-lo, mas materializava no ato de realização da ponte a competência mais significativa do *Pontifex*, na forma de uma doação ao povo de Roma, assim como fizeram na Antiguidade as figuras do calibre de César e Augusto³¹. Moedas e medalhas comemorativas de época cunhadas por Sisto IV ilustram o supradito (Figura 32). Nelas aparecem os epítetos de *Pontifex Maximus*, *Urbe Restaurator*, *Sacri Cultor*; e também chama atenção o *Cura Rerum Publicarum* acima da ponte Sisto.

O cuidado com as “coisas públicas” é expressamente mencionado num breve apostólico de 1473, endereçado a Girolamo de Gigantibus, comissário pontifício que

31 Apropriado recordar as palavras do próprio Augusto, escritas nas suas *Gestae*, expostas no templo de Ara Pacis: “encontrei uma cidade de tijolos; essa, vos restituo em mármore” (cf. SVETONIO, *De Vita Cesareum*, Aug., XXVIII, par. 3). A perseguição da afirmação do poder temporal da Igreja por meio de doações ao povo romano com o objetivo de conquistar a sua simpatia, assume ares de uma *renovatio imperii*.

presidia os *magistri viarum* desde o pontificado de Paulo II:

Junto de outros inumeráveis cuidados, devemos levar excepcionalmente a sério a limpeza e o embelezamento da nossa cidade. Conquanto uma cidade deva ser bela e limpa, mais do que todas as outras deve ser aquela que comanda o mundo e que, graças à presença da Cátedra de S. Pedro, possui primazia sobre as demais. Considerando, portanto, que pelo descaso daqueles que deveriam providenciar o melhoramento das estradas, as comunicações se encontram em muitos lugares num estado deplorável; ordenamos que concentres toda tua atenção em reformar essas estradas. (MÜNTZ, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 172 e n. 49).



Figura 32 — Medalhas comemorativas de Sisto IV. A/B. Anverso e reverso da medalha comemorativa da construção de ponte Sisto; C/D. Anverso e reverso da medalha comemorativa ao renova-mento urbano promovido pelo pontífice. Fonte: Acervo Numismatica Ranieri.

Os trabalhos para o melhoramento do sistema viário foram iniciados contemporaneamente à construção de ponte Sisto; num primeiro momento foram restritos à limpeza das estradas – ordinariamente pavimentadas em simples terra batida – que se deterioravam rapidamente pelo escorrimento das águas pluviais e pelas inundações do Tibre. Entretanto, reflexos substanciais na reorganização do sistema viário foram senti-

dos apenas na segunda fase (1480-1484) do pontificado de Sisto IV. Durante esse período foi feito grande aporte financeiro ao melhoramento viário, como documenta uma série de mandatos de pagamento destinados ao corpo dos *magistri viarum* – e por conta disso, destinados a intervenções circunscritas à cidade histórica – compilados por E. Müntz (1882, p. 192-193, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 174). As estradas foram ampliadas por meio da demolição das construções abusivas ao longo de seus leitos trafegáveis e nova pavimentação em *laterizio* foi executada, sobretudo nas vias de conexão entre os edifícios que participavam das procissões cerimoniais percorridas pelo papa.

As primeiras intervenções do segundo período (1480-1484) aconteceram naquele que era o grande polo financeiro de Roma, praça de S. Celso (ver Figura 20, *supra*, p. 77), que foi ampliada vindo a anexar um largo chamado de Trivio dei Cambiavalute, situado na confluência entre as *viae Recta*, Tor di Nona e di Panico. Essa operação foi executada com a demolição de alguns edifícios, de modo a dar espaço e respiro para uma zona tão importante, dada a sua vocação funcional e sua localização topográfica convergente para quem, da cidade histórica, se dirigia ao Vaticano.

Jacopo Gherardi da Volterra, secretário apostólico, é quem nos relata os detalhes do desdobramento dessa operação. Em seu diário (1904, *apud* SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 3.06”), conta que um proprietário de um dos edifícios destinados à demolição, chamado Antonio Cenci, após se opor veementemente às intenções pontifícias, foi, primeiramente, obrigado a assistir a demolição de sua casa e, posteriormente, encarcerado.

A praça S. Celso representava o termo final da via que conduzia da porta del Popolo até o polo de Canale di Ponte, já conhecida como via Tor di Nona (Figura 12, *supra*, p. 46). Além da importante função de coligamento a S. Pedro para o peregrino que chegava pelo vetor da via *Flaminia* e da ponte Milvio, a via Tor di Nona facilitava a conexão entre o Vaticano e a igreja de S. Maria del Popolo – apropriadamente reconstruída neste período –, pela qual o papa Sisto IV nutria grande devoção.

A reconstrução da igreja medieval de S. Maria del Popolo entre 1472-1478 é justificada, além da veneração de Sisto IV pela Virgem Maria, pelo fato da igreja servir como sepulcro de membros da família papal e possivelmente para desempenhar funções de assistência aos peregrinos, tendo em vista o Ano Santo de 1475 e a sua localização junto ao principal acesso no setor norte das muralhas. Todo o percurso entre os palácios apostólicos e a praça del Popolo foi melhorado e passou, celebrativamente, a se chamar via *Sistina*, o que significa que a via *ad Palatium* construída no Borgo era parte integrante deste itinerário. Ressaltamos a epígrafe comemorativa colocada na altura de ponte S. Angelo:

Por ordem de Sisto IV Pontífice Máximo / Ótimo e Piíssimo / Verdadeiramente esta Sistina que está de frente as ondas do rio / mereceu possuir o nome de seu autor! / Esta estrada que leva à igreja de Maria ele reuniu em percurso que se dirige à morada de Pedro. / Ó Sisto, pelo teu mérito, Roma já pode ser dita Sistina: é menos importante fundar do que embelezar³² (MÜNTZ, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 176 e n. 68, tradução nossa).

Afora seu caráter ritual, a via Sistina possuía, ainda, o escopo de favorecer o trânsito de mercadorias que chegavam no porto di Ripetta e se destinavam aos mercados em ascensão na alça do Tibre, como Campo de' Fiori e Piazza Navona, naturalmente conectados ao edifício da aduana na praça de S. Eustachio.

A via *Recta* foi reformada entre praça de S. Celso e igreja de S. Agostinho, cujo completamento ocorreu entre 1479-1483, por iniciativa do cardeal Guglielmo d'Estouteville. As praças adjacentes de S. Agostinho e S. Apollinare foram retificadas; nesta última se estabeleceu Girolamo Riario (1477-1481), capitão da Armada Pontifícia e sobrinho do papa. Entre seus vizinhos, contava o próprio cardeal d'Estouteville, camerlengo em cargo de 1477 à sua morte (1483), que habitava no palácio ao lado da igreja de S. Apollinare (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 178).

A via *Papalis* foi reformada nos trechos em correspondência com edifícios importantes, como foi o caso do palácio do cardeal Stefano Nardini, vice-camerlengo, construído na via del Governo Vecchio, que magnetizou a retificação não apenas da via *Papalis*, mas também de outros percursos acessórios onde gravitavam as residências de outras famílias importantes (e.g. Fieschi, Borgia, Sforza Cesarini). Ao longo da via del Sudario, foram demolidas algumas casas pertencentes aos della Valle, como punição a sua oposição ao pontífice (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 179).

Intervenções de melhoramento foram realizadas também ao longo da via *Peregrinorum*, especialmente entre ponte S. Angelo e Campo de' Fiori, na zona da igreja de S. Lorenzo in Damaso, cuja praça foi pavimentada em *laterizio* (1479-1480). O ramo interno da via *Peregrinorum*, correspondente à via *Florida-Mercatoria* foi reformado entre Campo de' Fiori e a praça de S. Carlo ai Catinari (1483) e reflexos da atividade de melhoramento viário foram sentidos também nos percursos transversais, influenciados, sobretudo, pela construção da ponte Sisto, que estabeleceu um novo vetor entre Trastevere e porto di Ripetta.

As principais reorganizações viárias desse período correspondem aos itinerários

32 "Per ordine di Sisto IV Pontefice Massimo / Ottimo e Piissimo / Davvero questa Sistina che sta di fronte all'onde del fiume / meritò d'avere il nome del suo autore! / Questa strada che porta alla chiesa di Maria fece sì che la unisse un percorso diretto alla dimora di Pietro. / O Sisto, per tuo merito, Roma ormai può essere detta Sistina: è meno importante fondare che abbellire."

rios seguidos por Sisto IV durante sua visita às igrejas da cidade histórica e foram atuadas mediante procedimentos de expropriação formulados precisamente à época de seu pontificado. A prevalência do interesse público sobre o privado foi estabelecida de modo inderrogável, ao mesmo tempo em que mecanismos de compensação financeira garantiam um mínimo de reparação às partes interessadas.

A atualização do quadro normativo permitiu que a atuação dos *magistri viarum* pudesse superar a simples conservação e fiscalização do sistema viário, “promovendo um salto de qualidade no modo de conceber as intervenções urbanas e introduzindo possibilidades reais de transformação do espaço urbano” por meio da centralização do seu planejamento e execução (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 185). Naturalmente, a ampliação das competências dos *magistri viarum* foi acompanhada da negação de sua autonomia, sujeita à autoridade do camerlengo – naquela época o cardeal Guglielmo d’Estouteville – que reunia sob seu controle todas as obras de viabilidade e edilícia pública seja na Cidade Leonina que na cidade histórica.

Com a construção da ponte Sisto e a possibilidade de coligamento direto entre Trastevere e a alça do Tibre, a cidade velha ressentida a diminuição de sua importância enquanto centralidade urbana, uma vez que essa se consubstanciava na qualidade estratégica de ponto de passagem obrigatório do fluxo de mercadorias, pessoas e capitais que chegavam no porto de Ripa Grande e eram distribuídos aos *rioni* da cidade histórica e mesmo ao Vaticano.

Concorrentemente, o Campidoglio vai sendo esvaziado da sua função representativa comunal, cada vez mais capturada pela autoridade pontifícia, inclusive em âmbito simbólico. Por ordem de Sisto IV, o tradicional emblema do Leão, que caracterizou a instituição comunal romana e a área do Campidoglio desde a época altomedieval, foi substituído pela *Lupa Capitolina*, alegoria da refundação monárquica do Estado Pontifício – uma *renovatio Imperii* sob as vestes da *Universalis Ecclesiae* –, cujas raízes, profundas até a origem de Roma, ratificavam no espaço analogamente profundo da cidade, o poder temporal dos papas. Outros sinais da superação da cidade velha enquanto centralidade urbana podem ser colhidos no fato de que o palácio de S. Marco deixa de ser residência pontifícia, com as atividades administrativas estabelecidas ali por Paulo II concentrando-se mais uma vez no Vaticano. A Tesouraria Pontifícia sediada no palácio de Martinho V ao lado da igreja dos SS. Apostoli foi desmantelada e o edifício foi devolvido à família dos Colonna (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 187).

O principal mercado citadino que acontecia aos pés do Campidoglio foi transferido para a praça Navona, por meio de um decreto do cardeal camerlengo d’Estouteville em setembro de 1477, não obstante a oposição por parte dos *Conservatori*. Podem

ter contribuído para essa orientação seja a intenção de inserir o principal mercado no vetor tensionado entre os portos de Ripa Grande e Ripetta – do qual a ponte Sisto era o elemento determinante – reduzindo-se os deslocamentos, evitando-se os inconvenientes do trânsito pela cidade velha, seja o interesse em favorecer o desenvolvimento imobiliário e edilício no interior da alça do Tibre.

Temos, até aqui, tentado ilustrar como zonas até então intermediárias, Campo de' Fiori ou praça Navona por exemplo, tiveram um desenvolvimento expressivo durante o pontificado sistino, por meio das intervenções urbanas promovidas e da reorganização do tráfego mercantil e da crescente atração provocada pelo polo Vaticano. Processo análogo podemos observar no *rione* Trastevere que, após a construção da ponte Sisto, vê sua população crescer exponencialmente, sobretudo na região entre ponte Sisto, porta Settimiana e praça de S. Maria in Trastevere, essa última passando a exercer uma função determinante na organização do *rione*. O florescente assentamento se concentrou ao longo da via della Lungaretta, antiga via *Transtiberina* que conectava ponte S. Maria com a porta *Aurelia* (Figura 21, *supra*, p. 78).

Cabe ressaltar a contribuição importante ao processo de renovação urbano aportada pelas residências cardinalícias, tipologia arquitetônica peculiar e argumento ao qual retornaremos posteriormente, com maior atenção. Entretanto, algumas considerações preliminares a respeito da função urbana desempenhada pelo local de residência de um expoente de tal magnitude merecem ser levantadas.

A construção de palácios nobiliários para a residência de cardeais até o período do pontificado sistino se mostrara como um fenômeno ocasional. Com o aumento do número de cardeais criados pelos consistórios, do incremento da dignidade de seus cargos – relacionado à refundação monárquica da Igreja promovida após o retorno de Avignon e intensificada de Nicolau V em diante –, com os lucrativos benefícios concedidos à classe cardinalícia e, sobretudo, com a possibilidade ofertada por Sisto IV de não dispor dos próprios bens como herança da igreja, conservando as posses no próprio âmbito familiar, verifica-se a difusão dessa atividade construtiva.

Quase sempre associadas à retificação ou ampliação de praças, alargamentos e estradas, as construções das residências cardinalícias proporcionaram um respiro ao rígido e fechado sistema viário medieval. Suas grandes formas ortogonais introduziam elementos de regularidade no tecido viário e desse mesmo tecido o palácio procurava extrair o máximo de evidência figurativa: cruzamentos de vias importantes, proeminências orográficas, pontos de inflexão dos itinerários, alinhamentos visuais com percursos colaterais, variadas estratégias de implantação arquitetônica que visavam amplificar a comunicação de uma imagem de autoridade e nobreza do seu proprietário e da instituição a qual ele integra.

A residência cardinalícia funcionava como uma verdadeira régia “numa casca de noz”. Seu funcionamento reunia um grande número de pessoas seja em âmbito econômico (trabalhadores domésticos, fornecedores imediatos) seja em âmbito social (aliados, clientes, dependentes), ao ponto de configurarem-se propriamente como cortes. Emblemático é o caso do palácio do cardeal Pietro Riario, sobrinho de Sisto IV, cuja “corte” contava cerca de 500 pessoas, algumas das quais “nobres e doutas”, cuja despesa alimentar superava, anualmente, 200 mil escudos de ouro (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 200).

Essa capacidade de imantar o espaço circunstante fez das residências cardinalícias um motor de expansão e renovação urbanos, sobretudo porque, devido à escala de um empreendimento do gênero, eram preferidas localizações marginais (porém não-periféricas) que ofereciam maior disponibilidade de espaço livre (pela oferta ou pela possibilidade de negócio). Naturalmente, à iniciativa dos cardeais seguiu-se a iniciativa privada. Bartolomeo Platina é quem nos fornece o testemunho, corroborado pelos dados da *gabella dei contratti* previamente mostrados na Tabela 2 (*supra*, p. 97), que refletem o aquecimento do mercado imobiliário no período sistino:

“é certamente verdadeiro aquilo que se dizia, que os povos imitam o comportamento dos príncipes: de fato, se está construindo em todos os lugares da cidade, e o habitado em breve terá uma nova forma, se Sisto continuar a viver” (PLATINA, 1913, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 201).

O pontificado de Sisto IV estabeleceu pontos de contato com o de Nicolau V, sobretudo ao considerar Roma não apenas como cidade santa, mas como capital de estado, “imprimindo no papado um significado não somente religioso, mas também político, reconhecível na reivindicação do poder temporal dos papas e na identificação do pontífice com o tipo do príncipe renascentista” (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 202). Para ambos os papas, a ideia de cidade é concebida sobre uma dupla função, sacra e secular, que se reflete na própria organização física e funcional de Roma.

Por outro lado, encontramos também argumentos de divergência. Se nos tempos de Nicolau V imperava uma lógica bipolar, onde o sacro se identificava com a Cidade Leonina e o secular com a cidade histórica, na época de Sisto IV essa postura é nitidamente descontinuada. Cada uma das duas partes da cidade, *Urbis* e Vaticano, passou a ser concebida em modo sacro e secular. Na Cidade Leonina, o Borgo aparece como uma zona representativa, cujas qualidades estéticas e funcionais foram exaltadas pela via *ad Palatium*, e que servia aos propósitos de uma abastada classe social (secular) interessada no desenvolvimento e estreitamento das relações com o Estado Pontifício. Paralelamente, o componente sacro na *Urbis* correspondia à reorganização do seu habitado em função de exigências particularmente religiosas, tensionando o tecido viário de acordo com os principais edifícios de culto.

A ideia perseguida é aquela de uma Roma “indivisa” entre sacro e secular, mas contemporaneamente sacra “e” secular em todas as suas partes. Para tanto, o expediente utilizado passava pela centralização e submissão dos organismos de produção do espaço urbano e da estrutura legal-administrativa à figura do cardeal camerlengo, permitindo a execução de um projeto de cidade substancialmente unitário, como demandava uma apropriada “refundação”.

2. 3. 7. Inocêncio VIII Cibo (1484-1492)

Com a morte de Sisto IV, uma vez mais o Estado Pontifício se encontraria acosado pelos recorrentes problemas de endividamento, pela guerra contra o rei Ferrante de Napoli (1484-1487), pelas revoltas populares devido à carestia provocada pela guerra, e o acirramento das tensões entre os Orsini e Colonna – contexto que marcou a primeira metade do pontificado de Inocêncio VIII e que, naturalmente impediu quaisquer intervenções urbanas mais eloquentes.

Foram realizados alguns melhoramentos extramuros nas conexões entre portas cidadinas, a exemplo da via delle Fornaci que ligava porta *Turrionis* à porta *Aurelia* e permitia o peregrino deslocar-se ao Vaticano sem precisar atravessar o *rione* Trastevere, que, conforme visto anteriormente, tinha aumentado consideravelmente a sua população em correspondência com a construção de ponte Sisto.

Em relação à Cidade Leonina, intervenções pontuais foram realizadas no Campo Vaticano e na basílica de S. Pedro, com o completamento da *loggia delle benedizioni* iniciada por Pio II; a reconstrução do campanário, danificado por um raio; a construção de uma fonte monumental na praça, próximo ao local onde confluía a via *ad Palatium*; a ampliação dos palácios apostólicos. A situação do complexo Vaticano nos é fornecida pela planta que Johannis Burckardi anexa no seu *Liber Notarum* (Figura 33).

Sobre as intervenções na cidade histórica, sensíveis, sobretudo, a partir de 1488, citamos o completamento do imponente palácio do cardeal camerlengo Raffaele Riario, também chamado de palácio della Cancelleria, realizado ao lado da igreja de S. Lorenzo in Damaso, situados em posição adjacente ao Campo de’ Fiori, o coração citadino já desde os últimos anos de Sisto IV.

Na região de praça Venezia, foi reformada a Ascesa Proti, antigo *Clivus Argentarius*, passagem obrigatória em direção ao Coliseu, Laterano e *rione* Monti. A via se en-

contrava em situação precária devido à ausência de manutenção conjugada à presença de matadouros. Seu leito foi alargado e pavimentado pelos *magistri viarum* em 1489. Da outra parte da praça Venezia, precisamente no termo final da via *Flaminia-Lata*, foi demolida a igreja de S. Maria in via Lata e iniciada a sua reconstrução, com o contemporâneo melhoramento do entorno, sobretudo pela demolição das ruínas do Arco Maggiore e a liberação de um importante espaço de tráfego.

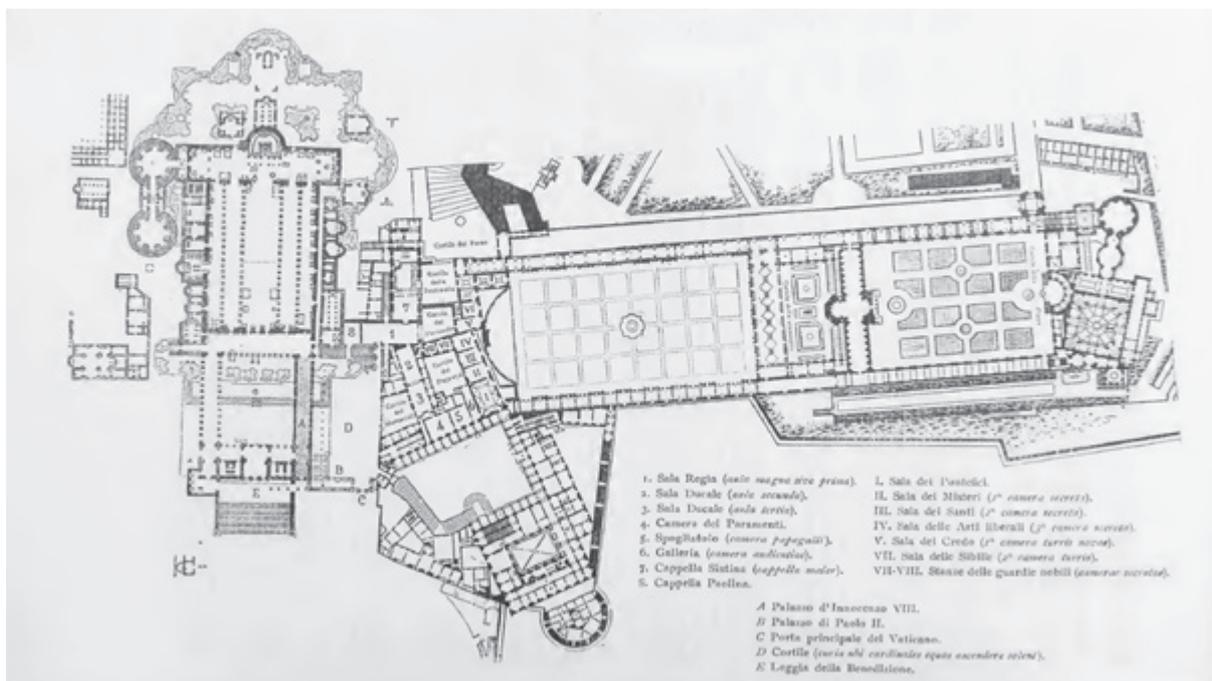


Figura 33 — Planta geral do complexo Vaticano nos tempos de Inocêncio VIII. Fonte: Extraído de BURCKARDI (1906, p. 8)

Nos confins entre os *rioni* Colonna e Campo Marzio, foi melhorado o prolongamento urbano da via *Salaria vetus*, que adentrando pela porta homônima, terminava nas praças Sciarra e Colonna (atuais via di porta Pinciana, via Francesco Cisper e via del Tritone), nós urbanos importantes porque distribuíam os fluxos de movimento para as zonas em desenvolvimento na Alça do Tibre.

Na via *Peregrinorum*, na região próxima ao Canale di Ponte, uma igreja reputada a S. Pantaleo foi concedida a uma congregação florentina (dita della Pietà), possivelmente em favor da comunidade de banqueiros daquela nação, solidamente estabelecidos em torno do polo financeiro de Roma. A presença dessa igreja pode ter estimulado um primeiro arranjo para o coligamento com praça de S. Celso, onde se concentravam os bancos, arranjo posteriormente retificado e transformado no braço do tridente de Paulo III (1534-1549) correspondente à atual via Paola. Ademais, alguns decênios avante, a igreja de S. Pantaleo seria demolida e em seu lugar construída a igreja de S. Giovanni dei Fiorentini, marcando o início da via Giulia, que nessa época ainda se configurava como uma trilha irregular que atravessava uma zona escassamente edificada (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 214-215).

Campo de' Fiori foi pavimentado pela segunda vez entre 1488-1490 e a praça Navona recebeu sua primeira pavimentação por volta de 1486. Ambas as praças vinham adquirindo crescente prestígio nas últimas décadas, testemunhado pela forte presença da atividade hoteleira e comercial refinadas e reforçado pela vocação representativa que esses espaços ofereciam para eventos celebrativos, como a festa pela tomada de Granada em fevereiro de 1492, mencionada por Johannes Burckardi (1906, p. 183).

A zona do porto de Ripetta também foi sujeita a uma intervenção destinada a favorecer o seu povoamento. Uma bula papal de dezembro de 1491 determinava a organização de um loteamento baseado num sistema a três estradas situadas nas proximidades da atual via Tomacelli e Largo degli Schiavoni (Figura 34). Depois do plano de Nicolau V para o Borgo, e antecipando em poucos anos a via Alessandrina que será tratada na subseção adiante, é a primeira vez que um esquema urbano de desenho geometricamente regular e retilíneo é projetado e, de fato, executado.

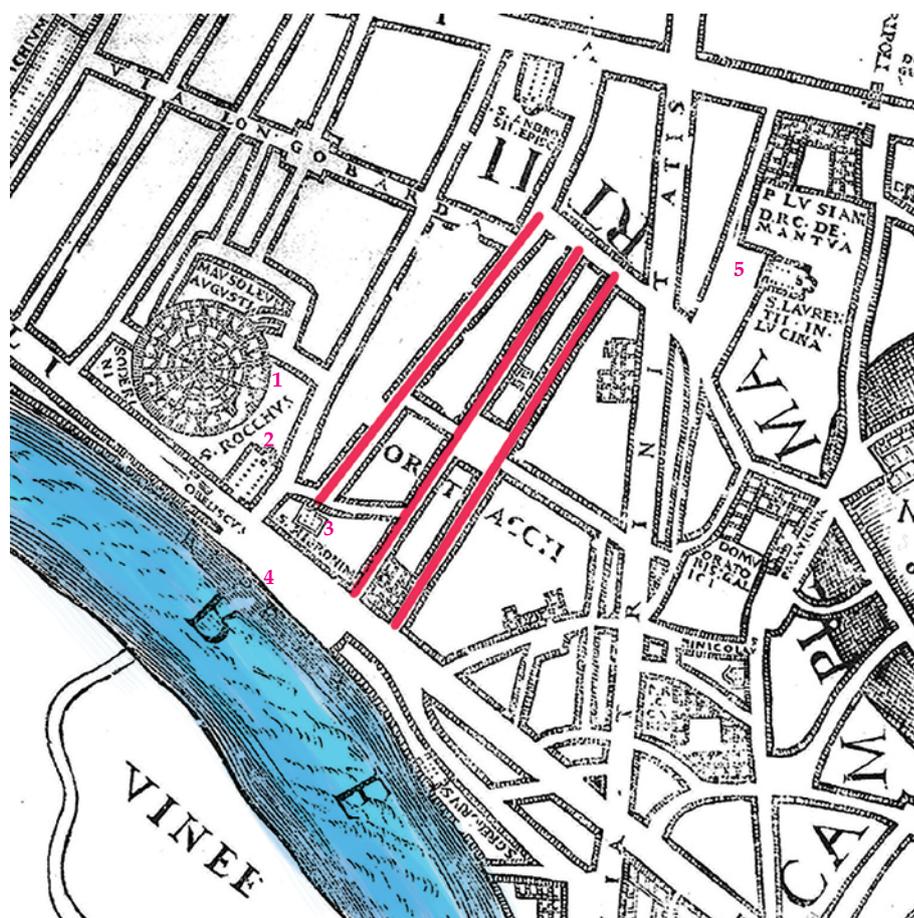


Figura 34 — Zona do porto de Ripetta. Em vermelho as três estradas retilíneas realizadas a partir de 1491. 1. Mausoléu de Augusto; 2. S. Rocco; 3. S. Girolamo degli Schiavoni; 4. Porto de Ripetta; 5. S. Lorenzo in Lucina. Fonte: elaborado pelo autor sobre recorte da planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551).

2. 3. 8. Alessandro VI Borgia (1492-1503)

Ludovico Pastor narra detalhadamente as dificuldades dos primeiros anos do pontificado de Alessandro VI (1932, vol. III, lib. II, cap. 1-4), envolvido em constantes conflitos com o rei de Napoli e com Carlos VIII da França, cuja ocupação romana em setembro de 1494 trouxe consequências muito negativas, como o aumento da carestia, dos homicídios e extorsões, sem contar a persistente situação de fragilidade financeira do Estado Pontifício.

Acrescenta-se ao calamitoso cenário de guerra e endividamento uma terrível inundação em dezembro de 1495. Os relatos de um veneziano hospedado na Alça do Tibre contam que a água atingira “sete a dez pés de altura” praticamente cobrindo a ponte Sisto, e que ao longo das estradas não se via nada além de barcos e jangadas, “como nós nas nossas lagunas” (PASTOR, 1932, vol. III, p. 416-417, n. 4). Os danos foram extremos: poços e fontes, contaminados, tornaram-se impraticáveis; casas e palácios vieram abaixo soterrando seus habitantes; edifícios com alvenarias frágeis e outros componentes em madeira, como forros e telhados não resistiam à força da enchente e sucumbiam também pelos golpes de troncos e outros elementos pesados carregados pela água; os pavimentos a mosaico das igrejas foram destruídos, junto com as sepulturas e o mesmo aconteceu com grande parte das provisões alimentícias estocadas para o inverno (PASTOR, 1932, vol. III, p. 419).

Uma lápide em memória da inundação foi fixada na fachada da igreja de S. Eustachio, onde marca uma altura de 2,20 m. sobre o nível da atual pavimentação na praça adjacente. Após uma semana o volume das águas baixou, porém, os estragos persistiriam por algum tempo e impediriam quaisquer processos de renovação urbana:

os danos sofridos pela cidade são incalculáveis; em um quarto de século Roma não se recuperará. Os barcos sobre o Tibre, os moinhos e todas as casas velhas transformaram-se em ruínas... Na verdade, desde que Roma é Roma, nunca houve uma inundação maior (PASTOR, 1932, vol. III, p. 419).

A situação urbana passa por uma ligeira melhora com o anúncio do Jubileu de 1500, que aconteceu em 1498 durante uma reunião consistorial. Naquela ocasião, o papa Alessandro VI encomendou ao cardeal camerlengo Raffaele Riario que fizesse um levantamento das reformas necessárias à realização do Ano Santo, em que pese o deslocamento e a segurança dos peregrinos e viajantes esperados em Roma. Foi decidido que a venda de indulgências aconteceria somente nas igrejas romanas, e o grande fluxo de peregrinos mais uma vez trouxe aporte considerável para as finanças pontifícias (SIMONCINI, 2004, t. II, “Appendice 1.14”).

As muralhas da Cidade Leonina foram reformadas logo nos primeiros anos de pontificado, especialmente no trecho entre o torreão de Nicolau V e o Castelo Sant' Angelo; trecho que incorporava a célebre rota de fuga dos palácios apostólicos para o castelo, chamada de *passetto di Borgo*, cujo acesso então passou a ser pelo *cortile* de S. Damaso. Os trabalhos foram executados por Antonio da Sangallo o Velho, arquiteto especialista em fortificações de Alessandro VI, e que também teve a oportunidade de atuar nas defesas de Tivoli, Civitella e Civita Castellana (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 223 e n. 20).

O castelo teve seu ingresso transportado da parte de Borgo para o lado que faceava o Tibre, em eixo com a ponte S. Angelo, como se encontra nos dias atuais. Uma nova e maior torre central a base quadrada foi edificada, juntamente a um cercamento quadrilátero de muralhas com 4 bastiões dedicados aos santos evangelistas, construção que veio englobar as estruturas realizadas por Nicolau V. De frente ao ingresso, foi construído um quinto bastião cilíndrico, de modo a reforçar o controle da praça Castello e das vias que nela desembocavam. Foi ainda escavado um fosso ao longo do perímetro do castelo, largo e profundo o suficiente para crermos que pudesse ter sido preenchido com a água do Tibre. Sob o comando de Antonio da Sangallo o Velho, o baluarte medieval foi transformado em uma moderna fortaleza (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 224).

As intervenções em escala urbana se concentram em torno do Ano Santo de 1500. Na Cidade Leonina, a mais importante delas diz respeito a uma nova via *ad Palatium*, retilínea, alinhada com o ingresso principal dos palácios apostólicos, à direita do átrio de S. Pedro, e o bastião cilíndrico construído na praça Castello próximo à ponte S. Angelo. Essa nova via, chamada Alessandrina (Figura 35), parece retomar a ideia da estrada à direita de Borgo Vecchio proposta pelo plano de Nicolau V: um tipo de estrada codificada pelo tratado albertiano, cujo andamento retilíneo é associado a uniformidade figurativa das suas fachadas limítrofes.

Acenamos há pouco sobre os primeiros experimentos com vias efetivamente retilíneas na região do porto de Ripetta, ainda nos tempos de Inocêncio VIII. A novidade que a construção da via Alessandrina aporta é justamente a introdução do tensionamento entre dois panos de fundo monumentais, sancionando o modelo de intervenção urbana a partir do retifilo vinculado à exploração imagética dos seus extremos – produto de exportação da cultura urbanística romana nos séculos seguintes (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 229; GUIDONI, 1990, p. 32).

Em relação à cidade histórica, foram realizadas novas pavimentações na ponte S. Angelo e praça S. Celso, na via *Florida-mercatoria* (ramo interno da via *Peregrinorum*) possivelmente em vista do Jubileu de 1500. Ao longo da via *Papalis*, precisamente na praça de Parione, foi colocado, a mando do cardeal Oliviero Carafa, um torso marmó-

reo ao qual atribuiu-se o nome de Pasquino. Algumas demolições foram verificadas na via Tor di Nona e na praça de S. Pantaleo, sempre com o objetivo de liberar espaço para a melhoria da viabilidade.



Figura 35 — Cidade Leonina nos tempos de Alessandro VI. Em vermelho, a via Alessandrina; em amarelo, Borgo Vecchio; em verde, Borgo S. Spirito; em azul, trechos da via Sistina; em violeta, via Hadriani. A. Porta Sancti Petri; B. Porta Collina; 1. S. Maria in Traspontina; 2. Praça Castello; 3. Novo bastião alinhado com ponte S. Angelo; 4. Ponte S. Angelo; 5. Castelo Sant' Angelo; 6. Praça Scossacavalli; 7. Mosteiro de S. Caterina delle Cavallerotte; 8. Campo Vaticano; 9. Ingresso dos palácios pontifícios; 10. S. Spirito. Fonte: elaborado pelo autor sobre transcrição de SIMONCINI (2004, t. I, p. 228).

2. 3. 9. A alvorada do Cinquecento na cidade histórica

Nos primeiros anos do século XVI, a população de Roma atingiu um patamar entre os 60.000³³ e 85.000³⁴ habitantes, mantendo um ritmo de crescimento constante após o pontificado de Sisto IV, durante o qual a população pode ser estimada em cerca de 40.000 habitantes (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 239). Um notável incremento, necessariamente acompanhado por uma série de processos de redistribuição da população no território e a reorganização do seu habitado, nos âmbitos formal e funcional.

Se no início do *Quattrocento* o Campidoglio era reformado por Bonifácio IX e ainda figurava como centro de fato da cidade, absorvendo as funções de mercado, de política comunal e de justiça, um século depois encontrar-se-á completamente esvaziado de sua

33 Conforme dados do recenseamento de 1526, reportado por D. GNOLI, *Descriptio Urbis o censimento della popolazione di Roma avanti il sacco borbonico*, ASRSP, 1894, p. 379-382 (apud SIMONCINI, 2004, t. I, p. 239, n. 97).

34 Conforme o historiador coevo Paolo Giovi (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 238).

primazia enquanto centralidade. Os palácios Senatorio e dos Conservatori aparentavam abandono e eram descritos por Gregorovius como lugares “sem majestade”. O monte capitolino, naquele momento, apresentava poucas estradas desertas, além de uma ou outra casa isolada. A cidade velha, entretanto, se mantinha como zona de assentamento de famílias nobres (GREGOROVIVS, *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 239).

A zona do Calcarario em época Medieval era habitada por famílias baronais geralmente instaladas em grandes complexos edifícios cujo acesso se dava por pequenos becos (recorrentemente “sem saída”, por uma questão defensiva). A partir de Sisto IV, um novo tipo de senhoria parece preferir instalar-se em palácios situados nas vias convergentes aos grandes centros econômicos, como Canale di Ponte, Campo de’ Fiori, praça Navona e suas imediações.

O Coliseu marcava o início da periferia da cidade histórica; o *riome* Monti, sobretudo na região de S. Giovanni in Laterano e S. Croce in Gerusalemme, continuava a ser desabitado, ao passo que nas imediações da basílica de S. Maria Maggiore (entre S. Prassede e S. Vito) e na região da Suburra, figuravam assentamentos que, não obstante sua considerável população, possuíam um caráter suburbano e popular (Figura 36).

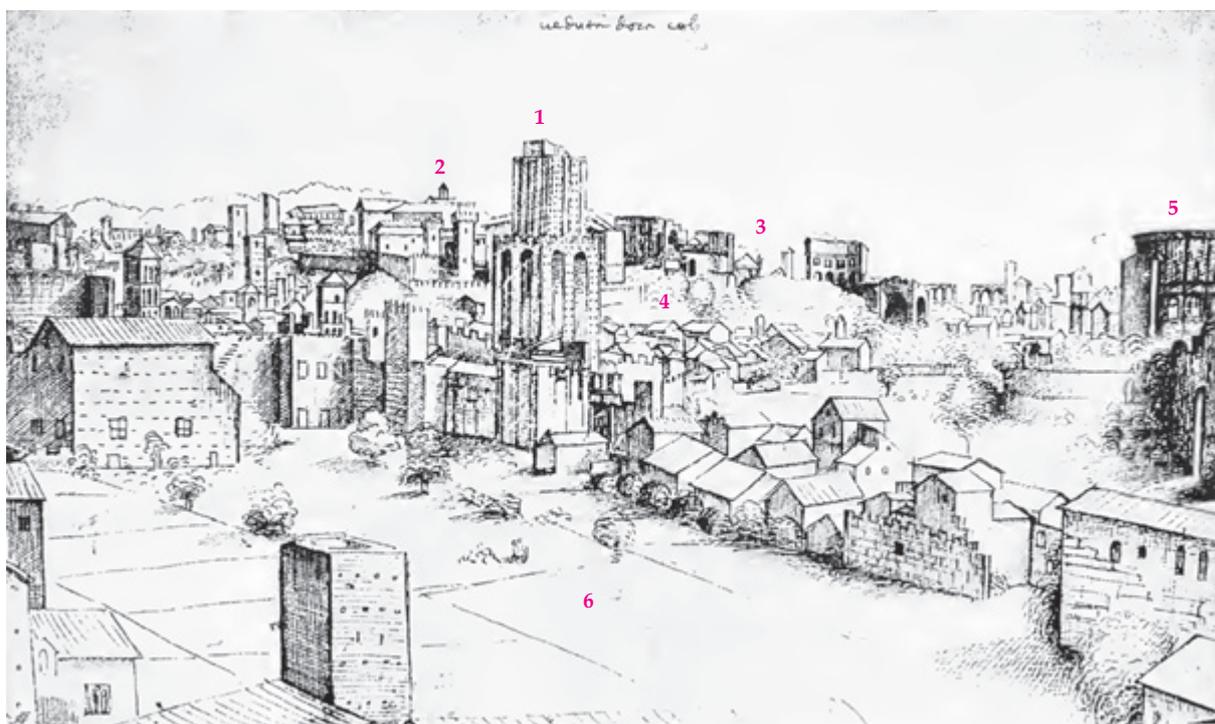


Figura 36 — Vista a partir do mosteiro de Ara Coeli em direção a área dos *Fori Imperiali* e monte Esquilino, 1490 *circa*. 1. Tor’ dei Conti; 2. Campanário de S. Maria Maggiore; 3. Ruínas das termas de Trajano; 4. Casas na zona da Suburra. 5. Coliseu; 6. Zona dos *Fori Imperiali* conhecida como *Pantani*, destinada ao cultivo e pastoreio. Fonte: extraído do *Codex Escorialensis* (EGGER, 1905, 40v).

Os *Fori Imperiali*, sucessivamente aterrados ao longo dos séculos, se mostravam como grandes campos de cultivo e pastoreio, sobretudo ao longo da antiga via *Sacra*,

onde acontecia o mercado de bovinos (região por isso conhecida como Campo Vaccino). Alguns casebres esparsos, pertencentes ao pessoal que cuidava dos rebanhos e das hortas, se estendiam sobre os *fori* Romano, de César e de Augusto; todavia, na altura do *forum* de Trajano o tecido edilício se adensava, posto que ali se entrelaçavam os percursos que se dirigiam ao setor oriental da cidade (S. Maria Maggiore e Suburra).

Na Alça do Tibre, os percursos da via *Papalis* e via *Recta* continuaram a se desenvolver como eixos residenciais. A via Tor di Nona torna-se consideravelmente povoada, graças à concentração de albergues e atividades relacionadas ao transporte de peregrinos; a via *Peregrinorum* continuou a ser preferida pelas instituições religiosas e assistenciais, e seu ramo interno, correspondente à via Florida-Mercatoria, tornou-se a estrada de comércio mais frequentada de Roma, naturalmente associada ao Campo de' Fiori, principal centro econômico citadino que transbordava sua influência para o grupo de estradas e praças interpostas na conexão com a via *Papalis*. A praça Navona passa por um progressivo melhoramento, porém, não obstante a transferência do mercado semanal do Campidoglio para o interior da praça, sua maior vocação era para o espetáculo. Graças à sua magnífica *mise-en-scène*, pois eram ainda visíveis os restos dos degraus da arquibancada do circo de Domiziano, o local recebeu a encenação do Triunfo de Vespasiano (1499) e do Triunfo de César (1500), esse último em homenagem a Cesare Borgia, filho do papa Alessandro VI (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 240-246, *passim*).

O *riione* S. Eustachio assume importante função no deslocamento dentro da Alça do Tibre, graças ao seu formato alongado, em cujos extremos situavam-se as franjas da cidade velha e o porto de Ripetta. O atual corso Rinascimento adquire importância com a reconstrução do *Studium Urbis* da Sapienza na sua localização hodierna, e a instalação de personagens notáveis nas suas imediações, como é o caso de Giovanni de' Medici, futuro papa Leão X (1513-1521).

Campo Marzio enfim mostra sinais de um desenvolvimento edilício, concentrados na zona entre o porto di Ripetta e porta del Popolo, e ao longo das diretrizes viárias que o conectavam com a Alça do Tibre. Na região do Mausoléu de Augusto, entretanto, o tecido urbano permanecia socialmente degradado: casas de meretrício estendiam-se pela zona gravitante ao porto, assim como as atividades mais incômodas e poluentes, como os matadouros e as tinturarias. À montante da via del Corso, em ocasião da incursão de Carlos VIII de França na Itália (1494), será comprado um terreno destinado à fundação do convento dos frades menores de S. Francisco de Paola, e onde será construída a célebre igreja da Trinità dei Monti (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 251).

Gregorovius, ao descrever a Roma de 1500, indicava:

É estranho que Roma não possua um lugar no qual se concentre a vida social. Em outras cidades, o encontramos na praça principal com o palácio do *comune* e a catedral, ou mesmo lá onde surge a casa do príncipe; entretanto, parece que a grandeza da Cidade Eterna não suportasse nada de semelhante [...] (GREGOROVIVUS *apud* SIMONCINI, 2004, t. I, p. 252).

O modelo de ascendência medieval que concebia o centro citadino como uma praça onde debruçavam-se os edifícios representativos do poder político e religioso, realmente não se aplicava à Roma do primeiro *Cinquecento*. Tais edifícios encontravam-se espalhados pela cidade: a sede do bispado no Laterano, a sede comunal no Campidoglio, a sede política no Vaticano. Contudo, o peso assumido pelo Campo de' Fiori nos anos finais do *Quattrocento* demonstra seu caráter de centralidade representativa e material, na lógica de uma concepção modernizada de cidade, de sabor renascentista, deixando para trás a vocação moral e espiritual característica dos centros urbanos de tradição medieval.

A Alça do Tibre, que no início do *Quattrocento* era povoada em modo descontínuo e irregular, no fim do século XV tornará a ser habitada em modo contínuo e em toda a sua extensão (Figura 37). O modelo urbano medieval, caracterizado pela presença de um núcleo central (representado pela cidade velha) e de um tecido edilício circundante cuja densidade habitativa era decrescente em direção aos limites do habitado, foi substituído por um modelo descentralizado, composto por mais de um núcleo principal (a cidade velha, Campo de' Fiori, Canale di Ponte), onde o tecido edilício, heterogêneo, era definido pela presença difusa de polos secundários e densidades habitativas variáveis. Múltiplos centros políticos, religiosos e comerciais, portanto, que viriam a desempenhar uma função determinante no processo evolutivo da cidade, pela sua capacidade de “solicitar fenômenos de agregação edilícia destinados a favorecer localmente formas de expansão urbana” (SIMONCINI, 2004, t. I, p. 254, tradução nossa).



Figura 37 — Hipótese da área habitada ao tempo do papa Alessandro VI (1492-1503). Estão coloridas as ruas em que é certa, ou se pode razoavelmente supor a existência de uma edificação contínua. Fonte: retirado de SIMONCINI (2004, Tav. III) e adaptado pelo autor sobre mapa de GUIDONI (1990, pp. 112-113).

3. ANÁLISE CONFIGURACIONAL

No presente capítulo, trataremos de elucidar alguns aspectos técnicos e metodológicos daquilo que entendemos como análise configuracional, ou seja, uma análise baseada na “configuração” de um sistema. O termo “configuração”, recorrente no texto, merece especial atenção por se tratar de um tipo específico de interrelação e a delimitação de seu significado será discutida ao longo do primeiro subtítulo. Ainda serão apresentados os parâmetros basilares da teoria da Sintaxe Espacial que governa esta parte do nosso estudo e o processo de construção de um Mapa de Segmentos, ferramenta principal para a leitura das qualidades topológicas de um sistema viário. Serão introduzidas as variáveis de performance “Integração” e “Escolha”, com sumária descrição de seus conceitos e propriedades. Buscamos ser concisos na medida justa, de modo a evitar que o ruído de um alto volume de informações muito específicas viesse a turvar o escopo principal desse estudo, que trata apropriadamente das implicações da análise configuracional conjugada com a análise histórica, servindo-se da cartografia histórica como fonte primária. A cartografia histórica será discutida no segundo subtítulo, com destaque para os mapas históricos de Roma que foram utilizados para a interpolação de um modelo hipotético do sistema viário ao final do século XV, assim como a metodologia do processo e a delimitação da área de estudo. Por último, serão apresentados os documentos, mapas e tabelas produzidos via análise do Mapa de Segmentos por aplicativos dedicados que auxiliam no cálculo das variáveis de performance e fornecem o componente gráfico que torna possível a visualização dos padrões de movimento e das qualidades topológicas no sistema viário romano do *Quattrocento*.

3. 1. O movimento e a cidade

Caminhando pela cidade aprendemos como sorrir, escolhemos nossa futura profissão, treinamos e nos aperfeiçoamos nos papéis sociais que escolhemos representar. Mover-se pela cidade permite o encontro com o outro e desta forma nos reconhecemos como indivíduos, numa travessia constante pela soleira entre o ir e vir. A cidade é repleta de cidades, o movimento é o que nos permite conhecê-las e retornar para a casa, a fim de confirmar as nossas certezas (BRANDÃO, 2020, p 46).

Caminhar em uma cidade depende também da configuração de sua rede de percursos, das possibilidades de espaços abertos e fechados que são ofertadas e, so-

bretudo, das relações entre suas partes componentes com o todo; relações que por sua vez estão atreladas aos processos dialéticos da produção do espaço urbano, onde o homem é, ao mesmo tempo, agente e produto de seu espaço e seu tempo. Nessa rede de percursos, para além do somatório de ruas, avenidas, praças, circula um conjunto complexo de relações econômicas, sociais, culturais e políticas que interagem entre si, fazendo emergir padrões de integração e segregação, atração e dispersão. A articulação entre esses padrões possibilita a diferentes funções urbanas se servirem adequadamente do movimento conforme o seu escopo de existência, dentro da chamada Lógica Social do Espaço.

A Lógica Social do Espaço é uma teoria proposta nos anos 1980 pelos pesquisadores Bill Hillier e colegas da Bartlett Faculty of Built Environment (Londres), e foi progressivamente desenvolvida até os dias presentes, buscando descrever a sociedade nos termos de sua espacialidade intrínseca, sem deixar de lado a socialidade intrínseca dos espaços³⁵. Segundo a Lógica Social do Espaço, não é que uma sociedade simplesmente exista em um determinado espaço, mas assume uma forma espacial definida na medida em que organiza pessoas no espaço por meio da relação entre as localizações de indivíduos e grupos, com maior ou menor grau de agregação ou segregação determinando padrões de movimento e encontro que podem ser densos ou esparsos. De uma maneira um pouco mais óbvia, a sociedade também organiza o espaço na medida que constrói edifícios, fronteiras, percursos, marcos, zonas, cristalizando o ambiente físico de suas relações cotidianas (HILLIER, 1984, p. 26-28).

Ao estudo da organização do espaço e das funções próprias de sua estrutura, deu-se o nome de Sintaxe Espacial. Trabalhando tanto na escala do edifício quanto da cidade, a Sintaxe Espacial

“contempla técnicas de entendimento e representação do espaço [...] que permitem ao pesquisador investigá-lo do ponto de vista das articulações, descreve possibilidades de interação e contatos a partir de possíveis fluxos diferenciados de pessoas ou veículos” (MEDEIROS, 2013, p. 139).

Dessa forma, o espaço vazio – o “oco” – resultante da interação entre os componentes cheios, sólidos, construídos, é muito importante para a Sintaxe Espacial e a ele damos o nome de forma-espço. A forma-espço é que permite o encontro através dos fluxos de movimento e suas possibilidades de articulação interpartes: pela forma-espço circulam as pessoas e transitam os diversos capitais; conseqüentemente pela análise da forma-espço vislumbramos como sua configuração influencia o modo como

35 Para o aprofundamento no campo da Lógica Social do Espaço e da Sintaxe Espacial, sugerimos ao leitor conferir HILLIER, *The social logic of space*, 1984; HILLIER, *Ideas are in things*, 1987; HILLIER, *Space is the machine*, 1996; HILLIER, *Normalising Least Angular Choice*, 2012; MEDEIROS, *Urbis Brasiliae...*, 2013.

edifício e cidade funcionam. “Configuração” é aqui um outro termo-chave, seu significado vai além da simples relação; é um conjunto de relações de interdependência que obedece a duas propriedades fundamentais: a configuração varia quando tomada a partir de diferentes pontos em um mesmo sistema e quando tomada apenas de uma parte do sistema (MEDEIROS, 2013, 140-143; HILLIER et al, 1987, p. 363-364).

Para ilustrarmos o que compreendemos por “configuração”, partimos de um esquema mínimo (Figura 38): uma célula dividida em dois espaços, A e B, conectados por uma abertura que cria uma “relação”, que por sua vez pode ser definida como de permeabilidade. Não há que se falar em “configuração” se considerarmos apenas a “relação” entre esses dois espaços; entretanto, quando adicionamos um espaço C, exterior a A e B, as possibilidades de interação podem variar de acordo com a sua “configuração”. Por exemplo, A e B podem estar diretamente conectados com C, ou, para acessar B a partir de C pode ser obrigatório atravessar A.

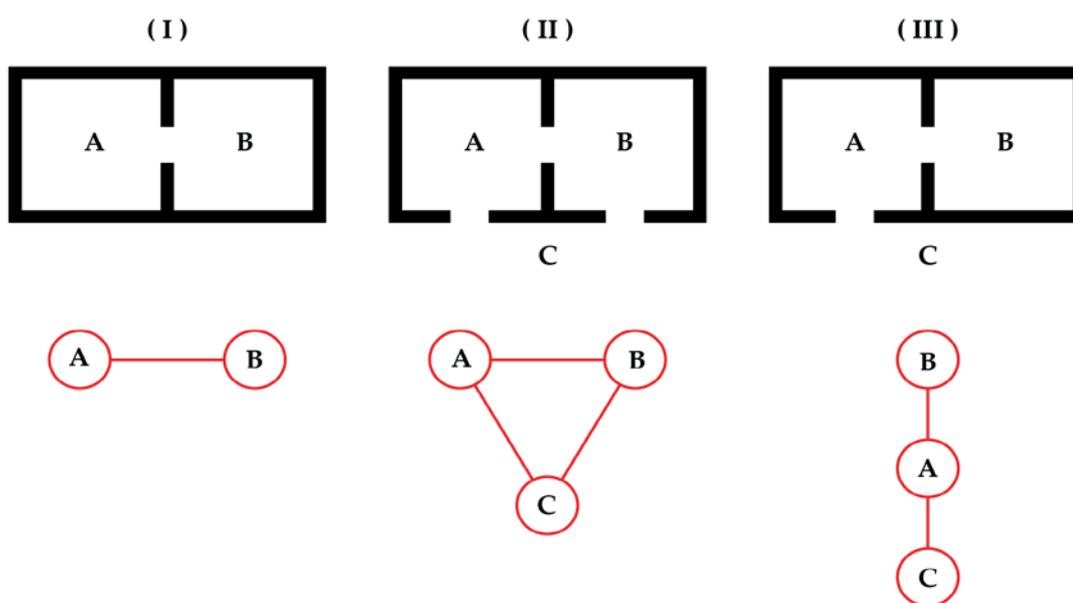


Figura 38 — Esquema sintético de “relação” e “configuração”. I. Relação de permeabilidade entre A e B; II e III. Configurações possíveis entre A, B e C. Em vermelho, os gráficos justificados correspondentes que favorecem a percepção das qualidades topológicas de cada sistema. Fonte: extraído e adaptado de HILLIER (1987, p. 363).

No exemplo III da Figura 38, percebemos que o espaço A pode “controlar” o acesso a B, assumindo uma certa qualidade topológica que fica evidente quando observamos os gráficos justificados. Quando falamos em qualidade topológica, nos referimos à qualidade de sua articulação com outros espaços dentro de um sistema, suas relações de conexão e restrição, acesso, segregação e profundidade, concavidade e convexidade, termos cujo significado esperamos elucidar ao longo deste capítulo.

Antes de nos aventurarmos na análise da configuração de um sistema complexo

como o de uma cidade, busquemos compreender melhor como funciona a sintaxe na escala do edifício, analisando uma planta baixa residencial genérica. Ao tomarmos como ponto de partida o espaço **A** (Figura 39), para que cheguemos aos espaços **qa**, **qb**, **ba**, ou **es**, necessariamente precisamos passar por três espaços: **sl**, **cp** e **co** (nessa ordem); para chegarmos no espaço **dp**, necessariamente precisamos atravessar cinco espaços: **sl**, **cp**, **cz**, **as**, **ds**. Isso quer dizer que a configuração imposta pelas aberturas entre os cômodos implica também numa relação de profundidade, que é maior à medida em que mais espaços precisam ser atravessados para se chegar no ponto final. Quando visualizamos o gráfico justificado, podemos perceber seis níveis de profundidade no sistema, tomado a partir do espaço **A**. Acenamos anteriormente que a articulação do sistema varia quando tomada a partir de pontos diferentes. A Figura 40 mostra o gráfico justificado com o ponto de partida no espaço **cp**, no que percebemos 4 graus de profundidade.

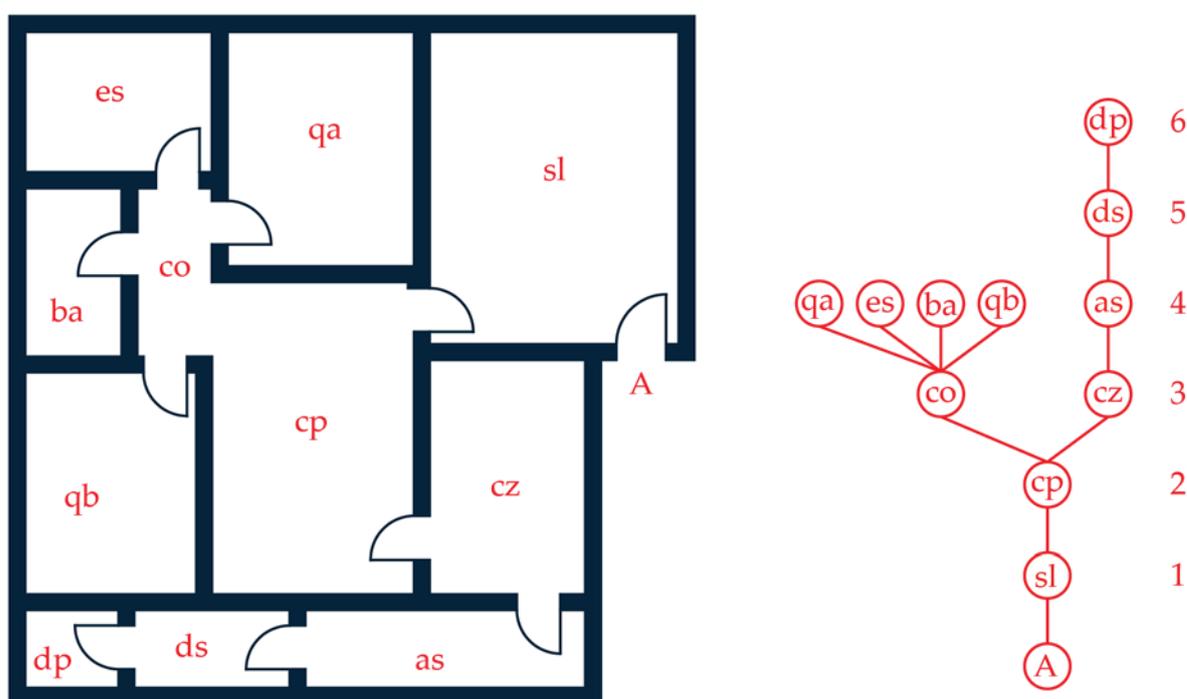


Figura 39 — Análise da configuração de uma planta residencial genérica a partir do acesso A. A. Acesso; sl. Sala; cp. Copa; co. Corredor; qa. Quarto A; es. Escritório; ba. Banheiro; qb. Quarto B; cz. Cozinha; as. Área de Serviço; ds. Despensa; dp. Depósito. Tomando-se como ponto de partida o espaço A, temos o gráfico justificado demonstrado à direita, cujos numerais arábicos indicam 6 níveis de profundidade a partir do acesso. Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando o gráfico justificado e a destinação dos cômodos (Figura 39), percebemos que a partir da porta de entrada (Acesso A), quanto mais profundo um espaço se encontra no sistema, maior é seu componente de intimidade, de privacidade, como bem demandam os quartos e o banheiro, de um lado, ou a despensa e o depósito, de outro. Quando fazemos nossa leitura a partir da copa (Figura 40), percebemos que para chegar em quaisquer outros cômodos da casa, de maneira geral, é necessário atra-

vessar menos espaços pois a copa se encontra em uma articulação mais rasa, ou seja, menos segregadora, portanto, mais acessível.

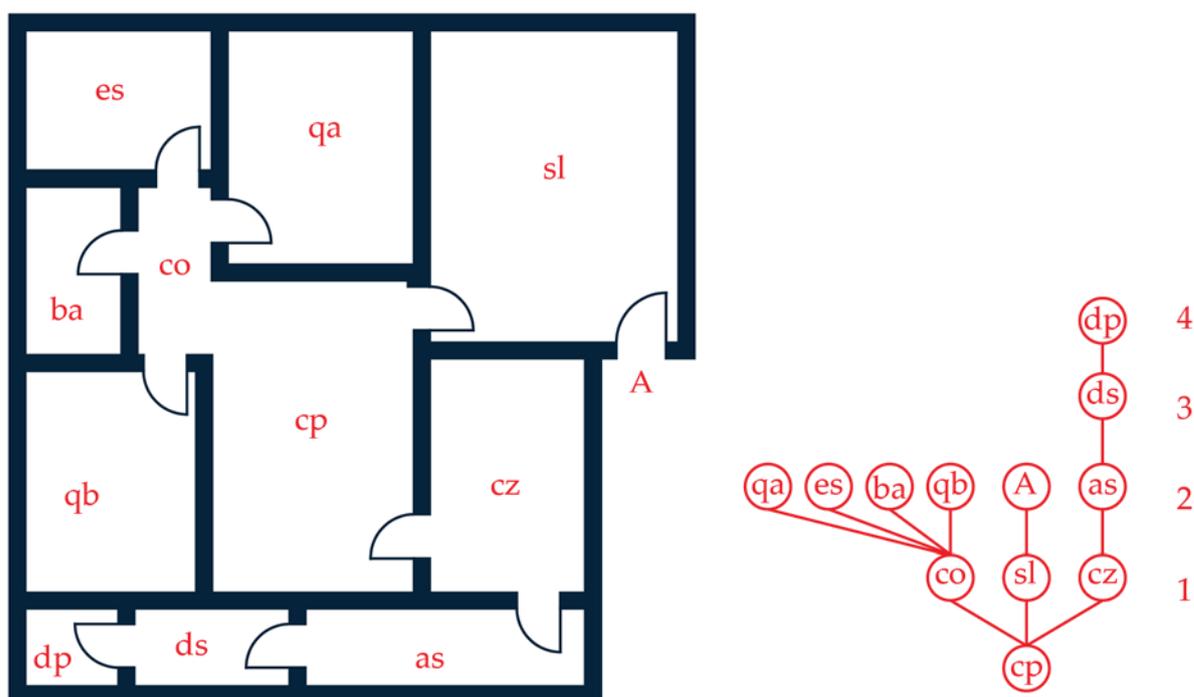


Figura 40 — Análise da configuração de uma planta residencial genérica a partir da copa. A. Acesso; sl. Sala; cp. Copa; co. Corredor; qa. Quarto A; es. Escritório; ba. Banheiro; qb. Quarto B; cz. Cozinha; as. Área de Serviço; ds. Despensa; dp. Depósito. Tomando-se como ponto de partida o espaço **cp**, temos o gráfico justificado demonstrado à direita, cujos numerais arábicos indicam 4 níveis de profundidade.

Fonte: elaborado pelo autor.

Se na escala do edifício, como exemplificado anteriormente, a forma-espço é definida pelo vazio resultante da conformação exercida pelas paredes, aberturas, móveis e dispositivos de uma residência, quando consideramos o movimento na cidade, a forma-espço é representada pelo universo de entidades que podem ser percorridos: ruas, avenidas, praças, passagens, trilhas, vias de comunicação em seu sentido mais amplo, assim como os espaços naturalmente de âmbito público, todos capazes de abrigar e ordenar, sob determinadas condições sociais e ambientais, encontros e desencontros. Reforçamos que os componentes do sistema, seja na escala da cidade que na do edifício, estão interrelacionados, o que significa que alterações na forma-espço que afetem a conexão entre partes produzirão resultados que afetam o todo, com impacto variável (MEDEIROS, 2013, p. 145).

Considerando que a elaboração de um gráfico justificado para um sistema complexo como o de uma cidade (como Roma, por exemplo) poderia não ser a melhor estratégia para visualização das propriedades topológicas, dados o grande volume de espaços e a minúcia da execução, recorreremos a uma técnica chamada representação linear do espaço. A linearidade decorre da estratégia que usamos para nos locomover:

dominamos até onde conseguimos enxergar a partir de determinado ponto e, cognitivamente, terminamos por perceber o espaço urbano como um encadeamento de elementos geométricos não-contínuos, “intuindo” a cidade como uma série de espaços conectados por perspectivas (MEDEIROS, 2013, p. 150).

Para a cidade, obtemos uma representação linear do espaço quando, partindo do mapa de espaços universalmente percorráveis³⁶, traçamos o menor número de linhas de visadas possíveis nos seus leitos trafegáveis. No caso de um largo, uma praça ou uma rotatória, naturalmente, a sua dimensão é que definirá o número de visadas necessárias a dominar o espaço: no caso de ser diminuta, pode ser mais adequada a disposição das visadas em cruz, enquanto que ao redor de uma grande praça circular pode ser necessário formar um polígono cujo número de vértices dependerá do campo visual a ser vencido.

No caso do nosso objeto de análise configuracional – o sistema viário de Roma ao fim do século XV, elaborado a partir de uma interpolação baseada na cartografia histórica (cujo processo será tratado oportunamente mais adiante) –, a matriz de interseções resultante de sua representação linear conforma um Mapa de Segmentos (Figura 41), que, por sua vez, pode ser analisado de acordo com a intenção do pesquisador, servindo-se de aplicativos dedicados que o auxiliam no cálculo de variáveis representativas das propriedades topológicas do sistema e de cada componente desse sistema. Essas variáveis podem ser expressas numérico-quantitativamente por meio de tabelas, ou graficamente por meio dos mapas de segmento, onde cada linha seguirá uma escala cromática com gradação do vermelho ao violeta (como nas cores do arco-íris) correspondente ao seu valor. No presente estudo, recorreremos especificamente a duas variáveis, a saber: “Integração” e “Escolha”. Ambos os termos são aportuguesamentos dos termos originariamente cunhados em inglês (*Integration* e *Choice*) e denotam atributos referentes às interrelações entre o sistema e seus componentes (MEDEIROS, 2013, p. 149-150).

“Integração” tem a ver com permeabilidade e acessibilidade, quanto maior o grau de integração de determinado espaço, mais facilmente ele é alcançado partindo-se dos demais espaços, indicando assim uma proximidade topológica. Espaços com alto valor de integração tendem a assumir uma posição de controle, já que potencialmente se conectam a um número maior de outros espaços, e a correlação observada é que esses mesmos espaços absorvem funções que se beneficiam desses fluxos, como mercados, comércio e serviços (Medeiros, 2013, p. 152-156). Essa variável é calculada tendo em conta a profundidade topológica, ou seja, a quantidade de espaços que existem entre pontos de partida e chegada; quanto menos espaços intermediários existirem, menor profundi-

36 Ou seja, o mapa das ruas, avenidas, trilhas, vias, vielas, caminhos, praças, e quaisquer outros tipos de espaços públicos que permitam o trânsito de pessoas ou veículos de quaisquer natureza.

dade, conseqüentemente, maior integração; quanto maior a profundidade, mais espaços intermediários e maior será a segregação (HILLIER, 1984, p. 108).

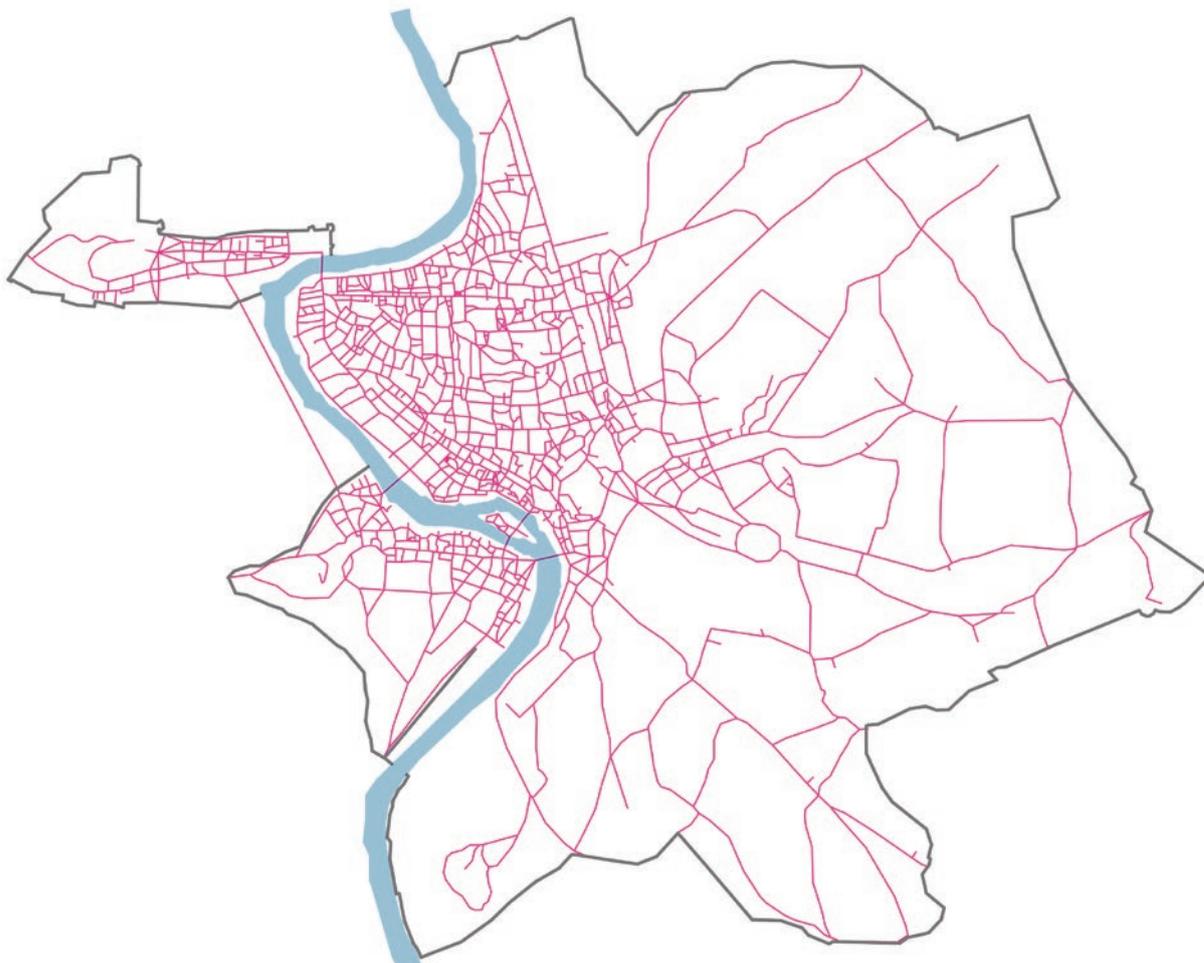


Figura 41 — Mapa de Segmentos do sistema viário de Roma ao final do século XV. Em magenta os segmentos traçados segundo a representação linear. Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com Steadman (2004, p. 484), “as pessoas – que não sejam flâneurs ou não estejam vagando – têm a tendência geral de viajar pelos caminhos mais curtos [...], de forma a ganhar tempo, reduzir o esforço e economizar”. A rota mais curta, porém, não é apenas uma questão métrica, mas parece estar intimamente ligada à uma ideia de simplicidade, uma sensação de conhecimento e segurança em relação ao ambiente que se percorre, à amplitude espacial que a visão consegue governar (Figura 42). A “Escolha” tem a ver com linearidade, com a concatenação de espaços a formar rotas que tendam a aproximar os espaços de um sistema, na forma de caminhos-atalho ideais. Essa variável é calculada sobrepondo-se os menores percursos tomados de todos para todos os espaços de um sistema, considerando-se não a menor distância métrica, mas sim o menor número de conversões (por isso também denominada Escolha Angular). O valor de Escolha de um segmento está ligado a quantidade de menores percursos que nele se sobrepõem: quanto mais, maior a Escolha (HILLIER *et al*, 2012, p. 157).

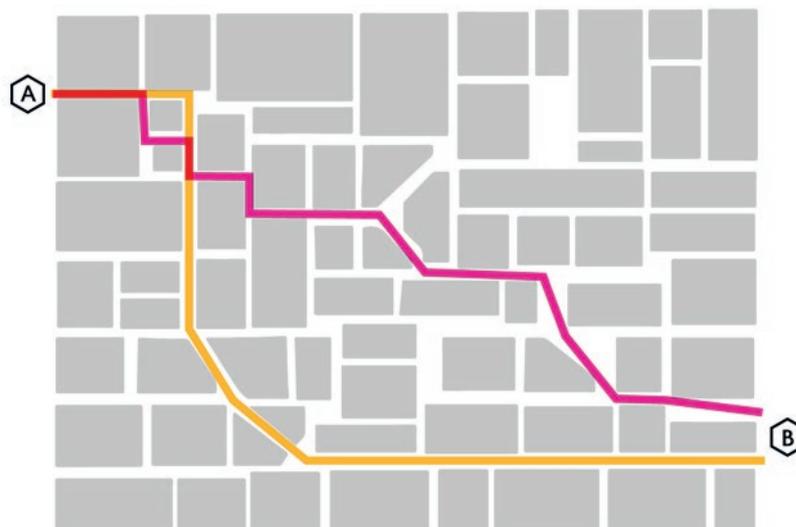


Figura 42 — Esquema genérico de menores percursos entre A e B. Em magenta, o menor percurso considerando-se a distância métrica entre A e B; em amarelo, o menor percurso considerando-se o menor número de conversões entre A e B. Fonte: adaptado pelo autor.

Via de regra, os cálculos feitos com o auxílio de aplicativos dedicados para a aferição das variáveis “Integração” e “Escolha” consideram as articulações de “todos para todos” os espaços do sistema, por isso, junto ao nome de suas respectivas representações gráficas encontraremos a partícula “Rn”, onde R quer dizer o “raio de alcance” do cálculo e a letra “n” o número ilimitado de conexões. Todavia, o cálculo das variáveis de performance também pode ser restrito a um determinado número de conversões ou a precisas distâncias métricas, de acordo com o interesse do pesquisador em visualizar padrões mais específicos de movimento. Portanto, além do Rn, neste estudo trabalharemos com R4: limitando o cálculo a até 4 conversões de 90 graus³⁷, independente da distância percorrida, tomadas a partir de todos os espaços do sistema. Acredita-se que os valores obtidos por R4 indiquem qualidades de caráter mais “local”, como dinâmicas em nível “de bairros”, enquanto que os valores obtidos por Rn são associados a propriedades mais “globais” do sistema (HILLIER, 1996, p. 160; MEDEIROS, 2013, p. 151).

Deslocar-se de um lugar para outro implica uma percepção de conexões e articulações existentes na trama viária e sempre envolve, ainda que por vezes de modo instintivo ou automático, a resposta para duas perguntas: “para onde vou? Por onde vou?” A variável “Integração” responde à primeira questão: os espaços mais integrados possuem menos intermediários entre si e os demais espaços do sistema, ou seja, para encontrá-los cumpre-se um deslocamento menor, implicando em lugares mais

³⁷ Uma vez que o aplicativo de cálculo pondera o ângulo de interseção entre os segmentos, 4 conversões de 90 graus é apenas uma dentre as inúmeras possibilidades. A ideia é que as mudanças de direção não ultrapassem um somatório de 360 graus, valor arbitrário e que diz respeito ao interesse dessa pesquisa em específico.

acessíveis. A variável “Escolha” se relaciona com a segunda pergunta: é a escolha de “qual” caminho tomar, a partir do seu potencial de linearidade, ou seja, o seu potencial de simplificar caminhos, aproximando partida e chegada. Matematicamente, equivale ao maior ou menor grau de probabilidade de um espaço ser escolhido como “rota”.

Os valores quantitativos de cada variável foram normalizados segundo as recomendações de Hillier, Yang, Turner (2012), o que permite a comparação das performances entre sistemas de diferentes escalas e naturezas. Em relação à Integração, os valores dos espaços mais integrados do sistema tendem a 1, enquanto os menos integrados tendem a 0. Em relação à Escolha, os limites não são tão regulares; os espaços que não contam em nenhum “menor percurso” possuem valor nulo e são representados, sobretudo, pelas ruas sem saída e terminações viárias análogas. Os valores máximos situam-se a partir de 1,4, podendo chegar a 1,6. Sistemas ortogonais tendem a possuir um valor máximo menor e um valor médio maior do que os chamados sistemas orgânicos, que possuem valores máximos maiores e um valor médio menor. A explicação é que a regularidade do sistema ortogonal oferece mais alternativas aos “menores percursos”, enquanto a organicidade de um sistema impõe certa concatenação de espaços aos “menores percursos” (HILLIER et al, 2012, p. 162).

3. 2. Cartografia Histórica

Atualmente, a representação linear do espaço por meio de mapas axiais ou de segmentos pode ser atrelada às bases de dados georreferenciados (SIG/GIS), ampliando assim as possibilidades de análises pela sobreposição de informações detalhadas acerca do uso e ocupação do solo. Todavia, o nosso trabalho debruça-se sobre o século XV, fazendo-se necessária a contribuição da cartografia histórica. Para tanto, recorreremos à planta de Roma de Leonardo Bufalini (1551) e ao mapa-hipótese do sistema viário romano ao fim do século XV proposto por Enrico Guidoni (1990, p. 112-113).

A planta de Leonardo Bufalini (Figura 43) é bastante rigorosa do ponto de vista representativo, feita com projeção de tipo vertical e indicações icnográficas, orográficas e toponomásticas. Apresentada durante a metade do século XVI, compreende grande parte dos retifilos (vias retas) executados nos primeiros anos daquele período, entre Júlio II e Paulo III, ou seja, posteriores ao nosso período de estudo.

O mapa-hipótese de Enrico Guidoni (Figura 44), também executado em projeção vertical, procura fornecer uma representação de como se delineava a *forma urbis* romana

por volta de 1500. É baseado sobre a confluência dos dados topográficos relativos ao tecido viário de Roma: inferidos a partir da *Carta del Censo* de 1866, utilizada também como base cartográfica; inferidos a partir da localização das igrejas e da planimetria de Hülsen (1927); inferidos a partir da planta de Leonardo Bufalini (1551) em sua versão publicada por Pietro Amato Frutaz (1962). Inclui ainda a indicação toponomástica das edificações comentadas por L. B. Alberti no seu *Descriptio Urbis Romae* (1450).

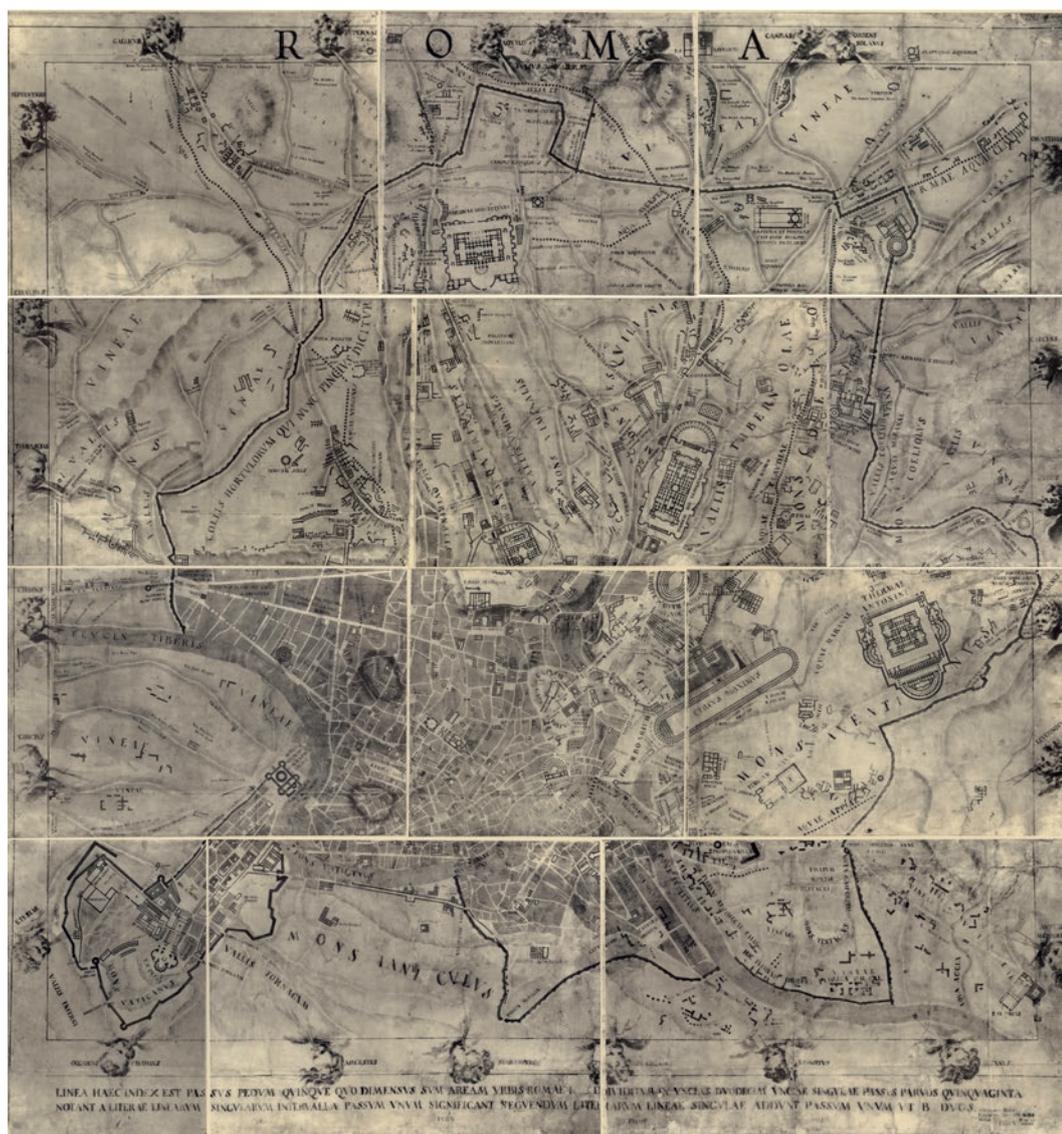


Figura 43 — Planta de Roma de Leonardo Bufalini, 1551. Fonte: extraído de FRUTAZ (1962, planta CX, tav. 210-221).

Para chegarmos no nosso mapa viário de Roma ao fim do século XV fizemos uma interpolação entre três elementos: os dois mapas supraditos mais a reconstrução histórica da atividade edilícia e urbanística no *Quattrocento* romano, empreendida por Giorgio Simoncini (2004, t. I e II), texto-chave que referencia a parte introdutória da nossa pesquisa. A partir da sua leitura atenta, “retiramos” cirurgicamente da planta de Bufalini os elementos constituintes do espaço que foram realizados após 1500, tendo

sempre como parâmetro o mapa de Guidoni. Delimitamos nossa área de estudo de acordo com os limites das muralhas Aurelianas e das muralhas da Cidade Leonina. Exceção feita à via della Lungara, responsável pela conexão do *rione* Trastevere com a Cidade Leonina. O mapa foi construído em ambiente CAD utilizando-se o software Rhinoceros, e à cada unidade de desenho corresponde um metro (Figura 45).



Figura 44 — Mapa viário de Roma em torno do ano 1500. Mapa-hipótese de Guidoni, 1990.
Fonte: extraído de GUIDONI (1990, p. 112-113).

A partir da nossa reconstrução viária, efetuamos o Mapa de Segmentos por meio da técnica de *Road Center Line*, traçando ao longo dos eixos centrais das vias o menor número de segmentos de reta que compõem a representação ideal linear do espaço (Figura 41, *supra*, p. 129). Consequentemente, o Mapa de Segmentos também foi elaborado em escala 1:1 em ambiente CAD, permitindo o seu salvamento em arquivo *.dxf*, posteriormente importado para o software de análise e cálculo das variáveis de performance DepthMapX. O Mapa de Segmentos de Roma ao fim do século XV conta com um total de 2.633 segmentos.



Figura 45 — Mapa do sistema viário de Roma ao fim do século XV. Fonte: elaborado pelo autor sobre mapas de BUFALINI (1962, pianta CX, tav. 210-221), GUIDONI (1990, pp. 112-113) e contribuições teóricas de SIMONCINI (2004, t. I e II).

3. 3. Performance do sistema viário de Roma

Os mapas apresentados na sequência (Figuras 46, 47, 48 e 49) foram elaborados com o *software* DepthMapX e dizem respeito às variáveis de Integração e Escolha nos raios Rn e R4.

Algumas considerações imediatas podem ser tecidas em relação à variável Integração Rn. Percebemos uma concentração de segmentos vermelhos no centro do mapa (Figura 46), distribuídos entre a Coluna Trajana e o Campo de' Fiori, ao longo da chamada cidade velha (*rioni* Pigna, S. Angelo, Arenula; a parte baixa de Parione e S. Eustachio). A essa concentração damos o nome de núcleo de Integração. Soma-se ao núcleo de Integração uma espécie de ossatura formada por algumas vias já conhecidas

do leitor, como a via *Peregrinorum*, Canale di Ponte, via *Recta*, via *Flaminia*-Lata (via del Corso), via *Transtiberina*, o atual *corso* del Rinascimento (que liga via *Peregrinorum* com via *Recta*, passando pela praça Navona). Também fazem parte dessa ossatura os atravessamentos sobre o Tibre, representados pelas quatro pontes em funcionamento ao final do século XV. Esses espaços possuem forte correlação com o espaço ocupado pelo habitado na primeira metade do século XV (Figura 21, *supra*, p. 84), o que nos leva a crer que os setores mais integrados da malha viária resistiram melhor aos movimentos de contração demográfica e edilícia que aconteceram durante o Medievo, considerando também a sua proximidade com o Tevere e a disponibilidade de recursos hídricos.

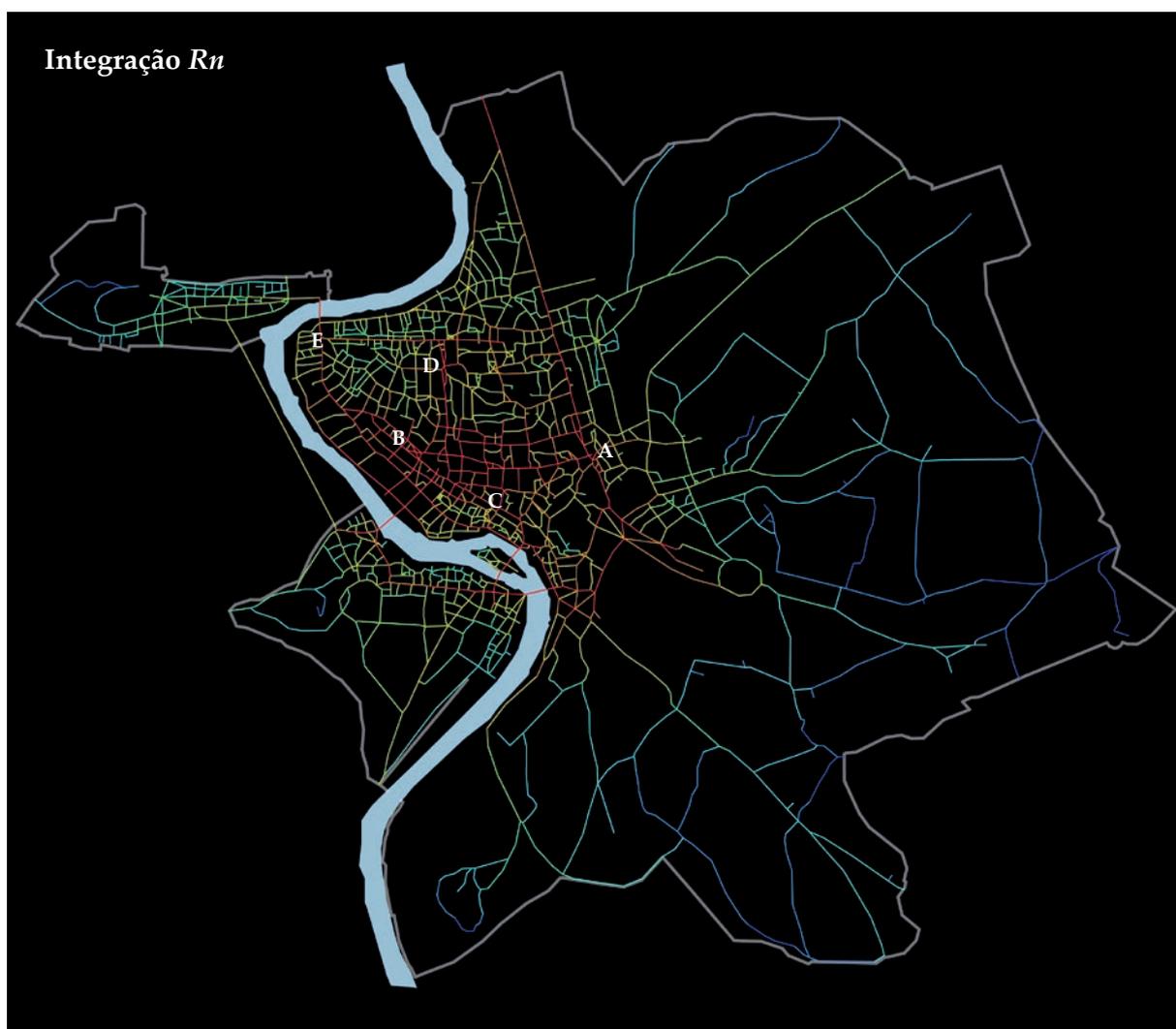


Figura 46 — Mapa de Integração Rn. Quanto mais quente a cor, mais integrado é o segmento (menor profundidade). Quanto mais fria, menos integrado (maior profundidade). A. Coluna Trajana; B. Campo de' Fiori; C. Praça Giudea; D. Praça Navona; E. Canale di Ponte.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os espaços menos integrados estão distribuídos ao longo dos setores oriental e meridional da cidade histórica, onde o arruamento é bem menos denso se comparado com a região da alça do Tibre. Anteriormente demonstramos que o *rione* Monti perma-

neceu praticamente não edificado durante todo o Medievo e *Quattrocento*, mesmo contando com a arquibasílica de S. Giovanni in Laterano (outrora S. Salvatore, a primeira entre todas as igrejas do mundo), sede do bispado romano e da confraria do SS. Salvatore, que administrava um importante complexo assistencial. Quando analisamos esse fato com as lentes da sintaxe espacial, é pertinente afirmar que a falta de integração dessa região com o sistema global da cidade pode ter contribuído para o insucesso das iniciativas de povoamento.

Se o mapa de Integração *Rn* nos mostra o quadro “global”, quando analisamos o mapa de Integração *R4* (Figura 47) vislumbramos as relações em nível “local”. Nesse sentido, a correlação dos espaços mais integrados se dá com as centralidades urbanas exaustivamente tratadas no capítulo anterior e que configuram núcleos habitativos com intensa atividade cultural.

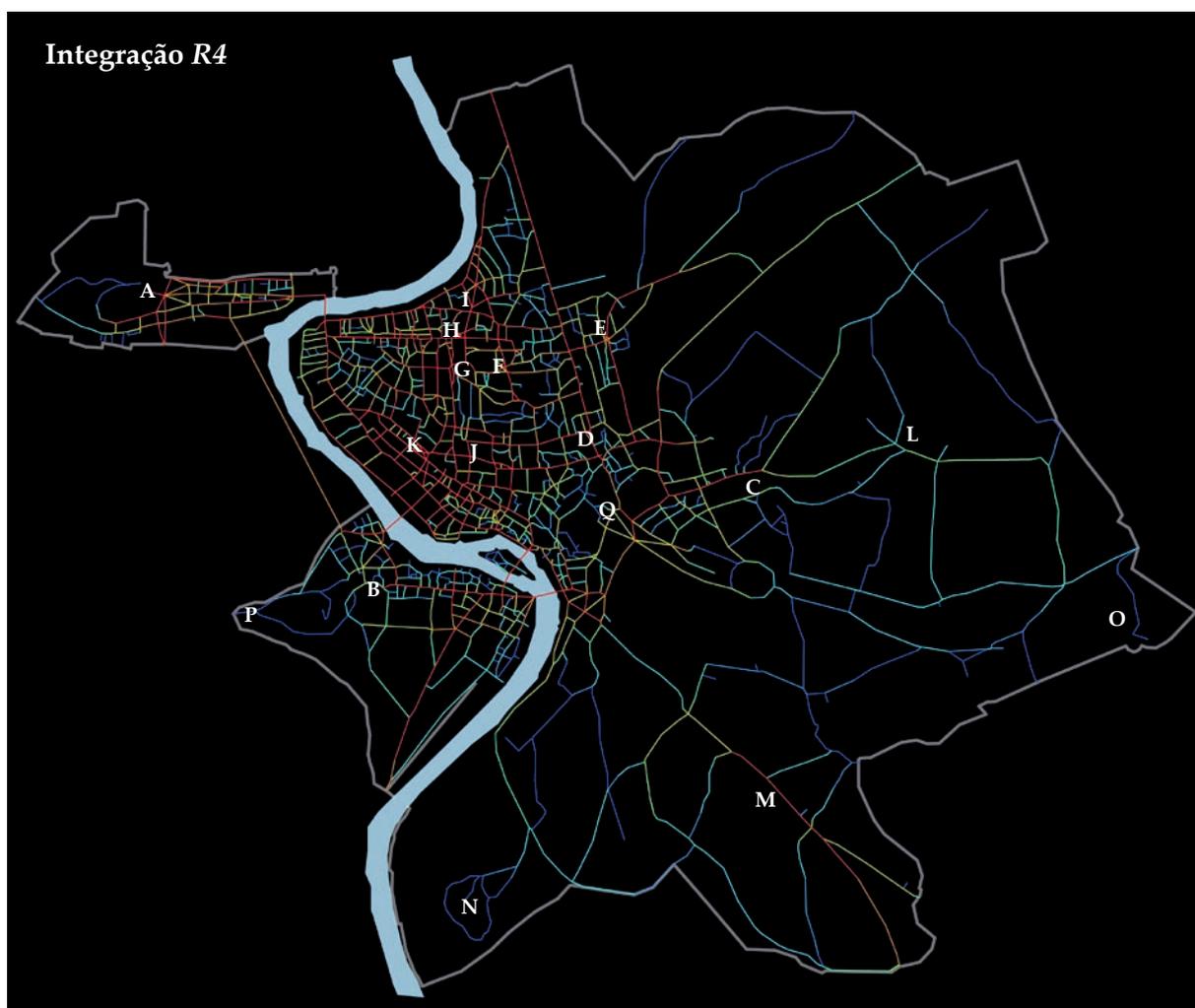


Figura 47 — Mapa de Integração R4. Quanto mais quente a cor, mais integrado é o segmento (menor profundidade). A. Campo Vaticano; B. S. Maria in Trastevere; C. Suburra; D. Praça Venezia; E. Fontana di Trevi; F. Pantheon; G. S. Luigi dei Francesi; H. S. Agostino; I. S. Antonio dei Portoghesi; J. Calcararo; K. Campo de' Fiori; L. S. Maria Maggiore; M. Termas de Caracalla; N. Testaccio; O. S. Croce in Gerusalemme; P. Porta Aurelia; Q. Campidoglio. Fonte: elaborado pelo autor.

Por exemplo, na Cidade Leonina, a via do Borgo Vecchio, especialmente nos seus extremos (desembocos na praça Castello e no Campo Vaticano) constituem o eixo integrador. No *rione* Trastevere, a configuração espacial exalta a qualidade integradora da via Transtiberina, que conecta ponte S. Maria e a basílica de S. Maria in Trastevere, e da atual via della Luce, conexão com a porta Portese e via Portuense. Destacamos ainda a conexão entre Campidoglio e Suburra; o quadrilátero formado por praça Venezia, palácio Colonna, Fontana di Trevi e o desemboco da via *Recta* na via del Corso; as vizinhanças do Pantheon, da igreja de S. Agostino, S. Luigi dei Francesi e S. Antonio dei Portoghesi na área central da Alça do Tibre; as zonas de Campo de' Fiori e do Calcararo. Contribuem também com a integração local as vias de origem Clássica e Medieval já recorrentes no texto: via *Peregrinorum*, via *Florida-Mercatoria*, via *Flaminia-Lata* (Corso), via *Recta*, via Tor di Nona.

Comparando a Integração *global* (R_n) e *local* (R_4), percebemos que nas áreas dos *rioni* Monti, Campitelli e Ripa, apesar da Integração global ser relativamente baixa, despontam eixos com certa vocação de Integração local, como subcentros. É o caso da região de S. Maria Maggiore, da via de S. Giovanni e do trecho da via Appia que passa de frente às Termas de Caracalla. Áreas como a de Testaccio, de porta Aurelia (parte alta de Trastevere) e de S. Croce in Gerusalemme possuem baixa Integração seja em nível global que local.

Em relação à Escolha *global* (R_n), ou seja, a medida de *fluxo possível* em determinado espaço do sistema, percebemos que a concatenação dos segmentos em cores mais quentes forma dois anéis (Figura 48); um, menor, situado no interior da Alça do Tibre, passando pelo Campo de' Fiori, praça Venezia, praça Colonna e Canale di Ponte; outro, maior, que conecta ambas as margens do Tibre passando pela Cidade Leonina, via della Lungara, Trastevere, Foro Boario, praça Venezia, e dali, rumo a Canale di Ponte como no anel menor.

Chama atenção a coincidência dos trechos de maior Escolha com as preexistências viárias de época Clássica e Medieval, como a via *Peregrinorum*, a via *Florida-Mercatoria*, a via *Recta*, a via *Flaminia-Lata*, especialmente nos trechos que englobam a Alça do Tibre. Interessante também a contribuição da ponte Sisto, construída no último quarto do *Quattrocento*, que oferece uma conexão transversal entre os dois anéis estruturantes, atravessando a Alça do Tibre na altura da praça Navona, em direção ao porto de Ripetta.

A partir do Mapa de Escolha identificamos duas redes distintas de movimento: uma rede primária (*foreground network*) formada por relativamente poucos segmentos concatenados seguindo certa linearidade, que tendem a se interceptar em ângulos

obtusos, “costurando” as centralidades em nível global; dentro dessa rede primária acontece a rede secundária (*background network*), formada por um grande número de segmentos mais diminutos, que tendem a se interceptar em ângulos agudos ou ortogonais, gerando uma série de *clusters*, ou agrupamentos (HILLIER, 2012, p. 33).

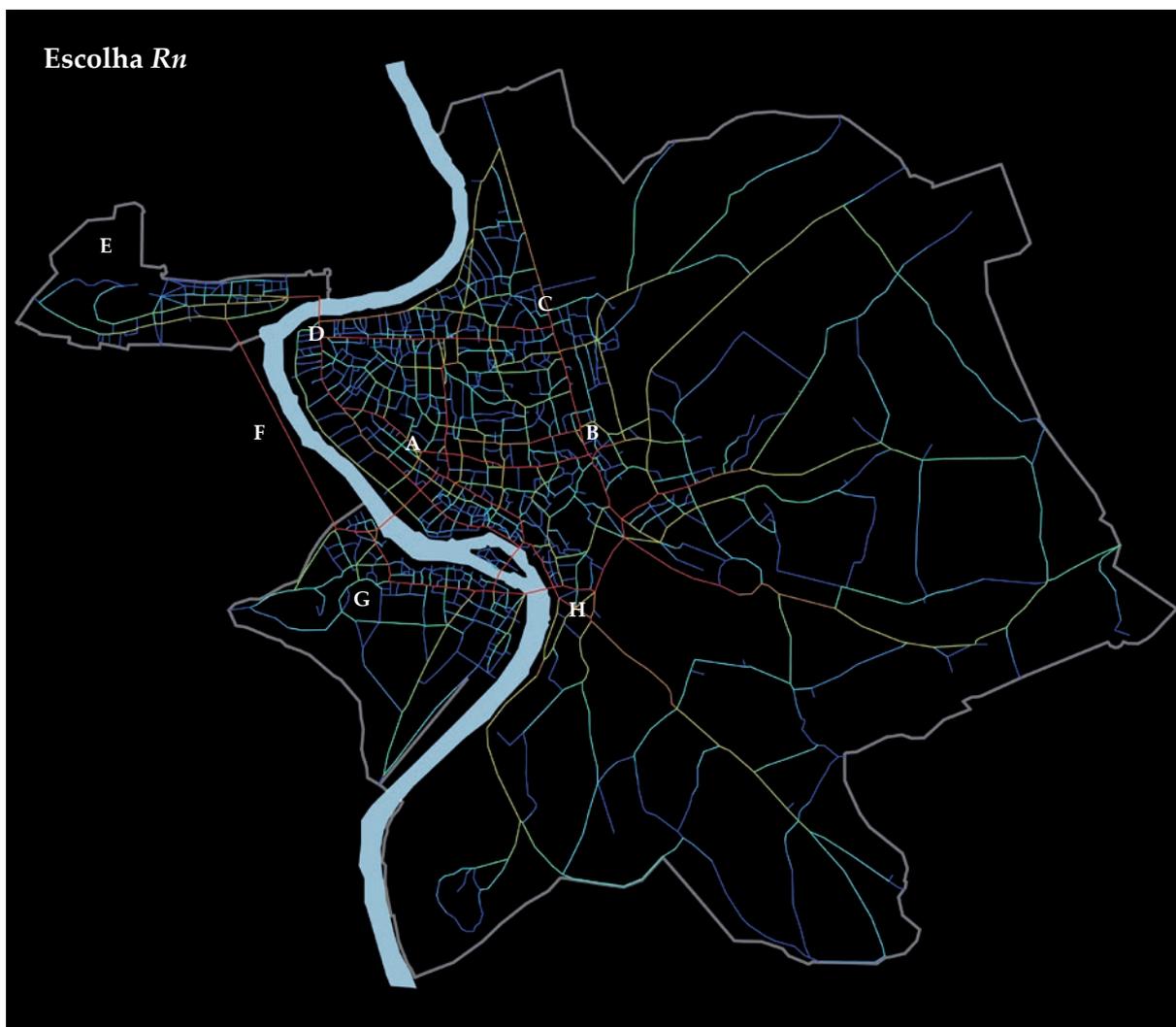


Figura 48 — Mapa de Escolha Rn. Cores mais quentes indicam maior valor de Escolha. A. Campo de' Fiori; B. Praça Venezia; C. Praça Colonna; D. Canale di Ponte; E. Cidade Leonina; F. Via della Lungara; G. Trastevere; H. Foro Boario. Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor visualizarmos a rede primária (*foreground network*) de movimento, isolamos as linhas com maior valor de Escolha e as mostramos sobre o mapa viário (Figura 49); o mesmo procedimento também foi realizado para os segmentos de menor valor de Escolha, de modo a representar a configuração da rede secundária (*background network*, Figura 50).

Essa rede dual emerge da própria conformação do espaço – mais precisamente da configuração da forma-espço – que por sua vez, é produto do “ato de construir” vinculado aos processos sócio-econômicos históricos: a esse fenômeno chamamos “especialidade emergente” de uma sociedade, que acontece num processo que a Teoria do

Movimento Natural (HILLIER *et al*, 1993, p. 31-33) define como “vertical”. Sobrepõe-se à “espacialidade emergente” um outro fenômeno chamado “funcionalidade emergente”, cujo processo é definido como “lateral”, onde a configuração espacial, ao moldar os fluxos de movimento, termina por moldar, também, os padrões funcionais da cidade, já que esses, pela sua natureza, procuram ou evitam o movimento, mesmo que em diferentes intensidades. O movimento é a força vital de uma cidade: pela influência da configuração espacial, uma coleção de ruas, edifícios e praças torna-se um organismo vivo: o espaço é produto e também agente da sociedade (HILLIER, 2012, p. 33).



Figura 49 — Rede primária de movimento. Representada pelos segmentos com maior valor de Escolha. Fonte: elaborado pelo autor.

No capítulo seguinte aprofundaremos na relação entre configuração espacial e funcionalidade emergente ao analisar a correspondência da rede primária de movimento com algumas funções urbanas específicas. Por ora prosseguimos elencando as características imediatas da performance configuracional no sistema viário de Roma no *Quattrocento*.

Quando limitamos o raio de cálculo dos menores percursos a 4 níveis sintáticos, ou seja, a 4 conversões de 90 graus, a partir de todos os espaços do sistema (Escolha *R4*, Figura 51), percebemos um número maior de segmentos com cores quentes, indicando os corredores de fluxo possível em escala local. Na comparação com o Mapa de Escolha *global* (*Rn*, Figura 47, *supra*, p. 139), verificamos a coincidência das preexistências viárias de época Clássica e Medieval (via *Peregrinorum*, via *Recta*, via *Flaminia-Lata*, via Tor di Nona, Canale di Ponte), sobretudo na região da Alça do Tibre. Aparecem também com grande potencial de movimento os entroncamentos das áreas de S. Agostinho, S. Antonio dei Portoghesi, Pantheon e Maddalena, praça de Siena (atual S. Andrea della

Valle), Trinità dei Pellegrini e Monte di Pietà, todas estas na Alça do Tibre; à montante da via *Flaminia*-Lata e nas imediações de praça Venezia temos os entroncamentos das áreas da Fontana di Trevi, do palácio Colonna, da Coluna Trajana e do atual palácio do Quirinale; no *rione* Monti, as áreas de Tor de' Conti e de S. Maria Maggiore.



Figura 50 — Rede secundária de movimento. Representada pelos segmentos com menor valor de Escolha. Fonte: elaborado pelo autor.

Vimos até aqui os mapas de Integração e Escolha, que nos mostram graficamente, segundo a configuração espacial, quais os segmentos que minimizam as distâncias (Integração) e aqueles que possuem maior ou menor potencial de atravessamento (Escolha). Existe ainda uma outra variável, descrita por Bill Hillier (2008, p. 2-3) que conjuga as duas propriedades, chamada de INCH (*Integration + Choice*), demonstrando o potencial de um segmento enquanto destino e rota, ao mesmo tempo (Figura 52). A análise gráfica dessa variável reforça a percepção da cidade velha enquanto núcleo integrador – tensionado entre praça Venezia e Campo de' Fiori –, reforçando também a coincidência das preexistências viárias de época Clássica e Medieval (via *Peregrinorum*, via *Recta*, via *Flaminia*-Lata, Canale di Ponte, via *Florida*-Mercatoria, via *Transtiberina*) com os maiores potenciais de atravessamento e integração.

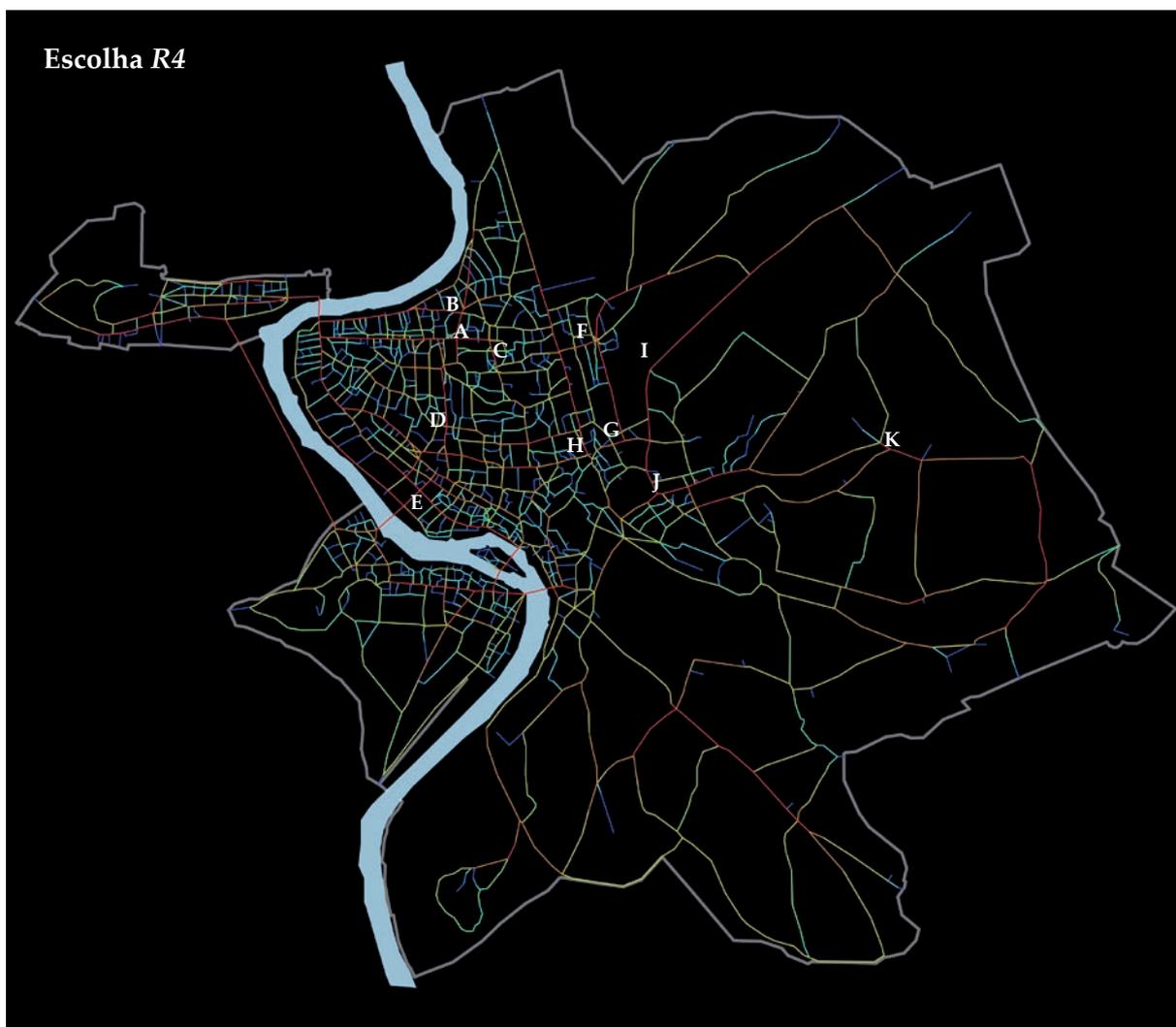


Figura 51 — Mapa de Escolha R4. Cores mais quentes indicam maior valor de Escolha. A. S. Agostinho; B. S. Antonio dei Portoghesi; C. Pantheon e Maddalena; D. Praça de Siena (S. Andrea della Valle); E. Trinità dei Pellegrini e Monte di Pietà; F. Fontana di Trevi; G. Palácio Colonna; H. Coluna Trajana; I. Atual palácio do Quirinale; J. Tor de' Conti; K. S. Maria Maggiore.

Fonte: elaborado pelo autor.

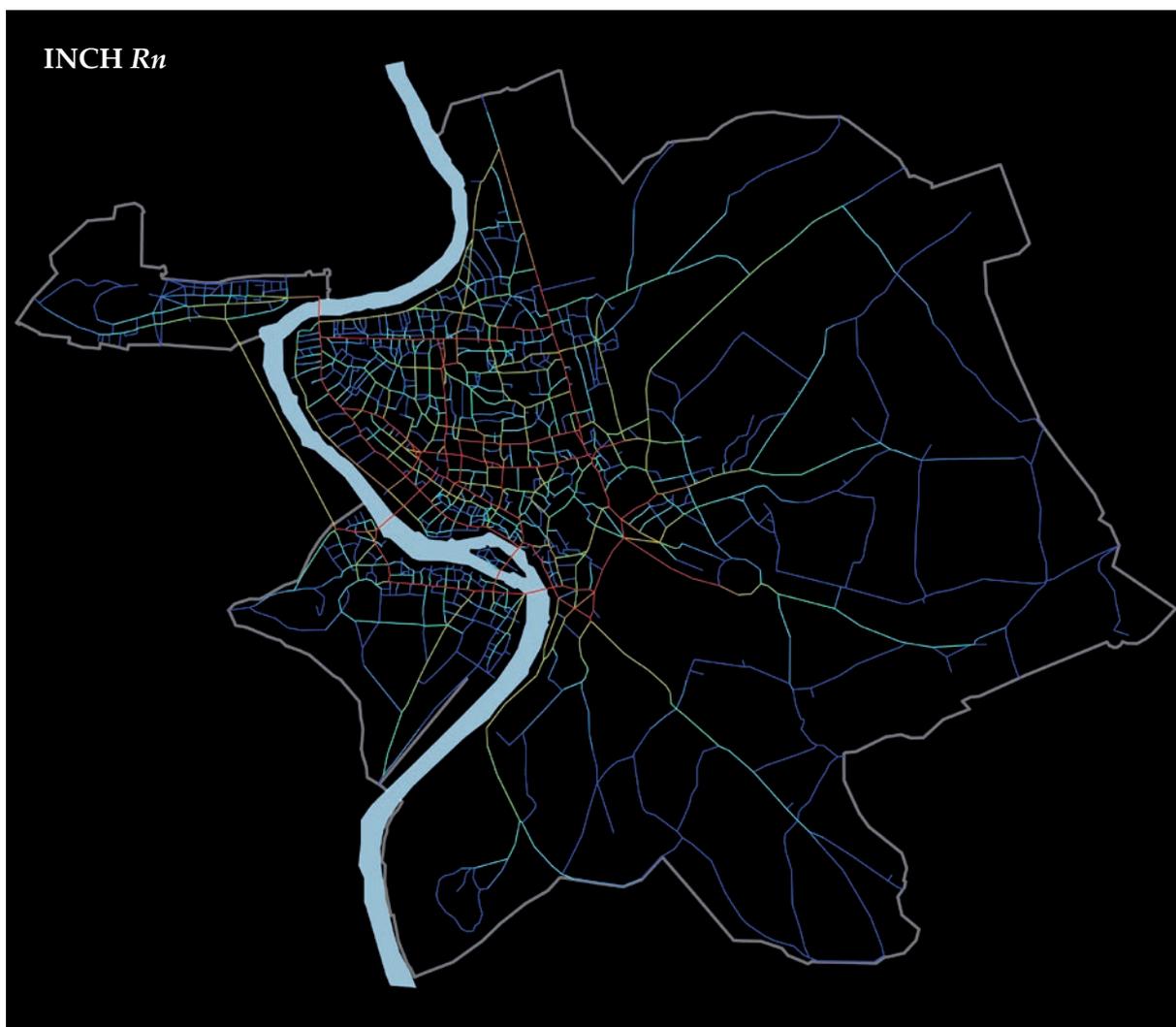


Figura 52 — Mapa de INCH (*Integration + Choice*) R_n . Cores mais quentes indicam maiores valores. Em destaque, o núcleo integrador. Fonte: elaborado pelo autor.

4. REFLEXÕES

Até aqui, tratamos da constituição do espaço urbano de Roma durante o século XV, vista por dois prismas diversos, da historiografia e da sintaxe espacial. Com a análise histórica, procuramos não apenas elencar de modo cronológico as principais intervenções no espaço material da cidade, mas colher, também, os significados políticos, econômicos e sociais destas transformações, fornecendo um panorama completo da sociedade e do território romanos no alvorecer da Era Moderna. A sintaxe espacial nos forneceu método e ferramentas para que, então, pudéssemos avançar com uma análise configuracional, buscando compreender, de modo qualitativo e quantitativo, como a interrelação entre os componentes da forma-espaço acaba por moldar as redes de movimento, e como estas, por sua vez, fazem emergir uma funcionalidade intrínseca aos espaços.

Quando conjugamos as substâncias filtradas pelos prismas da história e da sintaxe espacial, apenas aparentemente distantes entre si – distância que talvez seja amplificada pelo sabor *matemático* que sobressai na análise configuracional –, o resultado é uma mistura homogênea, mas da qual precipitam-se algumas reflexões que colocamos a seguir.

Sobre a funcionalidade emergente das estruturas de movimento, uma vez de posse da teoria, como fazer para verificar sua correlação com a *praxis*? Para responder essa questão, procuramos nos apoiar em fontes que indicassem a precisa localização de algumas funções urbanas diretamente ligadas ao movimento, mas de naturezas muito diferentes (e que, por isso, se servem de diferentes classes de movimento), de modo que pudéssemos confrontar topografia de funções urbanas com a performance do sistema viário.

Uma outra questão se faz presente: ao elaborar a narrativa histórica que compõe a primeira etapa desta dissertação, observamos que o Renascimento em Roma enquanto “modernização” atinge não apenas o repertório formal da arquitetura dos edifícios ou da atividade artística, mas permite que “modernidades” venham atravessar todos os aspectos da vida cidadina, dando lugar a uma verdadeira mudança social em dimensões civis, religiosas, técnicas, econômicas e políticas, onde o “velho mundo” medieval será subjugado pelo “novo”. A modernização de uma cidade degradada e envelhecida às custas de uma extensa Idade Média era, de fato, urgente para a capital territorial e espiritual de uma Igreja que se afirmava no tabuleiro político europeu como um principado pontifício, do qual o papa era soberano. À imagem de uma terra de vaqueiros no início do século se contrapõe a imagem de uma Roma *triumphans* no fim do Quattrocento:

aqui invocamos as noções de ornamento e decoro para propor algumas reflexões sobre a atividade urbanística promovida pela Câmara Apostólica. Aproveitamos também para indicar de que maneira a configuração espacial pode ter contribuído para a espacialização desses processos modernizantes no território de Roma.

Por último, estabelecemos uma reflexão acerca do método utilizado nesta pesquisa, suas contradições, deficiências, condicionantes e potencialidades, assim como pontuamos algumas dificuldades encontradas e o balanço geral de sua aplicação.

4. 1. Configuração espacial e funcionalidade emergente

A configuração espacial da Roma do *Quattrocento* é resultado de um processo de construções, demolições, sobreposições e arranjos do espaço urbano que se estendeu ao longo de quase vinte e três séculos, considerando-se a sua fundação em 753 a. C. Um processo complexo que pode ser definido como “vertical”, a partir do momento em que um sem-número de complexidades produzem “simplicidades emergentes que ignoram a complexidade de sua formação e se tornam forças independentes, e que ao interagirem entre si, criam um ulterior nível de complexidade” e assim por diante. O processo vertical de agregação de edifícios que cria a cidade física ao longo do tempo produz uma emergência espacial, sujeita, por sua vez, a um processo definido como “lateral”, onde diferentes tipos de atividades econômicas, políticas e sociais se organizam e se localizam no espaço. Podemos dizer que o processo vertical cria a “cidade espacial” enquanto o processo lateral molda a “cidade funcional” (HILLIER, 2012, p. 25).

Podemos aqui traçar um paralelo com “as duas cidades da cidade”, definidas pelos vocábulos gregos *polis* e *asty* (BRANDÃO, 2022, p. 22). *Asty* é correspondente ao termo latino *urbs* e diz respeito ao espaço físico e material da cidade, produto da *techné* e da *poiesis* humanas, destinado a durar no tempo, como se fosse um vaso a acumular tempo e espaço. A *asty*, ou *urbs*, serve de substrato à *polis* – esta, uma invenção que busca

“conferir uma igualdade entre os cidadãos por meio do nomos, da lei civil, do limite, da medida e da geometria política, cosmológica e espacial. Os homens são desiguais por natureza, mas a *polis* viola essa ordem natural, introduz uma igualdade artificial e cultural e cria um “mundo” especificamente humano.” (BRANDÃO, 2022, p. 79).

O fenômeno “vertical” de produção do espaço de uma cidade ao longo da sua história está sujeito ao fenômeno lateral da constituição de sua *polis*, da espacialidade intrínseca de suas relações econômicas, políticas e sociais. Como espírito e matéria, essas duas cidades jogam entre si, num processo que busca uma síntese, mas que nunca é definitivo. A dialética entre *polis* e *urbs* “é constitutiva da cidade e de sua reinvenção permanente, e isto nos serve como uma das chaves para considerar a trajetória de qualquer cidade” (BRANDÃO, 2022, p. 138).

Nesse jogo entre espírito e matéria, a configuração espacial da cidade assume uma função muito importante. A estrutura primária de circulação que emerge da configuração costura uma rede de centralidades e trabalha para potencializar o movimento impulsionado pela atividade econômica; propõe um uso “generativo” do espaço, na medida em que busca gerar “co-presença” e fazer novas coisas acontecerem. A estrutura secundária, de caráter predominantemente residencial, trabalha para restringir e organizar o movimento segundo as idiosincrasias próprias de cada cultura, por isso, muitas vezes se expressa por uma geometria particular – como nos meandros de Veneza ou na forte ortogonalidade de Chicago – e propõe um uso “conservativo” do espaço, na medida em que busca reforçar características existentes na sociedade (HILLIER, 2012, p. 43).

No capítulo anterior, após um minucioso resumo dos processos históricos que terminaram por conformar o espaço urbano de Roma no *Quattrocento*, mais precisamente a de sua forma-espaço, utilizamos as ferramentas da Sintaxe Espacial para elaborar uma interface gráfica que nos permitisse visualizar os padrões de integração e dos potenciais de atravessamento do sistema viário. Mas qual a correlação dessas variáveis, calculadas em âmbito matemático-geométrico, com as funções urbanas da época e a qualidade da sua presença no espaço da cidade? Em que medida a análise configuracional de um modelo construído a partir de mapas históricos se encontra com a “realidade dos fatos”?

Graças à riqueza de fontes sobre a topografia histórica de Roma no século XV, pudemos elencar uma série de funções urbanas, como mercados, edifícios assistenciais, residências cardinalícias e edifícios de culto, localizando-as no sistema viário, de forma que passamos a visualizar a sua presença no espaço em relação aos Mapas de Integração e Escolha. Cada uma dessas funções urbanas apresenta uma peculiaridade que nos ajuda a entender um pouco mais sobre a interação entre *polis* e *urbs* no *Quattrocento* romano através da configuração espacial.

4. 1. 1. Mercados

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para os mercados, lugares de atividade econômica por excelência e principal palco onde se desenvolve o encontro entre diferentes atores culturais da vida cotidiana. Numa cidade como Roma, antiga capital de um longevo império e, no século XV, capital não apenas do Estado Pontifício, mas de todo o mundo cristão, estavam presentes representantes das mais diversas nações que comerciavam nos mercados e feiras não apenas mercadorias ou produtos, mas também um universo de saberes e culturas.

Durante o *Quattrocento*, a economia romana era baseada essencialmente sobre a agricultura e a criação de animais de abate, praticados no *agro* romano. As exportações se limitavam a poucos lotes de carne e queijo, enquanto as importações respondiam pela imensa maioria dos introitos aduaneiros, relativos a gêneros alimentícios e a grande variedade de materiais semitrabalhados destinados ao artesanato, sobretudo lã, algodão e fios finos, couros, metais e instrumentos de trabalho refinados, “indicando que na cidade operava um florescente artesanato secundário, que completava os ciclos de produção dos materiais importados” (MODIGLIANI, 2004, p. 32).

A extraordinária riqueza e variedade das mercadorias à venda nas oficinas e mercados de Roma, apesar de ofertada quase que exclusivamente ao seu mercado interno, não era destinada apenas à população que residia estavelmente em seu território. Incluem-se neste mercado interno todos aqueles que, ocasionalmente, se encontravam em Roma por motivos devocionais, políticos, diplomáticos ou econômicos; não somente peregrinos e clérigos, mas também financistas e embaixadores atraídos pela nova centralidade que Roma conquista no século XV em âmbito europeu, ao assumir os conotados de uma monarquia da qual o papa é o *rex* e a cúria, sua corte.

Ao longo da via *Florida-Mercatoria* desenvolvia-se um mercado particularmente rico, repleto de oficinas de ourives, alfaiates, boticários, armeiros, sapateiros, livreiros e tipógrafos; eram presentes armazéns, bancos de empréstimo e tabernas; por ali, circulava muito dinheiro e eram negociados bens valiosos, “capazes de satisfazer as exigências mais diversas e os gostos mais refinados” (MODIGLIANI, 2004, p. 34).

O mercado do Campidoglio era o tradicional mercado da Roma medieval; acontecia todos os sábados ao longo da estrada que subia as encostas do monte Capitolino em direção à praça do Campidoglio, ao lado da escadaria de S. Maria in Aracoeli, e oferecia produtos de artesanato e gêneros alimentícios diversos. Como habitual em muitas cidades italianas coevas, o mercado semanal era adjacente aos palácios do poder

político, possivelmente vinculado à necessidade de controle por parte das autoridades públicas dos pesos e medidas, como da qualidade das mercadorias à venda. Durante o século XIV, o mercado do Campidoglio era lugar onde circulavam as notícias e opiniões, onde explodiam as revoltas em tempos de carestia, onde era executada a justiça capital e as condenações exemplares – que pela sua natureza didática demandavam o máximo de publicidade, ocorrendo pontualmente nos dias de mercado. Já no curso do século XV, o Campidoglio perdeu progressivamente seu caráter de centralidade sócio-político-econômica, à medida em que o poder pontifício esvaziou e apropriou-se dos espaços de poder comunal, acompanhado por um lento transferimento do baricentro citadino para a região da Alça do Tibre, precisamente em torno de Campo de' Fiori, Canale di Ponte e praça Navona, favorecido pela crescente atração exercida pelo polo Vaticano (MODIGLIANI, 2004, p. 39-40).

Na praça Navona, o mercado acontecia às quartas-feiras. A área do antigo estádio de Domiziano, muito ampla e subutilizada, recebeu várias intervenções para sua adaptação ao uso mercantil, incluindo obras de nivelamento que levaram ao seu aspecto atual. Diferentemente do Campidoglio, a praça Navona oferecia maiores possibilidades de racionalizar o espaço mercantil, privilegiando as estruturas móveis e a polifuncionalidade do espaço público (MODIGLIANI, 2004, p. 42).

Os produtos de consumo diário como pães, legumes, queijos, carnes, peixes, vinhos, frutas e verduras eram vendidos nos seus respectivos negócios: fornos, matadouros, tavernas, mercado do peixe e mercados alimentares – estes muito parecidos com os nossos hodiernos varejões. Todas essas atividades comerciais eram frequentadas cotidianamente por uma fiel clientela e por causa disso a sua localização era bastante capilarizada, para que o comprador não precisasse se deslocar em demasia. Entretanto, era comum que essas atividades se instalassem em espaços adjacentes entre si, para atrair com a variedade de oferta o maior número de clientes.

As primeiras regulações acerca da localização do comércio alimentar, sobretudo em relação aos comércios de proteína animal, cujos descartes geravam uma séria questão de saneamento e decoro, só foram autuadas após a atualização dos estatutos comunais efetuada por Martinho V. Graças à ausência de normativas precisas, os lugares de venda acabaram sendo determinados pela tradição e pela livre iniciativa do setor. Quando a lei foi formulada, não fez mais que confirmar os espaços costumeiros aos principais mercados alimentares. Num decreto de 1480, o cardeal camerlengo Guglielmo d'Estouteville estabelecia que as quatro principais praças de mercado alimentício de Roma – Campo de' Fiori, praça do Pantheon, praça Giudea e praça S. Celso – deviam ser limpas todos os sábados. Especificamente em relação ao Campo de' Fiori o decreto reservava o centro da praça aos mercadores de gêneros alimentícios (a *grascia*), protegendo aquele espaço da

invasão de bancas de artesãos ou tavernas. Os quatro principais mercados alimentícios citados acima possuíam em comum o fato de articularem-se na zona mais povoada de Roma no *Quattrocento*, em praças especialmente vivas, verdadeiros magnetos da vida cidadina. As estradas que confluíam para essas praças eram quase sempre tomadas por oficinas e artesanias de variados tipos, e estas conviviam com os mercados de forma muito benéfica, posto que o movimento gerado por um servia igualmente ao outro. Posição de destaque ocupava o mercado de Campo de' Fiori, pela variedade e abundância de oferta, transbordando o comércio também para as praças vizinhas, criando uma espécie de centro comercial (MODIGLIANI, 2004, p. 44-45).

Os mercados de proteína animal concentravam-se na zona entre o Campidoglio e o rio Tibre, em direção a ponte S. Maria. O principal mercado de peixe acontecia debaixo do pórtico de Ottavia, na vizinhança de onde surgia a pequena igreja de S. Angelo, que acabou se tornando S. Angelo *de piscivendulis*, ou S. Angelo *in foro piscium* (atualmente S. Angelo in Pescheria). A importância desse mercado era reforçada pela sua amplitude e por ser o peixe um dos alimentos fundamentais da dieta medieval, cujo consumo era incentivado pelos preceitos da religião cristã. Um lugar onde a multidão se reunia cotidianamente e, graças à sua proximidade com o Campidoglio, um lugar onde também circulavam as notícias e opiniões – lembramos que durante a campanha de Cola di Rienzo em 1347, os dois lugares escolhidos para afixar sua propaganda política foram o Campidoglio e a igreja de S. Angelo in Pescheria. Os proprietários das bancas de exposição eram os próprios cônegos de S. Angelo que as alugavam por preços nada módicos, obtendo uma importante fonte de renda. Fora o pórtico de Ottavia, o comércio do peixe era também permitido nas praças de S. Celso, Navona, Giudea e do Pantheon, nos mercados de Tor de' Conti e do Campidoglio.

A venda de bovinos acontecia no chamado Campo Vaccino, área que se estendia entre o Campidoglio, o monte Palatino e o Coliseu, onde hoje despontam as ruínas dos *Fori Imperiali*. Biondo Flavio, na sua *Roma Instaurata*, já denunciava que tal uso não demonstrava nenhum respeito pelos restos da antiga Roma (libro II, cap. 67). Os matadouros surgiam nas redondezas, os mais importantes situados vizinhos a Tor de' Conti, na cripta do teatro de Marcello e na praça de monte Savello, este último destinado às carnes para consumo dos judeus (libro II, cap. 67, par. 49-50).

Quando visualizamos a localização dos principais mercados supraelencados, associada ao diagrama das redes de movimento primária (econômica) e secundária (residencial), emerge um curioso padrão (Figura 53). Com a exceção do mercado do Campidoglio, todos os outros mercados estão diretamente ligados à rede primária de movimento, que corresponde aos segmentos com maior valor de Escolha ou maior potencial de atravessamento.

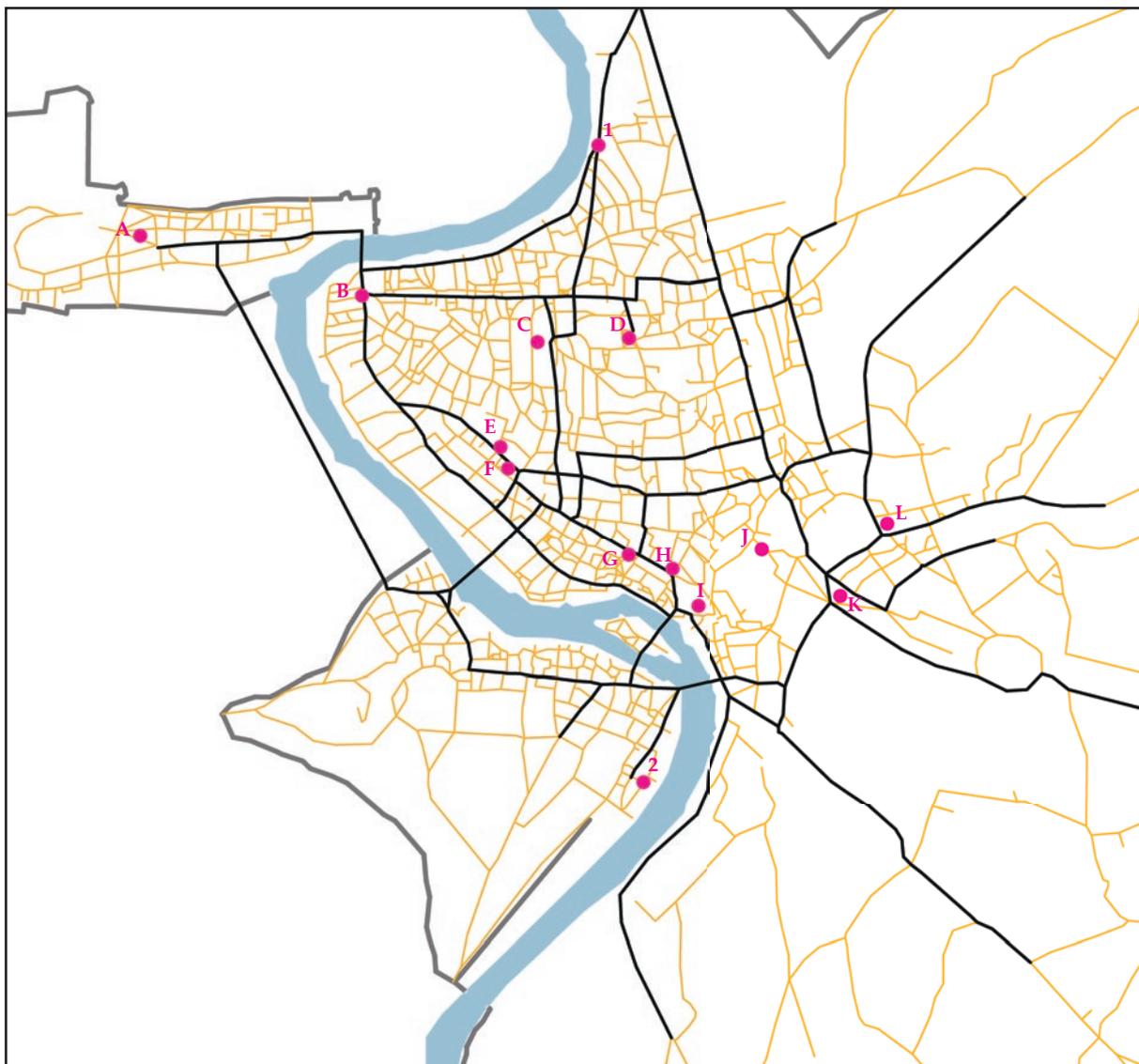


Figura 53 — Mercados romanos do Quattrocento e redes de movimento. Em amarelo, a rede secundária (residencial); em preto, a rede primária (econômica); em magenta, a localização dos portos e mercados. 1. Porto de Ripetta; 2. Porto de Ripa Grande; A. Campo Vaticano; B. Praça S. Celso e Canale di Ponte; C. Praça Navona; D. Praça do Pantheon; E. Praça da Cancelleria; F. Campo de' Fiori; G. Praça Giudea; H. Portico di Ottavia (S. Angelo in Pescheria); I. Teatro de Marcello; J. Campidoglio; K. Campo Vaccino; L. Tor de' Conti. Fonte: elaborado pelo autor.

Na Tabela 3 é possível verificar como os valores mínimos de Integração e Escolha referentes às praças de mercado são consideravelmente superiores aos valores mínimos do sistema como um todo; a mesma tendência alcança os valores médios, que são substancialmente superiores à média do sistema, e os valores máximos, muito próximos aos valores máximos do sistema. Os gráficos de dispersão (Figura 54) nos mostram como apenas 3 praças de mercado recebem valores de Escolha global abaixo de 1,1; essas praças, nomeadamente o Campidoglio (J), Campo Vaticano (A) e porto de Ripa Grande (2), possuem em comum o fato de terem recebido os mais antigos mercados romanos ao longo do Medievo, mas que durante o Quattrocento tem sua importância reduzida – no caso do Campidoglio, pela afirmação do poder pontifício sobre o poder comunal, no

Vaticano pela consolidação de um caráter representativo e administrativo nos limites da Cidade Leonina. O porto de Ripa Grande, diferentemente, continua a desempenhar um papel importante na economia romana do *Quattrocento*, recebendo as mercadorias que chegavam no porto marítimo de Ostia e subiam pelo Tibre.

		Integração Rn (global)	Escolha Rn (global)	Integração R4 (local)	Escolha R4 (local)	Comprimento do segmento (m)
Praças de mercado	média	0,753	1,203	1,232	1,220	41,80
	mínimo	0,575	0,921	0,936	0,850	9,27
	máximo	0,837	1,372	1,377	1,309	108,64
Geral	média	0,657	0,930	1,070	1,087	44,32
	mínimo	0,284	0,069	0,623	0,108	0,10
	máximo	0,873	1,415	1,445	1,429	1156,70

Tabela 3 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para as praças de mercado relacionadas e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor.

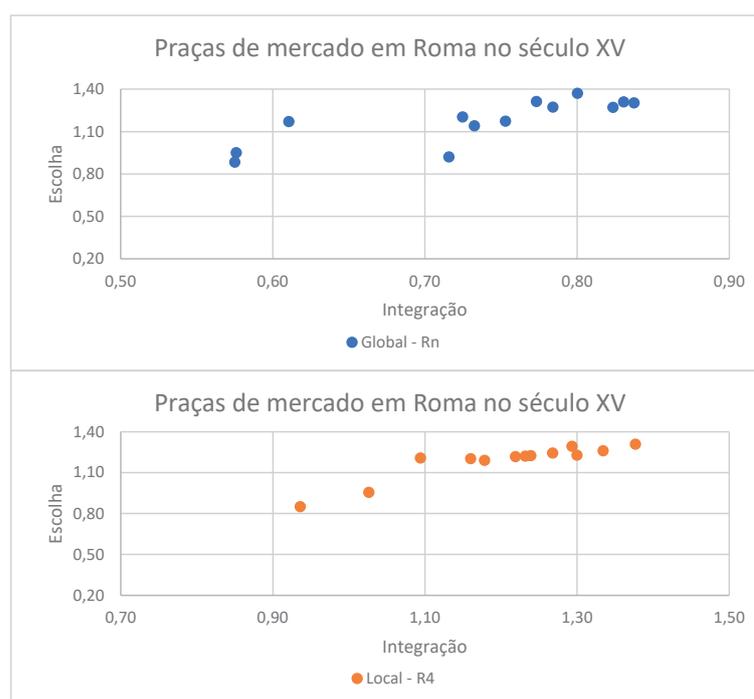


Figura 54 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para as praças de Mercado. Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar da grande extensão do território intramuros – cujos setores sul e leste ainda no *Quattrocento* permaneciam ocupados por vinhas e hortos, e caracterizados por uma baixa densidade viária – os processos de expansão populacional e do habitado no século XV parcamente utilizaram as áreas marginais, preferindo atuar no adensamento intensivo dos *rioni* centrais, por meio da requalificação do espaço construído. A importância de cada um dos mercados listados foi conquistada em diferentes

momentos do *Quattrocento*. Num primeiro momento, o Campidoglio reinava absoluto como principal centralidade mercantil; durante a primeira metade do século, tensionados entre Vaticano e a cidade velha pela via *Peregrinorum*, afirmam-se os mercados de praça Giudea, Campo de' Fiori e praça S. Celso, juntamente com os vetores da via *Florida-Mercatoria* e Canale di Ponte; na segunda metade do século, despontam os mercados de praça Navona e praça do Pantheon, favorecidos pela conexão transversal entre os portos de Ripa Grande e Ripetta, proporcionada com a construção de ponte Sisto (1475). Tudo indica que a configuração espacial privilegiada desses espaços de mercado, em sintonia com a rede primária de movimento, tenha sido determinante para o sucesso de uma atividade que depende primordialmente do movimento, como é o comércio, e é interessante que a expansão dos mercados tenha seguido justamente por sobre os segmentos de maior potencial de atravessamento, partindo do único mercado não conectado diretamente com a rede primária, o Campidoglio (que ao longo do século perde consideravelmente sua importância).

O espaço da rede primária tende a ser generativo, na medida em que busca a "co-presença" e a novidade, tendendo a ser, portanto, mais universal. Na rede primária, as transformações espaciais chegam primeiro, posto que a rede secundária, de caráter residencial e com laços culturais mais estreitos tende a restringir o movimento, limitando, também, o grau e a velocidade de transformação do espaço. Exemplo disso é que no *Quattrocento*, as principais intervenções pontifícias tangentes ao espaço público³⁸, dizem respeito à viabilidade urbana, especialmente nos eixos que coincidem com a rede primária de movimento, valendo-se recorrentemente da demolição de construções abusivas que avançavam sobre o espaço trafegável.

Intervenções que eram também dirigidas a organizar a qualidade dos fluxos de movimento; até a construção de ponte Sisto, as mercadorias que entravam pelo porto de Ripa Grande, em Trastevere, para chegar ao Campo de' Fiori obrigatoriamente tinham de atravessar a ponte S. Maria e seguir pela via *Peregrinorum*, passando pelo importante trecho da via *Florida-Mercatoria*. Como sabemos, esse percurso era densamente frequentado não só graças à abundância e variedade do comércio, mas também pela grande presença de peregrinos em ocasião das efemérides cristãs, sobretudo nos anos de Jubileu, a transitar entre as basílicas de S. Pedro e S. Paulo. O problema causado pela convivência dos pedestres com os carros e animais de carga foi enfrentado com a construção de ponte Sisto, que permitia que as mercadorias chegassem ao Campo de' Fiori sem passar pela lotada via *Peregrinorum*, em vantagem de toda a coletividade. Também não é acaso que o mercado de praça Navona tenha sido instituído dois anos após a construção de ponte

38 Concentradas nos papados de Nicolau V (1447-1455), Sisto IV (1471-1484) e Alessandro VI (1492-1503).

Sisto. Esta, ao conectar os portos de Ripa e Ripetta com o Campo de' Fiori e praça Navona, estabeleceu uma rota de mercadorias transversal em relação à tradicional viabilidade cidadina orientada entre Vaticano e Laterano (MODIGLIANI, 2004, p. 60-61).

4. 1. 2. Edifícios Assistenciais

Durante o *Quattrocento*, Roma, capital do mundo cristão e jazigo do apóstolo Pedro, continuou a ser visitada regularmente por peregrinos que vinham de todos os cantos da Europa em volume que aumentava consideravelmente nos Anos Santos. Como já tivemos oportunidade de informar ao leitor, as vias de acesso a Roma permaneceram as mesmas durante todo o Medievo: pelo sul, chegava-se pelas vias *Appia* ou *Latina*, pelo norte, chegava-se pelas vias *Aurelia*, *Francigena* e *Flaminia*. A confusão e a insegurança dos percursos, somados à ausência de uma comunicação visual destinada à localização e orientação, adicionavam uma ulterior dimensão de penitência no itinerário enfrentado, que era decerto espiritual mas que correspondia ao trânsito de um lugar real para outro, por meio de etapas precisas, coroado com a chegada em Roma, meta final (COLONNA, 2004, p. 159).

Este afluxo de viajantes e de massas de peregrinos contribuiu direta e indiretamente para a renovação edilícia e viária ao longo do *Quattrocento*, mas também suscitou uma crescente sensibilidade em relação aos aspectos sanitários – visto a recorrente difusão de epidemias em anos de Jubileu. Os diversos fenômenos de “peste” ao longo do Medievo criaram a necessidade de realizar-se edifícios de caráter sanitário-assistencial, de cujo uso se serviam inclusive as camadas mais pobres da população local. Os edifícios assistenciais ora assemelhavam-se ao que hoje conhecemos por hospital, acolhendo e tratando pessoas acometidas por alguma doença, ora ofereciam assistência às pessoas em situação social delicada, que não tinham onde dormir ou o que comer, por exemplo.

No século XV, em Roma existiam três tipos de edifícios assistenciais: *nacionais*, *públicos* e *de artes*. Os primeiros eram associações fundadas e mantidas pelas nações ou por figuras expoentes de determinada nação, que recebiam os peregrinos provenientes daquela nacionalidade. Os edifícios assistenciais públicos eram de fundação e manutenção pontifícia ou cardinalícia e tanto do ponto de vista médico quanto assistencial podem ser considerados tipologicamente mais importantes. Alguns eram verdadeiros centros de tratamento especializado, como no caso do “hospital” de S. Antonio Abate, que acolhia os acometidos por herpes zóster; ou do centro de S. Giacomo in Augusta,

próximo ao Mausoléu de Augusto, reservado aos “doentes incuráveis”; ou do “hospital” de S. Maria della Consolazione, especializado em traumas e intervenções cirúrgicas urgentes, como num pronto-socorro. Os edifícios assistenciais das artes surgiram por iniciativa das corporações de ofício e categorias laborativas, como o “hospital” de S. Lorenzo in Miranda, restrito aos boticários. Algumas vezes, esses edifícios assistenciais das artes eram mantidos por uma nação, como no caso de S. Elisabetta para os forneiros alemães, de S. Giovanni Battista para os marinheiros genoveses ou de S. Edmundo Rei para os marinheiros ingleses (COLONNA, 2004, p. 160-161).

Sobre os aspectos tipológicos do edifício assistencial

em geral podemos dizer que existe um evidente reclame à arquitetura religiosa. Fundamental aos fins de desenvolvimento das novas formas edilícias e do modo de compreender a assistência foi a reforma hospitalar promovida no *Quattrocento*. O novo hospital era ainda um lugar ‘pio’, mas, de fato, era o espaço onde o médico, inspirando-se em uma ética profissional diversa da *pietas* e da *charitas* medievais, cultivava o próprio universalismo abstrato científico, procurando a neutralidade da prática terapêutica em relação a pacientes considerados clinicamente iguais (COLONNA, 2004, p. 168).

A localização dessas instituições assistenciais em âmbito urbano era determinada pela necessidade de acessibilidade e articulação com as principais portas e portos, e, naturalmente, por uma questão higiênica, pela proximidade em relação a fontes que proporcionavam água corrente ou ao rio (COLONNA, 2004, p. 161). A maior concentração se verifica em torno aos eixos das vias *Recta*, *Papalis* e *Peregrinorum*. No percurso transversal que unia as duas primeiras, situavam-se os edifícios dos alemães (S. Maria dell’Anima) e da nação espanhola (S. Maria della Virtù). Ao longo da via *Peregrinorum* situavam-se os edifícios dos suecos (S. Brigida), dos boêmios (Ospedale dei Boemi) e dos catalães (S. Margheritta dei Catalani).

A pesquisadora Flavia Colonna reuniu em um mapa síntese (2004, p. 187) a localização de 56 dos 58 edifícios assistenciais em funcionamento na Roma do *Quattrocento*. A partir desse mapa, construímos nossa própria representação de modo que essa pudesse ser sobreposta aos mapas de Integração e Escolha (Figuras 55, 56, 57 e 58), com o interesse de avaliar graficamente a relação dos edifícios com as variáveis de performance do sistema viário. A cada “hospital” colocado no mapa corresponde um índice, de maneira que os valores numéricos absolutos de Integração e Escolha de cada logradouro pudessem ser reunidos em uma tabela, junto a uma série de outras informações, como sua categoria (nacional, público ou das artes), seu *rione* de localização, o comprimento do segmento correspondente ao logradouro de acesso (em metros), possibilitando um singelo tratamento estatístico dos dados, disponibilizado de forma completa no Apêndice que acompanha o corpo desta dissertação em meio digital.

O mapa de Integração *global Rn* (Figura 55) revela que a maior parte dos edifícios assistenciais gravita em torno dos espaços mais integrados (cores mais quentes); as exceções ficam por conta dos edifícios situados na Cidade Leonina e nos *rioni* Trastevere e Monti, menos acessíveis globalmente (considerando-se o sistema como um todo). Analisando a Integração *R4* (Figura 56), percebemos que os edifícios da Cidade Leonina e Trastevere são bem mais acessíveis em escala local, restando aqueles edifícios do *rione* Monti pouco acessíveis, seja em escala global que local.



Figura 55 — Mapa de Integração global (R_n) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Os segmentos mais acessíveis aparecem em cores mais quentes. Fonte: elaborado pelo autor.

O mapa de Escolha *Rn*, que revela o potencial de atravessamento de cada segmento tomado em escala global (Figura 57) mostra que a maioria dos edifícios assistenciais no interior da Alça do Tibre está situado em relação direta com a rede primária de movimento (segmentos com cores mais quentes), especialmente em torno das vias *Peregrinorum* e *Recta*, e ao longo da conexão transversal entre esses dois percursos. Na outra margem do Tibre (Cidade Leonina e Trastevere), os edifícios surgem um pouco

descolados da rede primária de movimento global, concentrando-se ao redor de magnetos importantes, como a basílica de S. Pedro e o complexo portuário de Ripa Grande. Em relação ao potencial de atravessamento em escala local, o mapa de Escolha R4 (Figura 58) mostra que os edifícios ao longo de todo o mapa estão consistentemente bem articulados com o que podemos chamar de corredores “de bairro”.

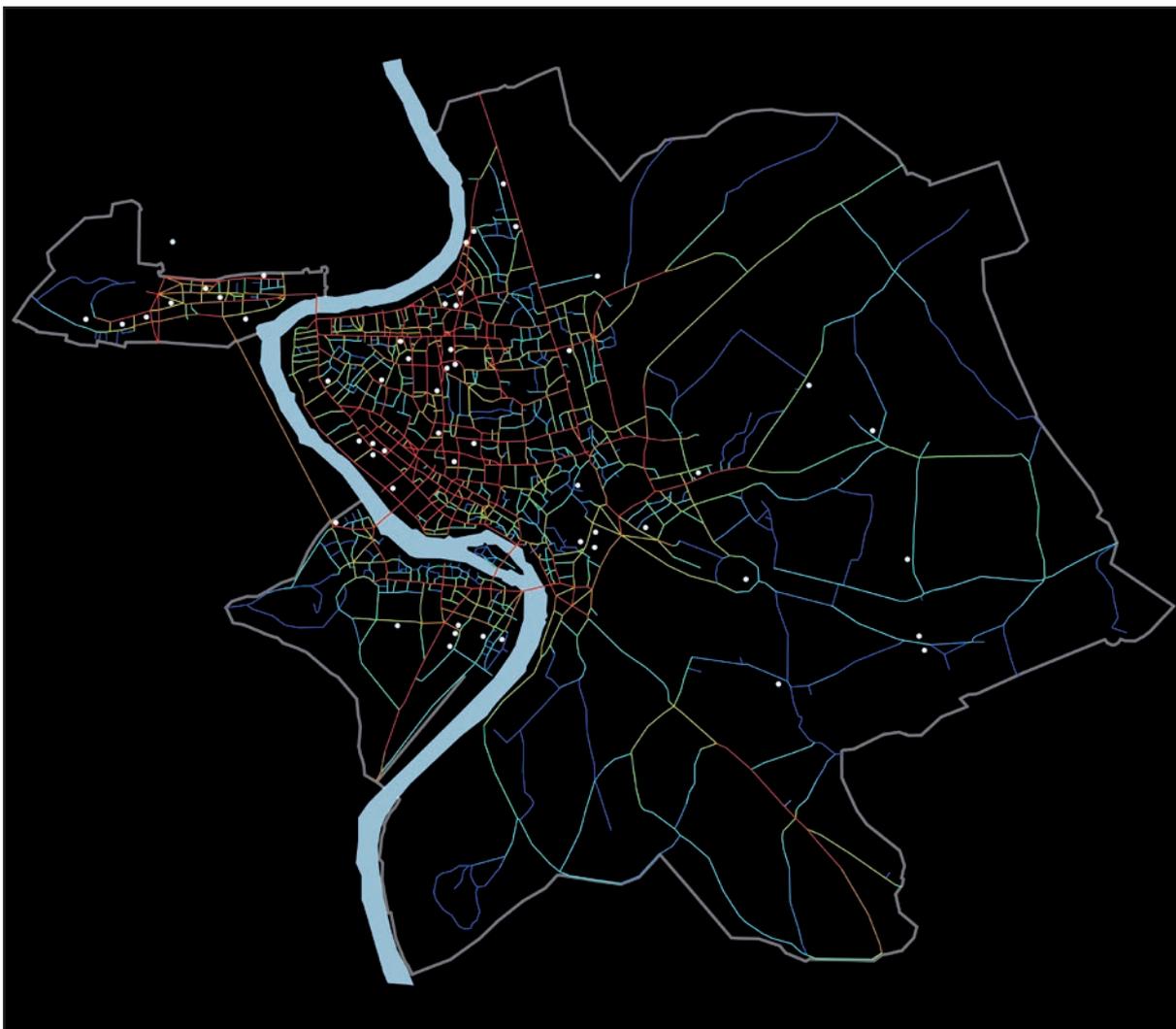


Figura 56 — Mapa de Integração local (R4) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Os segmentos mais acessíveis aparecem em cores mais quentes. Fonte: elaborado pelo autor.

De maneira sintética, a Tabela 4 mostra os valores numéricos absolutos em relação a cada variável de performance, para o conjunto de edifícios assistenciais e para todo o sistema. Os valores médios e mínimos do conjunto formado pelos segmentos correspondentes aos logradouros de acesso dos edifícios assistenciais são maiores que os valores médios e mínimos de todo o sistema. Os gráficos de dispersão (Figura 59) mostram a correlação entre Integração e Escolha. Na escala global, observamos a concentração dos edifícios entre 0,8 e 1,4 de Integração; na escala local, a concentração aumenta para entre 1 e 1,4 de Integração.



Figura 57 — Mapa de Escolha global (R_n) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Os segmentos com maior potencial de atravessamento aparecem em cores mais quentes.
Fonte: elaborado pelo autor.



Figura 58 — Mapa de Escolha local (R4) com as localizações dos edifícios assistenciais (pontos brancos). Os segmentos com maior potencial de atravessamento aparecem em cores mais quentes.
Fonte: elaborado pelo autor.

		Integração Rn (global)	Escolha Rn (global)	Integração R4 (local)	Escolha R4 (local)	Comprimento do segmento (m)
Edifícios Assistenciais	média	0,706	1,126	1,175	1,185	78,14
	mínimo	0,471	0,727	0,933	0,929	12,30
	máximo	0,850	1,343	1,427	1,368	435,06

Geral	média	0,657	0,930	1,070	1,087	44,32
	mínimo	0,284	0,069	0,623	0,108	0,10
	máximo	0,873	1,415	1,445	1,429	1156,70

Tabela 4 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para os edifícios assistenciais e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor.

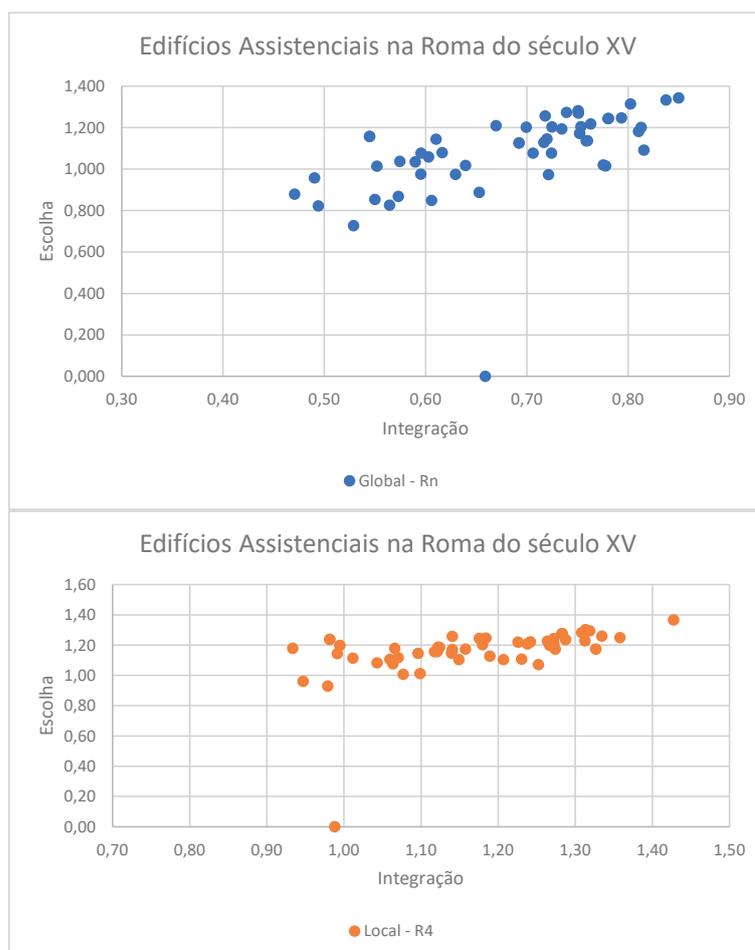


Figura 59 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para os edifícios assistenciais. Fonte: elaborado pelo autor.

4. 1. 3. Residências cardinalícias

Quando o papa Martinho V Colonna promoveu o retorno estável da Cúria a Roma (1420), após quase um século de exílio em Avignon, ele estabeleceu residência no palácio de sua família, adjacente à basílica dos SS. Apostoli, após passar três anos no palácio de S. Maria Maggiore. Seu sucessor, Eugenio IV (1431-1447), residiu no palácio anexo à basílica de S. Maria in Trastevere, depois de quase nove anos em Florença. Diferentemente de seus antecessores, Nicolau V (1447-1455) não via a itinerância pontifícia com bons olhos, optando por eleger o Vaticano como sede oficial pontifícia, função que outrora competia também ao Laterano. No âmbito da reorganização nicolina, a Cidade Leonina deveria figurar como centro administrativo e representativo do Estado Pontifício, que se pintava cada vez mais com os contornos de uma monarquia onde o papa era o *rex* e os cardeais os príncipes. De fato, Nicolau V reformou o palácio Vaticano para ser a casa do *rex*, uma verdadeira régia, dotada de salas para cerimônias de coroação e audiências com chefes de estado, biblioteca, novas capelas, aposentos para a realização do conclave e para a guarda do tesouro pontifício, novos escritórios destinados aos órgãos da administração curial (Chancelaria, Câmara, Tribunal da Rota Romana etc.).

Cabem aqui algumas rápidas considerações sobre o termo palácio (em italiano *palazzo*, em francês *palais*, em inglês *palace*, em alemão *palast*), derivação do latim *palatium*, referente ao monte Palatino, sede sagrada das moradias (*sacrum palatium*) dos imperadores romanos até o século II. Caído em desuso após a decadência do Império Romano, o termo *palatium* irá reaparecer no início do século IX para qualificar a residência pontifícia do Laterano – uma referência singela à Antiguidade, mas que já anuncia as ambições da Igreja em suceder os imperadores no domínio temporal de Roma. O complexo do Vaticano será chamado pela primeira vez de *palatium* somente no século XII, após a construção de um novo núcleo de aposentos e salas de audiência por parte de Eugenio III (1145-1153). Durante o processo de formação dos estados territoriais italianos no Medievo (Florença, Mantova, Urbino, Siena, para citarmos alguns), novas e velhas dinastias irão se estabelecer permanentemente nas cidades, construindo os seus palácios familiares, prática acompanhada também pelas ricas famílias da burguesia emergente. Na esteira da redescoberta vitruviana e da maturação albertiana sobre as tipologias habitativas da realeza, o novo *palatium* Vaticano de Nicolau V logra dar uma resposta arquitetônica – formal e programática – à questão da complexidade assumida pelo termo *palatium* frente as exigências modernas que se colocavam (a refundação de Roma como um estado religioso de aspiração monárquica e a qualidade do espaço onde se desempenhavam as funções administrativas e representativas) e as suas raízes

na Antiguidade, na memória de uma *Roma triumphans caput mundi* (AURIGEMMA, 2004, p. 118-120).

Como narramos mais acima, o retorno dos papas a Roma foi acompanhado pelo retorno da Cúria, de forma que os cardeais – expoentes da mais alta hierarquia curial, conhecidos como “príncipes da Igreja” – também retornaram às igrejas-sede dos títulos cardinalícios. A nomeação de um cardeal, para além dos efeitos eclesiásticos, representava a fusão de sua imagem pessoal com toda a tradição do título – testemunha da história romana que se manifesta aos olhos da cidade pela arquitetura de suas formas e espaços – estimulando um desejo de nobreza e reconhecimento. Num tecido urbano com poucas referências visuais, limitadas ao Campidoglio e mercados, as igrejas e residências anexas “garantiam uma visibilidade, uma identificação clara e neutra, e um equilíbrio de importância em relação às moradias da nobreza romana e sua área de influência” (AURIGEMMA, 2004, p. 120). Para termos uma ideia do quanto as igrejas eram importantes como pontos de referência, basta pensarmos nos itinerários (como o de Einsiedeln, tratado no item 2. 2. 1, *supra*) ou nas representações em planta (como a de Taddeo di Bartolo, Figura 23, *supra*, p. 87). Nestes, a emergência de um edifício sacro é “absolutamente primária e evidente, e assim, o nome de um cardeal tornava-se uma coisa só com sua igreja e dessa maneira exercia uma função na rede urbana de referências, internas mas também externas ao habitado” (AURIGEMMA, 2004, p. 121).

Frequentemente, o espaço circunstante da igreja era utilizado para atos oficiais próprios de seu titular ou cuja vinculação era de seu interesse, não apenas por se tratar de um lugar reconhecível e espiritualmente protegido, mas também porque evocava uma especial solenidade sobre os juramentos e testemunhos, traduzindo ou transmitindo diretamente um sentido de garantia jurídica e ordenamento das atividades sociais (AURIGEMMA, 2004, p. 121). Por conta desse vínculo, era natural que o cardeal custeasse as reformas necessárias à boa estrutura e aparência de seu título. Em S. Lorenzo in Lucina, por exemplo, o cardeal Jean Rochetaillée (nomeado por Martinho V em 1426) fez reformar o palácio do século XIII, como testemunha uma epígrafe:

quando viu a habitação quase desabada e os alicerces em ruína [...] à sua custa empreendeu a reparação e a renovação da igreja e da casa em partes dilapidada, restaurando desde a fundação o edifício anexo à igreja (citado por AURIGEMMA, 2004, p. 122).

Após a morte de Rochetaillée, é nomeado cardeal Jean le Jeune de Contay, que investe uma soma financeira considerável nos trabalhos de ampliação e embelezamento do complexo de S. Lorenzo in Lucina. Biondo Flavio dá testemunho do fato ao narrar que, em Roma, fora o Palácio Pontifício de S. Pedro, não existia outra habitação tão bela. Outros cardeais se sucederam ao longo do *Quattrocento* nesta mesma residência:

Giovanni Battista Cibo (futuro papa Inocêncio VIII), Giovanni de Aragona e Giorgio Costa, cada um deles responsável pela manutenção do complexo arquitetônico “igreja + residência”, mas também da *platea* adjacente.

Segundo Piero Tomei (*apud* AURIGEMMA, 2004, p. 124), até a segunda metade do século XV não existiram palácios cardinalícios construídos *ex novo*: são sempre as preexistências a serem reformadas, ampliadas, decoradas, requalificadas; uma arquitetura que o estudioso define como “típica do *Quattrocento* romano [...] impregnada ainda das velhas formas tradicionais, e que ainda não havia sido contaminada pela inovação *brunelleschiana*, aparte uma ou outra particular ornamentação” (TOMEI, 1942, p. 86). Sobre a fachada do palácio cardinalício de S. Marcos, o mesmo autor reforça:

“O arquiteto desta fachada sem dúvidas conhece bem pouco das grandes conquistas de seus colegas florentinos, bem pouco sabe ele do espírito da ‘divina simetria’, mas sua obra não carece, decerto, de uma ideia arquitetônica clara e potente” (TOMEI, 1942, p. 86).

O mercado edilício foi dominado pelas guildas de pedreiros e canteiros locais praticamente até o pontificado de Nicolau V, quando o aumento da demanda construtiva “importou” para Roma arquitetos do quilate de Bernardo Rosselino, Antonio di Francesco da Firenze e Francesco del Borgo. A atuação destas figuras aciona um ciclo virtuoso de refinamento do projeto arquitetônico e da qualidade de sua execução, processo no qual o palácio de S. Marcos figura como expoente canteiro, monumento representativo da arquitetura romana *quattrocentesca*³⁹ (AURIGEMMA, 2004, p. 124; TOMEI, 1942, p.75).

Pietro Barbo, era descendente de uma rica família de mercadores venezianos, sobrinho do papa Eugenio IV. Foi nomeado cardeal de S. Marcos por Nicolau V (1451) e quatro anos após a sua nomeação (1455) deu início à construção de sua residência, incorporando um conjunto de casas com torre, entre a basílica de S. Marcos e praça Venezia. Quando Pietro Barbo é eleito papa Paulo II (1464), a aparente modéstia de sua residência torna-se incompatível com a grandeza e a magnificência evocadas pelo trono pontifício, no que ele procede à construção de um grande jardim porticado anexo (chamado de *viridarium*), de nova fachada porticada para a basílica e uma nova ala à direita do palácio originário, que se estendia por todo o *front* da praça Venezia até a

39 Em linhas gerais, P. Tomei define o palácio romano *quattrocentesco* composto de: paredes e muros em *opus reticulata* (alvenaria de blocos regulares de pedra) coberta de reboco em tons ferruginosos, com acabamento recorrente em *bugnato* fingido; presença de janelas com acabamento em cruz, de torre que surge em um dos extremos; assimetria da posição da porta em relação à fachada, prevalência do pavimento nobre (acima do térreo, onde situam-se as janelas em cruz) sobre os demais; ausência de *cortile* e um prospecto que se desenvolve mais em largura do que em altura, potencializando as linhas longitudinais (1942, p. 57-60).

via do Plebiscito. Num terceiro momento, o então pontífice decide pelo fechamento da área anterior à basílica por meio de uma ala perpendicular, que estendia-se pela via do Plebiscito. No interior do complexo, um porticado fazia a conexão entre o novo bloco e a basílica de S. Marcos (Figuras 60 e 61). Após a morte de seu idealizador, em 1471, os trabalhos prosseguem lentamente, primeiro sob a coordenação de seu sobrinho Marco Barbo, também cardeal, e depois sob Lorenzo Cibo, sobrinho do papa Inocêncio VIII⁴⁰.

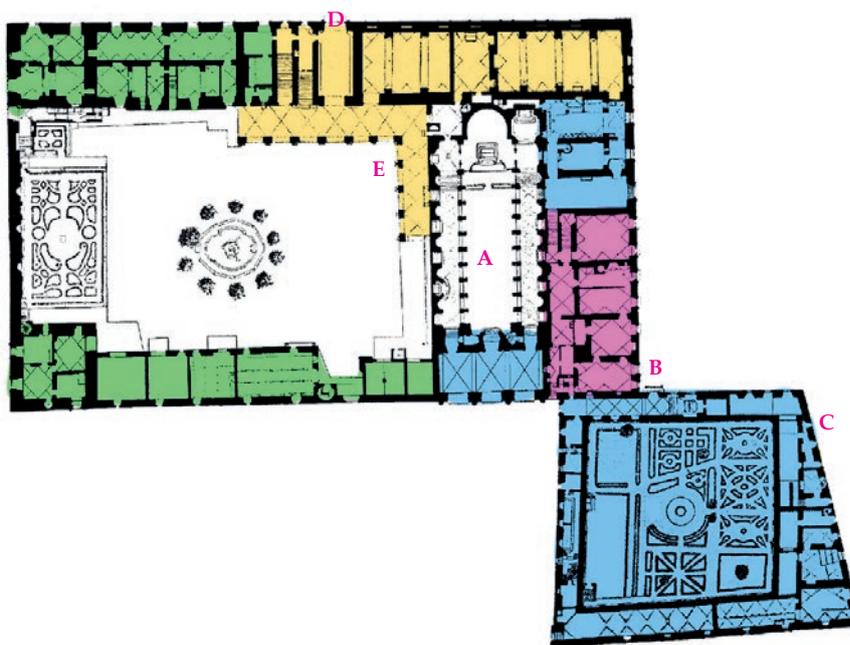


Figura 60 — Planta do complexo edilício de S. Marcos e cronologia das construções. Em magenta, o primeiro palácio cardinalício (1455-1464); em azul, ampliamentos e reformas de 1464-1468; em amarelo o palácio papal (1468-1471); em verde, os edifícios construídos após a morte de Pietro Barbo (1471-1491). A. Basílica de S. Marcos (fundada no IV século); B. Torre dita *della Biscia*; C. *Viridarium* (demolido em 1910 e reconstruído em posição recuada para dar lugar à atual praça Venezia); D. Acesso pela via do Plebiscito; E. Porticado interno.

Fonte: adaptado pelo autor sobre planta fornecida por TOMEI (1942, p. 57).

O palácio do cardeal Domenico Capranica – cuja construção do bloco lateral (1458) vem a interromper o andamento retilíneo da via *Recta* – reflete as mesmas características do palácio de S. Marcos, ainda que em dimensões um pouco mais singelas: fachada regular mais larga do que alta, torre no canto, porta descentralizada, pavimento nobre com janelas em cruz. Por outro lado, representa uma novidade no sentido de não ser uma residência cardinalícia geminada com seu título (S. Maria in Aquiro), mas uma edificação fundada *ex novo* e, nesse caso, orientada perpendicularmente à igreja, com a qual compartilha a mesma praça (Figura 62).

40 Para aprofundamento sobre as intervenções no complexo edilício de S. Marcos, ver TOMEI, *L'architettura a Roma nel Quattrocento*, 1942, p. 75-104.



Figura 61 — Palácio e basílica de S. Marcos. A Praça Venezia; B. Via del Corso (via *Flaminia-Lata*); C. Via del Plebiscito; D. Via delle Botteghe Oscure; 1. Basílica de S. Marcos; 2. Torre della Biscia; 3. Palácio cardinalício; 4 Palácio papal; 5. *Cortile* porticado; 6. Palazzetto Venezia (antigo *Viridarium*, demolido e reconstruído a partir de 1910). Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

Rodrigo Borgia, sobrinho de papa Calisto III (1455-1458), cardeal diácono de S. Nicola in Carcere, vice-chanceler apostólico e futuro papa Alessandro VI, construiu seu rico palácio na região de confluência da via *Peregrinorum* com Canale di Ponte. Aqui, a grandeza das dimensões e a jactância da decoração justificam-se não pelo título cardinalício, mas pela função administrativa desempenhada pelo seu fundador, uma vontade arquitetônica que coincide com o decoro albertiano: a imagem da residência assume um valor de *representatio* da qualidade e da posição social de seu habitante, potencializada pela sua articulação urbana com os mais importantes centros da vida cidadina romana do *Quattrocento*: Canale di Ponte e Campo de' Fiori (AURIGEMMA, 2004, p. 125).

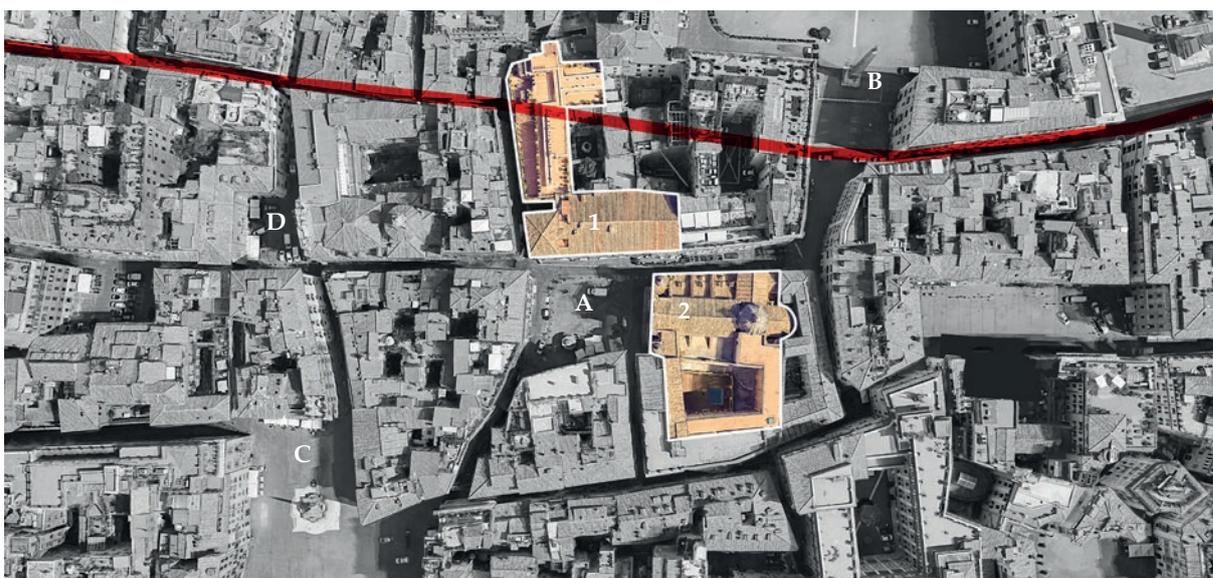


Figura 62 — Palácio Capranica e arredores. Em vermelho, o curso original da via *Recta*, interrompida pelo bloco do palácio. A. Praça Capranica; B. Praça de Montecitorio; C. Praça do Pantheon; D. Praça da Maddalena; 1. Palácio Capranica; 2. S. Maria in Aquiro. Fonte: elaborado pelo autor sobre imagem do Google Earth.

A articulação em relação às centralidades também configura a estratégia urbana promovida pela tradicional família Orsini, detentora de três palácios, sendo um na zona de Montegiordano, imediações da via *Recta*, habitado ao longo do século XV pelos cardeais Giordano, Giovanni Battista e Latino Orsini; um outro adjacente à praça Navona, cedido pelo ex-prefeito pontifício Francesco Orsini para habitação do cardeal Oliviero Carafa; um terceiro no Campo de' Fiori, conhecido como palácio dell'Orologio, habitado inicialmente pelo cardeal Francesco Condulmer e, no fim do século, pelo futuro papa Leão X, Giovanni de' Medici, filho de Clarice Orsini.

Em 1467, Paulo II nomeou como cardeal presbítero de S. Marcos seu sobrinho Marco Barbo, também veneziano, que em vez de habitar no palácio cardinalício vizinho à basílica, construiu seu palácio a partir da reforma de um conjunto de edifícios de modesta dimensão que englobava o convento medieval de S. Basílio e a sede do priorado de Rodes, situados sobre as ruínas dos *fori* de Augusto e Trajano. A característica mais expressiva deste palácio é a *loggia* decorada com afrescos que se abre sobre as ruínas romanas, espelhando a posição do palácio imperial sobre o Palatino e estabelecendo um diálogo com a memória da cidade antiga, tanto pela sua imagem, quanto pela sua localização.

É durante a fase sistina do *Quattrocento* (1471-1484) que se verifica, em relação aos palácios cardinalícios, a maior autonomia construtiva, associada a um investimento pleno dos cardeais – favorecido pela possibilidade introduzida pelo papa Sisto IV de derrogar a obrigação testamentária daqueles em favor da igreja. Se no começo do século o cardeal estabelecia sua moradia nos espaços pertencentes à igreja titular, posto que seus bens eram destinados à igreja, a partir do pontificado de Sisto IV, a escolha da moradia obedeceu motivações completamente diversas, ligadas à posição urbana, ao gosto e à cultura pessoal. Nesse quadro entram os palácios de Stefano Nardini (cardeal de S. Adriano al Foro) na via del Governo Vecchio, *riome* Parione; de Guglielmo d'Estouteville (cardeal da antiquíssima S. Pudenziana), situado na via *Recta* ao lado de S. Apollinare, que permitia conciliar a função eclesiástica do cardeal camerlengo, com aquela civil, que naquele momento (início da década de 1480) era incumbido de encorajar o mercado de praça Navona. Também merece destaque o palácio Colonna-Bessarione-Riario- Della Rovere junto à basílica dos SS. Apostoli, palácio ao mesmo tempo papal, familiar, titular, cardinalício e conventual, com preexistências antigas e incrustado no transepto da sua igreja matriz, pioneiro em possuir uma coleção de antiguidades (AURIGEMMA, 2004, p. 130).

A construção do novo palácio da Chancelaria (1488-1503) sancionou uma inversão de sentido na relação entre o cardeal e sua sede: se no início do *Quattrocento* eram as sedes quem conferiam nobreza aos seus titulares, no fim do século são os cardeais,

frequentemente nomeados entre potentes e expoentes famílias cidadinas, quem conferem a medida de nobreza aos edifícios. Na construção do palácio do cardeal Raffaele Riario prevaleceu o seu invólucro “pessoal” em confronto com o edifício eclesiástico paleocristão, que chega ao ponto de ser demolido e reconstruído *ex novo*, passando a figurar como uma espécie de capela palatina.

Esperamos que até aqui o leitor tenha compreendido a importância das residências cardinalícias enquanto motores da renovação edilícia romana no *Quattrocento*, (ocorrida, sobretudo, após a segunda metade do século), assim como a função representativa que exerciam nos espaços da cidade, diretamente conexos com a sua memória e com a história da sociedade romana. É de se esperar, portanto, que as localizações desses edifícios em relação à rede viária de circulação sirvam-se adequadamente do nutriente mais necessário para que suas aspirações de “ver e serem vistos” floresçam: o movimento. Em outras palavras, parece razoável supor que a inserção de uma tipologia assim específica na configuração espacial da Roma *quattrocentesca* siga uma certa “lógica social do espaço”, jogando com os padrões de integração, segregação e potencial de atravessamento.

Ao longo do século XV, os pontífices que se sucederam nomearam cerca de 150 novos cardeais. Maria Giulia Aurigemma (2004, p. 137) reuniu informações sobre as moradias de 70 destes, incluindo tanto os palácios construídos *ex novo* quanto aqueles já preexistentes. A partir do seu mapa síntese, construímos nossa própria representação de modo que esta pudesse ser sobreposta aos mapas de Integração e Escolha, com o interesse de avaliar graficamente a relação dos edifícios com as variáveis de performance do sistema viário. De maneira análoga ao que fizemos no subitem anterior (edifícios assistenciais), à cada “residência cardinalícia” colocada no mapa corresponde um índice, de maneira que os valores numéricos absolutos de Integração e Escolha de cada logradouro pudessem ser reunidos em uma tabela, junto a uma série de outras informações, como seus proprietários e moradores ao longo do tempo, seu *rione* de localização, o comprimento do segmento correspondente ao logradouro de acesso (em metros), possibilitando um singelo tratamento estatístico dos dados, disponibilizado de forma completa no Apêndice digital.

Em relação à Integração global (Figura 63), de forma ainda mais evidente que os edifícios assistenciais, as residências cardinalícias se concentram em torno dos segmentos mais integrados do sistema, especialmente na região do núcleo integrador, ao longo do trecho final da via *Flaminia*-Lata (próximo a praça Venezia), do trecho da via *Peregrinorum* que conflui para Canale di Ponte, no cruzamento da via *Recta* com o coligamento transversal representado pelo atual *corso* Rinascimento (vizinho a praça Navona) e no interior do polígono formado por esses três últimos.



Figura 63 — Mapa de Integração global (Rn) com as localizações das residências cardinalícias (pontos brancos). Os segmentos mais acessíveis aparecem em cores mais quentes. Fonte: elaborado pelo autor.

As residências cardinalícias encontradas na Cidade Leonina são todas posteriores à requalificação do Borgo promovida por Nicolau V, que conferiu um status de *quartiere* curial – administrativo e representativo – à região. No setor leste da cidade histórica, são apenas duas as residências, ambas anteriores à primeira metade do *Quattrocento*. Apesar de pouco integradas no sistema global, elas possuem fortes raízes históricas e culturais, pois tratam-se das habitações contíguas às antigas igrejas de S. Pudenziana e S. Pietro in Vincoli. Em posição intermediária, situado nas franjas da cidade velha por sobre as ruínas do *forum* de Augusto, ergue-se o palácio de Marco Barbo, servindo de mediador entre a memória da Roma imperial e daquela Roma pontifícia que estava a se afirmar no *Quattrocento*, não apenas do ponto de vista da sintaxe espacial, mas oferecendo uma solução arquitetônica que domina a paisagem e dialoga com o espaço circunstante como se fosse uma antessala entre palácio e cidade – a *loggia* decorada proeminente.



Figura 64 — Mapa de Escolha global (R_n) com as localizações das residências cardinalícias (pontos brancos). Os segmentos mais acessíveis aparecem em cores mais quentes. Fonte: elaborado pelo autor.

Do ponto de vista da Escolha global (Figura 64), considerando que apreendemos a cidade por meio de uma sucessão de perspectivas (MEDEIROS, 2013, p. 150), um maior grau de linearidade tende a simplificar a assimilação das referências visuais, por uma questão de concatenação e lógica. Estar situado em articulação direta com os maiores potenciais de atravessamento (segmentos com cores mais quentes), também implica, sob perspectiva topológica, maior possibilidade de contato com os fluxos estruturantes de movimento. Num tecido urbano de formas homogêneas, com poucas referências visuais, estar inserido numa configuração espacial que fornece maior possibilidade de movimento e, portanto, visibilidade, vem ao encontro da estratégia de reconhecimento e afirmação no espaço do organismo “igreja-residência-cardeal” (ao fim do século predominando o organismo “cardeal-palácio”, com a igreja de papel coadjuvante).

De maneira sintética, a Tabela 5 mostra os valores numéricos absolutos em relação a cada variável de performance, para o conjunto de edifícios assistenciais e para

todo o sistema. Os valores médios e mínimos do conjunto formado pelos segmentos correspondentes aos logradouros de acesso dos edifícios assistenciais são maiores que os valores médios e mínimos de todo o sistema. Os gráficos de dispersão (Figura 65) mostram a correlação entre Integração e Escolha. Na escala global, observamos a concentração dos edifícios entre 0,8 e 1,4 de Escolha; na escala local, a concentração aumenta para o intervalo entre 1 e 1,4 de Integração.

		Integração Rn (global)	Escolha Rn (global)	Integração R4 (local)	Escolha R4 (local)	Comprimento do segmento (m)
Residências Cardinalícias	média	0,740	1,152	1,211	1,211	63,65
	mínimo	0,522	0,545	0,916	0,541	19,42
	máximo	0,869	1,373	1,445	1,401	140,65
Geral	média	0,657	0,930	1,070	1,087	44,32
	mínimo	0,284	0,069	0,623	0,108	0,10
	máximo	0,873	1,415	1,445	1,429	1156,70

Tabela 5 — Síntese quantitativa das variáveis de performance para as residências cardinalícias e para o sistema. Fonte: elaborado pelo autor.

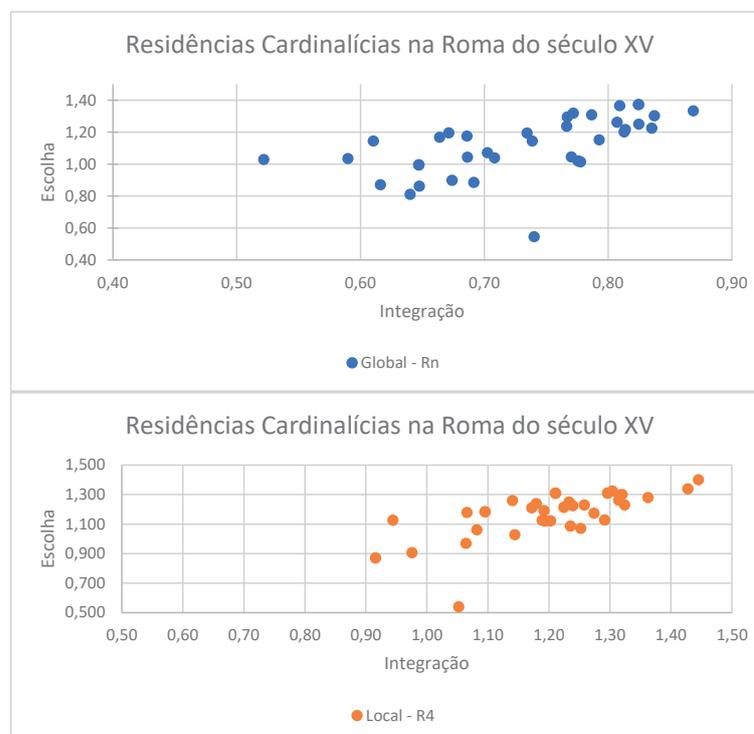


Figura 65 — Gráficos de dispersão correlacionando valores de Integração e Escolha para as residências cardinalícias. Fonte: elaborado pelo autor.

4. 2. Uma política urbanística modernizante

O termo “moderno” possui uma miríade de acepções que gravitam em torno da noção de novidade. Significa algo que está *up-to-date* ou que acompanha a evolução dos tempos; algo que está próximo da nossa época, que é atual; algo que detém certo avanço tecnológico ou científico ou que dele se beneficiou. Ainda mais especificamente pode nomear correntes de pensamento ou estilos artísticos e arquitetônicos (como o Modernismo ou a Arquitetura Moderna). Aqui nos interessa a modernidade enquanto a qualidade que impregna as transições cíclicas entre o “velho” e o “novo”; que faz romper com os tradicionais modelos e convenções, professando “novidades” que, ao se afirmarem enquanto *status quo*, tornam-se por sua vez alvo de novos processos modernizadores.

Na arquitetura do século XV, entrelaçado à multiplicidade das dinâmicas urbanas, reconhecemos um ideal que, passando pela mediação da antiguidade clássica e celebrando uma razão matemática calcada na perspectiva, na simetria, na proporcionalidade modular e no decoro, recupera o antropocentrismo e afirma a primazia da história e da cultura frente à natureza aparente, em substituição à razão metafísico-religiosa da escolástica, característica dos séculos anteriores (BRANDÃO, 1999, p. 67). São expressões de modernidade “à antiga”, isto é, inspiradas pela gramática formal de um passado greco-latino, mas destinadas, porém, a produzirem um novo universo de semânticas e sentidos (GARGANO, 2016, p. 16).

O estado de envelhecimento material não só do núcleo habitado de Roma, como de toda sua infraestrutura urbana, viária, e de recursos hídricos e sanitários, acentuado pelas quase oito décadas de ausência da Cúria pontifícia (que significava considerável diminuição do aporte financeiro e de recursos humanos, com a consequente interrupção dos canteiros de obra patrocinados pela Câmara Apostólica), impõe a necessidade de enfrentar um problema que é essencialmente urbanístico e se manifesta no espaço construído da cidade, mas cujas raízes se fixam num outro imperativo: a refundação de uma cidade destinada, com o retorno dos papas do exílio em Avignon, a se afirmar como *orbis et urbis* de uma igreja triunfante e que mais uma vez ambicionava ser *caput mundi*. Um processo reconstrutivo orientado a dar norma e forma ao aspecto urbano de uma cidade que é protagonista no processo de recomposição da *auctoritas* da Igreja após o longo período de Cisma, e que procura espelhar na sua imagem urbana a *dignitas* que emana de sua função capital.

Nesse sentido, é emblemático o pontificado de Nicolau V (1447-1455),

verdadeira soleira entre o ‘velho’ mundo civil e religioso de sabor medieval e aquele, em fase embrionária, destinado a traçar os contornos de uma ‘modernidade’ cujos ‘novos’ significados ainda se delineavam. Significados a serem conformados e normatizados, pesquisando e fazendo “renascer” linguagens, imagens, estilemas e formas expressivas, capazes de soldar novamente aquilo que, no Medievo, havia fraturado a continuidade da *auctoritas* papal e da Igreja (GARGANO, 2016, p. 20).

No *Testamento* deixado por Nicolau V, redigido por Gianozzo Manetti, colhemos o indício mais significativo de um programa destinado a legitimar uma espécie de *imperium* teocrático, do qual o papa se faz embaixador e ponte, como no título resgatado de *Pontifex Maximus*; uma ponte que se lança em direção ao passado dos grandes pontífices medievais e que se projeta também na Idade Moderna, sob uma função redesenhada, renascida, capaz de fundir na figura singular do papa, o poder temporal e espiritual de um *Pontifex Imperator*, como foram Júlio César ou Otaviano Augusto (GARGANO, 2016, p. 21).

Temos aí um programa pontifício de refundação de Roma, com dois eixos muito definidos: a transformação da Igreja em um estado territorial, com a redefinição da figura do papa como seu soberano, aos moldes das monarquias europeias coetâneas; e a intenção de transformar todo o território de Roma em uma espécie de *Biblia pauperum*, ou seja, uma estratégia voltada a criar um consenso popular sobre a *auctoritas* da Igreja (não apenas em âmbito religioso ou espiritual, mas temporal). Estratégia da qual a arquitetura, mais do que qualquer outra *ars liberalis*, figura como principal instrumento, ao cristalizar em modo duradouro, didático e eficaz – compreensível “até” para as massas de fiéis – a primazia pontifícia. Um uso da edificação e de imagens altamente simbólicas, nas quais fosse possível vislumbrar a luta e os triunfos da história da Igreja, para além das intervenções nas basílicas patriarcais ou nas igrejas menores (GARGANO, 2016, p. 29).

Dentro do processo de *renovatio urbis* desenvolvido ao longo do *Quattrocento*, desenrola-se uma contínua e constante pesquisa de “cânones” adequados para dar forma a um “novo” mundo; regras capazes de impor *decus et ordo* (decoro e ordenamento) a uma “terra de vaqueiros”, como descrita por Vespasiano da Bisticci, e não apenas em relação às vestimentas ou práticas dos romanos, mas decoro urbano e ordem hierárquica “idealmente dirigidos a todo o aspecto e vida da cidade” (GARGANO, 2016, p. 23). Textos como *Pontificalis Liber* e o *Cerimoniale Romanum* (1485) de Agostino Patrizio Piccolomini ou o *Cortegiano* de Baldassare Castiglione (1516-1528) são exemplos da produção literária que prestava-se a indicar e impor formas de comportamento alinhados com a busca da perfeição humana, mas é a partir da investigação do universo formal que a arquitetura da Antiguidade documentava com as suas ruínas e emergências que um “moderno”

modelo cultural calcado no *decus et ordo* será assumido como garantia de equilíbrio e refinada harmonia. Nas palavras de Maurizio Gargano (2016, p. 23), vemos

uma Roma feita renascer em seu antigo esplendor e sobreposta ao renascimento do papado: uma cidade e uma instituição religiosa que podiam encontrar, em uma adequada sobreposição, reconhecimentos formais de ordem material e espiritual.

Mas o que querem dizer “ornamento” e “decoro”, essas duas palavras tão centrais no debate humanista do *Quattrocento*? O “ornamento” – que apropriadamente compartilha raízes etimológicas com “ordenamento” –, é aquilo que confere ordem a um determinado contexto e escala, tal como os objetos que reunimos em torno de nós, em nossa casa, que emolduram nossas vidas e “confirmam algumas de nossas certezas quando os reencontramos após [...] as excursões e incursões que somos obrigados a fazer”; ou como os edifícios “que ‘reúnem’ a cidade em torno de si” (BRANDÃO, 2016, p. 176), organizando nossa “intuição” de cidade como uma série de espaços conectados por perspectivas:

“em seu silêncio, a arquitetura e a cidade dão lugar à fala do espaço e do tempo através dos seus objetos e seus vazios, conformam um contexto e um cosmos, constroem o *decór* e a ordem de nossas vidas, de nossas coisas e de nossos lugares, do modo que melhor ‘convém’ a eles e a nós” (BRANDÃO, 2016, p. 176).

A noção de conveniência é a essência do “decoro”, conceito conhecido desde a Antiguidade: Cícero (106-43 a. C.) o relacionava com a honestidade, numa dimensão moral e ética; Vitruvius (80-16 a. C.), no âmbito da atividade construtiva, afirmava ser o decoro “o aspecto correto de uma obra, realizada com competência pela composição de elementos considerados justos. Ela resulta da escolha do sítio, da observância dos costumes e da natureza do entorno” (VITRUVIO, 2006, *apud* BRANDÃO, 2016, p. 178). O decoro assume uma dimensão educativa, na medida em que é temperança, prudência e moderação, combatendo os excessos (*hýbris*) e controlando os apetites humanos; assume, também, uma dimensão “linguística”, porque se manifesta em todas as nossas palavras e ações, no modo como o ornamento revela os princípios gerativos do edifício, ou no modo como o edifício comunica à cidade a sua essência e os valores nele incorporados. Ainda segundo Brandão (2016, p. 182)

o decoro serve para encontrarmos o lugar apropriado para algo [como um ornamento] e o modo melhor de ele se inserir e se articular com o contexto e o todo. [...] Articula a própria beleza principal e intrínseca dos edifícios, das cidades, dos discursos, das ações e dos cidadãos que formamos.

As interrelações entre os universos físico, político e ético, seja na escala do edifício seja na da cidade, se articulam conformando um organismo, onde “cada parte

dialoga com as demais e com o todo que as atravessa e ao qual servem” (BRANDÃO, 2016, p. 185). Em outras palavras, o complexo organismo formado pela sobreposição dos universos da cidade e do cidadão não é apenas o simples somatório de seus componentes, mas um caso onde 2 e 2 pode ser igual 4, 5 ou mesmo 3, a depender da mediação pelo decoro das “instituições humanas às quais a arquitetura e o urbanismo dão lugar” (BRANDÃO, 2016, p. 185).

Tornando ao tema da refundação da igreja pós-Avignon e da renovação de sua capital territorial e espiritual, era “inconveniente” que sua imagem fosse associada ao estado material decadente de suas ruas e edifícios, como verificado nas primeiras décadas do século XV. O decoro impunha que uma pretendida *Roma triumphans* parecesse quase por *Deo fabricata* e é nesse sentido que são compreendidas as intervenções pontifícias esparsas ao longo da segunda metade do século XV que agem para atualizar a infraestrutura e a *facies* da cidade, por conseguinte melhorando a qualidade da vida cotidiana dos romanos: o restauro das fortificações da cidade histórica e da Cidade Leonina; o restauro do aqueduto Vergine e a nova mostra de águas de Trevi (1453); a engenhosa e simbólica reconstrução de uma ponte dos tempos de Augusto, incorporada na ponte Sisto (1475); a abertura de artérias capazes de modernizar a viabilidade da cidade, como a via Alessandrina no Borgo (1495) ou a via della Lungara (1499); as reformas e transformações de várias igrejas e complexos religiosos, como verdadeiros ornamentos urbanos. Obras públicas, como “presentes” para os cidadãos, mas ambivalentes, posto que procuram o consenso citadino por meio da *cura rerum publicarum* ao mesmo tempo em que esvaziam e usurpam as competências das magistraturas comunitárias, como os *Magistri viarum et aedificiorum*.

A atividade edilícia se confronta com formas e tipologias romanas tradicionais, propondo soluções formais e compositivas que irão superar a face “envelhecida” da Roma medieval, refletindo o renascimento da linguagem clássica, onde os sintagmas se recombinaem em novos universos de sentido. Segundo Gargano, ocorre

[...] um lento mas inexorável sobrepor-se de tipologias e estilemas derivados do estudo das antiguidades clássicas à arquitetura repleta de torres ou às *insulae* residenciais tardoantigas e medievais. Uma Antiguidade feita renascer para reviver as glórias de uma antiga grandeza, animada pelo novo protagonismo de um *Pontifex Maximus*: uma renascida *auctoritas*, civil e religiosa, com poderes espirituais e temporais repropostos ao ocidente cristão [...] (GARGANO, 2016, p. 25).

Em outras palavras, uma cidade nova, mas *all'antica*, gerida e conformada sob o decoro e o ordenamento congruentes à estratégia de domínio pontifício; esta, destinada a produzir uma imagem de cidade composta por edifícios “decorosos” dispostos “ordenadamente” segundo a maneira de Vitruvio e Alberti, através da recuperação de so-

luções compositivas e linguagens arquitetônicas renascidas das cinzas de uma antiga potência imperial, à qual se recorria para legitimar o *imperium* teocrático da Igreja.

O processo de *renovatio urbis* de Roma se enquadra na lógica descrita pela Teoria do Movimento Natural (HILLIER *et al*, 1993, p. 31-33), da interação entre os processos “vertical”, que criam a cidade espacial, e “lateral”, que criam a cidade funcional, e, pela análise dos mapas de performance, eles obedecem aos padrões de movimento que a configuração espacial articula. Por exemplo, ao analisarmos a expansão do núcleo habitado ao longo do século XV (Figura 22, *supra*, p. 85 e Figura 37, *supra*, p. 123), percebemos que ela acontece justamente ao longo do núcleo integrador e dos corredores de integração revelados pelo Mapa de Integração global (Figura 46, *supra*, p. 136). Ou seja, a expansão do núcleo habitado é determinado, naturalmente dentre um complexo conjunto de outros fatores, pela qualidade de proximidade que a menor distância topológica possibilita.

Percebemos, também, que a modernização das centralidades econômicas acompanha a rede primária de movimento (Figura 53, *supra*, p. 150), rede que como tivemos a oportunidade de indicar, concentrou a maior parte das intervenções destinadas à melhoria das condições de tráfego e da qualidade do ambiente público, como os recapamentos da superfície das vias e praças, modernizando a imagem da cidade também por meio de seus logradouros com maior potencial de atravessamento. Potencial este que foi explorado de formas diversas pelos hospitais e pelas residências cardinalícias: os primeiros servindo-se da linearidade proporcionada pelos espaços de maior Escolha, que facilitavam o deslocamento pela cidade pela sua maior intuitividade; as residências cardinalícias a jogar com a sua visibilidade num tecido urbano carente de referências visuais.

Concluindo, podemos afirmar que a rede primária de movimento, de caráter primordialmente econômico, impulsiona o avanço da modernização pelo uso gerativo do espaço, substituindo inadvertidamente a *facies* romana envelhecida por uma nova imagem urbana mais consoante aos padrões de decoro que se impunham à refundada capital universal da Igreja. Ao mesmo tempo, esta rede primária aparece contraposta por uma rede secundária de movimento, de caráter primordialmente social e, portanto, de uso conservativo do espaço, isto é, que tende a reforçar as idiosincrasias já presentes nas várias escalas da sociedade, como as geografias das famílias mais potentes definidas por seus aglomerados edilícios que definiam áreas de controle político e cultural e de certa forma ofereciam resistência à, entretanto, inexorável e cíclica superação do “velho” pelo “novo”.

4. 3. O uso da sintaxe espacial na análise histórica

Rubem Alves certa vez disse que teorias são como redes de pesca: devemos construí-las de acordo com o peixe ou o objeto que pretendemos apanhar (1981, p.92-107). Quando começamos essa pesquisa fazíamos pouca ideia dos peixes que encontraríamos, mas estávamos decididos a respeito das águas em que procurá-los. A história de Roma é como um mar no oceano da história das cidades; sua densidade e extensão cronológica serve de substrato para estudarmos inúmeras transversalidades, das quais o Renascimento figura como exemplo. Esta pesquisa é o resultado de nossa travessia pelo mar da história de Roma, superando a Antiguidade, contemplando o ocaso do Medievo e o alvorecer da Era Moderna. Precisamente aonde o mar de Roma e o oceano da História se encontram com o oceano das ciências sociais aplicadas é que resolvemos colher nosso pescado. Construímos nossa rede com dois fios de naturezas diferentes: de um lado o fio da arquitetura – *arché - tektón - techné* –, façanha construtiva embebida em ambição simbólica que nos permite vislumbrar como os homens habitam, isto é, tomam posse do tempo e do lugar; de outro lado, o fio da lógica social do espaço, que procura explicar o jogo entre a espacialidade intrínseca das relações sociais e a socialidade intrínseca dos espaços. Os peixes que pescamos nessa *confluence* foram então preparados e servidos segundo os métodos da sintaxe espacial, acompanhados por uma longa narrativa histórica. A confecção e o manejo de uma tal rede teórica não foi tarefa fácil, posto que a mistura entre análise histórica e análise configuracional conferem um sabor ainda novo, exótico, e, como tal, carece de ser explorado, testado, combinado, recombinação.

A maioria das fontes literárias de base são em língua estrangeira, o que torna o processo um pouco mais lento e trabalhoso. Sobretudo sobre a história de Roma, excetuando-se algumas publicações notáveis que se debruçam mais frequentemente sobre os períodos do Maneirismo (fim do século XVI) e Barroco (século XVII) e menos sobre o pleno Renascimento (início do século XVI), é raro encontrarmos publicações em língua portuguesa que tratem do período medieval romano. Em relação à análise configuracional, a grande maioria das publicações, estudos e experimentos, independente da língua, trabalham com situações do presente e casos muito concretos (como o auxílio no desenvolvimento de planos diretores), sendo mais escassas as aplicações em âmbito histórico.

A própria sintaxe espacial, enquanto simplificação da realidade, está sujeita a críticas e inquietações, em relação à teoria, ao método e à técnica. Como metodologia, está fadada a ser incompleta na sua tentativa de explicar o mundo. Os mapas de seg-

mentos, por exemplo, não contemplam informações tridimensionais, como o relevo da cidade, extremamente valioso ao estudo do movimento e da visibilidade. Outro problema é o efeito de borda; no caso da nossa dissertação, ao definirmos as muralhas aurelianas e leoninas como limite do nosso sistema, estamos impondo um recorte, uma vez que, idealmente, o sistema viário intramuros se relaciona com todo o universo extramuros, como num fractal. Portanto, o cálculo da matriz matemática tende a apresentar certa distorção nas bordas, porque constarão menos conexões do que realmente existem – “as bordas tendem a se tornar extremamente segregadas, enquanto os centros pronunciam a integração” (MEDEIROS, 2013. p. 166).

Outra dificuldade em que esbarramos foi a prospecção da cartografia histórica para a confecção dos mapas de segmentos. Até meados do século XV, as representações de Roma eram feitas com pouco rigor geográfico e possuíam forte caráter alegórico: a cidade era representada em modo circular, as edificações apareciam semeadas na sua superfície e não se percebiam referências aos traçados viários. Somente com a planta de Bufalini (1551) a representação do sistema viário atingiu um nível de rigor satisfatório – por isso optamos tomá-la como ponto de partida e proceder a uma interpolação em direção ao passado, baseados na revisão bibliográfica. Se nosso objeto de estudo estivesse no presente, a produção dos mapas de segmentos poderia facilmente ser atrelada às bases de dados georreferenciados e sobreposta às camadas de informações sobre relevo, orografia, uso e ocupação do solo. Entretanto, as informações de uso e ocupação do solo tiveram de ser coletadas pela análise histórica, em prejuízo da riqueza e da precisão dos dados. Neste estudo trouxemos algumas funções urbanas, como os mercados, as residências cardinalícias e os edifícios assistenciais, certos de que muitas outras funções ainda devem ser mapeadas e examinadas sob a ótica conjunta da história e da sintaxe espacial.

A grande vantagem da nossa “rede de pescar” vem do fato do entrelaçamento entre arquitetura, história e sintaxe espacial permitir uma descrição mais completa da cidade, onde arquitetura, cultura e sociedade são incorporadas nos seus padrões espaciais emergentes e nas suas redes de movimento. No nosso caso específico, a sobreposição entre a análise histórica, os mapas de segmentos e as funções urbanas possibilitou a leitura do processo de modernização progressiva da cidade de Roma ao longo do *Quattrocento*, expresso pela introdução de um repertório formal inspirado pela arquitetura da Antiguidade e pela modernização da infraestrutura urbana e da utilização do espaço público como arena onde o poder pontifício se afirma sobre o poder comunal, desfrutando das potencialidades que a configuração da forma-espaço proporciona ao articular as relações de integração, segregação e atravessamento.

Por último, cabe ressaltar que durante os primeiros passos do nosso percurso de Mestrado, a intenção era realizar uma análise configuracional que costurasse toda a Era Moderna, do século XV ao XVIII, o que, por motivos óbvios de complexidade e recursos, demonstrou-se inviável para o tempo disponível. Entretanto, “uma rede não vale apenas pelo que pega, mas também pelo que deixa passar” (ALVES, 1981, p. 94): ao decidirmos por tratar o século XV individualmente, pudemos nos concentrar na densidade das informações e na qualidade das representações sintáticas. A nossa intenção é seguir lançando redes em direção aos séculos XVI, XVII e XVIII, conservando a mesma metodologia e a mesma conjugação “arquitetura - cartografia histórica - sintaxe espacial”, dedicando-nos à produção de uma obra que, ao seu término, possibilitará uma leitura comparativa sobre a espacialidade intrínseca da sociedade e da socialidade intrínseca dos espaços de Roma ao longo dos 4 séculos da Era Moderna.

5. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon Battista. *De re aedificatoria: l'architettura*. Org. Renato Bonelli e Paolo Portoghesi. Texto latino e tradução italiana de Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo. 1996.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- ARGAN, Giulio Carlo. *L'Europa delle capitali 1600-1700*. Skira: Milano, 2004.
- ARNALDI, Girolamo, Federico Marazzi. *Tarda antichità e alto Medioevo in Italia*. Roma: Viella. 2017
- AURIGEMMA, M. Giulia. “Residenze cardinalizie tra inizio e fine del ‘400”. In **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, Vol. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie, org. Giorgio Simoncini, 117-158. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite, Francesco Furlan, Pierre Caye, Maurício Alves Loureiro, organizadores. **Na gênese das racionalidades modernas: em torno de Leon Battista Alberti**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. 2a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Arquitetura, humanismo e república: a atualidade do De re aedificatoria**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A genealogia da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022 (no prelo).
- BISTICCI, Vespasiano. **Vite di uomini illustri del secolo XV: stampate la prima volta da Angelo Mai e nuovamente da Adolfo Bartoli**. Firenze: Barbera, Banchi e Comp., 1859.
- BURCKARDI, Johannis. *Liber Notarum: ab anno MCCCCLXXXIII usque ad annum MDVI*. In: **Raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinquecento**, t. XXXII, vol. I, org. L. A. Muratori. Città di Castello: Casa Editrice S. Lapi, 1906.
- COLONNA, Flavia. “Distribuzione urbana e tipologie degli edifici assistenziali”. In **Roma: Le trasformazioni -urbane nel Quattrocento**, t. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie, org. Giorgio Simoncini, 159-188. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.
- COLAGROSSI, Mariano. **L'anfiteatro Flavio nei suoi 20 secoli di storia**. Firenze: Libreria Editrice Fiorentina, 1913.
- COLLI, Agostino, & S. Benedetto. 1981. “L’affresco Della Gerusalemme Celeste Di S. Pietro al Monte Di Civate: Proposta Di Lettura Iconografica.” **Arte Lombarda**, 58/59, p. 7-20. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43105256>>. Acesso em 08/11/2021.

DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso. “Il clero di Roma nel Medioevo. Prime considerazioni”. **I quaderni del m.æ.s. - Journal of *Mediæ Ætatis Sodalitium***, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 85–112, 1999. DOI: 10.6092/issn.2533-2325/8097. Disponível em: <https://maes.unibo.it/article/view/8097>. Acesso em 25/11/2021.

DIÃO CASSIO. **Storia Romana**. Texto integral traduzido para o inglês disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/home.html. Acesso em 26/10/2021.

EGGER, Hermann. **Codex Escorialensis: ein Skizzenbuch aus der Werkstatt Domenico Ghirlandaios**. Viena: Alfred Hölder, 1905.

ESPOSITO, Anna. “La popolazione romana dalla fine del secolo XIV al Sacco: caratteri e forme di un’evoluzione demografica”. In **Popolazione e società a Roma dal Medioevo all’età contemporanea**, org. Eugenio Sonnino, 33-49. Roma: Università degli Studi di Roma “La Sapienza, 1998.

FRUTAZ, Amato Pietro. **Le piante di Roma**. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 1962.

GARGANO, Maurizio. **Forma e materia: *Ratiocinatio* e *fabrica* nell’architettura dell’età moderna**. Roma: Officina Edizioni, 2006.

GARGANO, Maurizio. **Origini e Storia - Roma Architettura Città. Frammenti di Rinascimento**. Roma: Roma nel Rinascimento, 2016.

GRAF, Arturo. **Roma nella memoria e nelle immaginazioni del medioevo**. Vol. I. Torino: Ermanno Loescher, 1882.

GREGOROVIVUS, Ferdinando. **Storia della città di Roma nel Medio Evo: dal secolo V al XVI**. Vol. III. Trad. Renato Manzato. Venezia: Giuseppe Antonelli. 1873.

GREGOROVIVUS, Ferdinand. **History of the city of Rome in the middle ages**. Vol. VI. Trad. Annie Hamilton. London: George Bell & Sons, 1898.

GUIDONI, Enrico. **L’urbanistica di Roma tra miti e progetti**. Roma: Editori Laterza, 1990.

HILLIER, Bill, Julienne Hanson. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill, Julienne Hanson, Heather Graham. “Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes.” In: **Environment and Planning B: Planning and Design**, vol. 14, p. 363-385, 1987.

HILLIER, B, Alan Penn, Julienne Hanson, T. Grajewski, J. Xu. “Natural Movement: Or, Configuration and Attraction in Urban Pedestrian Movement”. **Environment and Planning B: Planning and Design**, vol. 20, p. 29-66, 1993. DOI: 10.1068/b200029.

HILLIER, Bill. **Space is the machine**. Cambridge University: Londres, 1996.

HILLIER, B. **Using DepthMap for Urban Analysis: A Simple Guide On What to Do Once You Have an Analysable Map in The System**. London: The Bartlett School of Graduate Studies, 2008.

HILLIER B, Tao Yang, Alasdair Turner. “Normalising Least Angle Choice in Depthmap and how it opens up new perspectives on the global and local analysis of city space.” **The Journal of Space Syntax**, vol. 3, issue 2 (dezembro): 155-193. The Bartlett School of Graduate Studies, 2012.

HILLIER, Bill. “The City as a Socio-technical System: A Spatial Reformulation in the Light of the Levels Problem and the Parallel Problem”. **Communications in Computer and Information Science**, n. 242, p. 24-48, 2012. DOI: 10.1007/978-3-642-29758-8_3.

HÜLSEN, Christian. **La pianta di Roma dell’anonimo Einsidlense**. Roma: Ermanno Loescher & Co. 1907.

HÜLSEN, Christian. “Il catalogo di Torino”, in **Le Chiese di Roma nel Medio Evo**, 19-43. Firenze: Leo S. Olschki, 1927.

LANCIANI, Rodolfo. **L’Itinerario di Einsiedeln e l’ordine di Benedetto canonico**. Monumenti Antichi I. Roma: Accademia dei Lincei, 1981.

LANCIANI, Rodolfo. **Pagan and Christian Rome**. Boston & New York: Houghton, Mifflin and Company. 1983.

LEVY-RUBIN, Milka. 1995. “The Rediscovery of the Uppsala Map of Crusader Jerusalem.” **Zeitschrift Des Deutschen Palästina-Vereins** (1953-) 111, n. 2, pp. 162–67. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/27931522>>. Acesso em 08/11/2021.

LOCONSOLE, Michele. “Il simbolo della croce tra giudeo-cristianesimo e tarda antichità: un elemento della *translatio Hierosolymae*.” **Liber Anuus**, vol. 53: 217-284. 2003. DOI: 10.1484/J.LA.2.303577. Disponível em: < <http://www.antropologiaartesacra.it/scritti> in PDF/ Liber Anuus MICHELE LOCONSOLE.pdf>. Acesso em 04-11-2021.

MAGNUSON, Torgil. “The Project of Nicholas V for Rebuilding the Borgo Leonino in Rome.” in: **The Art Bulletin**, Vol. 36, No. 2, jun.,1954, pp. 89-115. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3047544>. Acesso em 10/01/2022.

MARTINI, Antonio. “Origine e Sviluppo Delle Confraternite.” in: **La Ricerca Folklorica**, no. 52, Grafo s.p.a., 2005, pp. 5–13. Disponível em <https://doi.org/10.2307/30033287>. Acesso em 26/11/2021.

MEDEIROS, Valerio. **Urbis Brasiliae: O labirinto das cidades brasileiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MENEGHINI, Roberto. 2017. “Le Strade di Roma nel Medioevo”, in: Stefan Altekamp, Carmen Marcks-Jacobs and Peter Seiler (Eds.), **Perspektiven der Spolienforschung 2. Zentren und Konjunkturen der Spolierung**, Berlin: Edition Topoi, pp. 283–310.

MIGLIO, Massimo. “Il senato in Roma medievale”, in: **Il Senato nella storia**, II (Il Senato nel Medioevo e nella prima Età moderna), Roma, 1997, pp. 117-172.

MODIGLIANI, Anna. “L’approvvigionamento annonario e i luoghi del commercio alimentare”. In **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, t. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie, org. Giorgio Simoncini, 29-63. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.

MODIGLIANI, Anna. **Congiurare all’antica. Stefano Porcari, Niccolò V, Roma 1453. Con l’edizione delle fonti**. Roma: Roma nel Rinascimento, 2013.

MOSSA, Giovanni, Massimo Baldassari. **La vita economica di Roma nel Medioevo**. Roma: Liber, 1971.

PASTOR, Ludovico. Storia dei papi nel periodo del Rinascimento fino all’elezione di Pio II. In: **Storia dei papi dalla fine del medio evo**, Vol. I. Roma: Desclée & C. Editori Pontifici, 1931.

PASTOR, Ludovico. Storia dei papi nel periodo del Rinascimento dall’elezione di Pio II alla morte di Sisto IV. In: **Storia dei papi dalla fine del medio evo**, Vol. II. Roma: Desclée & C. Editori Pontifici, 1932.

PASTOR, Ludovico. Storia dei papi nel periodo del Rinascimento dall’elezione di Innocenzo VIII alla morte di Giulio II. In: **Storia dei papi dalla fine del medio evo**, Vol. III. Roma: Desclée & C. Editori Pontifici, 1932.

SAMPERI, Renata. “Gli interventi negli edifici di culto”. In **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, t. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie, Org. Giorgio Simoncini, 65-116. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.

SCARGILL, David Ian. **The form of cities**. Londres: Bell & Hyman, 1979.

SIMONCINI, Giorgio. **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, t. I. Topografia e urbanistica da Bonifacio IX ad Alessandro VI. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.

SIMONCINI, Giorgio. **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, t. II. Funzioni urbane e tipologie edilizie. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.

STEADMAN, Philip. “Environment and Planning B”. In **Guest Editorial: developments in Space Syntax**, vol. 31, n. 4, 483-486. Londres: Pion Publication, 2004.

STRANGIO, Donatella, Manuel Vaquero Piñeiro. “Spazio urbano e dinamiche immobiliari a Roma”. In **Roma: Le trasformazioni urbane nel Quattrocento**, t. II. Funzioni Urbane e tipologie edilizie, org. Giorgio Simoncini, 29-63. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2004.

SVETONIO. *De vita Cesareum*. Texto integral traduzido para o italiano disponível em: [http://www.progettovideo.it/dettagli1.asp?id=1232&opera=Vita%20dei%20Cesari&libro=Libro%20VI%20\(Nerone\)](http://www.progettovideo.it/dettagli1.asp?id=1232&opera=Vita%20dei%20Cesari&libro=Libro%20VI%20(Nerone)). Acesso em 26/10/2021.

TÁCITO. *Annales*. Texto integral traduzido para o italiano disponível em: <http://www.progettovideo.it/dettagli1.asp?id=2536&opera=Annali&libro=Libro%20XV>. Acesso em 26/10/2021.

TAMASSIA, Giovanni. **Storia del regno dei Goti e dei Longobardi in Italia**, vol. 2. Bergamo: Stamperia Mazzoleni, 1826.

TOMEI, Piero. **L'Architettura a Roma nel Quattrocento**. Roma: Palombi, 1942.

VALENTINI, Roberto, Giuseppe Zucchetti. **Codice topografico della città di Roma**, III. Fonti per la storia d'Italia, 90: scrittori, secoli XII-XIV. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1946.

ZANCHETTIN, Vitale. "Marco Barbo e La Casa Dei Cavalieri Di Rodi." **Bullettino Della Commissione Archeologica Comunale Di Roma**, vol. 116, L'Erma di Bretschneider, 2015, p. 205–220. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26331790>. Acesso em 06/03/2022.

6. APÊNDICE

Acrescentamos um QR code por meio do qual o leitor pode acessar a versão digital da dissertação e do Apêndice, que reúne os mapas de segmentos mostrados ao longo do texto – destinados a facilitar e complementar a compreensão do leitor, contendo indicações topográficas importantes, pontos de referência na malha viária, e os dados extraídos das análises feitas dos mapas de segmentos pelo aplicativo *DepthMapX*, referentes às residências cardinalícias e edifícios assistenciais, para fins estatísticos.

